

Revista NERA nº. 9

Jul.-Dez./2006



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

**Processos socioterritoriais no campo:
modernização, movimentos camponeses
e ação governamental**

Revista NERA nº. 9

**Processos socioterritoriais no
campo: modernização, movimentos
camponeses e ação governamental**

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.-dez./2006

Revista NERA

Coordenação de Publicação

Bernardo Mançano Fernandes
Anderson Antonio da Silva
Eduardo Paulon Girardi
Matuzalem Cavalcante

Colaboração

Cliff Welch

Conselho Editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Cliff Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Emilia de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Lauren Baker – York University (Toronto, ON, Canadá)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sílvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Winnipeg (Canadá)

Fotos da capa

Douglas Mansur
Bernardo Mançano Fernandes
Marcelo Gourlat

Endereço:

Rua Roberto Simonsen, 305 – 19.060-900 – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, n.º 1, n.º 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, n.º 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, n.º 4
2004 – ano 7, n.º 5
2005 – ano 8, n.º 6
2005 – ano 8, n.º 7
2006 – ano 9, n.º 8
2006 – ano 9, n.º 9
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

-
- 1
VERS DE NOUVELLES RELATIONS VILLE-CAMPAGNE: LES TRAVAILLEURS RURAUX ET LA CREATION DE NOUVEAUX LIEUX
EM DIREÇÃO A NOVAS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO: OS TRABALHADORES RURAIS E A CRIAÇÃO DE NOVOS LUGARES
TOWARD NEW CITY-COUNTRYSIDE RELATIONS: THE RURAL WORKERS AND THE CREATION OF NEW PLACES

Claire Barbay

- 27
EL LUGAR TAMBIÉN IMPORTA. LAS DIFERENTES RELACIONES ENTRE LULA Y EL MST.
O LUGAR TAMBÉM INTERESSA. AS DIFERENTES RELAÇÕES ENTRE LULA E O MST.
PLACE IS ALSO IMPORTANT. THE DIFFERENT RELATIONS BETWEEN LULA AND MST.

Breno Marqués Bringel

- 49
ESTUDOS AGRÁRIOS NO BRASIL: MODERNIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E LUTAS SOCIAIS (DESENVOLVIMENTO E LIMITES DA SOCIOLOGIA RURAL NO FINAL DO SÉCULO XX)
ESTUDIOS AGRARIOS EN EL BRASIL: MODERNIZACIÓN, VIOLENCIA E LUCHAS SOCIALES (DESARROLHO Y FRONTERAS DE LA SOCIOLOGÍA RURAL EN EL FINAL DEL SIGLO XX)
AGRARIAN STUDIES IN BRAZIL: MODERNIZATION, VIOLENCE AND SOCIAL STRUGGLE (DEVELOPMENT AND FRONTIERS OF THE RURAL SOCIOLOGY IN THE END OF 20TH CENTURY)

Anita Brumer e José Vicente Tavares dos Santos

- 73
MUJERES RURALES Y NUEVA RURALIDAD EM COLÔMBIA
MULHERES RURAIS E NOVA RURALIDADE NA COLÔMBIA
COUNTRYWOMEN AND NEW RURALITIES IN COLOMBIA

Maria Adelaida Farah Quijano e Edelmira Pérez Correa

- 89
A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO PARA A CONQUISTA DA TERRA: UM ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA
LA CONSTRUCCIÓN DEL CAMINO PARA LA CONQUISTA DE LA TIERRA: UN ESPACIO DE TRANSFORMACIÓN DEL MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

CONSTRUCTING A WAY TO CONQUER THE LAND: THE MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, A SPACE OF TRANSFORMATION

Maria Edilúzia Leopoldino Santos

- 113** A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. REGISTROS COGNITIVOS E PRÁTICAS SOCIAIS.
LA INSTITUCIÓN IMAGINARIA DA AMAZONIA BRASILEÑA. REGISTROS COGNITIVOS Y PRÁCTICAS SOCIALES
THE IMAGINARY AMAZON INSTITUTIONALIZED: COGNITIVE REGISTER AND SOCIAL PRACTICE
José dos Reis Santos Filho
-

POLÊMICA

- 144** SEIS COMENTÁRIOS SOBRE SEIS EQUÍVOCOS A RESPEITO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL
SEIS BREVES COMENTARIOS SOBRE SEIS ERRORES AL RESPECTO DE LA REFORMA AGRARIA EN BRASIL
SIX BRIEF COMMENTS ON SIX MISTAKES ABOUT THE AGRARIAN REFORM IN BRAZIL
Sérgio Leite
-

RESENHA

- 159** MOVEMENT HISTORIES: A PRELIMINARY HISTORIOGRAPHY OF THE BRAZIL'S LANDLESS LABORERS' MOVEMENT (MST)
HISTÓRIAS EM MOVIMENTO: UMA HISTORIOGRAFIA PRELIMINAR DO MOVIMENTO SEM TERRA (MST)
HISTORIAS EN MOVIMIENTO: UNA HISTORIOGRAFÍA PRELIMINAR DEL MOVIMIENTO SIN TIERRA (MST)
Cliff Welch
-

Apresentação

A Revista Nera *brinda* a conquista do conceito “Nacional A” pelo *Qualis* e o significativo reconhecimento tem tido por diversos pesquisadores do Brasil e de outros países. Isso nos fez apostar ainda mais em nosso esforço. Para tanto, iniciamos novas investidas que são voltadas para o aprimorando na divulgação, pontualidade dos prazos estabelecidos, maior participação de trabalhos de pesquisadores internacionais e aumento do rigor avaliativo. Essas ações dão continuidade a alguns avanços que fizemos nos últimos números.

Foi muito importante para o crescimento do periódico o envolvimento de novos pareceristas de diversas especialidades, o que fez expandir a diversidade teórico-metodológica abarcada na análise de trabalhos. Isso nos faz efetivar o intuito de tornar a Revista Nera uma referência internacional em estudos agrários, divulgando artigos, resenhas, relatos e entrevistas de consistência científica e política, além de promover um qualificado diálogo entre pareceristas e autores no processo de elaboração das publicações.

Sem delongas, é com grande satisfação que lançamos o número 9, que apresenta oito trabalhos que vêm contribuir com as pesquisas sobre o campo latino-americano. A temática é fundamentada na relação processual mantida entre a modernização, os movimentos camponeses e o Estado sobre as transformações no campo. Esse cabedal de conhecimento apresenta estudos sobre a complexidade do mundo moderno que, através dos processos socioterritoriais impulsionados pela disputa política de grupos sociais, *tecem* as novas condições de vida para o futuro.

No primeiro artigo Claire Barbay estuda a ação política de agentes sociais de movimentos camponeses em assentamentos rurais, os quais transformam as relações entre o campo e a cidade. Em seguida, Breno Marqués Bringel analisa as relações mantidas entre o governo Lula e o MST no que concerne ao discurso e as práticas espaciais do movimento, assim como seus êxitos e reflexos por meio dos processos de *resistência do lugar* e da *espacialização da interação*.

Anita Brumer e José Vicente Tavares dos Santos traçam um panorama dos processos sociais agrários no país por meio de estudos de diversos pesquisadores brasileiros, enfocando o desenvolvimento e o limite da Sociologia Rural brasileira no século XX. Em seqüência, María Adelaida Farah e Edelmira Pérez apresentam os resultados de seus estudos realizados na Colômbia sobre a articulação das mulheres nas atividades produtivas e comunitárias e de suas novas funções assumidas. Já Maria Edilúzia Leopoldino Santos apresenta um estudo sobre as estratégias de transformação do espaço pelo MST, tendo a *mística* como essência do movimento.

O sexto artigo é de José dos Reis Santos Filho, que analisa a Amazônia brasileira como uma instituição imaginária, resgatando sua formação territorial através da leitura de diversos autores. Na seção "Polêmica", Sérgio Leite analisa seis argumentos que se atribuem à obsolescência do processo de distribuição de terras no Brasil. E, por fim, Cliff Welch apresenta uma resenha sobre a historiografia do MST, examinando sete livros publicados desde 1999 que dão ênfase às origens, a consolidação, a organização e as possibilidades do movimento.

A Revista Nera agradece o envolvimento dos autores e pareceristas na elaboração deste número e reintera o interesse de colaborar com o desenvolvimento científico que valorize as complexas e diversas condições socioterritoriais que se engendram simultaneamente no espaço e no tempo de forma imprevisível, conflituosa, irreversível, desordenada, evolutiva, acidental, criativa, espontânea e interpretativa. Que o movimento de vocação transdisciplinar rompa com o absolutismo do verbo imutável.

Matuzalem Cavalcante
Editor

Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux

Claire Barbay

Doutoranda em Geografia pela Université Paris X (Nanterre)
Endereço profissional: Université Paris X, UFR SSA, Département de géographie, Bât. D, bur. 214 B, 200
Avenue de la République, 92001, Nanterre. Telefone: 01 40 97 75 58
Endereço eletrônico: claire.barbay@wanadoo.fr

Résumé

Cet article cherche à montrer comment de nouvelles formes d'implantations spatiales apparaissent avec les *assentamentos* de réforme agraire. Des noyaux de population se forment là où il n'y avait auparavant qu'un «désert». La population récemment installée génère des activités économiques et politiques qui la placent dans une relation particulière à la ville. Les travailleurs ruraux installés dans les *assentamentos* de réforme agraire assument un rôle actif dans la transformation des rapports ville-campagne, cela en augmentant l'accès des paysans à des services autrefois centralisés au siège des *municipios* et en élargissant le poids politique de la population rurale.

Mots-clés: rapport campagne-ville; réforme agraire; installations rurales; espace rural.

Resumo

Em direção a novas relações cidade-campo: os trabalhadores rurais e a criação de novos lugares

Esse artigo trata de mostrar como novas formas de implantações espaciais aparecem com os assentamentos. Núcleos de população se formam onde antes só havia um «deserto». A população recentemente instalada produz atividades econômicas e políticas que a põe numa relação particular com a cidade. Os trabalhadores rurais instalados nos assentamentos de reforma agrária assumem um papel ativo na transformação das relações campo-cidade, ampliando o acesso dos camponeses a serviços antes centralizados na sede dos municípios e reequilibrando o peso político da população rural.

Palavras-chave: relações campo-cidade; reforma agrária; assentamentos; espaço rural.

Abstract

Toward new city-country relations: rural workers and the creation of new places

This article shows how new spatial arrangements arise with the creation of agrarian reform settlements (*assentamentos*). The settlements represent the formation of new population centers where often there had only been "desert". The newly installed population naturally generates economic and political activity, placing the settled rural workers in a new kind of relationship with urban areas. Once settled, rural workers assume more active roles in transforming relations between urban and rural areas, increasing the possibility of access to services once centralized in towns and concentrating more political influence in the countryside.

Keywords: city-country relations; agrarian reform; rural settlements; rural space.

Introduction

«*Ce que nous voyons n'est pas fait de ce que nous voyons, mais de ce que nous sommes.*»
(F. Pessoa, *Le Livre de l'intranquillité*)

Cet article part d'éléments du mémoire présenté en 2003 pour le Diplôme d'Etudes Approfondies (aujourd'hui appelé Master 2) en Géographie: «Les *Assentados* de la réforme agraire, construction d'une identité rurale au Brésil». Cet article comprend trois parties: dans la première nous reprenons la réflexion en psycho-géographie de A.Moles sur la production de lieux nouveaux pour analyser la présence nouvelle des *assentamentos* au Brésil. Dans la partie suivante nous présentons quatre cas d'*assentamentos* que nous avons étudiés et enfin dans une dernière partie, nous essayons de comprendre comment se mettent en place de nouveaux rapports entre la ville et la campagne du fait de l'apparition des *assentamentos* et du rôle qu'y jouent leurs habitants. Notre démarche s'appuie sur des entretiens et une observation approfondie, qui ont été réalisés au cours d'un travail de terrain entre septembre 2002 et février 2003 grâce à l'obtention d'une bourse du Réseau Français d'Etudes Brésilienne. Nous avons déjà travaillé dans le Pernambouc à l'occasion de la maîtrise (aujourd'hui appelée Master 1)

Nous n'abordons ici qu'en incidence le travail des mouvements sociaux, principalement le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre (MST) et la Commission Pastorale de la Terre (CPT) (FERNANDES, 2000; MARTIN J.-Y., 2001), et pas du tout celui des acteurs institutionnels comme l'Institut National de Colonisation et de Réforme Agraire (INCRA) ou le Service brésilien d'appui aux petites et moyennes entreprises (SEBRAE), dont nous avons aussi étudié l'action et l'influence. Nous montrons l'importance de ces nouveaux lieux que sont les *assentamentos* et de leurs principaux acteurs, à savoir les habitants eux-mêmes.

Le fait de devenir habitants d'un *assentamento* conduit les travailleurs ruraux à changer leur rapport à l'espace. Le terme « *assentamento* » désigne la création de nouvelles unités de production agricole, par le biais de politiques gouvernementales visant la réorganisation de l'utilisation de la terre au bénéfice de travailleurs ruraux sans terre ou avec peu de terre. (Bergamasco et Norder 1996). Pour les habitants, c'est à dire les « *assentados* », de nouveaux interlocuteurs apparaissent (mouvements sociaux, fonctionnaires de l'Etat, techniciens agricoles...) avec de nouvelles exigences vis-à-vis de cet espace tandis qu'eux-mêmes se trouvent au cœur de la réussite ou de l'échec de l'implantation de ce que nous appelons de « nouveaux lieux ». Organisés au sein de mouvements, accompagnés par des techniciens ou seuls face à leurs actions, ils deviennent acteurs de changement et cela passe tout particulièrement par les étapes de l'installation de l'*assentamento* lui-même. Il y a la construction tout d'abord de nouveaux lieux, qui peuvent se transformer au fil du temps en de nouveaux territoires.

Les définitions du lieu par les géographes se rapprochent. Pour les auteurs des Mots de la Géographie (BRUNET et alii, 1993) «*Le lieu est un point, mais un point singulier, identifiable et identifié, distinct des autres [...] Les lieux n'ont aucun sens en eux-mêmes: ils n'ont que celui qu'on leur donne*». Or nous soutenons en suivant Moles, qu'un lieu existe quand apparaît la conscience d'un *Ici* différent d'un *Ailleurs*, justement quand ce lieu fait sens pour la personne. Ainsi, le lieu peut permettre de se définir dans la mesure où on peut dire ensuite: je suis de l'*assentamento* *Primeiro de Março* ou de la communauté *Nossa Senhora de Fatima*. Si l'on reprend la réflexion de Moles, la production du lieu suit plusieurs étapes. Dans le cas des *assentamentos*, l'histoire commence souvent par un campement ou par une occupation, puis par la mise en place de l'*assentamento*, **l'attente de crédits, les premières cultures, la construction des maisons, vient ensuite la lutte pour plus de services : électricité, transports...**

Les assentados, acteurs de changement spatial

Dire que les *assentados* deviennent acteurs de changement, c'est chercher à exprimer le passage qui s'opère entre la situation de passivité, dans laquelle ils se trouvaient (souvent malgré eux) et la possibilité qu'ils ont d'avoir une position active vis-à-vis de leur vie et de leur espace de vie. Nous ne reviendrons pas ici sur le rôle essentiel des différents mouvements sociaux, en particulier le MST.

Les changements dont il est question ici concernent de nouveaux rapports à l'espace. L'*assentamento*, comme nouveau lieu, est un espace que ses habitants s'approprient et qu'ils investissent d'une identité particulière. Dans une démarche qui a inspiré de nombreux géographes (FREMONT, 1976; BAILLY, 1995), Moles définit une catégorie particulière, celle du "lieu". Il passe ainsi de la notion d'espace à celle de lieu en reprenant l'idée aujourd'hui partagée (RETAILLE, 1997) que l'espace n'est pas neutre, en particulier pour celui qui s'y trouve, que l'espace est chargé de sens. Il met ainsi en avant l'analyse des représentations. Si (se) représenter un lieu semble tout d'abord une démarche individuelle, des traits communs apparaissent qui lui permettent d'élaborer un objet de cette science qu'il a nommé psycho-géographie (1981). La démarche phénoménologique de Moles le conduit à prolonger l'étude ponctuelle par une théorisation (SCHWACH, 1998). C'est donc en utilisant sa théorisation que nous proposons ici une approche de la création des *assentamentos* par les habitants: depuis le désert, au lieu créé, nommé et approprié (MOLES, 1995).

Le désert

Caractériser les types d'utilisation des terres sur lesquelles ont été installés les *assentamentos* d'aujourd'hui, pour dire si elles correspondaient ou non à l'archétype du «désert» n'est pas toujours aisé. Des données existent sans doute, puisqu'elles sont au nombre des éléments que doivent recueillir les experts chargés de prospecter les terres afin de juger de la possibilité de leur expropriation. Selon la Constitution brésilienne de 1988, sont passibles d'expropriation les terres qui n'accomplissent pas une fonction sociale, autrement dit des terres «improductives» c'est à dire non utilisées par leur propriétaire. Cependant il se peut aussi qu'une partie de ces terres « inexploitées » (par le propriétaire), soit cultivée par un *morador*, un employé, qui y pratique une culture servant à son alimentation. L'évaluation de ce qui se fait sur les terres pour savoir si elles sont productives est souvent l'occasion de conflits (le propriétaire tente d'occuper ces terres à moindre frais en y plaçant des têtes de bétail ou en y plantant rapidement quelque chose). On relève aussi des cas où ce n'est pas l'improductivité qui est en cause mais des problèmes socio-économiques: dans la région littorale du Nordeste, appelée région de la *Mata*, de nombreuses propriétés, *engenhos*, ont été expropriées suite à la fermeture des usines de transformation de la canne à qui elles vendaient leur production. Si les raisons les plus évoquées sont celles de la crise de la production, de l'absence des propriétaires, du fait d'héritiers inintéressés; il y a aussi une multiplication des cas d'expropriation pour non-paiement des dettes vis à vis des salariés ou de l'Etat ou pour non respect des droits du travail. Toutes les terres utilisées pour la réforme agraire ne sont donc pas inconnues de tous ceux qui s'y trouvent installés par la suite. Mais l'on peut dire qu'il n'y avait pas d'appropriation totale de ces terres possibles par ceux qui y habitaient ou y travaillaient tant qu'ils se trouvaient dans une position d'assujettis (GARCIA, 1989). Le terme de désert s'applique ici à la fois pour qualifier un endroit non habité, non nommé mais aussi un espace qui a commencé à prendre un sens nouveau avec sa désignation comme lieu à revendiquer, à habiter et où travailler.

D'après les habitants que nous avons rencontrés, la plupart du temps, avant leur installation il n'y avait que de la forêt ou bien des prairies mal entretenues. La forêt porte le nom de «*mata*» c'est à dire de forêt aux arbres déjà hauts, parfois de «*capoeira*» plutôt constituée d'une végétation importante, mais plus touffue que haute ou bien encore de «*mato*» qui correspond, en fonction des contextes, à la brousse ou aux mauvaises herbes.

Pour désigner le processus d'installation, peuvent ainsi être distinguées trois grandes étapes dans les relations entre les personnes et l'espace.

Il y a d'abord, et tout simplement, l'absence totale de relations: l'espace existe comme un donné vide dans lequel l'individu peut évoluer ou circuler à sa guise, mais où il n'y a aucune différence dans l'état de l'être, qu'il soit ici ou qu'il soit là. C'est ce que l'on appelle l'indifférence spatiale, l'espace vide illimité, sans bornes, dont le désert est l'archétype le plus facile: là il n'y a aucune différence entre Ici et Ailleurs [...]. (MOLES)

A Ramada da Quixabeira, un *assentamento* du Sertão do Pajeú (PE) F. A. disait:

Avant, ici, il n'y avait que de la brousse, comme vous l'avez vu par-là. Il n'y avait que du bois. Et nous avons dû faire tomber tout ce bois, de nombreux troncs d'arbres pour ouvrir l'espace par ici. Des troncs et des racines, il a fallu arracher tout pour laisser le terrain propre comme il est maintenant. Ça a été un très gros travail.

Au contraire, les *assentados* qui citent l'existence d'une présence humaine dans le passé se réfèrent souvent à d'anciens *moradores*, ou d'anciens employés. C'est le cas de S.M. venant de l'*assentamento* voisin de Caldeirão, dont le père était morador. Ils étaient seuls pour toute une propriété: «*Je connais le maître de cette terre. J'ai déjà parlé avec lui, sur la morada; lui, il cherchait un morador pour vivre ici... Ici c'était plein de forêt, mais depuis que les personnes sont venues ça a diminué.*» .

Si le cas du «désert» ne se vérifie pas partout, la présence de la forêt ou de grandes herbes de même que l'absence de propriétaire, semblent correspondre à ce même archétype. Ainsi à Caldeirão, sur une propriété, seule une petite partie était habitée, le reste étant non cultivé ou occupé par quelques têtes de bétail. De nombreux *assentados* ont eu réellement le sentiment de défricher, de commencer la mise en valeur de cet endroit.

Transformé en lieu

Ma famille habite Lajedo et São Bento do Una [lieu d'où est venue la majorité des *assentados* de Ramada da Quixabeira]. Quand je vais leur rendre visite ou quand je pars d'ici pour aller ailleurs, je ne me sens pas bien. Quand je suis là-bas, je ne suis pas bien. Ma seule envie est de retourner ici. Malgré le fait que je suis né à Lajedo, j'ai perdu mon amour pour Lajedo, parce que là-bas je n'avais rien et aujourd'hui, en regardant autour de moi, je vois que mes enfants ont où travailler et survivre. (entretien de M. J. *assentamento* Ramada da Quixabeira, Iguaraci).

Nous avons vu que selon Moles, l'identité d'un lieu correspond précisément à «*l'émergence dans la conscience d'un Ici qui est différent d'un Ailleurs*» conscience qui est très présente dans ces mots et qui transforme la terre natale en terre étrangère faisant de l'*assentamento* où l'on s'est installé un «*lieu*» qui compte. Celui où l'on prend racine.

Cette identité, obéit selon Moles à six lois psychologiques. Nous nous référerons ici aux principales d'entre elles, elles permettent une approche systématique de l'apparition des *assentamentos*, tout particulièrement au travers du processus d'occupation qui se présente comme une forme de revendication. Il peut exister une première identification du lieu:

Le lieu possède d'autant plus d'identité qu'il est plus clos pour le regard, c'est à dire qu'il présente une frontière visuelle circulaire couverte/matérialisée par une paroi. On peut trouver souvent des plaques avec le nom de l'*assentamento*, indiquant l'entrée et aussi parfois, une sorte de portail en bois, parfois c'est une route ou un fleuve qui marque la limite.

Le lieu a d'autant plus d'identité que les actes que le sujet y fait sont plus denses dans le temps et plus nombreux en valeur absolue. On pourra lier cela à la volonté toujours développée d'obtenir le plus de services possibles au sein même de l'*assentamento*: depuis le centre de santé, jusqu'au terrain de sport en passant par les cabines téléphoniques.

Le point 'Ici' a d'autant plus de prégnance perceptible qu'un plus grand nombre d'objets se trouvent accumulés à l'intérieur de celui-ci. Cette dernière loi est liée à la précédente, plus il y a d'objets présents sur le lieu et plus il y aura d'occasion d'agir: des maisons, des bancs, des arbres plantés pour avoir de l'ombre...

Le point 'Ici' a d'autant plus d'identité qu'il possède une dénomination plus claire et que celle-ci est plus utilisée dans le flux de discours de Moi et des Autres.

Baptiser le lieu

Le nom donné à l'occupation, puis à l'*assentamento*, semble faire l'objet d'une attention particulière de la part de certains acteurs. Pour parler de ces lieux, il n'y a pas d'autre moyen que de les baptiser. Claval le souligne dans sa Géographie Culturelle (1997):

Il arrive que les noms changent brutalement dans tout un espace à la suite de l'instauration d'un nouveau pouvoir, d'une invasion [...] Nommer les lieux, c'est les imprégner de culture et de pouvoir.

Les noms des *assentamentos* Nova Sarandi ou Nova Ronda Alta (RS) signifient bien que les habitants ont cherché à mettre sur pied quelque chose qui se distingue des centres des *municípios* de Sarandi, ou de Ronda Alta tout en y faisant référence. Notons ici que le découpage politique de base brésilien est celui du *município*.

Les noms reprenant une date comme Primeiro de Março (PA) soulignent bien l'importance des acteurs dans l'installation puisque c'est la date de leur entrée sur la terre choisie. D'autres sont des noms symboliques de la lutte menée comme Antonio Conselheiro ou Chico Mendes (SP): l'un fut le célèbre «dirigeant» de Canudos et l'autre un syndicaliste, assassiné par des *fazendeiros* en Amazonie. D'autres encore des noms religieux: Nossa Senhora Aparecida (PE), Nossa Senhora de Fatima (RS) à travers lesquels on comprend que les prières faites pendant le campement «ont été exaucées». Cependant, dans le cas de Ramada da Quixabeira, les habitants ont repris le nom existant, peut-être parce qu'après avoir été dans d'autres régions du Pernambouc, c'est sur ce lieu précisément qu'ils ont pu s'installer, de plus l'*assentamento* voisin porte lui aussi un nom ancien: Caldeirões. Y a-t-il une particularité des mouvements sociaux comme le MST à vouloir rebaptiser certains lieux plus que d'autres? Doit-on voir un désir d'intégration particulier dans le maintien des anciens noms? On peut penser que l'invention de nouveaux noms est nécessaire quand une grande propriété est divisée en plusieurs *assentamentos*.

Un lieu en cours d'appropriation

Toujours d'après Moles, l'appropriation d'un lieu correspond encore à d'autres lois. Selon lui, tout d'abord, *un lieu doit posséder une identité*. Par identité du lieu on entend tout ce qui permet de l'identifier vis à vis de l'extérieur et de l'intérieur de l'*assentamento* et tout ce qui fait sa particularité. Nous avons vu que les *assentamentos* se trouvent dans un processus de construction de cette identité, celle-ci étant parfois liée au passé du lieu. Moles affirme ainsi que l'appropriation du lieu sera facilitée par un certain nombre de points tels que:

«une forte identité du lieu». Ainsi l'histoire vécue depuis le début de l'occupation, les expulsions, tout cela raconté par les habitants aux étrangers de passage ou mis par écrit par les enseignants ou les plus lettrés, de même que, les marques laissées par des destructions de baraques ou des restes de drapeaux utilisés à l'occasion de l'occupation, les photos, articles de journaux... toute une mémoire est conservée. L'identité du lieu passe aussi par ce qu'expriment et ce que font les habitants: mode d'organisation en coopérative, en groupe ou en individuel, participation aux fêtes religieuses, aux loisirs du dimanche.

«*la reconnaissance par l'extérieur*». Cette reconnaissance donne un statut particulier et permet une intégration des individus et du groupe dans la société. Ainsi à la lecture du plan de développement de l'*assentamento* Ramada da Quixabera du Sertão (PE), on apprend dans le passage écrit par les *assentados* sur l'histoire du lieu que «*Le docteur Pedro Alves, maire d'Iguaraci, donna sa déposition d'appui pour installer les familles en tant que Citoyennes d'Iguaraci.*» Le statut de ces personnes devenait donc clair vis à vis du reste de la population. Ceci est d'autant plus significatif qu'elles venaient toutes d'une autre région (Agreste). La reconnaissance de la part du maire participe dans ce cas à l'appropriation des lieux par les nouveaux habitants, leur permettant ainsi de se situer vis à vis du reste des habitants.

«*la légalisation de l'état de ce lieu*». L'obtention des titres est importante, nous avons eu l'occasion de nous en rendre compte dans les occupations visitées. Les occupations se faisant d'ailleurs de plus en plus rares étant données les lois mises en place sous le gouvernement FH Cardoso qui excluent de la réforme agraire toute personne participant à une occupation et toute terre occupée (Mesure Provisoire – 2001). Par ailleurs, le problème des *posseiros*, c'est à dire de petits agriculteurs occupant parfois depuis plusieurs générations une terre sans avoir de titre, a souvent été la source de conflits de terre et a parfois donné naissance à un *assentamento*, l'Etat reconnaissant alors que les terres appartenaient à ceux qui les avaient défrichées et cultivées.

«*la présence durable des personnes (l'absence créant lentement une perte d'appropriation)*». Cet élément est très important pendant la période de l'occupation où l'enjeu est justement d'être sur le terrain durablement au point de s'y installer. La persistance de cette présence joue à deux échelles au moins. La première est celle du groupe face à l'extérieur: propriétaire, police, Incra... La seconde est au sein même du groupe où les familles affirment ainsi leur droit à un bout de la terre revendiquée en étant présentes ou en se faisant représenter dans le campement par un des leurs. Cette présence est aussi très perceptible dans les récits des habitants qui déclarent vivre et travailler les lieux depuis 10 ans, 15 ans, le cas des *moradores* ou des *posseiros*. Pourtant certains *assentados* ne peuvent assurer cette présence durable et préfèrent vendre leur terre (MDA/INCRA, 2001).

Moles poursuit son raisonnement en affirmant que «*l'appropriation est plus forte pour ceux qui modifient le lieu dans sa structure, ses contours, ses contenus*» c'est le cas de l'organisation de la production en coopérative, de la division en parcelles, de la construction des maisons, mais aussi des actions de déboisement (dans le Sertão) ou de reboisement (dans le Pontal du Paranapanema – SP), la construction de petits barrages, de routes, le creusement de puits...

Les habitants des *assentamentos* travaillent sur la relation à l'extérieur
«*Un lieu est d'autant plus approprié que le nom qu'il porte est mieux connu de tous*». L'ancienne fazenda Anoni, garde pour beaucoup de personnes de l'extérieur ce nom par ce qu'il a été le symbole de la lutte du tout jeune mouvement des sans terre. Pour être connu le nom de lieu peut-être diffusé par des *media* tels que les recherches universitaires, les documentaires ; il peut-être visité, il peut aussi être représenté par des personnalités reconnues.

Ce processus de création et d'appropriation du lieu de l'*assentamento* est aussi un processus d'intégration dans la société. «*On a commencé à devenir des personnes, à être respectés. [...] Je crois que pour nous ça a été bien mieux, on est devenu beaucoup plus libres*» (DE L'ETOILE, 2002).

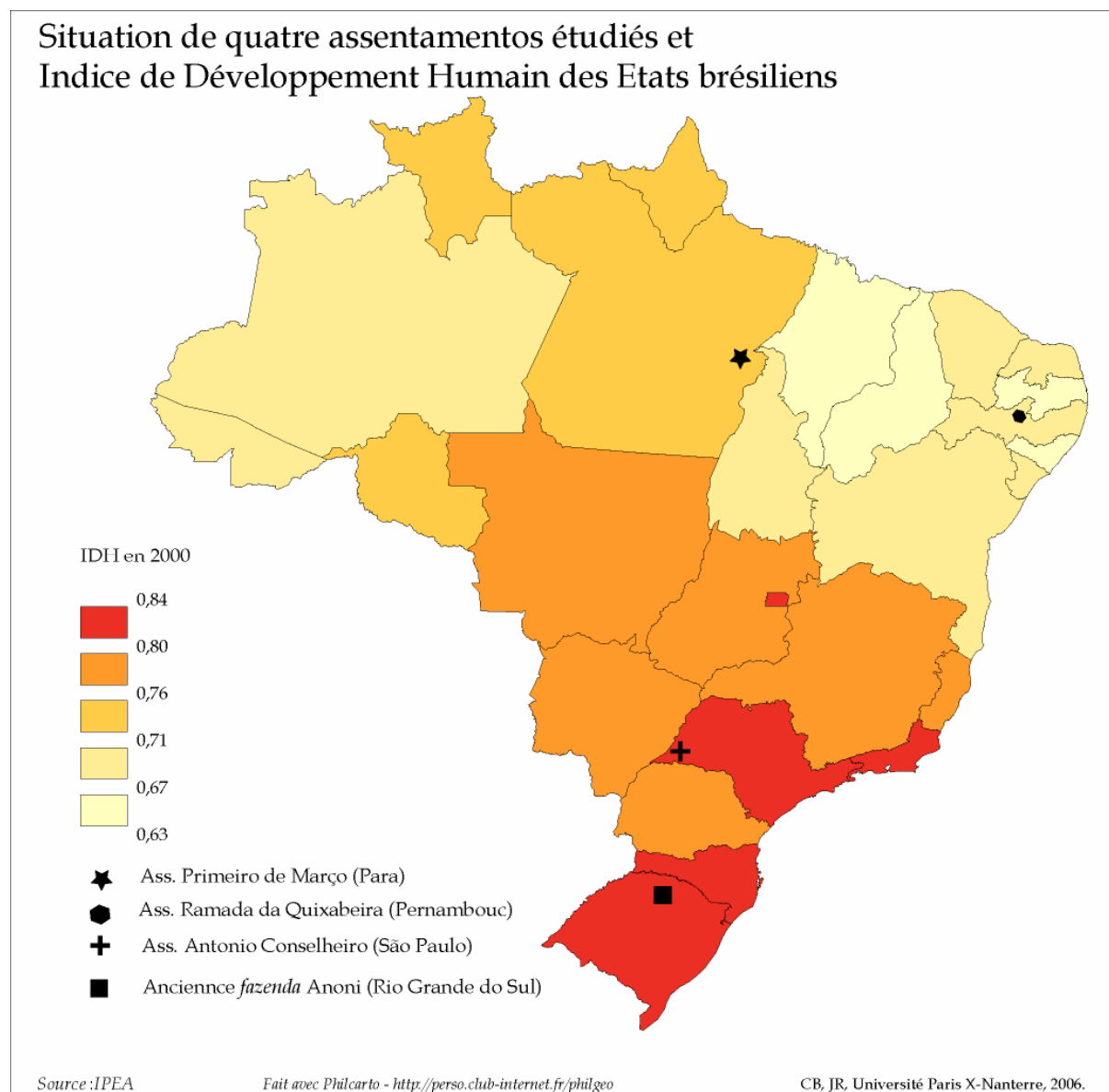
«*Est-ce qu'il y a beaucoup de gens de dehors qui viennent dans l'assentamento? Oui, mais il n'y a pas de différences assentados, non-assentados, tout le monde vit ensemble.*» J. A., Communauté Nossa Senhora de Fatima, (ancienne fazenda Anoni, RS). Cette intégration peut paraître «paradoxe» puisque l'espace de l'*assentamento* se veut pour certains un lieu alternatif de ce qui se fait ailleurs. João Pedro Stedile (Stedile et Fernandes, 2001), leader du MST déclare

nous voulons que l'*assentamento* soit une carte de visite pour la société.
Nous voulons que dans ces aires, les personnes qui vivent là comme ceux

qui les visitent se sentent bien, heureuses, fières du résultat de la lutte pour la terre.

Le rapport à la société passe par les relations à tout ce qui entoure l'*assentamento*. Partant du principe que l'*assentamento* est un lieu en soi, nous l'avons distingué du reste de la campagne et de la ville. Ainsi, notre recherche s'est faite à partir de la position que peut posséder ou acquérir l'*assentamento* dans cet ensemble.

Figure n°. 1



Quatre cas de créations d'assentamentos

Comme on peut le voir sur la carte, les quatre *assentamentos* étudiés se trouvent dans des Régions et des États très inégaux dans leur développement humain. Le Sud et le Sudeste obtenant des résultats meilleurs que le Nord et bien meilleurs que le Nordeste. Ces *assentamentos* sont autant d'occasions de percevoir les proximités et les différences entre

ces régions et les manières dont se déroule la réforme agraire. Nous tenterons donc d'utiliser la méthode comparative à partir des indicateurs disponibles pour chacun d'eux.

Nous avons étudié quatre cas significatifs des territoires où ils sont installés: le Nord de l'Etat du Rio Grande do Sul est une des zones les plus pauvres de ce riche Etat brésilien ; le Pontal du Parapanema, connu pour l'importance de l'accaparement par certaines élites de nombreuses terres publiques (ce que l'on a appelé le *grilagem*) et connu aussi pour les conflits agraires qui en découlent aujourd'hui ; le Sertão (du Pajeu) se trouve au cœur de la zone semi-aride qui rencontre des problèmes d'utilisation et de répartition des ressources en eau et enfin la région située aux alentours de Maraba, tristement célèbre à cause de ce qui a été appelé «le massacre d'Eldorado do Carajas» où de nombreux membres (au moins 19) du MST ont été tués par la police militaire alors qu'ils venaient de terminer une manifestation (avril, 1997).

Les histoires des *assentamentos* étudiés font état d'un même processus de recherche et d'obtention de terres par les travailleurs ruraux. Mais en nous intéressant plus avant à ces récits, nous pouvons voir les particularités de chacun, marquées par des environnements régionaux très différents. L'histoire de l'ancienne fazenda Anoni est celle de descendants de colons italiens et allemands du Rio Grande do Sul qui ont trouvé, dans leur occupation de terre, la seule solution à leurs recherches pour s'établir comme petits producteurs ruraux. A Ramada da Quixabeira les *assentados* ont du faire l'expérience de ce qu'ils appellent un exode (en référence à l'exode biblique) depuis leur terre natale vers la terre du semi-aride pernamboucain, qu'ils nomment «Terre Promise». Quant aux habitants de l'*assentamento* Primeiro de Março, ils avaient eu auparavant une pratique de la ville. Petits travailleurs ruraux, ils ont tenté leur chance en participant d'abord à un acte politique: l'occupation de l'INCRA de Maraba. Enfin l'*assentamento* Antonio Conselheiro est au cœur d'une région où se sont multipliés les *assentamentos*, d'abord liés au déplacement des riverains des barrages, puis à la réforme agraire. Certains journaux ont qualifié ce Pontal de «République des sans-terre» pour le nombre important d'*assentamentos*.

La lutte du MST dans le Rio Grande do Sul, de colonos à *assentados*: l'ancienne *fazenda* Anoni

Ils avaient déjà exproprié en 64 pour construire la centrale hydroélectrique Passo Real, les propriétaires avaient réussi à stopper le processus. Il y avait une contradiction à propos de cette terre. En 1984, c'est la création officielle du MST. On a occupé en 1985 et en 1987 il y a eu libération de l'aire avec un *assentamento* provisoire et en 1992, régularisation: 265 familles ont été installées ici en plus, 30 familles peões et 57 de «remanescentes» de Passo Real. I. M. et M. L. Area 1/ 16 de Março. (entretien, janvier, 2003)

Le 29 octobre 1985, 1 500 familles venues de 33 *municípios* de la région du Haut Uruguay, dans le Nord de l'Etat du Rio Grande do Sul, occupèrent la *fazenda* qui à l'époque appartenait au *município* de Sarandi. Elle était de 9 500 hectares et déjà expropriée depuis 1971 pour y loger les agriculteurs chassés par un barrage voisin à Passo Real. L'affaire, pourtant en justice, ne permettait pas aux agriculteurs en question de cultiver quoique ce soit: «*la Fazenda Anoni fut un des latifundios les plus honteux de l'Etat où fut démontrée historiquement la fragilité du pouvoir judiciaire devant la pression du latifundio et la fragilité de l'Etat en relation avec la force des latifundiarios*». Darci Maschio (Schwaab 2001) Cette occupation eut un rôle beaucoup plus large que la seule installation des familles sur cette terre. Elle a représenté un point de départ pour de nombreuses familles qui ont ensuite été installées dans d'autres régions du Rio Grande do Sul. Elle a été une sorte de creuset pour le MST dans cet Etat. Si nous remontons un peu plus avant dans le temps, nous voyons qu'en mai 1978, les indiens Kaingang de la Réserve Indigène de Nonoai (toute proche aussi), qui luttait depuis 1974 avec l'appui du Conseil Indigéniste Missionnaire (CIMI), avaient commencé des actions pour expulser les 1800 familles de colons-fermiers qui vivaient sur leur territoire. La réserve avait été créé plus d'un siècle auparavant en 1847 et l'entrée des premières familles de colons-fermiers qui étaient sans terre, se fit en 1940. En 1963, environ

5000 familles du MASTER, furent chassées d'une ferme (*fazenda* Sarandi). Le gouvernement de l'Etat proposa à ceux qui résistèrent de louer des terres au Service de Protection de l'Indien (SPI), en occupant les terres de l'aire indigène. Quinze ans après, les indiens Kaingang, cessèrent de percevoir le loyer. Mais en mai 1978, en moins d'un mois, ils expulsèrent les colons de leur terre. Pour ces travailleurs, il existait peu d'alternatives: migrer vers les projets de colonisation de l'Amazonie, devenir employés d'une entreprise agricole ou d'une industrie en migrant vers la ville, ou lutter pour avoir une terre dans le Rio Grande do Sul lui-même. En juin 1978, une trentaine de familles entrèrent dans les «Glebas Macali Brillante» à Ronda Alta et dans la Réserve Forestière de la Ferme Sarandi à Rondinha, elles furent rejointes plus tard par d'autres. Ces «glebas» étaient des terres publiques allouées à des entreprises. Les 300 familles qui occupaient ces terres furent listées par le secrétariat d'Etat du Rio Grande do Sul qui promit de les installer dès que la Réforme Agraire serait faite dans le pays. Ainsi, de nombreuses autres familles cherchèrent à être aussi sur la liste. Une partie d'entre elles fut dirigée vers un parc d'exposition proche de Porto Alegre (capitale du Rio Grande do Sul) puis vers d'autres lieux: Bagé, le Mato Grosso. Quelques-uns trouvèrent «refuge» à Ronda Alta, au sein de la paroisse d'un prêtre de la Commission Pastorale de la Terre: le père Arnildo. Ainsi, avec l'aide de ce prêtre, ces familles commencèrent à organiser les sans-terre alentours. Ce fut le début du MST dans cette région (VIEIRA MEDEIROS, 1998).

Le campement de la *fazenda* Anoni, fut l'un des plus grands de l'époque, certains l'ont surnommé: «ville de toile». Les occupants, descendants de colons italiens ou allemands étaient en grande partie originaires de la région même. Ils venaient de différents *municípios* proches. Un certain nombre d'entre eux ont constaté que la terre familiale où ils travaillaient était trop petite et que les conquêtes de terre, comme à l'époque de leurs parents et grands parents, petits agriculteurs dans les colonies, étaient devenues impossibles. Au sein du campement il leur a fallu s'organiser et le travail en équipe leur a semblé le plus adéquat. Tout un récit a été établi par les habitants des *assentamentos* issus de cette occupation, certains même, par le biais de travaux universitaires (SCHWAAB, 2001) mais aussi par le biais de films documentaires comme "Une terre pour Rose" et " Le rêve de Rose" (MORAES, 1987, 2000). Dans le récit de leur installation, plusieurs étapes sont à mettre en relief: 1) le travail de la terre de la *fazenda* Anoni. 2) le travail de pression sur les organes publics comme l'INCRA, par le biais d'occupation, de marches, les difficultés à circuler, à sortir du campement entouré d'une barrière de policiers (200) présents sur place pendant plusieurs mois, les ont conduit à mener des actions internes pour renforcer le groupe. Ainsi ce que le MST appelle la *Mística* a été développée à cette époque: valorisation de symboles, saynètes, chants... pour mettre en valeur les actions. 3) les réflexions menées dans le campement. 4) les *caminhadas*, à partir du campement furent nombreuses. Celle qui conduisit 250 familles jusqu'à Porto Alegre en 1985 fut particulièrement marquante pour les habitants. 5) la mise en place de l'Ecole.

Le nombre de familles ainsi que le nombre d'hectares ont encouragé les futurs *assentados* à créer plusieurs *assentamentos*: 16 de Março (avec 82 familles du MST), Nossa Senhora de Fatima, Santa Barbara, Nossa Senhora Aparecida et São Miguel. Tous se trouvent dans le *município* de Pontão qui s'est émancipé de Sarandi grâce à cette population nouvelle. Les *assentamentos* se situent dans une région vallonnée, qui jusqu'au début du vingtième siècle comportait une grande part de forêt. Le climat de cette région est subtropical. Aujourd'hui, la culture principale étant le soja, le paysage est constitué en début d'année d'un relief vallonné vert. On l'appelle parfois le «monde vert» tant est omniprésente la culture du soja.

Les *assentamentos* sont organisés de différentes manières. Nous nous sommes rendus dans quatre d'entre eux: deux se présentent sous forme de *vilas* et deux ont des maisons éloignées les unes des autres et situées à proximité des terres, individuellement exploitées. Dans l'*assentamento* 16 de Março, on trouve une très grande salle des fêtes, avec un espace pour jouer à la «*bocha*» et à la «*bola*». Cet *assentamento* comporte aussi une école, un centre de santé, un lieu de culte (utilisé par les protestants luthériens et par les catholiques). Les maisons y sont le plus souvent grandes, confortables elles possèdent l'eau

courante et l'électricité. En partie en bois, leur construction suit la tradition *gaucha*. Elles sont organisées à proximité des principaux services cités plus haut, dans une sorte de village. Cependant, un groupe de familles s'est installé à distance du reste de l'*assentamento*. Les maisons de ce sous groupe sont elles aussi proches les unes des autres et forment un rectangle au centre duquel se trouve un espace couvert d'arbres fruitiers appartenant à la communauté. Il est à remarquer que la plupart des membres de ce groupe ont participé ou participent à une coopérative de travail. Se trouvent ici plusieurs leaders régionaux du MST. On voit ici combien la mobilisation des familles a été essentielle pour l'obtention de la terre. Les débuts du MST dans l'Etat s'accompagnent donc clairement de la revendication plus large de la Réforme Agraire dans le pays. Nous reviendrons sur l'émancipation du *município* de Pontão qui est aussi très significatif si l'on considère les lois énoncées par Moles puisqu'il est question ici de la création d'un nouveau territoire officiel qui prend sa place sur les cartes, qui est reconnu des pouvoirs publiques et où plus tard un *assentado* est devenu le maire .

La vie «avec le semi-aride» et la foi: Ramada da Quixabeira (PE)

Nous sommes arrivés ici à travers un long temps d'acampamento. Nous étions déjà passés par d'autres aires. Nous marchions en quête d'une terre pour travailler, [une terre] d'où nous pourrions tirer notre survie. Donc, après avoir beaucoup souffert, étant obligés de passer d'un acampamento à un autre, l'INCRA nous a indiqué cette aire ici, qui était expropriée depuis déjà 5 ans sans que personne n'y habite. (Entretien avec F. A., Assentamento Ramada da Quixabeira (Iguaraci), le 12 juillet 2001)

L'histoire de cet *assentamento* est aussi très particulière. En plus du témoignage des habitants, nous nous basons également, sur le récit rédigé par eux et figurant dans le plan de développement durable de l'*assentamento*. Leur histoire, ils la comparent à la quête de Moïse et de son peuple vers une terre promise où ils ont fini par arriver après de nombreux détours et difficultés. Les habitants de ce lieu ont la particularité d'être pratiquement tous en famille, ce qui fait dire à la professeur de l'école où vont les enfants, qu'ils constituent une sorte de «tribu indienne». Le récit de leur arrivée jusque dans ce Sertão do PajeuPajeú est celui de leurs pérégrinations dans le Pernambouc pendant trois ans. Le point de départ de leur quête de terre se trouve dans la prise de conscience grâce aux Communautés Ecclésiales de Base (CEBs) de l'injustice dans laquelle ils vivaient. Avant de décider d'occuper une terre, ils ont pratiqué le système de solidarité traditionnel, le *mutirão*. Cette histoire est d'autant plus originale que dans l'*assentamento* voisin, le récit de l'arrivée sur les terres est bien moins long et n'a pas revêtu le même sens. Voici en résumé les principales étapes de cette histoire de Ramada da Quixabeira:

Janvier 1992: occupation de la fazenda Riachão de Serra Verde à São Bento do Una. (Agreste).

Février 1992 *despejo*, installation d'un campement sur une terre voisine.

Mars 1992 mort d'un enfant, visite d'un candidat à la mairie qui fait des promesses électorales.

Août 1992 entrée sur les terres en négociation pour eux.

Février 1993, le propriétaire annonce que la terre va être vendue à l'INCRA, mais rien ne se fait.

Juillet 1993, le Fonds des Terres de l'Etat du Pernambouc (FUNTEPE) les envoie à Gravata à environ 115 km plus à l'Est/est, mais l'endroit ne leur plaît pas et d'après eux, la terre est de mauvaise qualité.

Février 1994, contacts avec le syndicat rural et l'INCRA pour changer de lieu, discussion pour aller à Igarassu (zone de la Mata). Apparition de la proposition de Iguaraci dans le Sertão.

31 décembre 1994, transfert pour le Sertão do PajeuPajeú, arrivée dans l'*assentamento* Caldeirões voisin de l'aire qu'ils allaient occuper et qui les accueille temporairement.

4 Août 1995, libération de l'aire de Ramada da Quixabeira.

11 janvier 1996, crédit pour l'alimentation et crédit pour les outils agricoles

Comme on le voit dans leur récit, les habitants sont originaires de l'Agreste pernamboucain, plus précisément des *municípios* de Lajedo et São Bento do Una. Ils vivaient là dans une communauté rurale. Et c'est en tant que parcours collectif que leur expérience prend un sens particulier. Le fait que leur relecture des événements les conduisent à se voir comme en quête d'une terre promise est très significatif. Cependant, les difficultés rencontrées et les obligations de travail nécessitées par cette terre, ont fait sortir certaines familles de l'organisation collective. Un couple se sentait trop vieux et malade pour assumer les tâches qui lui étaient attribuées, un professeur de l'école ne pouvait plus assurer le travail de la terre et celui de l'école. Il est indéniable que malgré les difficultés, la grande capacité d'innovation et de revendication des habitants de cet *assentamento* leur apporte reconnaissance et respect dans la région.

Au delà des ballottements dont elles ont fait l'objet, on notera ici la volonté dont ont fait preuve ces familles pour obtenir une terre qui corresponde à leurs besoins. Celle qu'elles voulaient n'a pas pu être expropriée, alors le FUNTEPE les a envoyées dans un autre *município* plus à l'Est l'est qui ne leur a pas paru adéquat. Ces familles ont senti qu'elles ne s'intégreraient pas à la société avec laquelle elles ont été en contact. Plus tard, elles ont trouvé un milieu plus propice avec la région du Sertão. Les étapes relevées ici montrent que si elles avaient accepté la terre qu'on leur proposait, elles auraient "gagné" trois ans, mais auraient sans doute perdu beaucoup plus en terme d'intégration et d'autonomie.

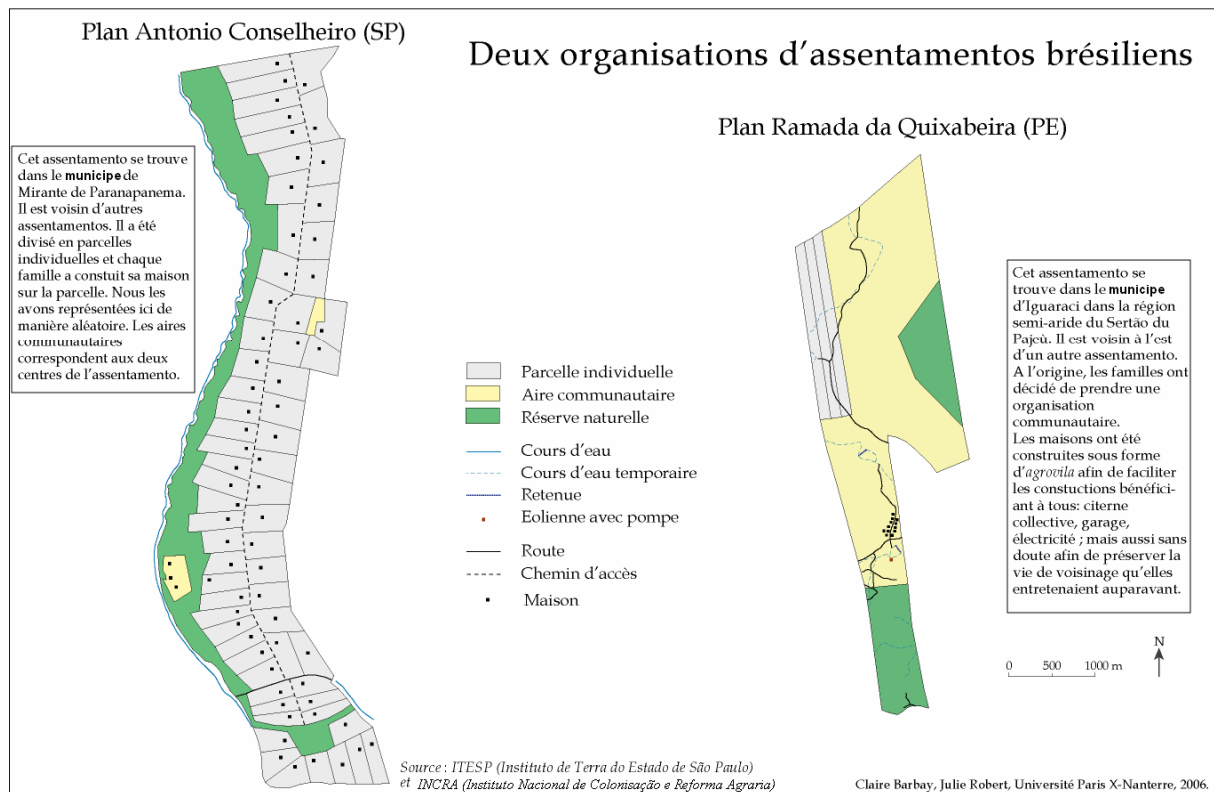
Le Sertão est une des trois grandes régions que l'on distingue dans le Pernambouc comme dans tout le Nordeste: Mata (zone littorale), Agreste (zone intermédiaire) et Sertão (zone semi-aride à l'ouest). Dans le Sertão domine un climat semi-aride, puisque les chutes de pluie annuelles sont en général inférieures à 600 mm. Elles se répartissent au «printemps et en été», saisons pendant lesquelles le taux d'évaporation est très grand. L'inclinaison de la région vers la vallée du São Francisco et l'imperméabilité du sol, provoquent le rapide dessèchement des eaux fluviales, et contribuent à accentuer la semi-aridité du climat. Cette région est régulièrement victime de la sécheresse la «seca», ce qui provoque une désorganisation de la production et a produit par le passé des épisodes de famine (BRUNEL, 1986). L'*assentamento* se trouve dans une vallée au cœur de reliefs relativement élevés.

En ce qui concerne l'*assentamento* lui-même, d'après les descriptions des habitants, l'espace qu'il occupe aujourd'hui était boisé. Pour construire leurs maisons et avoir des terres à cultiver et des pâturages, ils ont dû déboiser. Ils profitent du défrichage pour produire du charbon de bois qu'ils peuvent vendre ensuite.

L'accès à l'*assentamento* est difficile, pour y parvenir, il faut sortir de la route goudronnée, emprunter un chemin poussiéreux ou boueux (en fonction de l'époque) que l'on met au moins une demi-heure à franchir en voiture ou en moto. Comme on peut le voir sur le plan, l'*assentamento* est organisé le long d'un axe central, avec les maisons de part et d'autres. Les maisons sont toutes construites sur le même plan, des lits ont été faits avec du ciment dans les pièces destinées à être des chambres à coucher. L'électricité est arrivée en 2000. Le principal problème de la maison est son approvisionnement en eau: une citerne a été construite pour chacune d'entre elles, cependant pour avoir de l'eau au robinet, il faut remplir à la force des bras la réserve placée en hauteur. Les bâtiments communs sont un garage qui sert de salle de réunion, un dépôt pour les machines et pour les semences, une grande citerne, une étable. En commun aussi les terres cultivées. Les habitants attendent un poste de téléphone... Une association regroupe la plupart d'entre eux. Ainsi, sur les 720 hectares, seules quelques familles possèdent une parcelle, les autres travaillent ensemble sous forme communautaire avec la participation de chacun. Ce type d'organisation qui porte le nom de *mutirão* était déjà en place quand ils travaillaient sur les terres des autres dans l'Agreste. Arrivés fin 1994 ils ont été accueillis par Caldeirão (l'*assentamento* voisin) et se sont installés sur la terre le 7 août 1995. Il y avait au départ 9 familles dans l'*assentamento*, tandis qu'aujourd'hui il y en a 13.

Les habitants de Ramada da Quixabeira, même s'ils ne sont pas originaires de la région, apprennent tous les jours à vivre dans le Sertão. L'appartenance collective des terres leur permet de concentrer leurs efforts sur certaines parties et de laisser paître les bêtes sur d'autres.

Figure n°. 2



Echecs et espoirs de la réforme agraire: l'assentamento Primeiro de Março (PA)

L'histoire de cet *assentamento* du Nord du Brésil, commence comme celle de beaucoup d'autres par une occupation, mais contrairement à beaucoup d'autres, c'est une occupation du siège d'une institution publique en ville qui constitua l'élément déclencheur. Cela est sans doute significatif de l'origine même des *assentados* d'aujourd'hui: la ville.

Le 17 décembre 1996 l'INCRA de Marabá dans l'Etat du Pará est occupé, il semble que dès le 24 décembre ait eu lieu l'installation sur un *assentamento* proche de la terre revendiquée: Arare, où les paysans sans terre sont restés trois mois, jusqu'à leur entrée sur les terres mêmes de la Fazenda Pastoriza: le premier mars 1997. Mais toujours pour une occupation d'un peu plus d'un an, jusqu'à l'acquisition de la terre par l'INCRA en 1998. Ainsi dès 1998, ils sont installés, mais ils se sont déplacés du bord du fleuve, vers le de route, en 1999 pour bâtir *agrovila*. C'est à dire un groupement de maison, qui se rapproche d'un village, mais qui ne possède aucun pouvoir décisionnel officiel. L'INCRA avait fixé les limites de leur emplacement actuel. Et fin décembre 1999, ils ont obtenu le «crédit» habitation grâce auquel ils ont pu commencer la construction des maisons.

Un *assentado*, (A. S.) affirme: «pour arriver jusqu'à cette terre de Pastoriza, ça a été facile, mais pour y résister, ça a été beaucoup plus difficile» (décembre, 2002). On retrouve ici deux des trois étapes qui ont longtemps constitué le mot d'ordre du MST: "occuper, résister et produire". Les personnes qui ont occupé l'INCRA semblent avoir été contactées dans leur quartier par le MST qui a réalisé tout un travail en ville pour faire connaître la possibilité d'avoir une terre. Parmi ceux qui ont commencé l'occupation, seule une petite partie est restée jusqu'au bout. D'après les habitants, le propriétaire de la terre avait des dettes auprès de l'Etat, et cette terre avait du accueillir à une époque, un cheptel de bovins. Elle a sans doute suivi l'évolution de nombreuses terres de la région: châtaigneraie, extraction de bois, pâturage: mais alors que celle-ci est devenue *assentamento*, d'autres terres de la région deviennent des champs de soja.

A partir des entretiens réalisés, dans cet *assentamento*, nous constatons que les personnes sont principalement originaires du Maranhão et du Tocantins, deux Etats voisins. Nous pouvons re-situer leurs migrations dans un contexte général «d'avancée vers l'ouest», vers des zones en défrichement, un mouvement qui a fait se concentrer la population aux abords de la ville de Marabá. Une majorité d'habitants ont comme dernier lieu de vie, la ville de Marabá. Le Maranhão, bien qu'étant un état de la région du Nordeste a des caractéristiques très proches de l'Amazonie et ainsi, ses habitants ne sont pas dépaysés en venant dans cette région du Para. Il semble que les *assentados* n'aient pas connu beaucoup de lieux différents avant d'arriver à Marabá, et que ce soit le chômage en ville qui les ait conduit à chercher une terre. Une partie seulement a participé au campement et l'autre a rejoint l'*assentamento* plus tard. Il semble qu'il y ait 338 lots ruraux, dont environ 90 auraient été revendus à d'autres: au sein de l'*assentamento* ou en dehors. Il y a ainsi dans la *vila*, des personnes qui n'y ont que leur maison et qui travaillent à autre chose dans l'*assentamento* ou en ville, puisque celle-ci est très proche.

Cet *assentamento* est proche de Marabá, dans une zone qui était autrefois utilisée comme châtaigneraie. Nous sommes à proximité du fleuve Araguaina qui rejoint le Tocantins en amont de Marabá. Le climat de la région de Marabá est de type tropical humide avec une saison des pluies et une saison sèche bien marquées. La qualité des sols est très variable: schistes, sableux, granits, «*terra roxa*», quartz, hydromorphe. Les caractéristiques physiques de cette région ont fourni à plusieurs générations matière à exploitation: châtaignes du Para, minerais, caoutchouc.

L'*assentamento* est facilement accessible par une route goudronnée depuis peu et qui va à Marabá; d'un côté, on trouve la *vila* et de l'autre les lots ruraux dans ce qu'ils appellent «l'aire rurale». La *vila* rurale est organisée en plus de 35 «quartiers», qui seraient plutôt des pâtés de 10 maisons. L'*assentamento* est voisin d'autres *assentamentos*. Il se trouve très près (2) des villes de Marabá, de São Domingo, même s'il dépend du *município* de São João. En face de la *vila*, de l'autre côté de la route, se trouve une zone commune de forêt, où les gens peuvent venir prendre du bois.

L'*assentamento* possède deux écoles en bois; ce qui à première vue témoigne d'une certaine richesse mais est en fait le fruit d'un conflit, puisque l'école la plus ancienne est celle du MST et la seconde celle du *município*: on retrouve ici avec l'école, un sujet d'opposition traditionnelle entre le MST et les institutions locales. Mais avec la nouvelle école (en construction), les deux écoles devraient être réunies. Près du chantier, une fontaine où les femmes viennent laver le linge (on y voit de grandes bassines remplies de linge), les enfants viennent y jouer. L'existence d'un terrain de foot, d'un club, de bars, d'un lieu de restauration, d'une boulangerie, d'une boucherie, de même que des revendeurs de produits «*avon*» (parfums) prouvent un certain dynamisme du lieu. Y demeurent aussi un charpentier, un coiffeur en plus des commerçants ambulants venant des villes voisines. De nombreuses cabines téléphoniques marquent les intersections des «rues», cependant, très peu fonctionnent réellement. On compte cinq Eglises: Catholique, Evangéliste (quadrangulaire), Adventiste et deux de l'Assemblée de Dieu. Elles ont chacune un lieu de culte différent au sein même de l'*assentamento*. D'après les habitants il n'y a pas de conflits de religions dans l'*assentamento*.

D'une manière générale, les maisons ne sont pas terminées: les murs de briques avec du ciment sont apparents. Certains ont fait des maisons en bois, d'après une habitante, c'est par ce qu'ils ont dépensé leur argent à autre chose. Certains dans la *vila* ont entouré leur lot d'une palissade en bois pour éviter que les animaux ne sortent et aussi pour avoir un peu de tranquillité.

Cet *assentamento* est constitué d'un véritable quartier rural tel que l'entend l'INCRA, il apparaît comme un espace divisé: les différentes écoles, les différents lieux de cultes. Les espaces pour se rencontrer sont différenciés. La vente des parcelles, des soupçons de détournement d'argent, des difficultés à réaliser les projets prévus font partie des échecs de la réforme agraire. Cependant, la capacité à créer une nouvelle association, l'organisation de l'*assentamento*, l'installation de nouvelles personnes qui n'y achètent qu'une maison montrent que le lieu est dynamique. Là où il n'y avait rien en 1997, il y a aujourd'hui tout un quartier, avec des commerces, des lieux publics et une production agricole.

Antônio Conselheiro, un *assentamento* composite, à l'image de l'Etat où il se trouve São Paulo

L'histoire de l'*assentamento* Antonio Conselheiro a commencé avant sa mise en place officielle par l'INCRA en 2000. Une partie importante des 57 familles qui ont obtenu une terre ici, ont participé à un campement organisé par le MST. D'après les récits des acteurs eux-mêmes, le campement a commencé en 1996. Comme souvent dans ce cas, les participants pensaient rester là peu de temps: «*les gens disaient qu'il y en aurait pour quatre mois et finalement ce furent trois à quatre ans de campement*» (M. R., entretien novembre, 2002). Les personnes présentes dans le campement sont passées par des étapes très différentes:

Il y a eu une époque où il n'y avait presque plus personne, ceux du MST nous ont dit que l'on pouvait aller chercher du travail, alors mon père a acheté une maison à [la ville de]Teodoro Sampaio. Après nous sommes revenus au campement, il y avait des rations de nourriture (cesta) et nous travaillions pour les *assentamentos* alentours, le camion de la Cocamp [la coopérative] venait nous prendre.

Les moyens de subvenir aux besoins du campement n'ont pas été assurés de la même façon au fil des ans. M. R. a du aller vivre un moment en ville alors que dans la famille d'A. S. et d'A. O., tous deux mariés: lui est resté quatre ans à camper sous toile, pendant qu'elle était à la maison, s'occupant avec leurs enfants des travaux des champs. La séparation d'avec la famille au moment du campement est en effet quelque chose de très courant.

Une étape quasi-obligatoire dans les occupations de terre est celle de l'expulsion, *despejo*. Ainsi, J. S. racontait en novembre 2002:

Je vivais à Colorado, des personnes, des sans terre disaient qu'il y avait une terre par ici. Donc, nous avons campé dans la (fazenda) Santa Rita, trois ans, mais ça n'a pas marché. Après nous avons campé au bord du fleuve Paraná mais un jour, l'eau s'est mise à monter et est entrée dans nos baraquements. Ainsi José Rainha a dit que nous devons partir pour aller dans la fazenda Santa Clara, là, il y eut une expulsion très dure qui ne fut pas demandée par le propriétaire, mais par son fils qui avait fait venir la police. Mais le propriétaire est arrivé et a dit que l'expulsion ne venait pas de lui, que lui voulait vendre la terre et que nous pouvions partir plus tard ou aller sur les bords de la route. Finalement il a vendu à l'INCRA.

Entre 1990 et 2000, 336 occupations eurent lieu dans la région. La profusion des *assentamentos* est à mettre en relation avec l'histoire de cette région. Dès la fin du dix-

neuvième siècle des conflits ont existé entre les «*grileiros*» et les «*posseiros*» (FERRARI LEITE, 1998). Les «*grileiros*», sont les grands propriétaires terriens qui s'approprient illégalement des terres publiques. Les «*posseiros*» sont des petits paysans qui travaillent sur des terres dont ils n'ont pas les droits de propriété. Il semble que la région du «Pontal», c'est à dire de la «Pointe», trouve son origine dans une action de «*grilagem*» de plus de 1.100.000 ha qui eut lieu à la fin du XIXème siècle. Cette région est une des plus conflictuelles de l'Etat de São Paulo.

A l'origine du processus actuel, il y eut en novembre 1983, l'occupation par trois cent cinquante familles sans terre des fermes (*fazendas*) Tucano et Rosanela, sur le *município* de Teodoro Sampaio. A cette époque, les sans terre n'avaient l'appui ni d'institutions ni de mouvements, mais seulement de quelques religieux et hommes politiques ; cela ne fut pas suffisant pour les familles qui finirent par être expulsées. Cependant en 1984, le gouverneur de l'Etat fit les premières expropriations et donna une aire de 15 110 hectares, pour l'installation de 460 familles. Le nom de ce premier *assentamento* fut «Gleba XV de Novembro». Ensuite, les différents mouvements de sans terre se sont réunis au sein du MST et c'est dans le cadre de ce mouvement que les autres *assentamentos* ont vu le jour (FERNANDES, 2000). La concentration d'*assentamentos* dans cette région est très élevée. On la doit au caractère public de ces terres qui avaient été accaparées par de grands propriétaires de manière illégale, mais aussi à la multiplication des déplacements forcés de populations riveraines des fleuves, à l'occasion de la construction de barrages, quoique dans ces cas on parle d'un type particulier d'*assentamento* qui n'est pas «de réforme agraire». La population de l'*assentamento* Antonio Conselheiro est d'environ 250 personnes, 65 familles titulaires et non titulaires sont installées sur les lieux. Les origines de ces personnes sont diverses: elles sont originaires de l'Etat de São Paulo lui-même ou du Parana et du Mato Grosso do Sul, voisins du Pontal, ou encore du Minas Gerais (Etat voisin de São Paulo). Cependant une grande partie est originaire du Nordeste. Si toutes sont nées à la campagne, 9 personnes parmi les 13 interrogées déclarent être passées par la ville pour leur logement ou leur travail. Parmi elles, beaucoup ont été *boias frias* (journaliers) c'est à dire qu'elles travaillaient à couper la canne, plutôt donc dans l'espace rural. Certains hommes déclarent avoir exercé le métier de maçon dans des grandes villes comme São Paulo ou Presidente Prudente. A partir des données recueillies par le Laboratoire d'Etudes, de Recherches et de Projets sur la Réforme Agraire (NERA) de l'Université de l'Etat de São Paulo du campus de Presidente Prudente à l'occasion d'une enquête sur les impacts socio-territoriaux dans l'*assentamento* de A. Conselheiro (RIST), nous obtenons pour ceux qui sont allés en ville une moyenne de 14 ans passés en ville, avec un maximum de 26 ans et un minimum de 3 ans.

Encore selon cette enquête, nous voyons voir que 38 % de la population a moins de 19 ans, 38 % aussi a entre 20 et 49 ans et 24% a plus de 50 ans. Les titulaires de la terre sont en majorité des hommes (à 82 %) même si les femmes ont participé à 50% à l'occupation de la terre et qu'elles participent largement aux activités agricoles en plus des tâches domestiques. Le niveau d'alphabétisation est très bas, cependant, la plupart des jeunes entre cinq et dix-huit ans sont scolarisés. Ils représentent une partie importante de la population de l'*assentamento*. Les écoles fréquentées sont principalement celles de deux *assentamentos* voisins: Santa Clara et São Bento. Certains fréquentent aussi un collège agricole. La religion la plus présente dans l'*assentamento* est la religion catholique, mais il existe aussi plusieurs groupes protestants. Une majorité des habitants pensent que la religion a joué un rôle dans leur lutte pour la terre. Les résultats ne détaillent pas le pourquoi, mais on peut supposer qu'elle a encouragé leur organisation grâce par exemple à l'appui de la Commission Pastorale de la Terre (CPT) et au développement d'un esprit de résistance couramment cultivé et appelé «*mística*».

L'*assentamento* est installé sur les terres du *município* de Mirante do Paranapanema, il y a 28 *assentamentos* uniquement dans ce *município*. Cependant, l'*assentamento* se trouve plus près du *município* voisin: Teodoro Sampaio. L'*assentamento* se situe dans une zone proche du fleuve Parana. Par ailleurs, la région est une zone de frontière entre l'Etat de

São Paulo et deux Etats voisins: au sud, le Parana (du nom du fleuve) et à l'ouest le Mato Grosso do Sul.

L'*assentamento* est organisé le long d'un axe, une route en terre sur laquelle passe le car scolaire qui emmène les plus jeunes au groupe scolaire se trouvant dans un *assentamento* voisin (cf. plan). Les premières installations prennent place de l'autre côté de la route qui mène à Teodoro Sampaio. Les infrastructures existantes au sein de l'*assentamento* sont peu nombreuses. Aux deux extrémités de l'*assentamento* se trouvent deux centres différents. Le premier est un lieu de réunion et de fête, avec une salle, un lieu pour griller de la viande (faire du *churasco*) et à proximité un terrain de foot improvisé. Aux abords de cette salle vivent plusieurs familles d'*agregados*. Le second se trouve constitué autour d'un réservoir de lait, mis en place par un des collecteurs, il semble qu'il soit entretenu par des membres d'une association de l'*assentamento* qui habitent à proximité. De part et d'autre de l'*assentamento*, existent d'autres *assentamentos*, l'un porte le nom de Chico Mendes et a aussi été créé en 2000.

Au sein de l'*assentamento*, chaque maison est dans un lot de terre qui varie de 8 à 16 hectares. La piste en terre est très large et elle aboutit d'un côté à une route goudronnée et de l'autre elle continue vers d'autres *assentamentos*. Les maisons sont de grandeurs et de qualités variables, ceux qui avaient un peu d'argent ont réalisé des avancées, des garages. L'électricité est présente dans tout l'*assentamento*, ceux qui ont l'eau courante en dispose parce qu'ils ont une pompe, ce qui n'est pas le cas de beaucoup. Les maisons sont pour certaines bordées de fleurs et tous les terrains sont entourés de barrières.

Nous percevons ainsi la physionomie différente des *assentamentos*. Ces différences proviennent de la diversité des régions brésiliennes du point de vue culturel, climatique... L'approvisionnement en eau s'il est un problème récurrent, se pose avec plus de gravité dans la région du Sertão. La présence de maisons en bois est perçue différemment, alors que dans le Rio Grande do Sul elle est vue comme traditionnelle, près de Marabá, elle est critiquée comme une mauvaise gestion du crédit habitation donné par l'INCRA. Par ailleurs, les lieux de la communauté sont plus ou moins nombreux et d'accès différents: dans l'ancienne fazenda Anoni, leur gestion se veut collective alors que dans l'*assentamento* Primeiro de Março dans le Para, il y a une gestion privée des lieux de rencontre (club, bar). L'existence de deux écoles, trois associations et cinq lieux de culte est aussi significative de la diversification des traditions, des pratiques et des modes de vie au sein d'un même *assentamento*.

L'espace rural brésilien est caractérisé dès le départ par l'injustice, aujourd'hui, la «modernisation conservatrice» n'a pas fait évoluer cet espace dans le sens de plus de justice sociale et économique (BRET, 2000). Au contraire, le système minifundio-latifundio ancien s'est actualisé sans qu'en soit réellement remise en cause la structure. On trouve parmi la population rurale une famille sur quatre dont le chef de famille obtient moins d'un salaire minimum par mois, ce qui révèle une grande pauvreté. Il semble alors logique que la population rurale diminue au profit de celle des villes. Des régions ont perdu au cours des 50 dernières années plus de population que d'autres. Le Nordeste a ainsi peuplé l'ensemble des autres régions. Ces transferts de toute cette population, qui représentent beaucoup de richesses humaines, montrent qu'il existe aussi une inégalité entre les régions brésiliennes. Dans ce contexte, les *assentamentos* apparaissent comme une anomalie, puisque leur raison d'être est la répartition de la terre au bénéfice des travailleurs sans terre ou avec peu de terre. Un processus en contradiction avec la dynamique capitaliste décrite plus haut. La mise en place d'*assentamentos* a ainsi été régulièrement mise en avant pour répondre aux inégalités de la campagne. Elle suit par ailleurs, un processus administratif assez complexe pour qui attend une terre. On voit cependant que si la création des *assentamentos* est effective, elle ne remet que très peu en cause les équilibres régionaux: Le Nord, anciennement lieu de colonisation reste lieu majeur d'*assentamento*, même ces dernières années.

Les quatre exemples d'*assentamentos* étudiés nous ont permis de voir que les différences entre les *assentamentos* prennent des formes variées et tout en reconnaissant à chaque *assentamento* sa spécificité, nous avons pu constater que ces différences sont aussi

le fait de la diversité des cultures, des adaptations aux modes de vie. Nous pouvons souligner enfin que la population bénéficiaire de la Réforme Agraire fait partie de la population la plus défavorisée du Brésil.

Les récits de création d'*assentamentos* passent par des campements, sur les terres revendiquées ou en bordures de celles-ci. Les terres finalement obtenues sont le fruit d'expropriation de propriétaires absents ou d'achats par l'Etat. Trois des quatre *assentamentos* étudiés sont directement liés au MST, deux sont liés au syndicat des travailleurs ruraux et trois sont en lien avec la CPT ou l'ont été. Aucune organisation n'a ainsi l'exclusivité d'une présence dans un *assentamento*.

Nous présentons un récapitulatif des indicateurs dont nous disposons et qui nous ont semblé judicieux par le biais du tableau ci-contre. Tout d'abord, nous avons placé les noms des *assentamentos*, leur situation dans le Brésil et le nombre de famille installée. Ensuite, les informations concernant le processus d'installation des *assentamentos*: année et durée de l'occupation ou du campement, mouvement lié à l'*assentamento*, type d'expulsion, de pression, les solidarités exprimées, mais aussi les origines et la formation socio-politique des familles. Enfin nous reprenons des éléments de la situation actuelle des *assentamentos*, par le biais du type d'organisation des habitations, des changements opérés sur le territoire, par les projets évoqués ou effectifs et par le type de travail mis en place. Les deux *assentamentos* les plus récents sont ceux où l'on a vu le plus de mélanges dans les origines urbaines et rurales des habitants. Ce sont aussi les deux dont la formation socio-politique est liée principalement au MST alors que les deux autres sont plus diversifiés. Pour trois des quatre cas cités, les revendications de terre se sont accompagnées de relations tendues ou même violentes avec la police (souvent police militaire). Les logiques d'appropriation diffèrent aussi en fonction de la relation qui s'était établie avec la terre revendiquée, avec la quête de cette terre. Les changements physiques sur le territoire sont nombreux, des parcelles ont été aménagées, des maisons construites – soit de manière regroupée soit de manière dispersée – dans la plupart des *assentamentos* on a planté des arbres, installé des bâtiments d'usage collectif: école, salon de fête, église, garage, abris pour les bêtes. Nous voyons que la population des *assentamentos* est différente selon les régions. Tous «expulsés» de la terre qu'ils cultivaient, faute d'en être propriétaires ou faute de surfaces suffisantes, ils sont partis et ont cherché qui un travail en ville, qui une terre. En fin de compte, tous ont fait le pari qu'ils pouvaient obtenir une terre. Sans avoir échappé à un premier exode rural, ils viennent dans un lieu qu'ils participent à créer. Leur propre expérience du monde urbain leur donne sans doute un regard particulier sur les relations ville-campagne et sur la définition que l'on peut faire de l'une et de l'autre.

Figure n°. 3

Tableau récapitulatif des quatre *assentamentos* étudiés :

Assentamento et Etat	Année et durée de l'occupation		Nb Fam.	Origine des habitants	Formation socio-politique	Despejo, Police	Pression sur	Solidarités citées	Type d'habitat	Projets	Travail en commun
Ancienne Fazenda Anoni (Rio Grande do Sul)	1985	2 ans	352	Descendants de colons italiens et allemands petits propriétaires	Débuts MST Eglise Catholique et Luthérienne Nouveaux syndicats	Encerclement par la police	Gouvernement d'Etat du RGS (occupation en ville) La Justice L'Etat fédéral	Eglise Catholique et Luthérienne	<i>agrovila</i> et maison sur parcelles	Ecole Nombreux projets productifs (lait, abattoir, agriculture biologique)	Coopératives et travail individuel
Ramada da Quixabeira (Pernambouc)	1992	3 ans	13	Région de l'Agreste de PE métayers	Pastorale de Jeunesse Populaire SERTA CEB's Svndicat rural	Expulsion dès le premier mois	Mairie INCRA Eglise Catholique	Eglise Catholique Syndicat rural Voisins de Caldeirões.	<i>agrovila</i>	Plantes médicinales Horticulture Elevage caprin	Collectif et <i>Mutirão</i> . Aussi individuel
Primeiro de Março (Para)	1996	2 ans	390	Paysans, ayant fait un passage par la ville	Action du MST	non	INCRA (occupation en ville)	Eglise Catholique MST	<i>agrovila</i>	Vivier de poissons Crédits.	Trois associations concurrentes
Antonio Conselheiro (São Paulo)	1996	4 ans	57	Très divers, villes et campagnes.	Action du MST	Expulsion	INCRA, propriétaire terrien	MST Assentamentos de la région	Maison sur les parcelles	Individuel Projet de terrain de foot.	Prises de crédit par groupe. Echange de services

Conquérir la ville... conquérir la société

Nous abordons ici la définition de la relation ville-campagne et nous nous intéressons plus particulièrement au regard porté par les *assentados* eux-mêmes. Dans leur rapport à l'espace de l'*assentamento*, les travailleurs ruraux créent des alternatives à la ville comme lieu incontournable.

Ville et campagne, définitions d'ordre culturel et politique

Un débat sur les critères de définition du rural et de l'urbain dans le recensement brésilien a été ouvert en 1978 par Lopes: «le critère du recensement, en distinguant la population urbaine selon le cadre administratif (habitants des régions urbaines et suburbaines du *município*), n'est pas satisfaisant pour les objectifs démographiques et sociologiques» (LOPES, 1978). L'économiste José Eli da Veiga reprend cette thèse. Le titre d'un de ses articles dans un journal brésilien: «Villes imaginaires» (Estado de São Paulo 3/11/2001) illustre cette position. Ainsi avec une équipe de chercheurs, il a mené une réflexion dans laquelle il leur paraît peu vraisemblable que 4000 centres de *municípios* de moins de 11 000 habitants soient considérés comme des villes. Cependant, il relève que la législation brésilienne manque de différenciation entre les habitants «des 27 capitales d'Etats, des 12 agglomérations métropolitaines, des 37 agglomérations non-métropolitaines, 77 centres urbains et 500 centres de *municípios* ambivalents» (rural-urbain). Des données récentes indiquent en effet que 72,6% des *municípios* brésiliennes étaient considérées comme petites, c'est à dire possédant une population non supérieure à 20 000 habitants, et se trouvaient donc en dehors du «système de villes» mentionné précédemment.

La ligne de partage entre la ville et la campagne est au Brésil à la fois d'ordre culturel et politique, si l'on en croit l'analyse de Marvin Harris (1956) sur Minas Velha dans les années 40 (WANDERLEY, 2001). Les différences proviennent du plus fort engagement de la population rurale dans les activités agricoles et concernent surtout le mode de vie et les représentations sociales du travail qui s'exercent dans chacune de ces sphères de la vie sociale: la division du travail en milieu rural est réduite et les activités qui prédominent, se passent traditionnellement de ressources monétaires. A la différenciation campagne/ville, au sein de l'espace municipal, Harris superpose donc l'espace isolé des petites villes face aux grandes villes et aux centres métropolitains.

Ces questions de définitions des frontières entre ce qui est rural et ce qui est urbain ne sont pas propres au Brésil. La géographie toute entière est confrontée à la relativité des critères pour les définir. En France par exemple, l'INSEE donne le nom de ville à toute population rassemblée et atteignant au moins 2 000 habitants. Jacques Lévy définit pour sa part la ville selon des critères de densité et de diversité qui lui semblent universels (LEVY, 1994). Toujours est-il que le caractère relatif de la frontière doit nous amener à nous interroger sur la prise en compte de dynamiques englobant les villes et les campagnes. Pour notre étude nous utilisons non seulement les données statistiques et la définition de l'Institut Brésilien de Géographie et de Statistique (IBGE) mais aussi la perception des villes par les habitants des *assentamentos*.

Représentations de la ville et de la campagne par les habitants *d'assentamentos*

En interrogeant les *assentados* sur ce qu'ils pensent de la ville on entend dire:

On y va pour les affaires, de temps en temps, mais ce n'est pas comme ici. La ville, si tu n'as pas de quoi gagner de l'argent, tu n'as pas d'avenir. La liberté ici est plus grande. On n' a pas besoin de tout surveiller, tout est moins cher ici: l'eau, la lumière parce que c'est rural.

Le rapport de différenciation s'établit aussi par rapport à d'autres acteurs du milieu rural:

Les petits agriculteurs ici, ont formé le MPA (Mouvement des Petits Agriculteurs), parfois il y a des gens meilleurs ici, il n'y a personne qui soit très riche. Dans l'agriculture, il y en a qui sont plus puissants, les fazendeiros. Mais dans la CRENOLE [une banque coopérative], les associés sont du MST, mais aussi du MPA. L. B. Area 1, Assentamento 16 de Março (ancienne fazenda Anoni, RS)

En interrogeant des habitants *d'assentamentos* sur la différence qu'ils voyaient entre la ville et la campagne, nous remarquons un certain nombre de constantes dans leurs discours. La ville est pour beaucoup d'entre eux un lieu violent où ils n'aimeraient pas vivre; l'individualisme de la ville est aussi un repoussoir. Cependant, c'est un lieu nécessaire pour les services qui s'y trouvent, principalement pour les commerces et les soins médicaux. Les villes sont aussi des lieux de divertissements. Beaucoup déclarent que la ville est pour eux un lieu pollué et éloigné de la nature, tout le contraire de l'*assentamento*. Par ailleurs, l'importance déclarée d'avoir de l'argent en ville et d'avoir fait des études pour avoir un «bon travail» sous-entend que cela est moins nécessaire à la campagne, ce qui rejoindrait l'idée populaire que ceux qui restent à la campagne sont ceux qui seraient incapables de poursuivre des études.

J'aime beaucoup les personnes ici, quand on se rencontre et qu'on discute. Quand tu vis comme un arrendatario, tu souffres beaucoup et tu donnes la moitié pour le patron. La marge de bénéfice est pour le patron, ici non, nous, nous travaillons pour nous-mêmes. M. S. Area 1, Assentamento 16 de Março, comunidade 29 de outubro, (ancienne fazenda Anoni, RS).

Ici on a toujours de l'imagination, on avance assez dans le groupe: il y a une certaine organisation, des loisirs, des religions, une école avec la pédagogie à laquelle on pensait. Il faut encore que l'on avance, c'est sûr. Il y a des personnes qui travaillent avec des machines, une production écologique. Les choses sont bien au dessus de ce que l'on espérait aussi. La plupart des personnes ici aide le mouvement, assume les décisions du mouvement. Les activités de l'*assentamento* sont pensées ensemble. I. M. et M. L. Area 1/ 16 de Março, (ancienne fazenda Anoni, RS).

Ici il y a cette différence qui est le travail ensemble, nos habitations sont ensemble. A Caldeirões [l'assentamento voisin], chaque famille travaille dans son propre lot, chacun fait ses propres dépenses, chacun résout ses propres problèmes. [Ces familles] voient la nécessité d'être ensemble dans une communauté, pour l'eau. En dehors des assentamentos, tout est individualisme, quand il y a des revendications d'eau ou de ration alimentaire...Elles se joignent aux personnes des assentamentos. On vit en bonne entente avec nos voisins. (F. A. Ramada da Quixabeira (PE), 2002)

Le plus souvent, le reste de la campagne est aussi vu comme un espace individualiste, malgré l'existence reconnue par certains *assentados* de structures comme le Mouvement des Petits Agriculteurs (MPA) ou les syndicats ruraux (les Fetags). C'est aussi un espace où les statuts de ceux qui travaillent la terre sont différents (métayer, fermier, ouvrier agricole...) et où les personnes sont souvent exploitées. Ne possédant pas de terre elles sont obligées de subir cette exploitation. Le regard que les *assentados* portent sur cet espace rural est lié en grande partie à ce qu'ils en ont connu :

Ça a beaucoup changé, mon père a toujours été pauvre, il était arrendatario, ici c'est ma terre, j'ai deux enfants que je chéris, un mari qui est bien. Le nécessaire au moins on l'a. M.S. Area 1 (ancienne fazenda Anoni, RS)

L'appartenance au MST ou à d'autres mouvements ouvre aux travailleurs ruraux une perspective collective nouvelle. Cela aussi intervient de manière importante sur leur rapport à l'espace et participe à le façonner. Le Mouvement des travailleurs Sans Terre a un projet précis concernant les *assentamentos*, il circule sous forme d'un cahier destiné aux militants du mouvement portant le titre suivant: «Ce qu'il faut prendre en compte pour l'organisation des *assentamentos*» ce document apparaît comme une référence sur l'aménagement des *assentamentos*, proposant précisément des objectifs à atteindre et les moyens d'y parvenir.

Les assentamentos doivent être des exemples montrant qu'il est possible d'organiser la société sous 'une autre forme, dans laquelle les travailleurs sont maîtres de leur propre destin. Montrant ainsi la capacité d'organiser le monde économique, mais montrant aussi la voie de nouvelles relations sociales, comme la camaraderie, la solidarité, l'esprit de sacrifice. (CONCRAB, avril, 1997)

Dans ce projet, le MST, voit la proposition de l'INCRA en matière d'habitation comme étant uniquement l'*agrovila* ; ce qui ne semble pas toujours adapté aux souhaits et aux habitudes, produisant dans de nombreuses régions, un rejet du type *agrovila*. Il semble qu'au contraire, dans le Nordeste, les *agrovilas* ont souvent été des conquêtes de la part des *assentados*. Les problèmes posés par les *agrovilas*, que nous avons aussi pu constater ou entendre lors d'entretiens, sont principalement au nombre de deux: la longue distance entre la maison et la parcelle et la proximité entre les maisons défavorable aux petits élevages familiaux qui se gênent mutuellement. Il semble cependant que dans le Nordeste la question de la distance ait été réglée plus facilement dans la zone semi-aride où la *roça* de chaque famille est petite ce qui permet à l'*assentado* de ne jamais être très loin de sa parcelle. Par ailleurs, il semble qu'il existe des règlements internes de convivialité dans certains *assentamentos* permettant d'éviter les gênes liés aux petits élevages domestiques. Par ailleurs, pour ceux qui ne veulent pas entendre parler d'*agrovila*, des propositions sont faites sous les noms de noyau de *Moradia* et noyau d'habitation. Le principe du noyau de *moradia* est de garder les maisons sur les parcelles individuelles, mais de permettre leur rapprochement au sein d'un noyau et quand cela n'est pas possible, de mettre les maisons sur un même axe (route, chemin) pour permettre une certaine proximité. Le moment de la mesure et du découpage de l'aire est donc très important. L'autre proposition (noyau d'habitation) consiste en un regroupement des maisons de quelques familles (entre 15 et 25), et au rapprochement de leurs lots, ainsi comme le groupe n'est pas trop grand, la

distance aux parcelles devient plus faible. Leur projet d'habitation, comprend aussi la réalisation d'une "aire sociale" comportant: une salle des fêtes, une salle pour le sport, un petit entrepôt pour emmagasiner les produits agricoles, une école, un lieu de culte c'est ce qui d'après le MST «[renforce...] la convivialité et la participation sociale». A notre avis, un élément clef de cette proposition, en ce qui concerne les conditions de l'appropriation de l'espace par les assentados est suggéré sous le titre d'embellissement des assentamentos:

Le fondamental ici c'est de comprendre que l'environnement interfère dans notre bien-être. Donc, si l'assentamento est de fait le lieu où nous pensons construire nos vies et y jeter racines, cet assentamento doit être beau. Mieux dit, nous devons nous y sentir bien. Et, donc, il doit matérialiser le 'Jardin de l'Eden', le 'paradis'. (MST et CONCRAB, 2001)

Investir la ville. La ville, lieu de pouvoir.

Pour les *assentados*, la ville est un lieu nécessaire, qu'ils fréquentent pour leurs affaires, pour vendre, acheter, payer les factures, revendiquer des droits. Il faut noter qu'au Brésil, la ville a un rôle prédominant dans la vie des citoyens. Il existe une réelle domination de la ville sur sa campagne. Il y a, plus précisément, deux sortes de domination des villes sur les campagnes, la première, c'est la domination des grandes villes, des capitales d'Etat sur ce que les brésiliens appellent «l'intérieur» qui comprend tout ce qui est en dehors de la capitale d'Etat ou de la grande ville voisine. C'est ce que Bret (2000) appelle la macrocéphalie urbaine. «*Capitale d'Etat, la métropole hypertrophiée concentre les services politico-administratifs. Elle concentre aussi les fonctions commerciales [...]. La concentration de ces fonctions, ajoutée au fait que les propriétaires fonciers absentéistes résident souvent dans la capitale, aboutit à ce que la métropole abrite dans ses murs une catégorie sociale très privilégiée par la fortune et/ou le revenu.*» D'autre part, il y a la domination du centre urbain, parfois simple bourg sur la zone rurale du *município*. Les villes brésiliennes ne sont pas également réparties, la constitution de réseaux de villes est plus importante dans les régions Sud et Sudeste. La zone d'influence des villes est très différente si l'on parle d'une capitale comme São Paulo dont l'influence s'étend au moins jusqu'en Amazonie (THERY, 1999) ou des plus petites villes d'influence locale. Mais, d'une manière générale, la campagne reste dépendante de la ville.

La législation brésilienne privilégie les fonctions politiques et administratives exercées à partir de la ville, nous retrouvons cela dans la nécessité qu'ont les *assentados* de se rendre en ville pour régler leurs affaires. Avec ses fonctions centralisatrices, la ville serait le dépositaire des pouvoirs publics et le distributeur des services publics et privés destinés à tous les *municípios* ruraux et urbains. Au Brésil, il n'existe pas de *municípios* ruraux - à savoir des espaces et des communautés proprement rurales et en même temps détentrices du pouvoir municipal. A la lumière de la tradition historique et des conceptions juridiques dominantes, ces termes apparaissent comme opposés et contradictoires. Attribuer le pouvoir municipal à un groupement suppose automatiquement la reconnaissance de sa condition de *município* et de ville. Les villes qui sont le siège de la représentation de l'Etat, concentrent les services. Par définition le «rural» suppose la dispersion de la population, l'absence de pouvoirs publics sur son espace et même l'absence, dans la majorité des cas, de ces biens et services naturellement concentrés en zone urbaine. Par conséquent, le «rural» fait toujours référence à la ville, il en est sa périphérie spatiale précaire, et il en dépend du point de vue politique, économique et social. Le milieu rural constitue donc un espace de précarité sociale, excepté dans les espaces minoritaires en terme de population où les élites ont une maison en ville et une maison et des terres à la campagne.

A priori l'espace urbain est un lieu social où se rencontrent et se confrontent facilement divers groupes. S'il s'établit une géographie des classes sociales, dominants et dominés y trouvent des places qui ne sont pas toujours très éloignées les unes des autres. Ce qui caractérise les quartiers de favelas c'est qu'ils sont souvent situés dans des zones

abandonnées par leurs propriétaires publics ou privés mais sont autant que possible à proximité du centre et, donc, des activités économiques. Le caractère illégal de l'implantation empêche les favelas de se développer même si l'on trouve des exceptions comme celle de «*Brasília Teimosa*» à Recife qui a été légalisée et qui aujourd'hui est un quartier à part entière. Laurent Vidal L. (1992) cite l'étude de Janice L. Perlman (1976): «les *favelados* ne sont pas socialement marginaux, mais rejetés, ils ne sont pas économiquement marginaux mais exploités, ils ne sont pas politiquement marginaux, mais réprimés». Cependant, les classes moyennes et aisées ont leurs quartiers et leurs immeubles gardés jours et nuits pour les rassurer et les isoler des plus pauvres qui demeurent pourtant à proximité des beaux quartiers où ils vont pouvoir trouver du travail.

On notera que dans certaines grandes villes, sont aussi apparus des mouvements organisant des populations exclues du «droit à la ville» (VIDAL, 1992). A la fin des années 90 le Mouvement des Travailleurs Sans Toit (MST) a été créé, avec l'aide du MST, ce mouvement est présent dans la région du Grand São Paulo, dans celle de Rio, dans le Nordeste comme à Recife (RODRIGUES C., 2002). Le MST est ainsi en relation avec les mouvements urbains et cherche à en être solidaire. Alors qu'auparavant, les favelas se faisaient «spontanément», aujourd'hui on voit des occupations urbaines planifiées et revendiquées. Il apparaît donc important de conquérir cet espace urbain pour ne pas demeurer dans la catégorie des dominés.

Dans le récit que fait Marisa de Fatima Lomba de Farias au sujet du campement «*América Rodrigues da Silva*», on voit un épisode de l'histoire de ce campement où le groupe s'est installé en pleine ville à Três Lagoas dans le Rio Grande do Sul, sur le parvis de la cathédrale pour faire pression sur les autorités locales. Cet espace était devenu en quelque sorte une grande scène théâtrale où un mariage venait d'être célébré en beaux habits tandis que les sans-terre «jouaient» un contre-théâtre dérangeant la représentation harmonieuse qui précédait.

Alternatives à la ville

Nous avons vu en suivant la démarche de Moles, que les *assentamentos* constituent de nouveaux lieux. Nous avons vu à partir des témoignages des habitants des *assentamentos* que pour eux, ces lieux diffèrent du reste de l'espace rural et de la ville. Les *assentamentos* peuvent créer en leur sein des alternatives à la ville. Créer une alternative, c'est contrairement à ce que l'on pense souvent, non pas créer une proposition parallèle, mais plutôt créer un choix là où il n'en existait pas auparavant, en l'occurrence au sein de l'*assentamento*. Ainsi les services, parfois les commerces installés dans les *assentamentos*, diminuent le besoin de se rendre en ville ou permettent un accès à des services qui sinon n'auraient pas été utilisés (santé, école...). La présence des écoles au sein ou à proximité des *assentamentos* renforce cette tendance. Dans le cas de l'*assentamento* Antonio Conselheiro, nous constatons que l'école se trouve dans un *assentamento* voisin accessible en bus. Pour les *assentamentos* présents dans cette partie du *município* de Mirante de Paranapanema, le centre n'est plus la ville, mais s'est déplacé vers «Pé de Galinha» où l'on trouve: un poste de santé, un groupe scolaire, des expériences d'horticulture, des terrains de sports et peut-être un jour un bureau de poste. Dans ce cas, une alternative a été créée, mais oblige cependant les *assentados* d'Antonio Conselheiro (SP) à se rendre dans un autre lieu. Ailleurs, comme dans l'*assentamento* Primeiro de Março (PA), l'intégration de commerces en tout genre: du club de danse au coiffeur, en passant par le boulanger, conduisent les *assentados* à faire des comparaisons entre les prix de la ville de Marabá, et de l'*assentamento*. A Ramada da Quixabeira (PE), aucun commerce ne s'est installé, les besoins urgents sont comblés auprès des autres *assentados*: «*Il te reste des haricots? Combien les vends-tu ?*» et une personne est chargée, de faire des achats chez un grossiste pour faire faire des économies à tous. Nous avons ici deux logiques différentes: l'une individuelle, l'autre plus collective. Il est intéressant de noter cependant, que l'INCRA interdit

officiellement les activités de commerce dans les *assentamentos*, en particulier les débits de boissons mais, pour une raison ou une autre, des relations commerciales se créent.

Si la ville apparaît comme un lieu de domination politique, le fait de trouver au sein des *assentamentos* des organisations comme les associations nous semble permettre une prise de décision plus directe de la part des *assentados* quant à leurs intérêts et à ceux de leur *assentamento*. Les questions posées au sujet de ces associations concernent d'ailleurs leur représentativité, leur fonctionnement démocratique... signes qu'un pouvoir leur est attribué par les *assentados* et par leurs interlocuteurs.

Nous pouvons constater que les églises et les écoles sont très souvent présentes dans les *assentamentos*, comme dans nos modèles de villages français. Parfois même, un local est désigné pour accueillir une association, quand ce n'est pas l'école elle-même qui sert de lieu de réunion.

Etre aussi présent en ville

Sottili (1999) pour sa part a remarqué que l'action accrue d'un mouvement comme le MST en ville, par l'occupation de places, d'édifices publics et par des manifestations, se traduit par une augmentation du nombre de photos liées à la ville dans les journaux du mouvement: 60% pour 1995, 50% pour 1996 et 90% pour 1997. J.P.Stedile, leader du mouvement, déclarait en 1997: «*La force du mouvement réside en partie dans la compréhension, par la société, en particulier urbaine, de ce que notre cause est juste et nécessaire pour la société brésilienne*». La multiplication des photos renforce l'idée que la ville est un lieu d'action important pour les sans-terre, peut-être autant que l'occupation de la terre. Quand on voit des photos de ces manifestations dans les journaux du MST ou ailleurs, on peut constater que se produit en ville à cette occasion un choc culturel et visuel, peut-être le même que celui qu'ont eu les habitants de Três Lagoas en voyant côte à côte les invités du mariage en habits neufs et les sans-terre fatigués de leur marche jusqu'à la ville. En 2003, dans l'Etat de São Paulo, on a vu les commerçants d'une ville fermer leurs magasins à l'arrivée annoncée d'une marche de sans terre.

Quand les populations des *assentamentos* manifestent comme "sans terre", certains commerçants semblent craindre leur arrivée. A *contrario* elles apparaissent très disputées par les commerces dans certaines régions comme celle du Pontal du Paranapanema où des cars affrétés amènent les *assentados* dans tel supermarché ou tel autre de la région. Certains maires ont déclaré que l'installation d'*assentamentos* dans leurs *municípios* avait clairement dynamisé les activités des commerces de la ville. Les *assentados* ont des revenus certes faibles, mais plus réguliers et plus importants que la majorité de la population rurale. Ils déclaraient aussi que les *assentados* vont faire leurs achats dans les villes proches contrairement aux grands propriétaires terriens qui ne font qu'exploiter les ressources locales mais n'apportent rien en retour. Le dynamisme commercial des villes est aussi favorisé par l'arrivée sur les marchés locaux de fruits, de légumes et parfois de produit d'artisanat, plus rares auparavant. Dans les *assentamentos* de Pontão (RS), la participation d'un groupe d'*assentados* à un marché biologique dans la grande ville la plus proche (Passo Fundo) témoigne à la fois de l'intégration de ces familles dans une démarche commerciale avec la ville, mais aussi de la volonté d'y présenter des produits différents.

La «conquête» de la ville passe aussi par une participation aux prises de décision, non seulement concernant l'*assentamento*, comme nous l'avons vu, mais aussi l'ensemble du *município* voir de la région ou de l'Etat. A Ramada da Quixabeira, par exemple, F.A. a été vice-présidente du syndicat des travailleurs ruraux du *município*, elle était chargée de s'occuper entre autres, des questions d'égalité homme-femme. Par ailleurs, le jeune président de l'association de Ramada siège régulièrement au Forum du *município* pour représenter le secteur rural du *município* auquel appartient l'*assentamento*. Son prédécesseur, jeune lui aussi, disait: «*Pour se développer dans la société, il faut des opportunités. Avec l'assentamento, on a plus d'opportunités de faire entendre sa voix, de participer*». Par ailleurs, à Pontão, *município* émancipé de Sarandi (RS) grâce à l'apport considérable de la population des *assentamentos* de l'ancienne fazenda Anoni, le maire

actuel (du Parti des Travailleurs) est un *assentado*, ancien président de la coopérative. Il explique que si, lors de son premier mandat ce sont clairement les *assentados* qui l'ont élu, pour son second mandat, le reste de la population a largement soutenu son élection. Cependant, lui-même est venu habiter au centre du *município* et a laissé à un frère le soin de gérer ses activités agricoles. D'autres ont été détachés auprès de l'ancien gouvernement d'État du Rio Grande do Sul (du Parti des Travailleurs) pour les questions agraires...

D'ailleurs apparaît clairement dans les documents du MST l'idée d'une solidarité nécessaire entre les travailleurs ruraux et urbains. Le soutien du MST au Parti des Travailleurs en a été longtemps une des preuves. En 1989, l'année même de la première candidature aux présidentielles d'un membre du PT, le MST écrivait dans un cahier de formation (n°. 19): Il faut « *faire alliance avec les ouvriers et tous les secteurs progressistes de la société. [...] Il est nécessaire de comprendre les relations structurelles complexes qui existent entre les classes sociales, les catégories sociales, que ce soit de la campagne ou de la ville. Comprendre les contradictions existantes entre elles, les rapports de forces et la relation de pouvoir qui s'établit.* » Nous sommes dans une vision de la société objet de la lutte des classes. En 1995, rappelant ses objectifs, le mouvement cherche à montrer qu'il est non seulement un mouvement de paysans et de travailleurs ruraux, mais aussi un mouvement qui touche toute la société brésilienne:

La réforme agraire a pour objectifs: – Garantir un travail pour tous, en le combinant avec la distribution de revenu; Produire une alimentation suffisante, pas chère et de qualité à toute la population brésilienne, en particulier dans les villes, en gérant la sécurité alimentaire de toute la société; Garantir le bien être social et améliorer les conditions de vie sous une forme égalitaire à tous les brésiliens. Tout particulièrement aux travailleurs et prioritairement aux plus pauvres. [...] (MST, Cahier de Formation n°. 23, juillet, 1995).

Quand tout le monde vient visiter l'*assentamento*

Un autre phénomène particulièrement frappant doit être noté concernant les relations des *assentados* avec le reste du monde. Il n'est pas vain de parler de «monde»: jamais dans aucun des *assentamentos* où je me suis rendue, je n'ai été la première étrangère. En plus des nombreux visiteurs brésiliens en tous genres, venant seuls ou parfois en cars entiers: paysans curieux de savoir si la Réforme agraire fonctionne, étudiants brésiliens (en sociologie, géographie, agronomie...), journalistes, hommes politiques, juges, visiteurs du dimanche...les étrangers sont nombreux. A Ramada da Quixabeira (PE), il y a eu des hollandais et des allemands, dans l'*assentamento* Primeiro de Março (PA), des américaines, à Antonio Conselheiro (SP), une française (autre que moi), dans l'ancienne fazenda Anoni (RS), des argentins, des sud africains... (de nombreuses personnes venues à Porto Alegre pour un Forum Social Mondial). Le MST possède par exemple en Europe de nombreuses associations «amies» qui le financent et qui partagent ses préoccupations. Le MST, comme d'autres associations brésiliennes (CPT, MPA...) est membre d'un réseau international de paysans: Via Campesina; ce qui peut expliquer en partie la présence d'étrangers dans les *assentamentos*. Par ailleurs, sans parler de tourisme de masse, on relève qu'ici ou là, se sont développées des activités de loisirs destinées à accueillir les visiteurs de fin de semaine.

Ces visites confirment l'idée qu'il y a eu création d'un lieu reconnu digne d'intérêt, même au delà des frontières du Brésil. L'*assentamento* peut être plus connu et visité que le centre urbain du *município*, c'est alors un renversement de l'ordre des choses puisque la ville n'attire plus et ne présente aucun intérêt pour des visiteurs qui sont parfois même hébergés dans l'*assentamento*.

Nous avons pu voir qu'avec les *assentamentos*, de nouvelles formes d'implantations spatiales apparaissent. Des noyaux de population se forment là où il n'y avait auparavant

qu'un «désert». Cette population récemment installée génère des activités économiques et politiques qui la place dans une relation particulière à la ville. Les *assentados*, souvent passifs auparavant, peuvent devenir acteurs de changement et créant des noyaux de population dotés de services alternatifs par rapport à ceux des villes, ils ne laissent pas simplement exercer sa domination. Ils créent ainsi aussi de nouvelles formes de relations ville-campagne. Une des questions importantes qui restent posées est celle de l'avenir de ces nouveaux lieux. Vont-ils disparaître avec le passage de génération, comme certaines *vilas* ouvrières qui ont été abandonnées après la fermeture des usines ou des travaux ? Nous travaillons actuellement à cette question en partant de l'expérience des jeunes dans les *assentamentos*.

Bibliographie

BARBAY, C. Mémoire de DEA de géographie. Paris: Université Paris 10 Nanterre – Ecole doctorale Milieu – Cultures et Sociétés du Passé et du Présent, 2003.

BAILLY, A.; BEGUIN, H. Introduction à la géographie humaine. Paris: Masson, 1995.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C.) O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRET, B. Justice et territoire essai d'interprétation du Nordeste du Brésil. Paris: Université Paris I – Panthéon-Sorbonne, 2000. (Thèse pour l'obtention du doctorat d'Etat – Géographie)

BRUNEL, S. Le Nordeste brésilien: véritables enjeux. Paris: Fondation Liberté sans Frontière, 1986.

BRUNET et alii. Les mots de la géographie: dictionnaire critique. 2ème édition révisée, Montpellier: Reclus; Paris: La Documentation Française, 1993.

CLAVAL, P. La géographie culturelle. Paris: Nathan Université, 1997, pp. 154-180 .

CONFEDERAÇÃO das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab. Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação Agrícola, n°5. Avril, 1997.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginarias. O Estado de S. Paulo, Sabado, 3 de novembre de 2001,

VEIGA, J. E. Dos povoados, aldeias, vilas, cidades e municípios. O Estado de São Paulo, 20 de maio de 2002.

DE L'ETOILE, B. (dir.) Catalogue de l'exposition. Nouveaux visages du Nordeste brésilien. Paris: ENS, Ensad, 2002.

FARIAS, M. F. L. Acampamento «América Rodrigues da Silva»: esperança e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Brésil), 1997. (Dissertação de mestrado em Geografia)

FERRARI LEITE, J. A Ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec; Fundação Unesp, 1998. 202 pp.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. Brava Gente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREMONT, A. La Région, espace vécu. Paris: PUF, 1976.

GARCIA, A. Libres et assujetés Paris: MSH, 1989.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, IICA. Plano de Desenvolvimento Sustentavel do Assentamento de Ramada da Quixabeira, Iguaraci – PE. Recife, março de 1998.

LEVY, J. L'espace légitime. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1994.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 4e ed. São Paulo: Nacional, 1978.

MARTIN, J.-Y. Les sans-terre du Brésil: géographie d'un mouvement socio-territorial. L'Harmattan: Horizons Amériques Latines, 2001.

MOLES, A. Vers une psycho-géographie. In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (dir.). Encyclopédie de Géographie. 2ème éd. Paris: Économica, 1995. pp. 159-187.

MOLES, A.; ROHMER, E. Psychosociologie de l'espace: villes et entreprises. Paris: L'Harmattan, 1998.

MST Caderno de Formação n°17. Plano Nacional do MST 1989 a 1993. (junho 1989)

MST Caderno de Formação n°23. Programa de Reforma Agrária – SP. (Julho 1995)

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; CONFEDERAÇÃO das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab. O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento. Caderno de cooperação agrícola n° 10. São Paulo: MST; Concrab, 2001.

NERA – Université de l'Etat de São Paulo du campus de Presidente Prudente (2002) R/IST – Relatório de Impactos Socio-territorial do PA Antonio Conselheiro. <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>.

PERLMAN JANICE, E. The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro. Berkeley: University of California Press, 1976. 341 pp.

CITE PAR L. VIDAL

PESSOA, F. Le Livre de l'intranquillité par Bernardo Soares. In:

Relatorio de Impactos Socio-territorial do PA Antonio Conselheiro. <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>.

RETAILLE, D. Le Monde du géographe. Paris: Presses de sciences politiques, 1999.

RODRIGUES, C. D'aqui não saio, d'aqui ninguém me tira: estudo de caso do MLST. Recife: Universidade Federal do Pernambuco, 2002. (Mémoire de mestrado) mémoire de mestrado.

SCHWAAB, C. Assentamento 16 de Março: História sendo construída. Ijuí: s. d., 2001. (mémoire).

SCHWACH, V. Préface. In: MOLES, A.; ROHMER, E. Psychosociologie de l'espace: villes et entreprises. Paris: L'Harmattan, 1998.

SOTTILLI, R. *MST: a nação além da cerca – a fotografia na construção da imagens e da expressão política e social dos sem-terra*. São Paulo: PUC-SP, 1999. (mémoire)

THERY, H. Villes et campagnes au Brésil. In: Dubresson, A.; Chaléard, J.-L. Villes et campagnes dans les pays du Sud. Col. hommes et société. Paris: Karthala, 1999.

VIEIRA MEDEIROS, R. M. De la colonisation des terres neuves à la réforme agraire au Brésil. Thèse. Université de Poitiers, 1998.

VIDAL, L. Les formes de l'exclusion sociale urbaine au Brésil. Politique urbaine et mouvements revendicatifs. Futur Antérieur, 12-13, 1992. pp. 4-5.

WANDERLEY, M. N. B. Regards sur le 'rural' brésilien. In: ZANONI; LAMARCHE (coord.) Agriculture et ruralité au Brésil: un autre modèle de développement. Paris: Karthala, 2001.

Recebido em: agosto de 2006
Versão reformulada reapresentada em: dezembro de 2006
Aprovado em: dezembro de 2006

El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST¹

Breno Marqués Bringel

Politólogo especializado em estudos da América Latina pela Universidad Complutense de Madrid – UCM
Colaborador do Departamento de Ciencia Política III da UCM
Investigador-visitante da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Membro do Grupo de Estudos sobre Movimentos, Demandas Sociais, Educação e Cidadania – Gemdec
Endereço profissional: Universidad Complutense de Madrid, Campus de Somosaguas s. n., Departamento de
Ciencia Política III, sala 1309 – 28.223 – Pozuelo de Alarcón, Madrid, Espanha
Endereço eletrônico: brenobringel@hotmail.com

Resumen

Tras los cuatros años de gestión de Lula, y ante su reciente reelección, este ensayo trata de analizar la relación del gobierno petista con el más fuerte movimiento social del país, el *Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra* (MST), una relación no libre de tensiones y oscuridad. Las asimetrías regionales y la peculiaridad de lo local nos llevan a trazar la evolución del discurso de los sin tierra en estos últimos años, insertando como pieza fundamental para el análisis el concepto de lugar, entendido como referencia política para los movimientos sociales. Sugerimos así que si el discurso de los sin tierra ha variado, también han cambiado las prácticas espaciales a través de las cuales el MST trata de influir y presionar en los debates políticos locales y nacionales, suscitando cuestiones teóricas y políticas profundas que exigen la comprensión de una nueva configuración que incluya el plano geográfico y geopolítico. Finalmente, planteamos el enfoque de la *resistencia de lugar* y la *espacialidad de la interacción* para analizar los logros y reflujos del MST.

Palabras-clave: movimientos sociales; lugar; especialidad; territorialización; MST; Lula.

Resumo

O lugar também interessa. As diferentes relações entre Lula e o MST

Depois dos quatro anos de governo Lula, e frente a sua recente reeleição, este artigo busca analisar a relação do governo petista com o movimento social mais forte do país, o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), uma relação que não está isenta de tensões e obscuridade. As assimetrias regionais e a peculiaridade do local permitem traçar a evolução do discurso dos sem terra nesses últimos anos, inserindo como peça fundamental para a análise o conceito de lugar, definido como referência política para os movimentos sociais. Sugerimos assim que se o discurso dos sem terra variou, também foram mudando as práticas espaciais pelas quais o MST procura influir e pressionar nos debates políticos locais e nacionais, suscitando questões teóricas e políticas profundas que exigem a compreensão de uma nova configuração que inclua o plano geográfico e geopolítico. Finalmente, apresentamos o enfoque da *resistência do lugar* e da *espacialização da interação* para analisar os êxitos e refluxos do MST.

Palavras-chave: movimentos sociais; lugar; espacialização; territorialização; MST; Lula.

¹ Una versión preliminar de este artículo ha sido presentada en el XII Encuentro de Latinoamericanistas Españoles, realizado en Santander, España, en septiembre de 2006. Dedicado a tod@s aquellas que resisten bajo la lona negra.

Abstract

Place is also important. Differences in relations between Lula and MST

With President Luis Inácio Lula da Silva elected to his second term, this article examines the relationship between the Worker's Party (PT – “petista”) government and Brazil's strongest social movement, the *Landless Worker's Movement* (MST) during his first mandate (2003-2007). Given regional asymmetries and local peculiarities, the concept of “place” is used in analyzing the evolution of MST discourse during Lula's term in office. The essay argues that in the case of social movements, place must be understood as a political reference that is key to their analysis. We suggest that if MST discourse has changed, so have the spatial practices the MST uses to try to generate pressure and influence local and national debates. The article raises theoretical and political questions about social movements that show they demand geographic and geopolitical analysis in order to be fully understood. Finally, we propose that researchers utilize two concepts – *place resistance* and *spatiality of interaction* – when analyzing MST successes and failures.

Keywords: social movements; place; spatiality; territoriality; MST; Lula.

Introducción

Tras tres intentos previos consecutivos, en enero de 2003 asume la presidencia de Brasil el ex sindicalista metalúrgico y líder del *Partido dos Trabalhadores* (PT) Luis Inácio *Lula* da Silva. La elección de una figura popular y de un partido tradicionalmente comprometido con las luchas sociales históricas del Brasil “democrático” inauguraba un escenario novedoso en un país/continente en el que la izquierda organizada no había logrado nunca alzarse al mando del gobierno. Por ello, la victoria de Lula vino acompañada de gran dosis de ilusión y expectación para el pueblo y los movimientos sociales brasileños. Ante la reciente reelección de Lula, este ensayo trata de analizar la relación del gobierno petista con el más fuerte movimiento social del país, el *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST)², una relación no libre de tensiones y oscuridad.

Las lecturas e interpretaciones sobre las relaciones entre Lula y el MST suelen achacar a la política económica del PT, a la corrupción institucional, o a la imbricación histórica profunda entre el movimiento y el partido las razones de continuismo o, en su caso, de ruptura de la relación entre ambos. Ninguno de estos factores explica aisladamente las diferentes di- visiones en juego. Desde aquí planteamos bosquejar las diferentes relaciones entre ambos a partir de lo local, de las asimetrías regionales y de la idea de lugar. De esta manera, buscamos no sólo contribuir para difundir la importancia de una sensibilidad espacial en el análisis de los movimientos sociales³, sino proyectar en la espacialidad de la resistencia de los movimientos los ejes articuladores de sus relaciones con los partidos políticos y con el Estado.

La relación entre el PT y el MST apunta, de este modo, a una de las principales disyuntivas a las que está expuesta la actualidad político-social latinoamericana: la relación entre partido político/Estado y movimientos sociales. Pensemos también en los diferentes casos de Argentina, Ecuador o Bolivia. Planteamos que la perspectiva espacial puede dar aires frescos a esta discusión, en la medida en que puede aportar a través de la “razón

² La elección del MST en este ensayo se debe a las dimensiones y al enorme potencial de este movimiento social, pero sobretodo a su intrínseca relación histórica con el PT; asimismo, no se debe olvidar que en la lucha por la tierra y contra la estructura fundiaria arcaica de Brasil existen más de una veintena de sensibilidades y movimientos que, bien por escisiones del MST y/o por divergencia de objetivos (temático, espacial, etc.), no pueden ser encuadrados como MST.

³ Como nos recuerda Oslender (2002), mucho queda para difundir esta sensibilidad.

local” – por utilizar un término del ilustre Milton Santos – nuevas perspectivas a la evolución de los movimientos, buscando en el *lugar* el germen de un acercamiento institucional o posible institucionalización, bien a través del acercamiento a un partido político o bien a través de la transformación del movimiento en partido (piénsese el caso de Pachakutik en el Ecuador o el del MAS en Bolivia), de un progresivo alejamiento respecto al poder estatal (piénsese el caso del MST, el cual desarrollaremos en este ensayo), o incluso de múltiples opciones intermedias posibles. Entender, por ejemplo, el porqué los indígenas llegaron al gobierno en Ecuador o Bolivia y sus relaciones con los partidos políticos evitando utilizar exclusivamente la teoría más difundida de los movimientos sociales – por ejemplo a través del paradigma de movilización de recursos (Tarrow, Tilly) o el paradigma de la identidad (Melucci, Touraine) –, y otras herramientas analíticas provenientes fundamentalmente del campo de las ciencias sociales en Europa y Estados Unidos, sino apuntando también al lugar y a la espacialidad de las transformaciones no sólo para entender las resistencias sino para explicar las imbricaciones de las mismas con su entorno, en lo que sugerimos que se denomine *espacialidad de las interacciones*.

En el debate entre lo local y lo global y la geografía social de la localidad es abundante la referencia a la “ciudad global”,⁴ a la “cuestión urbana”,⁵ o a un “urbanismo crítico”⁶ pero menos énfasis se ha desbordado entorno de la cuestión rural. En Brasil, más allá de la problemática de segmentación y desconexión espacial y social de mega ciudades como São Paulo o Río de Janeiro, miles de campesinos sin tierra sufren las consecuencias de una distribución injusta en el ámbito rural⁷, utilizando este ámbito como espacio de resistencia. En este sentido, el MST es el primer movimiento que trata de promover una inversión del flujo migratorio que se venía haciendo hacia las grandes aglomeraciones (PORTO-GONÇALVES, 2001). La imaginación local del MST aspira a modificar desde el “lugar-rural” la jerarquía dominante para lograr autonomía política, a la vez que se rechaza y se resiste a los cambios socio-espaciales impuestos por la globalización capitalista. No obstante, lo rural del MST no está aislado de lo urbano sino que ambos ámbitos se presentan imbricados en la acción política del movimiento que comparte con otros movimientos subalternos de la ciudad mucho más que la condición de sujetos oprimidos y agentes en búsqueda de la emancipación.

En definitiva, ni el MST ni cualquier otro protagonista puede ser comprendido fuera del proceso de reorganización societario en curso en el mundo, lo que nos obliga a pensar el lugar de cada cuestión específica, así como la cuestión del lugar en el contexto de las transformaciones mundializadas en medio a una compleja imbricación de escalas: entre lo local, lo regional, lo provincial/estatal, lo nacional y lo mundial; entre la ciudad y el campo, entre lo que es rural y lo que es urbano. Lo que sucede a escala mundial no es la suma de lo que pasa en las escalas local, regional y nacional, sino lo contrario, se constituyen en sus complejas y multidimensionales relaciones a través de los sujetos que las constituyen (ESCOBAR, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2001; HAESBAERT, 2004). Así, el lugar de cada escala específica no es el resultado mecánico de ninguna de las escalas y desde un punto de vista emancipatorio, el MST viene conformándose como una de las principales expresiones de esta nueva configuración geográfico-política del mundo, donde el campesino se reinventa (PORTO-GONÇALVES, 2001) y tiende, cada vez más, a jugar un papel innovador en las nuevas configuraciones territoriales que se están gestando en el mundo contemporáneo.

⁴ Véase: SASSEN, Saskia (1991). “The Global City: New York, London, Tokyo”. Princeton: Princeton University Press.

⁵ Véase: CASTELLS, Manuel (1974). “La cuestión urbana”. Madrid: Siglo XXI.

⁶ Podemos señalar como exponentes destacados de esta corriente del “urbanismo crítico” al propio Castells, así como a Lefebvre (1974), Topalov (1979, 1984) o Lojkin (1979).

⁷ Un análisis interesante sobre las imbricaciones de lo rural y lo urbano, y lo “rururbano” es desarrollada en: BARROS, Claudia (1999). “De rural a rururbano: transformaciones territoriales y construcción de lugares al Sudoeste del Área Metropolitana de Buenos Aires”. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Ciencias Sociales*. N° 45 (51). Universidad de Barcelona.

Para entender esta compleja relación entre el partido-masa y el gran movimiento social insertaremos la idea de lugar como herramienta analítica, entendiendo que el lugar adquiere especial protagonismo en la actual etapa de la globalización capitalista. Relacionar la escala local con el proceso político y económico de otras escalas, en el caso de este ensayo el nacional – gobierno Lula –, aunque sin perder de vista lo global, nos parece fundamental para analizar los cambios en las relaciones entre el PT y el MST en los últimos cuatro años.

El lugar también importa

“Para ser universal basta hablar de tu aldea” – Alexéi Tolstói⁸

El “frenesí de la globalización” de los últimos años ha tendido a imponer el modelo económico dominante de las elites políticas globales, lo que ha supuesto una constante marginación del lugar y ha supuesto consecuencias profundas en nuestra comprensión de la cultura, el conocimiento, la naturaleza y la economía (ESCOBAR, 2000, p. 114). Además, como nos recuerda Escobar, un aspecto final de la persistente marginalización del lugar en la teoría occidental es el de las consecuencias que ha tenido en el pensar de las realidades sometidas históricamente al colonialismo occidental. El “olvido” del lugar ha operado como un dispositivo epistemológico profundo del eurocentrismo en la construcción de la teoría social (2000, p. 116). De este modo, al restarle énfasis a la construcción cultural del lugar al servicio del proceso abstracto y aparentemente universal de la formación del capital y del Estado, casi toda la teoría social convencional ha hecho invisibles formas subalternas de pensar y modalidades locales y regionales de configurar el mundo.

Ya presagiaba Foucault en una conferencia pronunciada en el *Centre d’Études Architecturales* a finales de los setenta:

Sea como fuere, tengo para mí que la inquietud actual se suscita fundamentalmente en relación con el espacio, mucho más que en relación con el tiempo; el tiempo no aparece probablemente más que como uno de los juegos de distribución posibles entre los elementos que se reparten en el espacio⁹.

La inquietud foucaultiana por el espacio se empieza a hacer patente, desde una perspectiva crítica, a partir de la década de los setenta, y con especial énfasis en los años ochenta y noventa, cuando varios trabajos empiezan a plantear las prácticas espaciales bajo específicas relaciones sociales de clase, género, comunidad, etnicidad o raza, cobrando significado en el curso de la acción social (HARVEY, 1989, p. 223), y a reconsiderar el papel del lugar en los procesos políticos y sociales. Convergen en ellos la necesidad de superar la visión inmovilista o estática del lugar hacia otro escenario dinámico y fluido en el que se consideren las interacciones políticas, sociales y económicas. Desde la geografía se recupera también el interés, abandonado previamente a las demás ciencias sociales, por los estudios sobre los movimientos sociales (MARTIN, 1997, p. 26). Entre los autores que colaboran para este cambio de visión del lugar están Agnew (1987, 1994, 2005), Fernandes (1991, 1996, 2000, 2005), Massey (1994, 1995), Lefebvre (1991)¹⁰, Harvey (1989), Santos (2000), Soja (2003), entre otros.

Reconsiderar el papel del lugar se enmarca en un proyecto más amplio de una geografía humana crítica, que – como reconocía Soja – debe estar en sintonía con las luchas emancipatorias de todos aquellos marginados y oprimidos por la geografía específica del capitalismo, como los trabajadores explotados, los pueblos tiranizados y las mujeres

⁸ Extraído de Santos (2000, p. 267).

⁹ Foucault (1984, p. 47).

¹⁰ Se utiliza aquí la versión de 1991, traducida al inglés por Donald Nicholson-Smith. La obra original de Lefebvre ha sido publicada en 1974, bajo el título *Production de l'espace*. Paris: Anthropos.

dominadas (2003, p. 93). Así, tanto los campesinos sin tierra, como los piqueteros argentinos o los indígenas ecuatorianos y bolivianos, son ejemplos de sujetos explotados o – por utilizar la recurrente terminología dual de centro y periferia – “periferalizados” por la lógica geográfica impositiva del capitalismo global.

Inmersos en esta dimensión global del capitalismo, que cobra vida en el extendido proceso de globalización económica neoliberal, el orden global busca imponer, en todos los lugares, una única racionalidad. Y los lugares responden al Mundo según los diversos modos de su propia racionalidad (SANTOS, 2000, p. 289). En este sentido, el orden global se sirve de una población dispersa de objetos regidos por esa ley única que los constituye en sistema (Ibid., p. 290), lo que provoca mutaciones como la desnacionalización del territorio nacional, de una manera sumamente especializada y funcional a tenor de nuestro tiempo, a la vez que contribuye para que la soberanía – hasta ahora concentrada en gran medida en el estado nacional – se descentralice en parte¹¹ (SASSEN, 2001, p. 49). A su vez, el orden local es asociado a una población contigua de objetos, reunidos *por* el territorio y *como* territorio, *regidos por la interacción*.

La dimensión espacial se torna así imprescindible para la comprensión de la acción de los movimientos sociales y aquí es donde entra la valiosa contribución de Henri Lefebvre (1991), que vislumbra que sólo la posesión y gestión colectiva del espacio, con intervención de los interesados y sus múltiples intereses, puede generar una transformación de la sociedad; un espacio político e ideológico, formado y modelado por elementos históricos y naturales. Como nos recuerda Oslender (2002 b), el concepto de espacio es, y siempre ha sido, político y saturado de una red compleja de relaciones de poder/saber que se expresan en paisajes materiales y discursivos de dominación y resistencia.

Existe una convergencia explícita de esta caracterización con las ideas de autoras como Doran Massey (1994, 1995) que va más allá y ofrece una caracterización del lugar en la que es posible reconocer a la identidad del mismo a partir de un proceso producido dentro de una constelación de procesos que involucra al lugar en sus relaciones con el afuera. Desarrollando el planteamiento de Massey y tratando de aplicarlo al estudio que nos atañe, las interacciones entre Lula y el MST tomando en consideración el lugar, nos puede ayudar a reconocer y (re)afirmar la identidad del movimiento a raíz de las múltiples relaciones e imbricaciones.

En lo que sigue trataremos de detenernos en algunas de las aportaciones de dos geógrafos: el británico John Agnew y el brasileño Bernardo Fernandes. Si bien el primero ha sido constantemente utilizado como fuente imprescindible en los estudios que resaltan la importancia de un acercamiento de la geografía a los movimientos sociales y de/por una geopolítica crítica, el segundo – en trabajos más recientes – aún no ha tenido la difusión necesaria en los análisis provenientes desde Europa sobre Latinoamérica. Nos parece trascendental la utilización, en este estudio, de las aportaciones de Fernandes no sólo por su densidad y profundidad teórica sino también por la enorme carga empírica de sus análisis sobre el MST. En este sentido, la utilización y difusión de autores latinoamericanos, como Fernandes, hasta ahora olvidados o relegados a un espectro residual en los estudios provenientes de Europa, confluye en parte con las teorías recientes en torno al fenómeno de la colonialidad del poder y del saber (Quijano, Mignolo, Escobar, Lander, entre otros), que consideran imprescindible, por un lado, repensar cómo se ha perpetuado la condición subalterna de ciertos colectivos, y por otro, la posibilidad de descolonizar el poder y el saber, a través de prácticas y discursos que cuestionen las estructuras de poder y permitan el surgimiento de Otros saberes desvinculados del colonialismo y de enfoques eurocéntricos, lo que evita además los usuales y catastróficos traslados de marcos europeos a los estudios de caso de la región.

¹¹ Sassen invita a la reflexión a partir de los ejemplos de la Unión Europea, el nuevo régimen jurídico transnacional o en los acuerdos internacionales que proclaman la universalidad de los derechos humanos.

Las aportaciones de Agnew y Fernandes: espacializando la resistencia del MST

Cairo Carou, en el prólogo a una obra de John Agnew¹², afirma que el lugar dejará de ser un escenario estático en el que los diferentes hechos se suceden, y pasará a considerarse como un componente siempre dinámico de los procesos políticos, sociales y económicos (2005, p. XIII). Entendiendo, como Agnew, espacio como “un campo de acción o área en la que un grupo u organización actúa”, buscaremos en el análisis de escala ver cómo en los distintos campos de acción, es decir, cómo en distintos espacios se desarrolla de forma distinta las relaciones entre Lula y el MST,¹³ lo que contribuye a la reafirmación del lugar cotidianamente¹⁴.

Para Agnew (1987), el lugar puede ser interpretado a través de tres ideas: la localidad, la ubicación y el sentido de lugar. La *localidad* consistiría en los marcos formales e informales dentro de los cuales están constituidas las interacciones sociales cotidianas; en palabras de Lefebvre (1991), las prácticas espaciales. La *ubicación* respondería al espacio geográfico concreto que incluye la localidad, afectada por procesos económicos y políticos que operan dentro de un marco más amplio regional, nacional y global. Por último, el *sentido de lugar* correspondería a la orientación subjetiva que se deriva del vivir en un lugar particular. No obstante, no podemos ver los tres elementos como rígidamente separados, sino como momentos fluidos cuyas interacciones se influyen y forman entre sí (OSLENDER, 2002).

La localidad y la territorialización del MST

La forma histórica de reivindicación de los campesinos del MST por una reforma agraria que conlleve una sociedad más justa e igualitaria ha sido la ocupación de tierras, sin por ello olvidarnos de los constantes bloqueos de carreteras o “cortes de ruta”, marchas de cientos de kilómetros para interpelar al poder político, invasiones a las superintendencias regionales del *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria* (Incra)¹⁵, entre otras formas de acción colectiva. Estas ocupaciones de tierra consisten en un proceso socio-espacial y político complejo que necesita ser entendido como forma de lucha popular, de resistencia del campesinato para su (re)creación o reinención¹⁶ (FERNANDES, 2000, p. 61). Las ocupaciones se desarrollan así en los procesos de espacialización y de territorialización, donde se crea y se recrea las experiencias de resistencia de los sin tierra (Ibid.), cohesionando el campesinato.

Para Fernandes, si tomamos en consideración la organización social y el espacio geográfico, las ocupaciones de tierra del MST se enmarcan en un proceso de

¹² AGNEW, John (2005). “Geopolítica. Una re-visión de la política mundial”. Madrid: Trama. [Traducción realizada por María D. Lois Barrio de la segunda edición en inglés de *Geopolitics: re-visioning World Politics*. Routledge, 2003]

¹³ Cocietes de que cabría la crítica a que la relación entre ambos cambia debido sobretudo a la magnitud del PT y sus diferentes lógicas en cada región, buscamos en el análisis vincular, independiente de las distintas tendencias o líneas petistas, trazar las peculiaridades del lugar y cómo éstas influyen en la acción del MST respecto al gobierno Lula y no a los gobiernos petistas locales.

¹⁴ Algunos estudios como el de Oslender (2004) ya buscan trazar esta relación entre espacio, lugar y resistencia, utilizando como estudio de caso la comunidad de afro-descendientes en el Pacífico colombiano. El estudio de Oslender, además trata de analizar las relaciones entre el movimiento del Pacífico colombiano y el Estado colombiano, por lo que constituye una bibliografía obligatoria a quienes desean profundizar en las relaciones entre movimientos sociales y estado desde una perspectiva geográfica.

¹⁵ El INCRA es un órgano vinculado al Ministerio de Desarrollo Agrario, creado en 1970 para “implantar la política de reforma agraria y realizar el ordenamiento agrario nacional, contribuyendo para el desarrollo rural sostenible”. No obstante, los frenos y bloqueos gubernamentales han hecho del INCRA un escaparate poco afín con la meta de la reforma agraria, siendo objeto constante de reivindicaciones y presiones por parte de los campesinos sin tierra.

¹⁶ Porto-Gonçalves (2006) afirma y desarrolla la idea de reinventar el campesinato para, en consonancia con las ideas de Boaventura de Sousa, reinventar la emancipación social, desarrollando para ello una propuesta hacia nuevos horizontes de las territorialidades.

territorialización que les distingue de otros movimientos aislados (2000, p. 69). En este sentido, el movimiento aislado – de difícil registro debido a la rapidez de las acciones y de la efimeridad inherente a este tipo de organización social¹⁷ – se caracterizaría por la especificidad de la lucha y la adscripción a un determinado territorio limitada por la acción del movimiento. Por otro lado, el movimiento “territorializado” – al que Fernandes también denomina “socioterritorial”, es decir, los movimientos sociales que tienen el territorio como referente – está organizado y actúa en varios lugares simultáneamente, acción posibilitada por su forma de organización, que permite espacializar la resistencia para conquistar nuevas fracciones de territorio, multiplicándose en el proceso de territorialización.

De este modo, cada localidad, en sentido de Agnew, donde el MST actúa va conformando, tras las ocupaciones, un marco de convivencia en los campamentos que dan cuerpo a ésta resistencia, al mismo tiempo en que las interacciones sociales cotidianas entre los acampados acaban por enmarcar las relaciones tejidas. En las localidades – piénsese en los miles de acampamentos construidos a las orillas de carreteras y en latifundios improductivos – del MST se van conformando todas las acciones que acaban por adquirir dimensión espacial, viendo la materialidad como el componente imprescindible del espacio geográfico que es, al mismo tiempo, una condición para la acción, una estructura de control, un límite a la acción, una invitación a la acción (SANTOS, 2000, p. 274). La vida cotidiana de los campamentos, organizada de forma horizontal y autogestionada, dispone la resistencia diaria a través del lugar y de la noción de localidad.

No obstante, quizás sea conveniente subrayar que si bien es en el campamento donde brotan con intensidad las interacciones y se asientan las relaciones sociales, el proceso de coordinación y socialización política empieza bastante antes de la ocupación cuando se organizan trabajos de base y grupos de afinidad para llevar a cabo la preparación de una ocupación ordenada y espacializada. Ocupaciones que, por otro lado, se llevan a cabo, fundamentalmente, en las regiones donde el capital se ha territorializado (FERNANDES, 2000, p. 71), es decir, ocupaciones de latifundios – propiedades capitalistas –, tierras de negocio y explotación – tierras *griladas*¹⁸.

La ubicación

De los 27 estados brasileños, el MST ha logrado en sus poco más de veinte años de existencia una presencia significativa en 23 de ellos. Como se puede observar en el Cuadro 1, en los estados de Amazonas, Amapá, Sergipe y Roraima el movimiento apenas tiene peso. Por otro lado, es significativa su fuerza en estados donde el capital se ha extendido de manera incesante y donde las pugnas por el poder político local son intensas y decisivas en el balance de la política nacional: son los casos de São Paulo, Minas Gerais y Paraná. En estos estados el MST derrocha fuerza y resistencia y, sobretudo en el caso de São Paulo, desafía la dominación de una reducida oligarquía a través de una espacialización y territorialización muy bien organizada y definida. Por ello, entender las ubicaciones como un espacio geográfico concreto que incluye la localidad, afectada por procesos económicos y políticos que operan dentro de un marco más amplio regional, nacional y global, supone atisbar la presencia del MST con una mirada dinámica, llevando en consideración los factores políticos y sociales que le hacen ser más fuertes en una que en otra región, a apostar por una u otra determinada estrategia.

La concentración económica en el Sureste brasileño ofrece la cara más visible de las desigualdades e injusticias sociales, la pobreza, la violencia. A principios de los años

¹⁷ En un estudio realizado en 1998, Fernandes trata de ubicar a los movimientos aislados existentes en el Pontal de Paranapanema, São Paulo. En su corta existencia, ubica a algunos de ellos como el “Movimento Sem-Terra de Rosana”, ubicado en el municipio de Rosana (1995), al “Brasileiros unidos querendo terra”, en el municipio de Presidente Epitácio (1996), o al “Movimento Terra e Pão”, en el municipio de Santo Anastasio (1997).

¹⁸ El fenómeno del *grilagem* es la falsificación de documentos por parte de los hacendados para apoderarse de tierras de propiedad pública y legalizar su posesión. La palabra tiene su origen en la práctica de colocar los papeles falsificados en cajones con grillos para que “envejezcan” los documentos (STÉDILE y FERNANDES, 2002, p. 31).

ochenta, periodo donde se va conformando y se va extendiendo el MST, la región Sureste respondía por el 81% de la actividad industrial del país, y sólo en São Paulo se concentraba el 58% de la producción industrial nacional. Este desarrollo regional desigual ha hecho imprescindible que, desde el momento fundacional del movimiento, la ubicación y la estructuración espacial respondieran a las pautas del desarrollo local y nacional. De ahí que el MST se haya organizado con especial vigor en la zona Sureste.

Por otro lado, en las regiones donde la agricultura es más moderna, como es el caso de los estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, sur de Maranhão, este de Bahía y norte de Espírito Santo, el MST ha tenido el doble desafío de enfrentarse, primeramente a los latifundarios y luego al Estado.

La creación de las Secretarías estatales del MST – desprovistas de cualquier estructura jerárquica –, existentes en los estados donde el movimiento está presente está en consonancia con el objetivo de una territorialización y organización adecuada. Sirven como punto de referencia para acciones, debates, como espacio de alojamiento, para la coordinación interna del movimiento, apoyo a miembros, brigadistas y simpatizantes. En el ámbito nacional la Secretaría Nacional, con sede en São Paulo, sirve como eje estructurante de las demás Secretarías. En el ámbito internacional, la lucha del MST tiene ecos cada vez más profundos debido a los estrechos lazos con diversas organizaciones campesinas de todo el mundo, articuladas la mayoría de ellas por Vía Campesina, y con comités de apoyo en distintos puntos de Europa.

El sentido de lugar

En una conversación mantenida con un campesino asentado en Goiás me relataba que *poca gente ha luchado tanto por su casa como nosotros por este trozo de tierra. Este terreno ha sido muy sudado y vivir aquí significa no sólo tener donde dormir sino, por primera vez, poder tener una referencia, un suelo, un lugar donde plantar, cosechar, e identificarnos*. Lograr la tierra deseada y construir vínculos en el lugar lleva a un cierto “sentimiento local”. La vida itinerante y la inestabilidad constante de los campamentos quedan atrás en los augurios de una nueva vida a partir del momento en que las familias son asentadas. Ello está lejos de significar el fin de la lucha, pero consiste un paso importante para que los “sin” empiecen a dejar de serlo, construyendo cierto sentido de lugar y entramando relaciones más sólidas y constantes. La aportación de Touraine sobre las identidades encajaría bien con el sentido de lugar, entendido como la orientación subjetiva que se deriva del vivir en un lugar particular. Es en los campamentos, de forma incipiente, y en los asentamientos, de manera más sólida y duradera, donde se va constituyendo este sentido de pertenencia al lugar del campesino sin tierra.

Las escuelas y cooperativas son parte fundamental para este proceso. A la reciente creación de la propia Universidad del movimiento – la Universidad Florestan Fernandes, en Guararema, São Paulo – hay que sumarle las miles de escuelas en los asentamientos, los trabajadores rurales sin tierra que estudian medicina en Cuba o los cursos de formación de técnicos y profesores. Además, la gestión de cooperativas y la organización no-capitalista de la producción, aportan producción de conocimiento y de recursos propios al movimiento, induciendo a la consolidación y autonomía propias del “sentir sin tierra”. Así siendo, se acentúa la importancia de los conceptos de ocupación, trabajo de base, campamento, negociación política, organicidad, espacialización y territorialidad (FERNANDES, 2000); conceptos que, unidos a sus prácticas, van re-configurando espacialmente las relaciones entre el MST y el Estado ante el objetivo del movimiento de presionar estratégicamente con la mayor precisión posible ante las instancias institucionales.

Con Agnew y Fernandes vislumbramos una lógica dinámica, variable, en la que podemos comprender los movimientos sociales no sólo en sus formas de organización, sino también por los procesos que desarrollan, los espacios que construyen, los territorios que dominan. Movimientos que luchan por dimensiones, recursos, estructuras del espacio geográfico como el MST no pueden ser estudiados sin un enfoque de lugar ni en sus prácticas de resistencias cotidianas ni en sus experiencias de interacción con el Estado.

Cada campamento tiene su lógica, cada ocupación su método, cada región su peculiaridad y si el discurso de los sin tierra en los cuatro años de Lula ha variado, también ha variado las prácticas espaciales a través de las cuales el MST trata de influir y presionar en los debates políticos locales y nacionales. Por ello, no sólo se cambia un discurso o una actitud – lo que se puede percibir de manera bastante clara si vemos los cambios en el discurso del MST al principio y al final del mandato de Lula (ver los anexos 1 y 2 al final del ensayo) – debido a la coyuntura o a una distinta percepción política, sino que también se alteran las formas de resistencias, que suscitan el debate de una nueva imaginación geográfica y geopolítica.

CUADRO 1¹⁹: Comparación Trimestral de las Ocupaciones de Tierra - 2003 a 2006

UF	Enero/Marzo 2003		Enero/Marzo 2004		Enero/Marzo 2005		Enero/Marzo 2006	
	Ocupaciones	Familias	Ocupaciones	Familias	Ocupaciones	Familias	Ocupaciones	Familias
DF	1	200			2	410	1	500
GO	3	308	8	661	3	1350	3	550
MS	1	100	10	3010	1		8	720
MT	1	250			1	120	1	700
AL	3	92	1	130	7	795	5	280
BA	3		11	680	14	1815	7	1650
CE	2	90	1	120			2	250
MA	1	250	1	250			1	400
PB	2	72	6	476	4	434		
PE	10	1770	22	4967	23	1590	29	4365
PI	2	445	2	130				
RN			4	770	1	400		
SE								
AC	1		1					
AM								
AP								
PA	8	2755	6	558	10	1070	2	1800
RO	4	361			6	530	1	140
RR								
TO								
ES	2	347	1	95			1	80
MG	6	710	6	694	1	56	2	320
RJ			6	1410	1	180	1	80
SP	10	1782	9	506	19	1066	28	1900
PR	9	679	6	578	4	210	7	194
RS			1	12	1	50	1	1800
SC	8	554			2	16	2	380
Total	77	10765	102	15047	100	10092	102	16109

Espacializando las interacciones con Lula: diferentes (di) visiones en juego

En un estudio desvinculado de pretensiones analíticas espaciales, el alemán Claus Offe (1988) plantea tres posibilidades sobre las relaciones entre movimientos sociales y Estado/partidos políticos: o las demandas y reivindicaciones principales de los movimientos sociales son satisfechas y, por lo tanto, el movimiento pierde “mérito”; o el conflicto se

¹⁹ FUENTE: Sector de Documentación de la *Comisión Pastoral de la Tierra* – CPT.

agudiza dando lugar a situaciones de alta represión que eleva los costos de movilización o, en otros casos, ocurre un proceso de “institucionalización” del movimiento social. Desarrolla la idea de institucionalización que tendría dos aspectos: a) la transformación del movimiento social en partido político que actúa en el contexto del régimen político establecido y puja por reformarlo “desde adentro”; b) la preeminencia de las formas de presión negociación en el marco de los procedimientos normales establecidos por el Estado.

A su vez, Routledge (1997), a diferencia de Offe, abogando por un enfoque donde el lugar merece destaque, sugiere que en las relaciones entre Estado y movimientos sociales, el Estado puede responder a las exigencias o demandas de los movimientos sociales con coacción (represión), cooptación, mediación, o con una mezcla de estos tres procesos. Si, por un lado, Offe se centra más en las interrelaciones entre los movimientos sociales con los partidos políticos en su práctica política, Routledge prima las respuestas del Estado ante las prácticas de los movimientos sociales. A efectos de analizar las relaciones entre Lula y el MST daremos mayor énfasis a la propuesta analítica de Routledge, puesto que en los últimos cuatro años las relaciones entre ambos se alejan cada vez más de una hipotética institucionalización, acercándose más bien a la opción de agudización del conflicto.

En el caso de las interacciones históricas del MST con el PT, argumentamos que los lazos existentes están en consonancia con algunos trabajos inscritos en el paradigma de la movilización de recursos, que interpretan la incursión de los movimientos sociales en la política como una estrategia más, que hace parte del repertorio de los movimientos sociales, ya que la autonomía política se ha mantenido siempre. No obstante, esta es una explicación insuficiente para explicar el porqué, el cuándo y el cómo de las interacciones entre ambos. Por ello, proponemos aquí extender la espacialidad de la resistencia hacia una espacialidad de la interacción, tratando de bosquejar en los aspectos espaciales que hayan influido para la conformación y consolidación de la relación entre ambos, así como para su distanciamiento actual. Asimismo, es importante matizar que así como el PT es hoy un partido totalmente fragmentado, dentro del MST tampoco existe un posicionamiento homogéneo, fruto de la pluralidad y diversidad de enfoques.

En un breve esbozo histórico, es a partir de los movimientos y luchas sociales de la fase populista brasileña,²⁰ cuando el pueblo irrumpe en la escena política brasileña, por primera vez, con algún poder de presión (GOHN, 1995, p. 91). Se desarrollan conflictos agrarios – como los de Formoso y Trombas, en Goiás en 1955 – a la vez que se estructuran resistencias y se forman movimientos y partidos²¹, duramente reprimidos a partir de 1964 con la imposición del régimen militar. Bajo la dureza del periodo dictatorial, la izquierda partidista se fragmenta, el movimiento estudiantil se luce y los trabajadores del campo y de la ciudad, sobretudo a finales de la década de 1970, vuelcan sus fuerzas en la reconstrucción de la democracia. En este contexto se barajan las cartas del futuro surgimiento tanto del PT como, posteriormente, del MST, que nace oficialmente en 1984²². A su vez, el PT nace oficialmente en febrero de 1980, en São Paulo, fruto del acercamiento de los los movimientos sociales con antiguos sectores de la izquierda brasileña.

La década de los ochenta – a la que la Cepal no dudó en tachar de “década perdida” para la región latinoamericana – fue un periodo esencial para la consolidación del MST a raíz del proceso paulatino de (re)democratización post-dictatorial. Los procesos sociales de transformación empezaban a latir, de forma paralela a la extensión de las luchas y las demandas comunitarias, siendo que en este periodo las relaciones entre el MST y el PT eran muy estrechas, bien por el trasvase de militantes entre ambos o, simplemente por la

²⁰ Entendemos por esta etapa el periodo comprendido entre la democratización de 1945 y el golpe militar de 1964. Para profundizar en dicho periodo ver: WEFORT, Francisco (1978). “O populismo na política brasileira”. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

²¹ Se crean en 1954 las *Ligas Campesinas del Nordeste*; en 1960, el *Movimento dos Agricultores Sem Terra* (MASTER) en Río Grande del Sur; en 1962, el *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), a partir de una escisión del *Partido Comunista Brasileiro* (PCB); en 1963, la *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG), entidad que representó el sindicalismo rural brasileño.

²² Para un acercamiento más detenido sobre el origen y contexto fundacional del MST, así como de su posterior desarrollo, ver: STEDILE y FERNANDES (2002).

afinidad ideológica que rechazaba el modelo neoliberal que acabaría por implementarse duramente en Brasil y en toda América Latina durante finales de los ochenta y la década de los noventa. La presión conjunta y la colaboración entre el partido y el movimiento eran notas constantes en el escenario nacional durante los años ochenta y noventa, siendo la apuesta conjunta por un nuevo modelo económico y agrícola las bases de dicha cooperación.

Tras las varias promesas frustradas de Reforma Agraria y después de ocho años de gobierno Cardoso donde la liberalización de los mercados y la extensión de la lógica neoliberal fueron las pautas básicas, la llegada de Lula al gobierno en 2003, hizo resurgir las expectativas en torno a políticas encauzadas en un derrotero popular, entre ellas la ejecución de la Reforma Agraria. Por primera vez un líder popular con amplia tradición sindical y de luchas sociales accedía al gobierno, motivo suficiente para esperar medidas concretas ante una situación agraria desigual donde, según datos del Incra de 2003, un 1,7% de los propietarios detiene el 43,7% de las propiedades.

Ante ello, en noviembre del mismo año el gobierno lanzó el Plan Nacional de Reforma Agraria (PNRA), en el que se comprometió a dar tierras a 400.000 familias durante su mandato. Y si bien 2003 era el primer año, la promesa electoral de Lula era asentar 60.000 familias en este periodo; en la práctica, sólo 26.000 se beneficiaron de tierras. El barco del cambio no tardó en zozobrar. Las alianzas de Lula con sectores conservadores de la derecha para lograr cierta “governabilidad” ante la ausencia de mayoría en el Congreso y la apuesta contundente por el *agronegocio*, llevaron a la izquierda no institucional – pero también a miembros de su propio partido, que se confrontarían continuamente con Lula hasta llegar, en algunos casos como el de Heloísa Helena o del diputado Babá a la expulsión del PT – y un amplio sectores de disidentes al escepticismo y a la desconfianza. Como recuerda Porto-Gonçalves, el gobierno Lula ha tomado el agronegocio como uno de sus pilares de sustentación, nombrando al Presidente de la *Associação Brasileira de Agrobusiness*, Roberto Rodrigues, ministro de Agricultura, y al Presidente de la *Sadia* – una de las mayores empresas brasileñas del sector agroindustrial –, Luis Fernando Furlan, ministro de Desarrollo, Industria y Comercio (2005, p. 29). Se extiende así la lógica del agronegocio, o modelo agroexportador, caracterizada por el uso de grandes extensiones de terreno, el monocultivo, la utilización de agrotóxicos y transgénicos comprados a multinacionales, los bajos salarios para sacar adelante ingentes cantidades de soja, algodón, caña de azúcar y cacao para la exportación. Además, todo ello con la engañosa pero atractiva etiqueta de la modernización del campo (GUIJARRO, LANDALUZE, BARREDA & PAU 2006, p. 44).

Con este contexto, el cambio discursivo del MST ha sido paulatino, pero constante. La incertidumbre permanente y el alejamiento a la postura gubernamental cada vez mayor. Y si el discurso de los sin tierra en los cuatro años de Lula ha variado, también ha variado las prácticas espaciales a través de las cuales el MST trata de influir y presionar en los debates políticos locales y nacionales. Los números y estadísticas ofrecidos tanto por el *Ministerio de Desarrollo Agrario* (MDA) sobre números de asentados y cambios en el campo, así como los impactantes informes de la *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) sobre conflicto en el campo, nos ayuda a vislumbrar los cambios socio-espaciales y la rearticulación del MST en consonancia con la evolución de su discurso.

Según datos del MDA,²³ en los años 2001 y 2002 – dos últimos años de legislatura Cardoso – se registraron 158 y 103, ocupaciones de tierra²⁴ respectivamente. Por otro lado, en los años 2003 y 2004 – dos primeros años de gobierno Lula – las ocupaciones de tierra disparan a 222 y 327, respectivamente. Eso demuestra que aunque en los primeros dos años de gobierno Lula se dio mayor margen de maniobra y se apostó una “cercanía crítica” al gobierno, se mantuvo la autonomía y la política dura del movimiento social respecto a sus

²³ Ministerio de Desarrollo Agrario – MDA (2005). *Relatório da Ouvidoria Agrária 01/05*. Brasília: Gobierno Federal, p. 13.

²⁴ No todas estas ocupaciones de tierra corresponden a acciones emprendidas por el MST, aunque se hayan dado mayoritariamente en el núcleo del movimiento. Ferndandes (2000) distingue la estructuración y organización de los demás movimientos de campesinos sin tierra en Brasil a la del MST.

acciones de ocupación. Como nos muestra el Cuadro 2, el número de ocupaciones creció de forma casi proporcional a la crítica y distanciamiento del MST respecto a Lula.

Aplicando estos datos a la propuesta de Routledge, según la cual el Estado puede responder a las exigencias o demandas de los movimientos sociales con coacción, cooptación, mediación, o con una mezcla de estos tres procesos, proponemos que las relaciones entre Lula y el MST han tocado la totalidad de procesos, incluso de forma simultánea. No obstante, a la propuesta de Routledge sobre las relaciones entre Estado y movimientos sociales, cabría añadir las fórmulas desarrolladas por los movimientos sociales para enfrentarse a la postura estatal.

El proceso inicial desarrollado durante el primer año de gobierno se vio envuelto fundamentalmente por las prácticas de cooptación y de mediación, favorecidas por el contexto post-electoral, donde aún se consideraba la victoria de Lula, una victoria del pueblo y la derrota de las elites y su proyecto (ver anexo 1). La represión y violencia en el campo se fomentaba más por los latifundarios que por el gobierno. Tras los primeros escándalos internos del PT y la conservadora política de alianzas de Lula, se empieza a articular desde el MST una estrategia más concisa de movilización, donde se entremezclan de forma pujante marchas y ocupaciones.

Aquí es donde entra lo que sugerimos que se llame *espacialidad de las interacciones*, es decir, cómo acercarnos a la relación movimiento social – partido político desde una perspectiva espacial. Supone concebir al territorio no como campos de maniobras, sino como actores, para así vislumbrar las relaciones entre Lula y el MST, teniendo en consideración la territorialización y re-des-territorialización del MST según las políticas llevadas a cabo por Lula.

La reacción del MST ante la coyuntura desfavorable a los intereses del movimiento ha sido, de este modo, demostrar su fuerza en las regiones donde está presente, alterando y desafiando la conformación espacial previa. Se consolida así la marcha como forma de acción efectiva para interpelar al poder político. Si el centro de decisiones está en Brasilia hacia allá marcharon miles de militantes del MST en mayo de 2005. Como forma de presionar al gobierno en el camino de la Reforma Agraria caminaron los más de 200 kilómetros que separan Goiania de la capital brasileña, hasta ocupar con banderas rojas la *Esplanada dos ministerios*, suscitando el debate de cuestiones teóricas y políticas profundas que exige la comprensión de una nueva configuración que incluya el plano geográfico y geopolítico.

Por otro lado, a mayor conflictividad en el campo – como también se puede contemplar en el cuadro 2 – nos lleva a una re-configuración estratégica por parte del MST de las zonas donde ocupar y cómo plantear el conflicto localmente, logrando el máximo rendimiento a sus acciones, espacializando las resistencias para acto seguido buscar el nexo, vínculo o interacciones de las mismas con las espacialidades que le rodean. Las ocupaciones del MST tomaron para ello en especial consideración el lugar. Como se puede observar en el cuadro 1, las ocupaciones de tierra durante los cuatro años de gobierno Lula se dieron de forma más intensa en los estados de Pernambuco, Pará (Norte), São Paulo y Paraná (Sureste). Asimismo, percibimos la nula actividad en los estados de Sergipe, Amazonas, Amapá, Roraima y Tocantins, ubicaciones donde el MST no se ha territorializado y donde actúan más movimientos aislados. La necesidad de construir vínculos recios en las localidades donde se centra el poder político y económico constituye uno de los pilares para la espacialidad de la interacción con el Estado, haciéndose aun más necesaria cuando la represión viene no sólo en forma de violencia física, sino también en términos de criminalización del movimiento social.

A lo largo de su existencia el MST se ha visto reprimido constantemente, en algunos episodios con extrema dureza y sangre. Corumbiara, Eldorado dos Carajás o Paraná fueron sólo algunas de las masacres de un acoso constante por parte de latifundarios y gobiernos. Como ilustra el Cuadro 2, lejos de una disminución de la violencia y de los conflictos, los campesinos sin tierra se han visto envueltos incluso en más contiendas con el gobierno Lula que con su antecesor Cardoso. En los tres primeros años de gobierno Lula el número de asesinatos en el campo casi duplica el número de los tres últimos años de Cardoso. La

política de represión vino no sólo en forma de violencia, sino que el pasado 29 de noviembre de 2005 fue aprobado y remitido al Congreso de los Diputados en Brasilia un informe elaborado por la Comisión Parlamentaria Mixta de Investigación (CPMI) de la Tierra, que trata de pervertir la imagen del movimiento.

El objetivo inicial de la Comisión era diagnosticar la situación y estructuras de la propiedad en el campo brasileño y plantear soluciones a los problemas. Miembros de la Comisión del ala derecha del Congreso, representando los intereses de los terratenientes, logran aprobar un informe en el que se solicita una nueva ley que clasifique la ocupación de tierras como “delito hediondo” y que la clasifique jurídicamente como “acto terrorista”.

CUADRO 2²⁵: Conflictos en el campo 1996-2005

Conflictos en el Campo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ocupaciones	398	463	599	593	390	194	184	391	496	437
Acampamentos	-	-	-	-	-	65	64	285	150	90
Asesinatos	46	29	38	27	20	29	43	71	37	38
Personas envueltas en conflictos	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850
Hectáreas en litigio	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072

Ante esta situación, la tensión en las relaciones entre Lula y el MST, unida a la proliferación de escándalos de corrupción, aumentó sustancialmente en el presente año. Los conflictos locales se multiplicaron, y los planteamientos del MST se adecuan mucho más al cuerpo del naciente *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL), partido creado por disidentes del PT hace dos años, que a cualquier corriente del PT de Lula. La reelección de Lula apunta hacia una profundización del distanciamiento entre el MST y el PT, lo que ha acabado por consolidar una mayor autonomía del movimiento y ha ayudado a estrechar los lazos con otros movimientos sociales.

Asimismo, de forma paralela a las acciones perpetradas con vistas en las relaciones con el Estado – vínculo local/nacional –, el MST ha adherido nuevas temáticas a su agenda de acción, más en consonancia con el Movimiento Global²⁶. Por ejemplo, es reciente – y ya lo menciona Navarro (2005, p. 224) – la destrucción de plantaciones experimentales y la acción directa contra símbolos de la globalización neoliberal como pueden ser las multinacionales como el McDonald’s. En otras palabras, en el conjunto de repertorios de acción colectiva del MST se empieza a apreciar novedades que convergen con los repertorios fundamentales del movimiento anti-globalización (entendiendo por globalización la globalización capitalista anteriormente mencionada) o movimiento global, como las protestas a los grandes centros financieros o contra-cumbres, así como manifestaciones como la realizada frente a la embajada de Estados Unidos en Recife, en noviembre de 2005, que se saldó con la detención de Jaime Amorim, integrante de la Coordinación Nacional del MST. Antes era impensable ver un campesino sin tierra del interior de Goiás en una manifestación contra el ALCA o contra la OMC. Esto profundiza el rasgo anti-capitalista del movimiento y lo acerca a las dinámicas que se gestan en red contra la globalización neoliberal.

²⁵ Fuente: Elaboración propia con datos de la CPT.

²⁶ Entendemos por “Movimiento global” lo que ha se ha denominado “movimiento de movimientos”; la conexión de las luchas y resistencias locales ante la globalización capitalista, abogando por una respuesta contra-hegemonía también global, de carácter social, inclusivo, y con tintes emancipatorios.

Guiso de conclusiones

En tiempos de profundización del proceso de globalización neoliberal un enfoque de lugar sobre los movimientos sociales se ha demostrado especialmente relevante en la medida en que logra trascender las peculiaridades de lo local y sus diferentes voces y sensibilidades a las demás escalas. En el caso de los movimientos sociales, la espacialidad de la resistencia demuestra cómo se resiste y se producen prácticas contra-hegemónicas, anti-sistémicas y descoloniales desde pequeñas escalas. Por otro lado, dicha espacialidad de la resistencia nos ayuda a entender cómo se relacionan los movimientos sociales de carácter emancipadores con el poder Estatal y con los partidos políticos a través de la cartografía de sus relaciones específicas, es decir, de una espacialidad de la interacción que mire hacia las diferentes relaciones desde una perspectiva espacial, resaltando la importancia del lugar en la imbricación de los sujetos.

En una entrevista realizada por Raúl Zibecchi, el siempre lúcido Jair Krischke apuntaba como hipótesis la idealización de una política premeditada del PT para convertirse en un partido de Estado, en una especie de “PRLización” del partido, en alusión al caso mexicano. No nos cabe aquí juzgar dicha hipótesis pero sí señalar que la alianza de Lula con gran parte de la derecha y con el gran capital financiero conllevó a ataduras para el PT, convertidas en *outcomes* contraproducentes para los intereses de los campesinos sin tierra. Se puede apreciar la gran diferencia en el discurso del MST – explorando, por ejemplo, los anexos 1 y 2 – al principio y al final de la gestión Lula. Por ello, la intención de este ensayo era ir más allá del simple análisis del cambio en el cauce discursivo, sino sugerir que también ha cambiado sustancialmente durante este periodo las prácticas espaciales, y la propia estructuración y estrategias locales del movimiento.

Otra consecuencia de la utilización de este enfoque espacial sobre los movimientos sociales para el caso brasileño es percatarnos de que el MST por su expresión nacional y gran fuerza fruto de su espacialización y ordenación por todo el país es el único movimiento social que ha logrado durante la gestión Lula hacerle frente, siguiendo con su política de ocupaciones y presión, basadas en su autonomía política. Los demás movimientos sociales, aislados espacialmente, han sido neutralizados en parte o totalmente por el Estado, resistiendo a una posible estrategia externa de desterritorialización a la que el MST no ha podido ser sometida debido a su fuerte anclaje territorial. De esta forma, a la sombra de este ensayo y de las políticas de Lula está también la lucha de las pastorales de las iglesias cristianas, de los sindicatos combativos, del movimiento indígena, del movimiento negro, los movimientos feministas, la Central de Movimientos Populares y otros tantos que, como recuerda Frei Betto²⁷, luchan para que 100 millones de brasileños dejen de ser excluidos, 3 millones de niños abandonen el trabajo infantil, 16.000 esclavos sean liberados de las haciendas de la Amazonia, 8 millones de niños dejen de vivir en la calle y 10 millones de parados encuentren un trabajo que les permita vivir con dignidad.

Como diría Eduardo Galeano: “*Son cosas chiquitas. No acaban con la pobreza, pero quizás desencadenen la alegría de hacer, y la traduzcan en actos. Y al fin y al cabo, actuar sobre la realidad y cambiarla, aunque sea un poquito, es la única manera de probar que la realidad es transformable*”. Con el escritor uruguayo, y en consonancia con el enfoque de este breve ensayo, compartimos la idea de que actuando y resistiendo desde un lugar específico no se cambia el mundo, pero sí tu mundo, tu lugar. Si vislumbramos todos los lugares y las geografías de la resistencia no como una suma aritmética, sino en el dinamismo de sus redes y en la confluencia de las prácticas espaciales locales que afrontan la estructura capitalista global, tenemos que la resistencia cotidiana – en este caso la del MST – tiene una cara específica, organizada y estructurada que hace indispensable las sensibilidades del lugar en los estudios sobre los movimientos sociales. Como consecuencia, en sus relaciones con el Estado/partidos políticos, los movimientos sociales utilizan igualmente la localidad, su ubicación y su sentido de lugar como referente de sus acciones e interacciones.

²⁷ En prólogo de Stedile y Fernandes (2000, p. 7).

Anexo 1: Comunicado del MST al pueblo brasileño y al Presidente Lula²⁸ (Noviembre de 2002)

El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) se dirige al pueblo brasileño y al presidente Lula para hablar sobre la situación de nuestro país y de la lucha por la Reforma Agraria. Estamos motivados por la esperanza y por la confianza de que es posible otro Brasil, donde mujeres, hombres, niños, jóvenes y ancianos tengan una vida digna y feliz.

1. Brasil ha sufrido ocho años de un modelo económico neoliberal implementado por el gobierno Cardoso, que sólo aumentó el sufrimiento del pueblo y trajo graves perjuicios para los que viven el medio rural, con el aumento de la pobreza, de la desigualdad, del éxodo, de la falta de trabajo y de la tierra.
2. El pueblo brasileño ha dicho No a este modelo económico y agrícola. Votó ampliamente a favor de los cambios y eligió al presidente Lula. Es una victoria del pueblo. Es una derrota de las elites y de su proyecto.
3. El MST ha combatido este modelo y por eso hemos sido perseguidos e injuriados. Pagamos un alto precio con masacres, prisiones, mentiras sistemáticas y el desprecio hacia las familias sin tierra. Hemos participado en todas contiendas electorales, desde 1989, para que hubiese cambios. Ahora, nos sentimos orgullosos y victoriosos por la elección de Lula.
4. El latifundio y el modelo neoliberal son la causa del hambre, del desempleo, de la pobreza, del analfabetismo y de la falta de desarrollo en el medio rural.
5. Estamos convencidos de que es posible derrotar al latifundio, gracias a la organización del pueblo y a la voluntad política del nuevo gobierno. Para nosotros, el enemigo es el latifundio, y el gobierno Lula desempeñará un papel fundamental para democratizar la propiedad de la tierra en Brasil.
6. Necesitamos construir un nuevo mundo agrícola, que priorice el mercado interno, la producción de alimentos y la distribución de la renta. Para eso, es necesario valorizar la agricultura familiar y las cooperativas, viabilizar y descentralizar las agroindustrias. El estado debe reasumir su papel en la agricultura y garantizar el derecho a los agricultores a producir sus semillas y desarrollar técnicas adecuadas al medio ambiente y a la calidad de los alimentos.
7. Es necesario garantizar la educación pública para toda la población del mundo rural, como forma de conquistar la dignidad y el desarrollo.
8. Nuestro papel como movimiento social es continuar organizando los pobres del campo, concienciándolos de sus derechos y movilizándolos para que luchen a favor de cambios. Mantendremos la necesaria autonomía con relación al Estado, pero contribuiremos en todo que sea posible con el nuevo gobierno, para que se logre la tan soñada reforma agraria.
9. Tenemos la oportunidad, en este momento, de realizar el trabajo histórico de implementar una verdadera reforma agraria, para democratizar el acceso a la tierra y eliminar el hambre, el desempleo y las injusticias sociales.
10. Hacemos un llamamiento a todos los trabajadores y trabajadoras, a la sociedad brasileña en general, para que se organicen, se movilicen, y nos ayuden a hacer la reforma agraria. Un Brasil más justo e igualitario es posible. ¡Ahora es el momento!

²⁸ Comunicado extraído del Boletín *MST Informa*, Año II, Nº 26, 8 de noviembre de 2002. Traducción realizada por el autor.

Anexo 2: Comunicado del MST ante la coyuntura de crisis brasileña²⁹ (2005)

Queridos amigos y amigas del Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST): Creemos importante que ustedes sepan realmente lo que pensamos. En la reunión de la Coordinación Nacional del movimiento, con más de 250 compañeros y compañeras de todos los estados y sectores, analizamos la coyuntura política y nuestro comportamiento frente a ella. Presentaremos, de forma sucinta las principales deliberaciones políticas de nuestro movimiento, las que orientarán nuestras acciones prácticas.

1. Sobre la corrupción

La corrupción es un método endémico al que recurren las clases privilegiadas para apoderarse de los recursos públicos en un Estado poco democrático. Observamos que existe una corrupción totalmente ilegal que, generalmente, beneficia intereses personales, y otra practicada con métodos legales -pero inmorales e ilegítimos- que esconden la apropiación de recursos públicos por un grupo económico, un sector específico de la clase dominante o por todos los ricos.

Las tasas de interés aplicadas en Brasil y las transferencias de recursos públicos hacia los bancos, superiores a 100 mil millones de reales por año, son un ejemplo inequívoco de esto. Hay otra cuestión importante: de manera general, los medios de comunicación y las elites protegen a los corruptores y nos impiden identificar a los verdaderos culpables. ¿Quiénes son los propietarios de los millones de recursos desviados hacia las campañas electorales? ¿Qué intereses están detrás de las inversiones millonarias hechas en las campañas políticas?

Creemos que es imprescindible exigir la penalización de todos los casos de corrupción, además que, en particular, exigimos cambios profundos en el sistema de representación política y partidaria; es la única posibilidad de combatir la corrupción sistémica que reina en el país.

2. Sobre el gobierno de Lula

El pueblo brasileño eligió al gobierno de Lula para hacer cambios, al votar por el programa de compromisos de campaña, distribuido ampliamente en toda la población. El gobierno electo se comprometió también a promover los cambios, pese a mantener su entendimiento con los dueños del capital. Las articulaciones políticas del gobierno frustraron a todos y desfiguraron la voluntad manifiesta de por lo menos 55 millones de electores. Hubo una perversa componenda entre fuerzas políticas, incluyendo a los conservadores de derecha, que asumieron puestos destacados en el Banco Central y en los ministerios de Hacienda, Agricultura y Desarrollo, Industria y Comercio.

En julio pasado, en medio de una profunda crisis política, el gobierno promovió una reforma ministerial que reforzó aún más la alianza con los sectores conservadores. Por eso decimos que este gobierno está desfigurado. No contamos de ninguna manera con el gobierno que elegimos en 2002. No tenemos un gobierno de izquierda ni de centroizquierda: vivimos bajo un gobierno de centro, mientras la derecha controla la política económica. Digamos adiós al gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) y a sus compromisos históricos. Sufrimos las consecuencias de un régimen ambiguo, compuesto por fuerzas políticas de la sociedad que van desde la derecha hasta la izquierda, y que muy poco tienen para ofrecer. El gobierno perdió la oportunidad, a lo largo de su mandato, de consultar al pueblo sobre cuestiones estratégicas para nuestra sociedad, como deuda externa, tasas de interés, transgénicos, juegos de azar, autonomía del Banco Central, recanalización del río San Francisco, la ley Kandir sobre previsión social, etcétera. Y, seguramente, el pueblo hubiese optado por los

²⁹ Comunicado divulgado en 2005 en la página Web Oficial del MST: www.mst.org.br. Traducción realizada por el autor.

cambios y le daría en ese sentido apoyo al gobierno, pero éste prefirió oír sólo a los políticos tradicionales.

3. Ejecutivo y reforma agraria

Creímos que la victoria electoral de Lula representaba una modificación en la correlación de fuerzas y favorecería la reforma agraria. Fue elaborado el Plan Nacional de Reforma Agraria que previó el asentamiento de 400 mil familias en un periodo de cuatro años, además de los cambios en el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (Incrá), la capacitación de los asentados y la unión de la reforma agraria con la agroindustria. Pasados dos años y medio, constatamos que la reforma agraria camina a paso de tortuga. El gobierno fue incapaz de implementar un plan propio, y le faltó coraje para enfrentar los estorbos a la reforma agraria que no funciona porque:

a) se mantiene un estado administrativamente organizado contra los pobres, para atender sólo a los ricos;

b) el gobierno creyó en la idea falsa de que el agronegocio sería la solución para la pobreza del campo, pero éste beneficia únicamente a los exportadores y a las transnacionales agrícolas;

c) el gobierno no se percató que al mantener una política neoliberal impide la realización de todo programa de reforma agraria. La política neoliberal corta recursos de inversión, concentra renta, prioriza exportaciones y desemplea. La política que defendemos distribuye renta, genera empleos, desarrolla el mercado interno y fija al hombre en el medio rural; para ello, la reforma agraria es apenas un instrumento de esa política.

Descontentos, realizamos la Marcha Nacional. Durante 17 días reunimos a 12 mil caminantes en torno al mismo objetivo. Conseguimos que el gobierno renovara con nosotros siete compromisos con la finalidad de acelerar la reforma agraria. Poco se cumplió: del compromiso de asentar 115 mil familias este año, hasta ahora sólo se han concretado unas 20 mil. Otras 120 mil familias continúan viviendo en campamentos, esperando en condiciones subhumanas. La prometida normativa que modifica los índices de productividad para calcular los valores en las renunciaciones de apropiación, no fue publicada hasta ahora, aunque se trata de simples actos administrativos de dos ministros. Estamos cansados de oír a los gobernantes hablar acerca de la falta de recursos, mientras los bancos nadan en miles de millones de reales transferidos por el Estado.

¡El gobierno de Lula tiene una deuda inmensa con los sin tierra y con la sociedad brasileña en cuestión de reforma agraria!

4. Sobre el PT y las izquierdas

El MST mantendrá su línea política histórica: es autónomo, tanto en su relación con los partidos políticos como frente al gobierno y al Estado. Así nos comportaremos también en esta crisis.

Individualmente, como ciudadanos y militantes sociales, los integrantes del movimiento se suman a la perplejidad de los brasileños ante la revelación de los métodos que el PT utilizó para hacer política. Las campañas electorales mercantilizaron el voto: fueron pagadas a precio de oro y dirigidas por mercantilistas alquilados, transformándose en un fin en sí mismas. Actualmente, la corrupción denunciada es sólo el fruto del método utilizado. Lo que impresiona es cómo sectores de izquierda utilizaron los mismos métodos de la derecha y se equipararon con ella. Ese es el acabose de aquello que llamamos política.

Por eso defendemos los métodos de la izquierda de hacer política, centrados en el debate en torno a las ideas, en la formación de la militancia, en el trabajo de base y en la organización consciente del pueblo como única fuerza capaz de hacer cambios en nuestro país.

5. Sobre la naturaleza de la crisis

Consideramos que la crisis que estamos viviendo no está restringida a la denuncia de la corrupción: es mucho más grave. Se trata de una crisis de modelo. Los empleos generados, muy por debajo de las promesas de campaña, son insuficientes para atender las nuevas demandas de los jóvenes que ingresan al mercado del trabajo. Enfrentamos una crisis social: los pobres apenas si pueden luchar por su supervivencia y, en varias áreas, son divisadas señales de barbarie social, como el agravamiento de la violencia. Estamos viviendo en medio de una crisis política: la población no se reconoce en este sistema de representación, no tiene el poder político y no puede ejercitar lo que la Constitución Federal dice, que todo poder emana del pueblo. Al pueblo le dan rabia los políticos, y los ve a todos como iguales. Ese "todos" nos lleva a una crisis ideológica, consecuencia de la falta de debate en la sociedad sobre un proyecto para el país. Tememos por la prolongación de esa apatía.

6. Quienes son los enemigos del pueblo

Comprendemos que los verdaderos enemigos son las clases dominantes, que se enriquecen cada vez más a costa del pueblo. Son los intereses del capital extranjero ejecutados mediante las acciones de las transnacionales, de sus bancos, de la deuda externa, de la transferencia de la riqueza al exterior. Son los grandes capitalistas brasileños que se subordinaron a aquellos intereses y le dieron la espalda al pueblo. Es el sistema financiero nacional, y son los latifundistas que continúan acumulando tierras y defendiéndolas de cualquier manera. Es la política de George W. Bush, que quiere consolidar en América Latina un mercado para las empresas estadounidenses, controlar nuestra biodiversidad y nuestras semillas.

El gobierno de Lula puede encontrar en el pueblo un aliado para combatir a los enemigos. Pero precisa enseñar de qué lado está: si con las clases dominantes o con los pobres. No soluciona nada con discursos, el camino se hace mediante cambios claros en la actual política económica y social.

7. Sobre las salidas a la crisis

Comprendemos que la salida de la crisis no depende sólo del gobierno, del presidente, de los partidos políticos o de las elecciones en 2006. Dependerá de un amplio aglutinamiento de todas las fuerzas sociales, organizadas para realizar una verdadera convocatoria para debatir y construir un nuevo proyecto para nuestro país.

Un proyecto de desarrollo para nuestro país que coloque en primer lugar la soberanía popular; que organice una política económica enfocada en la solución de las principales necesidades de la población, como trabajo, renta, tierra, vivienda, escuela y cultura. Un modelo que priorice la vida de las personas, la construcción de una sociedad con menos desigualdad e injusticias sociales. Requerimos una reforma constitucional que modifique el actual régimen político, que incorpore mecanismos de democracia directa. Necesitamos el derecho a convocar plebiscitos, a realizar consultas populares. Deseamos ver democratizado el sistema partidario y de representación política. Todo es un largo camino que se hace preciso empezar a recorrer inmediatamente. Hay que estimular el debate en la sociedad, en todos los espacios. Sólo así el pueblo tendrá en sus manos la convicción de que los cambios sociales serán consecuencia de su organización y lucha.

Continuaremos con la formación de militantes, de luchadores y del pueblo, elevando su nivel de conciencia y de cultura. Es necesario democratizar los medios de comunicación, construir medios alternativos, mediante radios comunitarias, televisoras comunitarias y públicas, para que el pueblo tenga acceso a información correcta.

8. Mobilizaciones

Frente a esta evaluación de la crisis y de la coyuntura, convocamos a toda la militancia del MST, a la base de los movimientos de Vía Campesina y a los movimientos sociales urbanos, a que sumen esfuerzos para movilizarse y organizarse. A lo largo de septiembre y octubre, realizaremos asambleas estatales populares, para discutir un nuevo modelo económico, concluyendo con nuestra asamblea nacional popular y la convocatoria para un nuevo Brasil a realizarse a finales de octubre en Brasilia.

Bibliografía

AGNEW, John. Place and politics. The Geographical Mediation of State and Society. Boston: Allen Unwin, 1987.

_____. Representing space: space, scale and culture in social science. En: DUNCAN, J. & LEY, D. (Eds.). Place, culture, representation. London: Routledge, 1994, pp. 251-271.

_____. Geopolítica. Una re-visión de la política mundial. Madrid: Trama, 2005.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (Eds.). Cultures of politics, politics of cultures: re-visioning Latin American social movements. Oxford: Westview Press, 1998.

BRINGEL, Breno. La comunidad Sudamericana de Naciones: hacia una resistencia espacial supranacional. Ponencia presentada en el 52º Congreso Internacional de Americanistas. Universidad de Sevilla, 2006, 17-21 de julio.

BRINGEL, Breno & ERREJÓN, Iñigo (2006). O Brasil na mira dos países ricos. En: Jornal Opção, Núm. 1592. Especial de Economia Mundial. Goiânia, 8 de enero de 2006. Disponible en: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Reportagens&idjornal=167&idrep=1650>

CAIRO CAROU, Heriberto. Re-pensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John A. Agnew. AGNEW, John. Geopolítica. Una re-visión de la política mundial. (prólogo) Madrid: Trama, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. Revista ADUSP, nº. 34. Curitiba, 2005 a, mayo de 2005.

_____. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). En: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Colección Reinventar a Emancipação Social. Para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 b. pp. 233-261.

CECEÑA, Ana Esther (coord.). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Colección Grupos de Trabajo. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo. Brasil 2003. Goiânia: CPT, 2004.

_____. Conflitos no campo. Brasil 2004. Goiânia: CPT, 2005.

COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. Seminário Intermediário Trabalhadores, Sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2003.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? En: LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O todo é a parte e a parte é o todo: a interação espaço-sujeito. Revista Geográfica, nº. 151, 1991. pp. 31-39.

_____. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Movimento social como categoria geográfica. Revista Terra Livre nº. 15. São Paulo: AGB, 2000. pp. 59-85.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. Revista Osa!, año IV, nº. 11. Clacso, 2003. pp. 31-40.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Osa!, año VI, nº. 16. Clacso, 2005. pp. 273-283.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. Architecture, mouvement, continuité. nº 5, 1984. pp. 46-49.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

GUANZIROLI, Carlos. Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil. Projecto de Cooperación Técnica INCRA-FAO. Brasília: INCRA-FAO, 1998.

GUIJARRO, Txema; LANDALUZE, Jon; BARREDA, Milena; PAU, Raul. Brasil. La reforma agraria y la lucha por la tierra. En: Revista Viento Sur, nº. 87, año XV, Julio de 2006.

HARVEY, David. The condition of Postmodernity. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

INSTITUTO de Estudos Socioeconômicos – Inesc. A reforma agrária no governo Lula: novas perspectivas? Brasília: Inesc, 2003, nº. 79, pp. 2-10.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LEHER, Roberto. Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais. En: Revista Osa!, año VI, nº. 17. Clacso, 2005, pp. 109-117.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. En: Caderno Prudentino de Geografia. nº 19/20, 1997, pp. 26-41.

MASSEY, Doreen. Space, place and gender. Cambridge: Polity Press, 1994.

_____. The conceptualization of place. En: MASSEY, D.; JESS, P., (eds.) A place in the world. Oxford: Oxford University Press, 1995. pp. 45-85.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 2003

_____. Relatório da Ouvidoria Agrária. Brasília, 07/2005.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. En: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Colección Reinventar a Emancipação Social. Para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.189-232.

NEGRI, Antonio & COCO, Giuseppe. Global. Biopoder y luchas en una América Latina globalizada. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006.

OFFE, Claus. Partidos políticos y nuevos movimientos sociales. Madrid: Ed. Sistema, 1988.

_____. La gestión política. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

OSLENDER, Ulrich. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una especialidad de la resistencia, en *Script Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universitat de Barcelona, vol. VI, nº. 115, 1 de junio de 2002.

_____. Espacializando la resistencia: perspectivas de espacio y lugar en las investigaciones de movimientos sociales. Bogotá: Banco de la República, 2002 b. Disponible en: <http://www.banrep.gov.co/blaavirtual/letra-o/osle/pres.htm>

_____. Fleshing out the geographies of social movements: Colombia's Pacific coast black communities and the "aquatic space. En: Political Geography, nº. 23, 2004, pp. 957 -985.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Movimientos sociales y poder estatal. Argentina, Brasil, Bolivia, Ecuador. México D. F.: Editorial Lumen, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.

_____. A Geograficidade do Social. En: SEOANE, José (org.) Movimientos sociales y conflicto en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003.

_____. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. En: Revista Osal, año VI, nº. 16. Clacso, 2005. pp. 23-34.

_____. A reinvenção dos territórios. A experiência latino-americana e caribenha. En: CECEÑA, Ana Esther (coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Colección Grupos de Trabajo. Buenos Aires: Clacso, 2006. pp. 151-198.

ROUTLEDGE, Paul. A spatiality of Resistance: theory and practice in Nepal's revolution of 1990". En: KEITH, M.; PILE, S. (eds.) Geographies of resistance, pp. 68-86. Routledge: Londres, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Colección Reinventar a Emancipação Social. Para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción. Barcelona: Ariel Geografía, 2000.

SASSEN, Saskia. ¿Perdiendo el control? La soberanía en la era de la globalización. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. En: Cadernos de Pesquisa, nº. 24. Florianópolis: PPGSP/UFSC, 2000. pp. 31-44.

SLATER, David. Rethinking the spacialities of social movements: questions of (b)orders, culture and politics in global times. En: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (eds.), Cultures of politics, politics of cultures: re-visioning Latin American social movements. Oxford: Westview Press, 1998. pp. 380-404.

SOJA, Edward. Geografías pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. En: CASTRO, Iná Elias de, et. alli. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 77-116.

STEDILE, João Pedro. Sociedad en crisis. Entrevista concedida a la Revista Carta Capital. São Paulo, 21 de septiembre de 2005.

STEDILE, João Pedro & FERNANDES, B. Maçano. Brava gente: el MST y la lucha por la tierra em Brasil. Barcelona: Vírus Editorial: 2002.

TARROW, Sidney. Power in movement: social movements, collective action and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ZIBECHI, Raúl. La emancipación como producción social de vínculos. En: CECEÑA, Ana Esther (coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006, pp. 123-150.

Páginas de Internet consultadas:

- Comissão Pastoral da Terra (CPT): www.cptnac.com.br
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): www.incra.gov.br
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): www.mda.gov.br
- MST: www.mst.org.br
- Komité de Apoyo del MST en Madrid: www.mstmadrid.org
- Vía Campesina: www.viacampesina.org

Recebido em: dezembro de 2006
Aprovado em: dezembro de 2006

Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)¹

Anita Brumer

Doutora em Sociologia pela Hebrew University of Jerusalém (1980)
Professora Titular de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq (Nível 1A)
Endereço profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Av. Bento Gonçalves, 9.500, prédio 43.311, sala 210, Agronomia – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil – CEP: 91.509-900. Caixa-Postal: 15055. Telefone: (51) 3316-6890. Fax: (51) 3316-6890.
Endereço eletrônico: anita@vortex.ufgrs.br

José Vicente Tavares dos Santos

Doutor em Sociologia pela Université de Paris X, Nanterre (1987)
Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq (Nível 1A)
Endereço profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Av. Bento Gonçalves, 9.500, prédio 43.311, sala 210, Agronomia – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil – CEP: 91.509-900. Caixa-Postal: 15055. Telefone: (51) 3316-6890. Fax: (51) 3316-6890.
Endereço eletrônico: jvicente@ifch.ufgrs.br

Resumo

O trabalho traça um panorama dos processos sociais agrários no Brasil nas últimas décadas do século XX, através de resultados de pesquisas de diversos autores. Destaca alguns eixos de pesquisa sobre a sociedade rural brasileira, com base em informações e interpretações realizadas por alguns cientistas sociais brasileiros e em novas referências bibliográficas, às quais os autores agregam suas próprias considerações. São examinadas: a institucionalização da Sociologia Rural no Brasil; as principais temáticas dos estudos agrários; as classes sociais no campo e as formas de dominação; organizações, lutas, conflitos e violência no campo.

Palavras-chave: Sociologia Rural no Brasil; processos sociais agrários no Brasil; questões agrárias no Brasil.

Resumen

Estudios agrarios en el Brasil: modernización, violencia e luchas sociales (desarrollo y fronteras de la Sociología Rural en el final del siglo XX)

Este trabajo hace una descripción sobre el procesos sociales agrarios en el Brazil en las décadas pasadas del siglo XX, por medio de resultados de investigaciones de diversos autores. Destaca algunas temáticas de investigación el respecto de la sociedad rural brasileña, con énfasis en informaciones e interpretaciones hechas por algunos científicos sociales brasileños y en nuevas referencias bibliograficas, las cuales los autores agregam sus propias consideraciones. Son analizados: la institucionalización de la Sociología Rural en el Brazil; las principales temáticas de los estudios agrarios; las clases sociales en el

¹ Este texto foi publicado anteriormente em: Diego E. Piñeiro (org.). 30 años de Sociologia Rural en América Latina. Montevideo: Asociación Latinoamericana de Sociologia Rural, 2000. Agradecemos a gentil colaboração de Maria Nazareth Baudel Wanderley, Maria Aparecida Moraes e Silva, Júlia Guivant e Maria Stela Grossi Porto, na elaboração da bibliografia consultada.

campo y maneras de la dominación; organizaciones, luchas, conflictos y violencia em el campo.

Palabras clave: Sociologia Rural en el Brazil; procesos sociales agrarios en el Brazil; cuestiones agrarias en el Brazil.

Abstract

Agrarian studies in Brazil: modernization, violence and social struggle (The development and limits of Rural Sociology at the end of 20th century)

Through a review of recent agrarian studies literature, this article surveys agrarian social processes in Brazil in the last decades of the 20th century. The research findings of several Brazilian social scientists are examined along with newer bibliographic references and the observations of the authors. The main themes analyzed include the institutionalization of Rural Sociology in Brazil; changes in the thematic focus of agrarian studies; rural social classes and forms of domination; rural organizations, struggle, conflict, and violence.

Keywords: Rural Sociology in Brazil; agrarian social process in Brazil; agrarian questions in Brazil.

Percorrer os caminhos da modernização, da violência e das lutas sociais, na sociedade brasileira do final do século, implica situar o estudo no contexto dos efeitos da globalização da sociedade e da economia contemporâneas nas transformações da estrutura e espaço social agrários. Ao mesmo tempo, está se desenvolvendo um processo de constituição de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neo-liberais, desencadeando novos conflitos sociais e, por vezes, ameaçando a consolidação da democracia em diversos países, entre os quais se inclui o Brasil.

Configura-se o paradoxo dos processos sociais agrários no Brasil: as modificações das agroindústrias e as diversas modalidades de economia contratual na agricultura, protagonizadas por vários agentes sociais, indicam uma modernização da agricultura; porém, essa modernização está acompanhada por um aumento da exclusão social, das migrações campo-cidade e da pauperização dos camponeses, bem como pela difusão da violência política e costumeira. Ambos os processos fazem com que as lutas agrárias adquiram uma centralidade na cena social e política, pois evidenciam os limites da democratização na sociedade brasileira do final do século XX. Por conseqüência, os estudos agrários reafirmam sua característica de se constituírem num saber necessário para compreendermos a dinâmica do desenvolvimento social e da expansão da democracia no Brasil. Desejamos sugerir, neste artigo, que os cientistas sociais brasileiros têm conseguido, com acuidade, rigor analítico e perspicácia política, construir explicações sociológicas capazes de fazer face a tal desafio societal.

A Sociologia dos Processos Sociais Agrários nas últimas décadas

Para fazer uma breve apresentação dos rumos da sociologia dos processos sociais agrários no Brasil nas últimas três décadas, era necessário decidir entre uma das possíveis abordagens da questão. Uma delas, a resenha bibliográfica, feita anteriormente, pelo menos em parte, por alguns autores (HAGETTE et alii, 1978; GNACCARINI e MOURA, 1983; ANTUNIASSI e BERGAMASCO, 1985; BRUMER, 1989), requereria um exame detalhado da produção bibliográfica produzida em diversos centros de pesquisa e de pós-graduação brasileiros, que consiste, na maioria dos casos, em trabalhos não publicados.

Outra opção, por nós adotada, consiste num ensaio analítico. Através dele, propomos a salientar alguns aspectos relevantes da pesquisa sobre a sociedade rural brasileira, sem qualquer pretensão de exaurir sistematicamente o tema. Nesta tarefa, valemo-nos de informações e interpretações já apresentadas por alguns cientistas sociais brasileiros (TAVARES DOS SANTOS, 1991; SIGAUD, 1992; WANDERLEY, 1998; ABRAMOVAY, 1992), aos quais agregamos novas fontes bibliográficas e nossas próprias considerações.

Em outras palavras, desejamos dar continuidade a uma reflexão sobre os estudos agrários no Brasil, no final do século XX, adotando uma “visão complexa da realidade social, tanto mais necessária quando se trata de análises específicas de conjunturas históricas particulares, e em espaços nos quais as formas de vida e de produção estão em processo de transformação. Por outro lado, partimos da necessidade de reconstruir um espaço social de relações, resgatando, assim, um pensamento relacional que procura perceber as relações que as classes e os grupos sociais mantêm entre si e com as estruturas econômicas, políticas e ideológicas nas quais eles estão posicionados” (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p. 41).

Uma análise do desenvolvimento das pesquisas sobre Sociologia Rural no Brasil deve levar em consideração a importância do processo de institucionalização da disciplina, através da criação de cursos de pós-graduação, da oferta de recursos para pesquisa e do estabelecimento de fóruns de discussão, para sua consolidação. No caso da criação de programas de pós-graduação, sua importância está no fato de boa parte da produção sociológica brasileira, nos últimos 35 anos, estar direta ou indiretamente ligada a eles, através da produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado, livros, capítulos de livros e artigos (podemos estimar essa parte em 25% da produção sociológica brasileira total). Outra consequência, como indica Martins (1997, p. VI), é que a institucionalização das pesquisas, através das universidades, viabilizou o conhecimento científico, crítico, independente e neutro em relação aos interesses dos diversos protagonistas. Os financiamentos para a pesquisa geralmente atendem uma demanda da própria sociedade produtora de conhecimentos, mas às vezes também atuam como indutores de pesquisas. Nesse caso, direcionam recursos para temas considerados prioritários pelo governo brasileiro ou por entidades não governamentais promotoras, ao mesmo tempo em que viabilizam o deslocamento de pesquisadores para participarem em fóruns de discussão.

Estes, por sua vez, possibilitam a construção de uma agenda de pesquisa em torno das temáticas relevantes e das abordagens teóricas e metodológicas utilizadas pelos pesquisadores, garantindo a legitimidade dos temas, dos indivíduos e de suas instituições. É interessante a observação de Newby (1982) de que uma definição ‘fácil’ e conveniente de ‘rural’ consiste em precisá-lo de acordo com o que fazem os que se intitulam a si mesmos sociólogos rurais, o que é feito principalmente graças à institucionalização da disciplina.

Outro aspecto que consideramos fundamental no processo de institucionalização da disciplina é o delineamento das principais temáticas que centralizaram a atenção dos pesquisadores envolvidos. Ao acompanharem o desenrolar dos acontecimentos sociais e históricos, caracterizam-se por uma associação entre tempo e contexto, entre história e ciências sociais.

De um tema hegemônico nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 50 e 60, e ainda com grande importância nas décadas de 70 e 80, as análises sobre as relações sociais no meio rural perderam espaço para outras temáticas. Nos anos 90, enquanto alguns temas de pesquisa social sobre o rural passaram a encontrar menor número de seguidores, as lutas sociais e a efervescência política em torno da luta pela reforma agrária deram um novo vigor ao rural como tema. Ao mesmo tempo, foram retomadas pesquisas sobre o significado de ‘rural’ e de ‘ruralidade’, devido, principalmente, à diminuição relativa e absoluta da população rural e à maior integração rural-urbano e da agricultura com a indústria.

A institucionalização da sociologia rural no Brasil

O processo de institucionalização da sociologia rural no Brasil teve início nos anos 50 na Universidade de São Paulo, onde foram desenvolvidos estudos influenciados pelos clássicos da sociologia como Marx e Max Weber, mas também por Redfield, Lévi-Strauss, Bastide, Gurcich e Mendras (BRUMER e TAVARES DOS SANTOS, 1994), continuando nos anos 60, com a criação dos primeiros programas de mestrado no país. Embora a concepção desses programas fosse anterior ao Golpe Militar de 1964, sua implementação deu-se nos primeiros anos desse governo; foram criados, assim, programas de pós-graduação, em nível de Mestrado, de disciplinas voltadas ao estudo do rural (Agronomia, Veterinária, Economia Rural e Sociologia Rural), em quatro universidades brasileiras (UFRGS, USP – Piracicaba, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal Rural de Pernambuco). Esses programas estavam incluídos no Acordo MEC-USAID, como parte do Programa “Aliança para o Progresso” do governo norte-americano. Através desses programas, estabelecia-se uma associação entre as universidades brasileiras envolvidas e algumas universidades norte-americanas com forte vocação para os estudos sobre o rural², tendo como meta o desenvolvimento da agricultura (ponto IV do Acordo). Visava-se, antes de tudo, ao aumento da produção e à melhoria das condições de vida da população rural, com o objetivo de evitar a radicalização política (a revolução cubana de 1959 servindo como o principal exemplo a ser evitado) e os conflitos no campo.

Os programas de mestrado em Sociologia Rural criados no Brasil dentro do Acordo MEC-USAID apresentavam algumas características comuns: a) forte associação com a economia rural, sendo predominante a influência dos profissionais dessa disciplina na definição das características dos cursos de Sociologia Rural e dos temas de pesquisa neles desenvolvidos; b) orientação teórica proveniente da sociologia norte-americana, fortemente caracterizada pelo positivismo empiricista; c) atuação direta, pelo menos durante os primeiros anos de funcionamento, de professores norte-americanos; d) formação pós-graduada dos professores desses cursos na universidade norte-americana com a qual se vinculavam através do Acordo MEC-USAID.

A relação entre as universidades brasileiras e norte-americanas, nessa associação, era inequivocamente desigual, cabendo aos profissionais estrangeiros o papel de formadores, incentivadores, reprodutores de conhecimento, de idéias e de orientações teórico-metodológicas. O sucesso desse modelo de pós-graduação explica-se, em grande parte, pelos recursos financeiros colocados à sua disposição. Outro fator deve-se à Ditadura Militar, que por um lado dificultava o estabelecimento de um modelo alternativo e por outro mantinha sob censura o tema dos conflitos sociais. Seus limites, porém, tornam-se evidentes quando começam a ser implantados cursos com orientação distinta, fóruns de discussão pluralista e um sistema de avaliação de cursos de pós-graduação composto por membros de outras áreas temáticas.

Esses cursos foram criados no bojo da implantação do programa de modernização do campo brasileiro (BRUMER, 1989): como alternativa à reforma agrária, procurava-se vencer a barreira da resistência às inovações, implantar um sistema de crédito rural eficiente e disseminar as novas técnicas de produção agrícola visando aumentar a produtividade e o volume de produção. Da sociologia rural esperava-se uma contribuição nesse esforço coletivo das ciências agrárias, com destaque para pesquisas sobre o processo de comunicação agrícola e a adoção de inovações, como auxiliar da pesquisa agrônoma e da extensão rural.

Newby (1982) faz uma crítica contundente a esse tipo de pesquisas, considerando irônico que o modelo da sociologia rural norte-americana, que apresentava uma crise de legitimidade em seu próprio país, tenha sido adotado em outros países, onde obteve confiança maior. Para ele, o estilo apresentado por essa disciplina caracterizava-se como

² Newby (1982) refere-as como Land Grant Colleges, assim chamadas porque uma lei aprovada em 1862 estipulava a doação de terras federais aos estados que autorizassem a criação de instituições universitárias dedicadas ao ensino de disciplinas vinculadas com a agricultura e com as artes mecânicas.

positivista, indutivo, quantitativo e ‘aplicado’, resultado do ‘enclausuramento teórico’ e do ‘monismo metodológico’ a que foi submetida.

Na Universidade de São Paulo, autores ligados à escola de sociologia crítica de Florestan Fernandes desenvolveram análises acerca dos processos sociais agrários, desde meados dos anos 60. Destaca-se o primeiro trabalho de Antonio Cândido, orientado pelo conceito dos “mínimos vitais” identificadores do campesinato brasileiro, ou seja, de populações rurais cujo modo de vida baseava-se na produção de subsistência (CÂNDIDO, 1964). Maria Sílvia de Carvalho escreveu sobre os homens livres e pobres na sociedade escravista – inspirada em Marx e Weber – chegando a indicar a violência entranhada na realidade social, a violência costumeira (CARVALHO FRANCO, 1969). Por outro lado, Maria Isaura Pereira de Queiroz iniciou uma vasta obra sobre os movimentos messiânicos e o campesinato brasileiro.

Vários trabalhos de Octavio Ianni, na USP e depois na UNICAMP, abordaram as metamorfoses das classes e raças no Brasil, das relações de produção no campo, da cultura do homem rústico, das organizações políticas e das políticas agrárias do regime autoritário-militar. Recentemente, seus estudos sobre a cultura latino-americana enfocaram, em um e outro momento, dimensões da questão agrária e da violência rural no contexto de formação da sociedade global (IANNI, 1968, 1978, 1979, 1984). O importante trabalho de José César Gnaccarini, baseado nas análises de Marx sobre o trabalho e a luta de classes e também nos escritos de Weber sobre os tipos de dominação e a ação racional, procurou explicar a desagregação da sociedade escravocrata e a formação da empresa capitalista no campo, ressaltando que esse processo foi marcado por uma violência estrutural (GNACCARINI, 1980).

A obra de José de Sousa Martins iniciou por uma reconstrução histórica das relações sociais de produção não-capitalistas, desenvolveu uma sociologia do campesinato e das relações dos camponeses com a política, demarcando uma crítica teórica dos pressupostos da "sociologia rural". Mais recentemente, Martins tem se preocupado com a participação das classes subalternas rurais nos processos políticos brasileiros, com particular ênfase nas lutas pela terra, nas formas de violência no campo, em particular o trabalho escravo, e nos processos de constituição de uma comunidade utópica; atualmente, estuda os linchamentos na sociedade brasileira e o poder do atraso (MARTINS, 1981, 1989, 1994, 1997).

No Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi criado, em 1968, o curso de mestrado em Antropologia Social, associado a um grande projeto de investigação intitulado “Estudo comparativo do desenvolvimento regional”, que privilegiava a pesquisa de ‘temas’ rurais (SIGAUD, 1992). Embora a disciplina envolvida fosse a antropologia, a ênfase no ‘social’ indicava sua proximidade com a sociologia, destacando-se seu interesse em estudos e pesquisas sobre o rural. Fundando sua orientação teórica-metodológica na antropologia social francesa e inglesa, e com base na teoria marxista clássica e contemporânea, os primeiros estudos agrários nessa instituição foram de autoria de Moacir Palmeira, Octavio Velho, Afrânio Garcia e Lygia Sigaud.

Na década de 70, período de expansão da pós-graduação brasileira, foram criados diversos programas de pós-graduação em Sociologia no País, nos quais a temática ‘rural’ era considerada como um entre diversos temas de interesse. Três dos cursos estabelecidos nesse período, no entanto, apresentavam ênfase no rural: o curso de pós-graduação, em nível de Mestrado, em Sociologia Rural da Universidade da Paraíba (campus de Campina Grande), criado em 1977; o curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana da UNESP, criado em 1981; e o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), atualmente vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o qual, desde sua criação, mantém uma abordagem multidisciplinar.

No início da década de 90 existiam no Brasil 13 cursos de pós-graduação em Sociologia, três dos quais ofereciam uma formação específica em Sociologia Rural. A temática do rural também se fazia presente nos demais cursos (BAETA NEVES, 1991).

Durante a década de 90, observou-se a tendência de os cursos de pós-graduação em sociologia rural perderem sua condição independente, seja pela ampliação de suas abordagens temáticas, seja pela associação a programas de Sociologia (como ocorreu com

os dois cursos de mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Sociologia Rural e Sociologia, reunidos num só Programa de Pós-graduação em Sociologia, em nível de Mestrado e de Doutorado, em 1992, e com os cursos de mestrado dos dois campi da Universidade Federal da Paraíba, um em Sociologia Rural - Campina Grande – e o outro em Sociologia – João Pessoa). Como resultado, houve um acréscimo de embasamento teórico e de refinamento metodológico, com expressiva elevação da qualidade dos trabalhos acadêmicos realizados.

Os fóruns de discussão científica constituem meios importantes para a definição da importância de determinadas temáticas e para a afirmação de seus pesquisadores no meio acadêmico, ao mesmo tempo que auxiliam na consolidação das instituições que os abrigam. A sociologia rural encontrou espaço em muitos desses fóruns, entre os quais se podem citar os encontros de disciplinas específicas, tais como a Antropologia (ABA), a Sociologia (SBS), a História (ANPUH) e a Geografia. Três fóruns de discussão de pesquisa merecem ser destacados: o da SOBER, o do PIPSA e o da ANPOCS.

Os encontros anuais da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia Rural e Sociologia Rural), criada em 1965 por iniciativa dos economistas rurais dos quatro principais cursos de pós-graduação em economia rural do País e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa em Agricultura), profissionais com cursos de pós-graduação em universidades rurais norte-americanas ou nos cursos de mestrado brasileiros com orientação semelhante, abriram um pequeno espaço para a sociologia rural³. Da mesma forma, o diálogo entre este fórum de discussão e os demais fóruns mais pluralistas é praticamente inexistente.

Em 1978, foi criado o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), um fórum de debates sobre a questão agrária, abrangendo tanto a sociologia rural como outras áreas do conhecimento. Inicialmente, o PIPSA foi mantido através de convênio entre a Fundação Ford e o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA). À época de sua criação, o curso vinculava-se à Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, posteriormente passou a se vincular à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O Projeto organizava-se em cinco grupos de estudos: Agricultura na Amazônia; Agroindústria, Cooperativas e Grande Produção; Diferenciação da Pequena Produção na Agricultura; Estado e Agricultura; Movimentos Sociais no Campo, passando a incorporar, mais adiante, outras temáticas. Durante os primeiros anos de funcionamento, os encontros nacionais do PIPSA eram anuais, passando depois a bianuais, ao mesmo tempo que se realizavam, de modo intercalar, encontros regionais. No final da década de 90, como resultado principalmente da "crise da disciplina", às vezes alimentada pela "crise do financiamento da pesquisa", os encontros nacionais tornaram-se menos regulares e somente algumas regiões tiveram condições de realizar encontros regionais.

Nos encontros da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), a temática rural era tratada especificamente num dos cerca de 24 grupos de trabalho, embora aparecesse também em outros grupos temáticos, como o de movimentos sociais e o de gênero. Sigaud (1992) destaca que, "enquanto outros GTs se dissolveram ou se fundiram, o GT Estado e Agricultura têm marcado presença em todas as reuniões anuais e têm assegurado a publicação de um ou mais trabalhos no anuário que reúne os considerados como os "melhores trabalhos de cada reunião". Tratando-se de um espaço concorrencial, no qual a sobrevivência de um grupo de trabalho "depende não apenas do interesse dos participantes mas do julgamento de outros pares", a permanência do GT Estado e Agricultura e as publicações são reveladoras de reconhecimento do "tema" e da "qualidade dos trabalhos".

Tendo em vista os esforços desenvolvidos no sentido da institucionalização da sociologia rural no Brasil, chama a atenção o pequeno espaço reservado para as revistas especializadas. Contrariamente à continuidade de periódicos como *Rural Sociology*, nos Estados Unidos, e *Sociologia Ruralis*, na Europa, no Brasil, apesar de terem sido registradas

³ Assim, não é por acaso que o fórum de discussão de pesquisas da SOBER não tenha sido mencionado nos textos de Gnaccarini e Moura (1983) e Sigaud (1992).

algumas propostas regionais, até agora nenhum periódico conseguiu se implantar como um veículo de divulgação de pesquisas sobre a sociedade rural em nível nacional⁴.

As principais temáticas dos estudos agrários

Em sua resenha sobre as pesquisas que abordam a temática da estrutura agrária brasileira, Gnaccarini e Moura (1983) destacaram a importância dada às análises empíricas, isto é, ao trabalho de campo, e a ênfase em determinados temas. Entre eles, a questão do campesinato e da pequena produção, a produção capitalista, a cultura rural, através de estudos sobre representações e modo de vida, e as práticas políticas. Este último inclui pesquisas sobre a violência e a participação.

O debate feudalismo *versus* capitalismo, como indicam Gnaccarini e Moura (1983), decorreu da “recusa em conceituar as formas camponesas, com ou sem propriedade privada jurídica da terra, como restos feudais; bem como, por idênticos motivos, uma insatisfação para com a tese de proletarianização no campo, à qual se interpunham, nas pesquisas e nas releituras conceituais, tantos dados e interpretações contrarrestantes”. Associadas ao debate latifúndio *versus* capitalismo, que assumia posicionamentos ideológicos⁵, estavam as análises sobre o campesinato.

Na primeira metade dos anos 80, um grupo de pesquisadores ligados ao Grupo de Estudos “Diferenciação da Pequena Produção na Agricultura”, vinculado ao PIPSA, e coordenado por Maria Helena R. Antuniassi e Sônia Maria P. P. Bergamasco, produziu uma bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira (Antuniassi e Bergamasco, [1985]), a qual cobria grande parte dos estudos sobre esta temática elaborados até aquela data. Entre os 1.132 trabalhos considerados, os temas mais freqüentes foram: agricultura de subsistência ou agricultura de baixa renda; pequena produção ou pequenos agricultores; mecanismos de reprodução da pequena produção; Estado e agricultura, com ênfase em políticas agrícolas; campesinato e mão-de-obra familiar; arrendatários e parceiros; posseiros; relações de trabalho na agricultura; trabalhadores rurais; estrutura agrária e reforma agrária, migrações e colonização rural; cooperativismo rural; transferência de tecnologias.

Em sua apresentação sintética das principais linhas temáticas em torno da agricultura familiar no Brasil, Wanderley (1998) destacou os seguintes temas: 1) o debate sobre a existência ou não do campesinato no Brasil, incluindo tanto os estudos que procuraram analisar o lugar do campesinato no interior da sociedade colonial e do sistema escravocrata como as análises sobre as formas tradicionais de produção e reprodução do campesinato brasileiro; 2) as perspectivas da agricultura familiar diante do processo de transformação modernizante do setor agrícola e as mudanças por ele provocadas na agricultura camponesa tradicional, as quais ocuparam grande parte das análises em sociologia rural, principalmente durante a década de 70⁶; 3) o significado das fronteiras, isto é, a análise do processo de incorporação de novas terras à agricultura nacional, resultando na ampliação das atividades rurais, tanto com a expansão da grande propriedade como com a criação de novos espaços para a pequena produção mercantil; 4) movimentos sociais dos grupos ou categorias sociais rurais. A autora destaca ainda alguns temas emergentes, tais como: tecnologias alternativas e novas formas de organização da produção, pluriatividade dos agricultores familiares, agricultura e meio ambiente, poder local e gestão municipal.

⁴ O periódico mais promissor, neste sentido, é o Estudos Sociedade e Agricultura, editado pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, que lançou o número 15 no início de 2000.

⁵ Palmeira, em sua tese de doutoramento intitulada *Latifundium et Capitalisme: lecture critique d'un débat*, concluiu que esse debate apresentava um viés ideológico incontrolado, transcendendo “as questões explicitamente formuladas e os limites declarados do mesmo” (PALMEIRA, 1971, p. 159).

⁶ Um dos trabalhos mais significativos sobre esta temática foi a pesquisa coordenada por Graziano da Silva (1978), que registrou a importância dos pequenos estabelecimentos para o abastecimento interno do país.

As classes sociais no campo: transformações e formas de dominação

Um dos temas que suscitou maior número de estudos, na vasta bibliografia sobre a ‘pequena produção’, foi o da agricultura de subsistência, algumas vezes utilizado como sinônimo de pequena produção e pequenos produtores, sítio e sitiante, e também associado às temáticas da comunidade rural e da agricultura de baixa renda (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973; ANTUNIASSI e BERGAMASCO, 1985, p. IX). Com maior frequência o tema é associado à presença de relações sociais específicas da produção familiar na agricultura. Sob a denominação de “comunidade”, são incluídos desde grupos étnicos até unidades geográficas, tais como os bairros rurais, mas alguns trabalhos utilizam uma conceituação sociológica, baseada nas relações sociais que configuram os limites da comunidade.

Porto e Siqueira (1994) analisaram o percurso teórico de alguns conceitos e categorias relativos à pequena produção, com destaque para termos como ‘campesinato’, ‘pequena produção’ (incluindo categorias como parceiro, arrendatário, morador, ocupante e outras), aos quais acrescentamos a expressão ‘agricultura familiar’ ou ‘produção familiar na agricultura’, adotada mais recentemente: “a utilização de determinados conceitos e categorias, longe de ser um procedimento arbitrário, exprime e traduz perspectivas analíticas que remetem, por sua vez, a construções diferenciadas do objeto” (PORTO e SIQUEIRA, 1994, p. 76). Comprovando essa relação, as referidas autoras mostram que o termo ‘camponês’ era utilizado no âmbito de reflexões acerca da definição do modo de produção e de sua dinâmica de funcionamento, principalmente numa oposição latifúndio-minifúndio⁷.

O termo ‘pequena produção’ (ou ‘pequeno produtor’), por sua vez, começou a se delinear, a partir dos anos 70, ligado a dois tipos de processos: o de “transformações políticas do Estado brasileiro, implicando, entre outras coisas, na desarticulação de vários grupos e de movimentos organizados, entre os quais se destaca, no contexto desta reflexão, o das Ligas Camponesas”; e o de “conformação de um modelo de desenvolvimento assentado em políticas de cunho modernizante e que, em termos da agropecuária, traduziu-se no que se convencionou identificar como ‘modernização conservadora’” (PORTO e SIQUEIRA, 1994, p. 79).

Nesta mesma linha de reflexão, podemos considerar que a expressão ‘agricultura familiar’ começa a ser utilizada, a partir dos anos 80, para caracterizar a produção assentada no trabalho familiar: ao mesmo tempo moderna e integrada aos circuitos comerciais e industriais. Nas sociedades modernas, multiplicam-se formas de agricultura familiar não camponesas, as quais, “sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc. – tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna” (WANDERLEY, 1999, p. 35).

Outro tema recorrente na bibliografia brasileira é o da modernização e seus efeitos sobre a pequena produção ou sobre a produção familiar na agricultura. Nesse aspecto, assumiu relevância o debate sobre o futuro da pequena produção, no qual se discutia, de um lado, o processo de diferenciação social e a proletarianização dos pequenos produtores e, de outro, os mecanismos de reprodução do campesinato ou da pequena produção. Sob um outro ângulo, alguns estudos enfatizaram as estruturas internas da produção familiar, em busca da demonstração da lógica e da racionalidade da pequena produção, enquanto outros destacaram a subordinação da agricultura de subsistência às relações de produção capitalistas.

Esse tipo de abordagem foi predominante entre os que examinaram a relação do pequeno produtor com a agroindústria, em estudos de caso envolvendo produtos tais como uva, aves, suínos, fumo, soja, leite e cana-de-açúcar. Esses estudos mostraram, por um

⁷ Martins (1981, p. 21) já havia indicado o uso relativamente recente das expressões ‘camponês’ e ‘campesinato’, introduzidas pelas esquerdas durante a década de 50, com o objetivo de “dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país” naquela década.

lado, como o excedente econômico gerado na agricultura é transferido para o setor não agrícola da economia e, por outro, os vínculos existentes entre a pequena produção e as indústrias processadoras, verificando que esta vinculação reflete uma relação de dominação-subordinação entre os dois setores.⁸

Algumas investigações sobre a agricultura familiar têm sido orientadas por uma sofisticada base teórica, como o livro de Tedesco sobre agricultores da região Nordeste do Rio Grande do Sul, cuja intenção foi “perceber, além das inúmeras transformações no vivido do colono, a partir da relação de produção legitimada pelo direito, as intencionalidades subjetivas que induzem o pequeno produtor familiar a se inserir no modelo produtivista” (TEDESCO, 1999, p. 23). Após criteriosa pesquisa, orientado pela “ótica da tensão/conflito”, o autor pôde “analisar a profunda relação que permanece, mesmo que redefinida, entre família como unidade de produção e convívio (suas tensões nesses âmbitos), o horizonte do trabalho, como conjunto sistêmico de relações estratégicas e de racionalidades adaptativas frente a e inseridas no modelo técnico-econômico e produtivista do meio rural, e a terra como normalizadora do patrimônio, da herança e das formas variadas de sobrevivência” (TEDESCO, 1999, p. 295; TEDESCO, org., 1999).

As abordagens sobre o cooperativismo brasileiro tiveram pelo menos dois enfoques. Por um lado, o cooperativismo é visto como instrumento para solucionar os problemas relativos à comercialização e à modernização da produção familiar. Como indicam Antuniassi e Bergamasco (1985, p. XI), partindo da consideração do cooperativismo como uma estratégia de viabilização da produção familiar, “o cooperativismo é visto como um instrumento de política agrícola, através do qual o Estado poderia implementar a utilização institucional do crédito rural”. Por outro lado, outros estudos são mais críticos em relação ao cooperativismo como meio de viabilização da pequena produção, mostrando-o como “um instrumento da subordinação dos agricultores – camponeses ao capital, na medida em que desenvolve mecanismos de ação através dos quais se torna um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação do camponês, preservando sua condição de pequeno produtor” (ANTUNIASSI e BERGAMASCO, 1985, p. XI; LOUREIRO, 1981). Rios (1976) estudou o cooperativismo rural, no Nordeste brasileiro, relacionando a estrutura social na qual ele se insere com os tipos predominantes de serviços econômicos prestados e com os principais beneficiários desses serviços em termos de estratos sociais. Abordou a relação de dominação-subordinação que se verifica entre grandes e pequenos produtores e a desvantagem destes na participação numa cooperativa, expresso na categoria “os donos da cooperativa” (ver também Duarte, 1986).

A ocupação de novas terras, como recentemente ocorreu nas regiões Centro-Oeste e Norte, últimas fronteiras agrícolas do país, foi analisada por alguns pesquisadores (VELHO, 1976; IANNI, 1978; SOARES, 1981; ESTERCI, 1987; MUSUMECI, 1988; TAVARES DOS SANTOS, 1993; MARTINS, 1998). Como indica Wanderley (1998, p.29), a ocupação dessas terras “tem envolvido trabalhadores e pequenos produtores rurais de diversas origens, que para lá acorrem, na tentativa de escapar ao ‘cativeiro da terra’ ou de encontrar condições para a reprodução da família camponesa”. Essa ocupação deu-se tanto por programas de colonização públicos quanto na forma de colonização privada, e gerou “numerosos e violentos conflitos pela posse da terra nessas regiões”.

O processo da colonização de novas terras tem sido conceituado e analisado tanto em suas dimensões objetivas quanto subjetivas, pois envolve dimensões simbólicas importantes (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Tomasi analisou tais dimensões na ocupação da frente pioneira do Norte do Paraná, mediante uma “arqueologia do discurso sobre o Norte do Paraná e dos silêncios da violência” (TOMASI, 1997). Nos estados de Rondônia e do Mato Grosso, na Amazônia Ocidental, um conjunto de pesquisas tem permitido avaliar o impacto ambiental, econômico e social dos programas de colonização, cuja atualidade e vigor têm surpreendido os analistas. Tais estudos permitem supor que não

⁸ Entre os trabalhos mais significativos sobre este tema estão Tavares dos Santos (1978), Sorj (1980), Neves (1981), Garcia Jr. (1983; 1989), Wilkinson (1986), Loureiro (1987), Lovisoló (1989), Paulilo, 1990 e Neves (1997).

se descartam as possibilidades de retomada da política de colonização dentre as políticas agrárias do Estado brasileiro. (RIBEIRO, 1987; BARP e SINED, 1990; CASTRO, 1994).

As demais classes sociais atuantes no campo de conflitos agrários, os assalariados rurais e a burguesia agrária, atraíram um número menor de pesquisadores. De acordo com Martins (1997, pp. VI-VII), “essas categorias sociais foram tratadas de passagem como categorias em extinção, como resquícios do passado, sem presença e sem vontade histórica conseqüentes no cenário político brasileiro”.

Na análise dos trabalhadores assalariados, alguns poucos estudos, ao examinar as condições de produção de produtos como o café e a cana-de-açúcar, destacaram as relações sociais que vinculam os trabalhadores temporários (os bóia-frias), aos empresários capitalistas e aos seus intermediários (os “gatos”). Os estudos evidenciaram tanto a expropriação do trabalhador como as péssimas condições de vida e de trabalho a que são submetidos.

Na análise da burguesia rural, um número ainda mais reduzido de trabalhos examinou seus principais interesses e sua atuação política, principalmente no confronto com os trabalhadores rurais após o fim da ditadura militar. Vale lembrar que o conceito de burguesia rural pode incluir, como indica Bruno (1997) diversos atores sociais unidos em defesa do monopólio da propriedade privada, tais como pecuaristas, industriais, produtores de grãos, empresários à montante e à jusante da porteira da fazenda, banqueiros-proprietários de terra e latifundiários “chapéu de palha”.

A análise de trajetórias de reconversão dos usineiros, feita por Afrânio Garcia, possibilitou evidenciar as estratégias mediante as quais os produtores de açúcar vão reconvertendo o capital fundiário em um capital industrial. Outro caso diz respeito a intelectuais, pois pessoas originárias do capital fundiário, de posição dominante num espaço oligárquico, face às transformações sociais, vão se reconvertendo ao campo da cultura: são filhos de latifundiários que viram intelectuais (GARCIA JR., 1989).

Os grupos dominantes no espaço social agrário ocupam, enquanto uma burguesia agrária, uma posição de domínio, nas esferas econômica, social e política. Os diferentes segmentos da burguesia agrária apresentam uma relação de apropriação material e simbólica com a terra decisiva em suas estratégias de reprodução social. Essa posição funda-se em uma defesa do direito de propriedade, absolutizando a propriedade fundiária, sem nenhuma consideração por sua dimensão social. “A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. [...] O Estado (é) baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1994, p. 13; MARTINS, 1991, 1997).

Podemos caracterizar sociologicamente a burguesia agrária como uma fração das classes dominantes cuja especificidade é dada pela apropriação da terra (por propriedade, arrendamento ou ocupação) e pela inversão de capital no processo de trabalho agropecuário. Podemos ainda identificar alguns grupos dentro da burguesia agrária, desde os grandes proprietários de terras até os empresários rurais, com diversos ramos produtivos e com variados perfis tecnológicos. A burguesia agrária controla votos, exercendo uma política de clientela que se baseia na troca de votos por concessões políticas, permanecendo como base de sustentação do poder político brasileiro, ocupando uma posição dominante no campo de conflitos agrários (RAMOS, 1995, p. 227).

As classes dominantes agrárias sempre utilizaram a violência como uma tecnologia de poder, aliada às práticas do clientelismo e da cooptação, contra as estratégias de rompimento daquela relação estrutural com a propriedade da terra (TAVARES DOS SANTOS, 1992). Desse modo, “a modernização da dominação se expressa no conflito entre as associações de classe patronal que passam a ser fortalecidas e sua atuação visível, com a luta dos camponeses por uma cidadania”, exercitando-se uma dominação moderna “na qual o poder aparece, cada vez mais, transparente e a violência é uma das únicas armas de sua sustentação que é confrontada com os limites colocados pelos novos mediadores.” (BARREIRA, 1992, p.186).

Ligas, sindicatos e lutas sociais agrárias

Vários foram os autores que se preocuparam com as organizações rurais, sindicatos e cooperativas. Os estudos iniciaram pela reconstrução histórica das Ligas Camponesas, no Estado de Pernambuco, desde a sua organização, em 1954, até sua desarticulação, em 1964, evidenciando o papel dos camponeses, suas condições de existência social, e a mobilização desse movimento social (ANDRADE, 1964). Porém, esses estudos revelaram que, à medida que apareceu um descolamento entre as bases e a liderança das Ligas, estas entraram em colapso. Por outro lado, desde seu início, as Ligas coexistiram com os sindicatos de trabalhadores rurais, os quais, entre 1954 e 1964, apresentaram uma enorme expansão em todos os estados brasileiros (BASTOS, 1984; MEDEIROS, 1989; NOVAES, 1997).

Eckert (1984) focalizou a luta, durante os anos 60, pela posse e uso da terra no extremo Sul do Brasil, região onde a estrutura fundiária se caracteriza de um lado pela grande propriedade – latifúndio – com pecuária extensiva, e por outro pela pequena propriedade – minifúndio. Na década de 80, alguns estudos procuraram caracterizar os movimentos de luta pela terra como luta de conquista e não de resistência (GEHLEN, 1983).

Nos estudos sobre o sindicalismo, alguns autores preocuparam-se com o processo histórico de formação dos sindicatos de trabalhadores rurais, na conjuntura 1945-1964, a qual apresentaria dois aspectos principais:

o primeiro deles relaciona-se aos esforços em estabelecer direitos mais favoráveis aos trabalhadores rurais, tanto no que se refere à Constituição quanto à legislação trabalhista. [...] O segundo aspecto foi a defesa constante da própria sindicalização. [...] Muito do movimento sindical no período em estudo esteve voltado precisamente para organizar o homem do campo em sindicatos, associações e ligas. (COSTA, 1996, p. 5)

Como resultado, a formação do sindicalismo rural apresentou, desde sua origem, duas faces contraditórias: por um lado, representa os interesses dos trabalhadores, que contestam a grande propriedade improdutiva e as relações de dominação patrimonialistas no campo; por outro, expressa uma estratégia de cooptação política por parte do Estado, visível ao longo dos anos 60, e, principalmente, logo após a aprovação do Estatuto da Terra. O Estatuto “abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa”, criando “a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo em que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional” (MARTINS, 1981, p. 31). Além disso, o Estatuto do Trabalhador Rural estabelece o processo de fundação, organização e reconhecimento dos sindicatos, definindo o significado de empregador rural e de trabalhador rural, para fins de sindicalização, e estende aos trabalhadores rurais alguns direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos, utilizando a infra-estrutura dos sindicatos para o encaminhamento de consultas médicas, dentárias, hospitalização e aposentadoria. Ao mesmo tempo, a nova legislação possibilitava a substituição dos líderes sindicais mais combativos, a fim de que o governo pudesse reprimir e controlar os movimentos sociais, desarticulando o movimento camponês em seu conjunto.

A partir da década de 70, entretanto, em algumas regiões, seja pelo apoio da Igreja Católica, seja pelos efeitos excludentes dos grandes projetos hidrelétricos ou em regiões de colonização coordenada pelo Estado, “os sindicatos, expressão formal de muitos conflitos ocorridos, dirigem-se, no processo de luta, contra o Estado” (ARAÚJO, 1990, p. 18)

Esses estudos, de um modo geral, fizeram uma reflexão mais ampla sobre o papel do sindicalismo na luta dos pequenos produtores pela posse e uso da terra. Constataram a preocupação predominante do sindicalismo com os aspectos econômicos da unidade produtiva e com aqueles relativos à seguridade social, além de seu pouco interesse nas lutas políticas que poderiam questionar a distribuição de recursos e as relações de poder na sociedade brasileira.

Ocorreu, nesse passo, uma crise de representação do movimento sindical, nos anos 90, devido à impossibilidade de entender as mudanças da realidade da base sindical, pois “não consegue nem se reciclar [...] nem abrir espaços de realização para novas categorias sociais emergentes” (RICCI, 1999, p. 208). Nessa crise originada pela heterogeneidade das categorias sociais no campo, tampouco pode perdurar “uma lógica institucional que prestigiou a direção e a verticalização das ações, dificultando a mobilidade no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais” (RICCI, 1999, p. 210). Ou seja, encontramos a crise da estrutura sindical rompendo com a própria capacidade de representação de interesses dos trabalhadores rurais e camponeses, crise muitas vezes acobertada por “discursos ideológicos” quanto à diferenciação da base social dos sindicatos (COLETTI, 1998, p. 30-31). Não foi surpreendente, então, que uma série de “novos movimentos sociais” passasse a assumir a luta política no campo, competindo pela hegemonia da representação dos trabalhadores rurais, posseiros, pequenos arrendatários e camponeses, em distintas regiões do território brasileiro (TAVARES DOS SANTOS, 1992).

A luta pela terra, a partir de meados dos anos 80, passou a ser conduzida por uma organização não sindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No bojo do surgimento dessa organização estavam as lutas pela terra que, após o período de silêncio a que os atores sociais foram submetidos durante a Ditadura Militar, e na recusa à colonização, tiveram reinício em 1978 no estado do Rio Grande do Sul (GEHLEN, 1983).

Configura-se um feixe de trajetórias sociais, algumas de oposição à política de colonização na Amazônia, desenvolvida pela Ditadura Militar, outras de reafirmação da terra como espaço de vida e de trabalho. Esta posição social espaço-temporal configura tanto o existir enquanto camponeses como a cristalização de trajetórias, de vários grupos camponeses diferenciados (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

Nas reivindicações dos camponeses em luta “estão representados o passado próximo, nas transformações ocorridas no campo pela instauração da política de desenvolvimento agropecuário do regime militar; o presente, pelas ocupações realizadas e pela nova forma de organização do movimento; e o futuro, pelo país que têm de construir” (FERNANDES, 1996, p. 80). Memórias de violências e de lutas configuram a atualidade dos conflitos pela terra, cuja dimensão de espaço de socialização política como espaço de luta e de resistência foi assinalada por Fernandes enquanto ocupação da terra não produtiva, ato político que faz com que os trabalhadores mostrem à sociedade que a questão fundiária existe, com a existência de terras improdutivas.

Conflitualidade e violência nos espaços agrários

A realidade brasileira apresenta uma ampla conflitualidade e um aumento da violência nos espaços sociais agrários, nos quais existem graves violações de direitos humanos. As análises sobre a violência agrária podem ser melhor compreendidas se lembrarmos que os estudos sobre as manifestações de violência na sociedade brasileira começaram especificamente com a análise da violência no espaço agrário, além dos estudos sobre o uso da violência no modo de produção escravista colonial.

Parece-nos que a violência permanente e ubíqua na sociedade brasileira tem sido esquecida por muitos cientistas sociais: a teoria do campesinato, seja em sua versão marxista, seja em sua versão chayanoviana, tendeu a considerar de forma substancialista os grupos camponeses, de modo totalizante e não percebendo fraturas no seu interior, a não ser de modo vertical, de acordo com o volume de meios de produção disponíveis ou de bens de consumo. Pouca atenção foi dada à diferenciação horizontal dos grupos ou sobre algum conflito interno à família camponesa. Talvez por isso não tenhamos prestado atenção às múltiplas formas de violência presentes no espaço agrário brasileiro, em diferentes planos.

A desigualdade social e a assimetria de poder entre as classes, frações de classe e grupos sociais no campo é evidenciada por todos os indicadores, sendo historicamente mantida na sociedade brasileira, assim como a impunidade dos agentes das ações

violentas. As relações sociais no campo contêm a violência contra a pessoa como base de sua dinâmica, apresentando uma realidade agrária na qual o suplício do corpo é permanente. Estudos agrários recentes revelam dimensões históricas e atuais da violência no campo.

A conflitualidade social nos campos e florestas configura-se pela violência e pelas lutas sociais, tendo, quase sempre, como motivação principal, as disputas em torno da propriedade e do uso da terra. Como indica Wanderley (1998, p. 30), “ao longo de sua história, o campesinato brasileiro sempre esteve confrontado, sob diversas formas, ao latifúndio dominante”. Os camponeses em luta procuram, por um lado, escapar de sua órbita, e por outro, criar condições para sua reprodução, principalmente em regiões onde as propriedades familiares são pequenas demais para viabilizar a inserção produtiva das novas gerações, questionando o uso improdutivo das grandes propriedades territoriais.

Giralda Seyferth estudou a dimensão histórica da violência agrária em uma região de camponeses, no sul do Brasil. Ela mostra que, na maior parte dos casos registrados na documentação oficial como “motins”, “tumultos”, “desordens” e “levantes”, a ação dos colonos foi dirigida contra a administração da colônia, a qual representava, ali, o Governo (SEYFERTH, 1999).

A memória das lutas agrárias atuais foi reconstruída no estudo de Aloísio Ruscheinsky, preocupado com a configuração do conflito instaurado no contexto da reforma agrária no sul do país, nas últimas duas décadas, no bojo dos quais “se constrói a solidariedade e a oposição à demanda pela terra”. Analisou as representações sociais que os trabalhadores rurais têm da luta pela terra, e verificou como encaram a luta social no contexto da memória e do conflito, das ocupações e acampamentos, do exercício da violência e busca de segurança, e do confronto pedagógico ante o poder político (RUSCHEINSKY, 1999).

A continuidade da violência agrária constitui a trama da sofisticada argumentação sociológica de Maria Aparecida Moraes Silva, na pesquisa sobre o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Nela, analisou a expropriação do campesinato: “tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região” (MORAES SILVA, 1999, p. 27). A autora trabalhou tanto com a perspectiva das classes sociais quanto com as dimensões étnicas e de gênero, a fim de configurar uma condição social de restrita cidadania e de vigência da violência como relação social costumeira, ainda que vislumbre alternativas de inovação histórica. A mesma região já tinha sido objeto do olhar antropológico de Margarida Moura, pois “a expulsão dos camponeses da terra e a invasão da terra de camponeses constituíram-se em objeto privilegiado à observação das violências materiais e simbólicas” (MOURA, 1988, p. 197), o que permitiu à Autora concluir que “a lógica dos conflitos sociais nessa área sertaneja é a expulsão e a invasão das terras dos lavradores” (MOURA, 1988, p. 8).

A luta pela terra, a violência dos proprietários fundiários e a parcialidade do Estado no conflito agrário, pela criminalização da questão agrária, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo, mas revelam também o vigor das lutas agrárias. Os grupos sociais que reivindicam a redistribuição da propriedade fundiária, que querem manter a terra na qual têm morada habitual e cultura permanente, ou que tentam realizar o “sonho da terra”, precisam ser punidos. Nesse quadro, a violência física recoloca o direito à vida como questão limite dos camponeses e trabalhadores rurais.

Em particular, a violência vai atingir as crianças que, inseridas no processo de trabalho no campo, nas mais variadas regiões, passaram a experimentar as mesmas condições sociais de seus pais. Os padrões sociais de reprodução da sociedade brasileira, marcados pela produção social da exclusão, formaram um contingente de população imatura que se caracteriza, nas palavras de Martins, por serem “crianças sem infância”, pois, na sociedade periférica, “a criança absorvida, já como mão-de-obra excedente, pelo

mercado de trabalho, tem o seu destino inteiramente submetido ao processo de reprodução do capital e da sociedade" (MARTINS, 1993, p. 10).

Deve-se ressaltar que a maior ocorrência de assassinatos de crianças em conflitos de terra revela o quanto foram destruídos grupos familiares de camponeses, principalmente no período inicial do Governo Civil, quando se abriu uma relativa possibilidade de redistribuição fundiária no país. As mortes em acidentes de transporte para o trabalho atingem principalmente as famílias de trabalhadores diaristas, que recebem por tarefa, motivo da presença de crianças que vêm a completar o grupo familiar. Finalmente, as mortes de crianças em acampamentos de colonos e trabalhadores sem-terra expressam a precariedade da vida dessas famílias (NEVES, 1999; TAVARES DOS SANTOS, 1992, 1993).

Cabe incluir, nessas formas de violência, a utilização de homens em relações de trabalho análogas ao trabalho escravo, ou seja, "pessoas contra as quais são praticadas formas extremas de exploração e dominação, baseadas na violência física e/ou simbólica e referidas como formas atuais de escravidão" (ESTERCI, 1994, p. 7; SUTTON, 1994). A ocorrência de mortes em situações de trabalho escravo denota a brutalidade dessa relação de trabalho presente no quadro da modernização da agricultura brasileira.

Trata-se de tecnologias de poder que se exercem sobre os homens, com o fim de, ao mortificar os corpos – seja pelos "crimes por encomenda" ativados pelo "sistema da pistolagem" (BARREIRA, 1998), seja pelas "chacinas" de grupos sociais – provocar um efeito-de-demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos, tecnologia de poder eficiente, cruel e alimentada pela impunidade.

Pode-se indicar, ainda, a violência simbólica presente nas relações sociais e culturais entre populações da Amazônia, entre seringueiros e colonos, envolvendo uma gama de avaliações recíprocas marcadas por um olhar objetivante e estigmatizante. Teixeira colocou "em evidência as representações culturais que esses grupos constroem a respeito da natureza, possibilitando, dessa maneira, a elaboração de uma visão compreensiva de suas práticas sociais" (TEIXEIRA, 1999, p. 17). Este trabalho oferece o relato de um encontro entre populações migrantes, que passaram por vários territórios, movidas por uma vontade de construir um novo tempo, alimentadas por sonhos de uma terra e de uma vida melhor; permite, pela reconstrução densa, conhecer seus valores culturais, seus mitos, seus medos e suas esperanças.

Semelhante percepção de componentes da violência simbólica possibilitou a Grossi Porto realizar uma profícua "busca de uma compreensão sociológica das relações entre tecnologia e violência, para perceber determinadas circunstâncias, a partir das quais torna-se possível afirmar que a tecnologia se constitui em uma forma de violência" (GROSSI PORTO, 1997, p. 178). Analisando os efeitos da tecnologia sobre o modo de produzir de trabalhadores rurais, a autora chegou à conclusão de que "a desqualificação deste trabalhador como sujeito de um saber específico", "socialmente construída no bojo das transformações advindas do processo de modernização da agropecuária, subverte, por assim dizer, valores centrais do processo de socialização deste trabalhador, afetando as formas de construção de sua identidade e de suas representações" (GROSSI PORTO, 1997, p. 200).

Sintetizando as informações disponíveis, podemos traçar algumas características da violência no campo: trata-se de uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social como a violência política. Neste caso, ela se exerce, frequentemente com alto grau de letalidade, contra alvos selecionados (contra as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais) e seus agentes são membros da burguesia agrária, fazendeiros e comerciantes locais, mediante o recurso a "pistoleiros" e milícias organizadas. Também se registra a presença do aparelho repressivo estatal, comprovado pela freqüente participação das polícias civis e militares. Enfim, a omissão de membros do Poder Judiciário reforça o caráter de impunidade. Como resultado, produz-se a carência do acesso ao Poder Judiciário para as populações camponesas e dos trabalhadores rurais, resultando em uma descrença na eficácia da Justiça para resolver

conflitos ou mesmo para garantir direitos constitucionais, como o direito da função social da terra.

Questões agrárias no Brasil no final do século XX

Uma das características indicativas de mudanças nas análises sociológicas sobre o rural nos anos 90 – reflexo das próprias transformações ocorridas na realidade – é a dissociação entre ‘rural’ e ‘agrícola’, que prevalecia nos estudos realizados nas décadas anteriores⁹. Nesse sentido, estudos relativamente recentes dedicaram-se ao exame da pluriatividade¹⁰, isto é, da adoção, por membros das famílias de produtores rurais, de atividades inseridas nos setores industrial ou de serviços e da convivência de atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural. Nesses estudos, são destacadas, por um lado, as mudanças ocorridas na produção agrícola, as quais levaram ao aumento da produtividade do trabalho e que ocasionaram o êxodo rural, mas que também liberaram das atividades agropecuárias parte dos membros das famílias de produtores rurais; por outro lado, as transformações ocorridas na produção industrial, que, em alguns setores, incentivaram a descentralização e a demanda por trabalhadores originários do meio rural.

Destaca-se, também, a ampliação de empregos ou atividades produtivas no setor de serviços e o aumento de empregos na administração pública, principalmente no final da década de 80, quando foram criados muitos novos municípios no País. Ao examinar as unidades produtivas familiares, investiga-se a importância e a reorganização da produção destinada ao mercado, assim como a produção para a auto-subsistência e a reorganização do trabalho no interior dos estabelecimentos, com ênfase no trabalho da mulher e dos filhos. Investiga-se, ainda, o mercado de trabalho local, com ênfase nas atividades pluriativas mais importantes, que variam segundo as condições locais.

Desde meados dos anos 80, e ao longo da década de 90, a discussão em torno da possibilidade ou necessidade de realização de uma reforma agrária voltou a ocupar o palco político do país, como consequência do acirramento dos conflitos no campo registrados naqueles anos. Primeiramente os conflitos envolveram ‘posseiros’ e ‘rendeiros’, ‘foreiros’; posteriormente, lutas de camponeses em torno da propriedade da terra, caracterizadas por acampamentos e ocupações de terras, lutas que estiveram na raiz da fundação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), em 1984 e 1985¹¹. Cedendo à pressão dessas lutas, o Governo Federal ampliou o número de projetos de assentamentos no país (BARP, 1997).

A dimensão cultural dos trabalhadores sem terra começou a ser estudada, nos anos 90, a partir de uma preocupação em identificar nos “sistemas culturais” uma “transição cultural”, marcada pela coexistência entre um “ethos parcelar” e um “ethos trabalhador rural”, orientada para uma prática política radical, distintiva e inovadora dos sem terra em movimento (GAIGER, 1994, p. 193; 1996). Na mesma linha, tem se investigado “as lutas simbólicas” dos trabalhadores sem terra, em especial porque “o mito do coletivo é central para compreender esse movimento, principalmente na tensão que parece exercer, em seu pólo contraditório, o mito do indivíduo” (CRUZ, 1996, p. 59).

⁹ Um exemplo dessa dissociação é apresentada no livro de Galland e Lambert (1993) sobre os jovens rurais franceses, dos quais apenas uma pequena parte (menos de 20%) são filhos de agricultores.

¹⁰ Com destaque para as dissertações de mestrado de Sacco dos Anjos (1995) e Schneider (1999), publicadas em livro, e a tese de doutorado de Schneider (1999). O livro de Carneiro (1998), resultado de sua tese de doutorado, vai numa direção semelhante, embora seu foco de análise tenha sido os agricultores franceses. Vale mencionar ainda Carneiro, 1998; Medeiros e Ribeiro, 1998.

¹¹ Entre os estudos realizados, pode-se mencionar o livro de Bergamasco e Norder (1996) e os livros coletivos organizados por Medeiros et alii (1994); Schmidt, Marinho e Rosa (1998), em que são apresentados resultados do Censo da Reforma Agrária, realizada em praticamente todos os estados brasileiros, cuja coleta de dados foi efetivada entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997; e Medeiros e Leite (1999), no qual são feitas análises sobre assentamentos em seis estados brasileiros: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Mato Grosso e Acre.

Os assentamentos rurais de pequenos produtores tornaram-se um tema recorrente de pesquisa nas ciências sociais brasileiras. A abordagem analítica desses estudos é bastante semelhante à da produção familiar na agricultura, embora inclua especificidades próprias aos novos assentamentos, tais como as experiências de organização cooperativa (seus sucessos e insucessos, os conflitos que se originam e a desintegração que ocorre em muitas dessas experiências) e a problemática da origem diferenciada dos assentados (formada por filhos de agricultores, ex-trabalhadores rurais assalariados e trabalhadores urbanos).

Ao avaliarem os resultados econômicos dos assentamentos, várias pesquisas têm contribuído para a discussão sobre as possibilidades de implantação de uma política de reforma agrária no Brasil (ver, por exemplo, o debate em torno do estudo da FAO, em ROMEIRO et alii, 1994; LEITE, 1992; ZAMBERLAM e FLORÃO, 1991; LEITE, 1984). Outro veio analítico dos assentamentos dá-se em torno da diferenciação, tendo em vista que, mesmo que em termos médios os assentados tenham apresentado melhorias após sua instalação, no interior dos assentamentos desenvolveu-se uma forte heterogeneidade. Para alguns (CASTRO et alii, 1988), questionando um programa que prevê essencialmente o acesso à terra para camponeses despossuídos, a diferenciação interna dos assentamentos pode provocar, no futuro, sua desestruturação. Para outros (como GUANZIROLI, 1990), considerando que os assentados originam-se na camada pobre da população, mesmo apresentando diferenciação interna, a reforma agrária pode representar um processo de distribuição de renda na sociedade como um todo, ainda que fundamentada apenas no acesso à terra. Navarro (1996) vai na mesma direção, ao introduzir a questão da democratização da sociedade rural, viabilizada pela distribuição de terra a indivíduos provindos das camadas pobres da população. Medeiros e Leite (1998, p. 158) destacam que “os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de certo comunitarismo interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais”.

Um pequeno grupo de pesquisadores brasileiros, acompanhando uma tendência registrada em outros países, principalmente após a realização da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, começou a focalizar sua atenção na relação entre agricultura e meio ambiente (ALMEIDA e NAVARRO, 1997), numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, a qual requer a interface da sociologia com outras disciplinas (interdisciplinaridade). Esses estudos, de um modo geral, procuram analisar experiências de organização e implantação de projetos de desenvolvimento rural sustentado, suas concepções e idéias de mundo e os confrontos que mantêm com os adeptos da chamada agricultura convencional.

A questão da relação entre os estudos agrários e o meio ambiente foi analisada criteriosamente, com densidade teórica, por Guivant (1994; 1995; 1997), que propõe um diálogo interdisciplinar e complexo como condição necessária para que seja possível a construção de análises relevantes sobre a questão da sustentabilidade no meio rural. De modo análogo, as relações entre meio ambiente, processo de globalização e transformações do trabalho foram cuidadosamente estudadas, numa perspectiva comparativa, pelos Autores reunidos em torno de Josefa Cavalcanti, trazendo “ao debate as questões da sustentabilidade, dos níveis de regulação e do controle sobre a produção e o trabalho, permeadas por mudanças tecnológicas e tipos de atuação dos atores sociais envolvidos” (CAVALCANTI, 1999), principalmente em áreas agrícolas reconvertidas à exportação.

Finalmente, uma agenda de pesquisas sobre as relações entre Estado, tecnologias e sociedade agrária, desenvolvida principalmente na Universidade de Brasília, possibilitou chegar a resultados substantivos para a compreensão dos dilemas atuais no mundo rural. Por um lado, a matriz analítica definiu o caráter social e político da tecnologia; por outro, foi indicado o papel do Estado na produção e difusão das novas tecnologias; finalmente, estudaram os impactos de tal difusão entre os diferentes tipos de produtores agropecuários (FIGUEIREDO, 1989). O desenvolvimento dessa agenda permitiu a um conjunto de

pesquisadores definir a “questão tecnológica na agropecuária e sua politização, privilegiando, agora, a diversidade que caracteriza o campo brasileiro na atualidade. [...] A politização da tecnologia é apreendida por distintos olhares e dimensões, uma vez que se buscou analisá-la pela ótica dos vários segmentos sociais que, direta ou indiretamente, nela interferem e são afetados pela produção tecnológica para o campo brasileiro” (GROSSI PORTO, 1997, p. 12)

A crise agrária, os problemas agrícolas e a relação extorsiva com o meio ambiente, assim como as possibilidades de eclosão da violência nas relações sociais, em particular no espaço agrário, expressam uma grave questão agrária, no Brasil do final do milênio. Ao mesmo tempo, a paradoxal relação entre modernização, violência e lutas sociais produziu um processo de organização das populações rurais no contexto das transformações da sociedade brasileira; e a estrutura social desigual, a concentração da propriedade da terra e os processos de exploração econômica foram, também, geradores de um processo de organização social, desde o início do século XX, tanto entre as classes dominantes agrárias, quanto entre os trabalhadores rurais, trabalhadores sem-terra e camponeses. As formas de protesto e de luta social das classes subordinadas agrárias foram múltiplas: do messianismo, em vários estados brasileiros¹², ao banditismo social, das ligas camponesas aos sindicatos, das comissões de base às associações de produtores, chegando aos vários movimentos de luta pela terra na atualidade (GEHLEN; BICA DE MELO, 1997).

Ao longo do século XX, as trajetórias de camponeses, trabalhadores rurais e trabalhadores sem-terra forjaram lutas sociais diversificadas, lutas pela terra, pelo valor do produto e pelos direitos do trabalho, reivindicando uma ampliação dos direitos de cidadania e contribuindo para o inconcluso processo de democratização da sociedade brasileira. Multiplicam-se, assim, as experiências para pensar uma “outra agricultura”, em termos de alternativas tecnológicas, sociais e culturais (FERREIRA e BRANDENBURG, 1998), visualizando, a partir das lutas sociais, “a criação de relações sociais democráticas” no espaço agrário (D’INCAO e ROY, 1995). Tentamos, orientados por perspectiva semelhante, lembrar que os cientistas sociais não estiveram ausentes desse processo, colaborando para a compreensão dos processos sociais agrários ao reconstruir, sociologicamente, caminhos de sofrimentos e de esperanças.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, Editora da UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997. 323p.

AMADO, J. Conflito social no Brasil: a revolta dos ‘Mucker’: Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Paulo: Símbolo, 1978.

ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANDRADE, M. C. A Geografia e a questão social. Maceió/Recife: Editoras das Universidades Federais de Alagoas e Pernambuco, 1997.

ANTUNIASSI, M. H. R. (coord.); BERGAMASCO, S. M. P. P. São Paulo no Nordeste. Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira. São Paulo: FINEP/ UNESP-Campus de Botucatu, 1985.

¹² Além dos estudos clássicos de Pereira de Queiroz (1976), Monteiro (1974) e Amado (1978), entre outros, os recentes estudos de Fachel (1995) e Arruda (1993).

ARAÚJO, M. L. C. Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: Editora Massangana, 1990.

ARRUDA, J. Canudos: messianismo e conflito social. Fortaleza: Editora da UFC, 1993.

BAETA NEVES, C. E. A pós-graduação em sociologia no Brasil. Trabalho apresentado no Seminário “O Sistema de Pós-Graduação em Ciências Sociais”, promovido pela ANPOCS, em Lavras, no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de agosto de 1991. (mimeografado)

BARP, W.; SINED, C. et alii. O processo de colonização em Rondônia. Porto Velho: FUFRR, 1990.

BARP, W. J. Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 1997. (tese de doutorado)

BARREIRA, C. Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, C. Trilhas e atalhos do poder. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BASTOS, E. R. As ligas camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos).

BRUMER, A. A pesquisa rural no Sul do Brasil. Trabalho apresentado no Seminário “Os caminhos da Pesquisa Rural no Brasil”, Recife, 17-18 de agosto de 1989. 57 pp. (mimeografado)

BRUMER, A.; TAVARES DOS SANTOS, J. V. Editorial. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS, UFRGS, 6, pp. 3-8, 1994. (Número especial sobre Produção Familiar, processos e conflitos agrários)

BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 3.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975. 284p. (publicado pela primeira vez em 1964, pela Ed. José Olympio)

CARNEIRO, M. J.; GIULIANI, G. M.; MEDEIROS, L. S.; RIBEIRO, A. M. M. Campo aberto: o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, M. J. T. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R. Costa, Luis Flávio de Carvalho. Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J. Camponeses, agricultores & pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 228 pp.

CARVALHO FRANCO, M. S. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1969.

CASTRO, M. H. M.; CARVALHO, M. E.; VELASCO, L. O. M. Reforma Agrária – um estudo preliminar. Reforma Agrária, Campinas, 18 (1): 5-35, abr-jul. 1988.

- CASTRO, S. P. et alii. A Colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: EDUFMT, 1994.
- CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças sócioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999. 366 pp.
- COLETTI, C. A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- COSTA, L. F. C. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 1996.
- CRUZ, A. Sem-escola, sem-terra (para uma sociologia da expropriação simbólica). Pelotas, Editora UFPel, 1996.
- D’INCAO, M. C.; ROY, G. Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- DUARTE, L. M. G. Capitalismo & cooperativismo no RGS. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- ECKERT, C. Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 1984. (dissertação de mestrado)
- ESTERCI, N. Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ESTERCI, N. Escravos da desigualdade (um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje). Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994.
- FACHEL, José Fraga. Monge João Maria: recusa dos excluídos. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995.
- FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FERRANTE, V. L. S. B. A chama verde dos canaviais (uma história das lutas dos bóias-frias). Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Tese de Livre Docência, 1992.
- FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora UFPR, 1998.
- FIGUEIREDO, V. (org.) Estado, sociedade e tecnologia agropecuária. Brasília, UnB/Finep, 1989.
- GALLAND, O.; LAMBERT, Y. Les jeunes ruraux. Paris: INRA, L’Harmattan, 1993.
- GAIGER, L. I. A consciência radical: uma interpretação da prática política dos sem terra a partir do sistema cultural. XX Encontro da ANPOCS. Caxambu, outubro 1996. (mimeografado)
- GAIGER, L. I. A praxis coletiva dos sem terra : rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural ? In: Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, PPG – Sociologia do IFCH – UFRGS, n. 6, 1994. (Produção familiar, processos e conflitos agrários)

- GAIGER, L. I. Agentes religiosos e camponeses sem terra no Sul do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GARCIA JR., A. R. O Sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989. 285 pp.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 pp.
- GEHLEN, I.; BICA DE MELO, J. L. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil: realidade e perspectivas. In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, 1997, 11 (2), pp. 99-108.
- GEHLEN, I. Uma estratégia camponesa de conquista da terra: o caso da Fazenda Sarandi. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, UFRGS, 1983. (dissertação de mestrado)
- GNACCARINI, J. C. Latifúndio e proletariado. São Paulo: Polis, 1980.
- GNACCARINI, J. C.; MOURA, M. M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. BIB, Rio de Janeiro, n. 15, pp. 5-52, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, J (coord.) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978. 267 pp.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 7 (3), pp. 2-10, jul-set. 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1996.
- GROSSI PORTO, M. S. Politizando a tecnologia no campo brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- GUANZIROLI, C. Agrarian reform in the context of modernized agriculture: the case of Brazil. Londres: University College, 1990. (tese de doutorado).
- GUIVANT, J. S. "Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola. Uma revisão temática". Boletim de informações bibliográficas. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 38, pp. 51-78, 1994.
- GUIVANT, J. S. "A agricultura sustentável desde a perspectiva das ciências sociais". Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortés Editora/UFSC, 1995. pp. 99-133.
- GUIVANT, J. S. "Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável", Cadernos de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, 14(3): pp. 412-447, set/dez. 1997.
- HAGETTE, A. et alii. Balanço do conhecimento acumulado na bibliografia sobre a identidade dos produtores de baixa renda e caracterização de seus problemas. Fortaleza: UFC, DCSF, 1978. 173 pp. (relatório de pesquisa)
- IANNI, O. Origens agrárias do estado brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

- IANNI, O. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. 235 pp.
- IANNI, O. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IANNI, O. O colapso do populismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IOKOI, Z. M. G. Igreja e camponeses (Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo : Brasil e Peru, 1964-1986). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.
- JOLLIVET, M. La “vocation actuelle” de la sociologie rurale. Revue de l'ARF. Paris: RURALIA, 1, pp.111-132, 1997.
- LEITE, S. A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Rio de Janeiro: CPDA UFRRJ, 1992. (dissertação de mestrado)
- LEITE, S. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). In: MEDEIROS, L. et alii. (org.) Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. pp. 287-312.
- LOUREIRO, M. R. G. Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. 182 pp.
- LOUREIRO, M. R. G. (org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981.
- LOVISOLO, H. R. Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. 231 pp.
- MARTINS, J. S. (org.). O massacre dos inocentes. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. Caminhada no chão da noite. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARTINS, J. S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARTINS, J. S. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MARTINS, J. S. O poder do atraso (ensaios de sociologia da História Lenta). São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 pp.
- MARTINS, J. S. Prefácio. In: BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997. V-IX.
- MEDEIROS, L. et alii (org.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. 329 pp.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (org.) Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. pp. 151-176.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. 279 pp.

MONTEIRO, D. T. Errantes do novo século. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORAES SILVA, M. A. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. 370 pp.

MOURA, M. M. Os deserdados da terra. São Paulo, Bertrand Brasil, 1988.

MUSUMECI, L. O mito da terra liberta: colonização 'espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice/ ANPOCS, 1988. 419 pp.

NAVARRO, Z. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democracia em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o Sul do Brasil). Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, Minas Gerais, outubro de 1996. (mimeografado)

NEVES, D. P. A perversão do trabalho infantil: lógicas e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.

NEVES, D. P. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas; estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. 436 pp.(a)

NEVES, D. P. Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212 pp.

NEVES, D. P. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores da cana, no contexto da intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. 382 pp. (b)

NEWBY, H. El desafío de la sociología rural en la actualidad. Comercio Exterior, México, 32 (4), pp. 347-356, abril de 1982. Extraído de NEWBY, Howard. Rural Sociology. A Trend Report, Current Sociology, 28 (1), pp. 1-141, 1980.

NOVAES, R. R. De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 238 pp.

PALMEIRA, M. G. S. Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat. Thèse de 3ème Cycle, Université de Paris, 1971.

PAULILO, M. I. S. Produtor e agroindústria: consensos e discensos; o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 182 pp.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. O messianismo no Brasil e no mundo. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 440 pp.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS, UFRGS, 6, pp. 76-88, 1994.

RAMOS, M. P. O "novo" e o "velho" ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR. Santa Cruz do Sul: Unisc, 1995.

RIBEIRO, I. C. Pioneiros Gaúchos (a colonização do norte mato-grossense). Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

RICCI, R. Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RIOS, G. S. L. Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social. Piracicaba: USP, ESALQ, 1976. (dissertação de mestrado)

ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. (orgs.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994. 216 pp.

RUSCHEINSKY, A. Memória e conflito: movimentos sociais e violência. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). Violências em tempo de Globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. pp. 331-61.

SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Editora da UFPEL, 1995. 169 pp.

SCHMIDT, B.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (org.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 306 pp.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização; pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1999. 205 pp. (a)

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 1999. (tese de doutorado) (b)

SEYFERTH, G. Colonização e conflito: estudo sobre "motins" e "desordens" numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). Violências em tempo de Globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999. pp. 285-330.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, S. (org.). Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais. São Paulo: IDESP; Rio de Janeiro: Sumaré, 1992. pp. 30-42.

SIQUEIRA, D. E.; TEIXEIRA, J. G. L. C.; GROSSI PORTO, M. S. Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1991. pp. 57-89.

SOARES, L. E. Campesinato, ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 230 pp.

- SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162 pp.
- SUTTON, A. Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 1994.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. “Matuchos”, exclusão e luta: do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993. 282 pp.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978. 182 pp.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991. pp. 13-51.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. Dominação e modos de organização rural no Brasil. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 34, pp. 131-47, fev. 1992.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. In: Revista Reforma Agrária. Campinas, Abra, 22 (1), pp. 4-11, jan.-abr. 1992.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). Violências em tempo de Globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V.; MILNITSKY-SHAPIRO, C. A violência urbana e rural contra a criança no Brasil: uma perspectiva interdisciplinar. In: Revista Humanas. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 16 (2), pp. 91-107, jul-dez. 1993.
- TEDESCO, J. C. (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdUPF, 1999.
- TEDESCO, J. C. Terra, trabalho e família (racionalidade produtiva e ethos camponês). Passo Fundo: EdUPF, 1999.
- TEIXEIRA, C. C. Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: Educ, Fapesp, 1999.
- TEIXEIRA, Z. A. (coord.); CARVALHO, H. M.; SUÁREZ, M. Perspectiva de gênero na produção rural. Brasília: Estudos de Política Agrícola, n.º. 22, IPEA. Junho de 1994. 77 pp.
- TOMASI, N. D. Norte do Paraná: História e fantasmagorias. Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1997. (tese de doutorado).
- VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: DIFEL, 1976. 261 pp.
- WANDERLEY, M. N. B. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. (coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. v. 2, pp. 27-31.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. pp. 23-56.

WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: Hucitec; Salvador: CEPA, 1986. 219 pp.

ZAMBERLAM, J.; FLORÃO, S. R. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta. In: GORGEN, S. A.; STÉDILLE, J. P. (org.) Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

Recebido em: novembro de 2006
Aprovado em: novembro de 2006

Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia¹

María Adelaida Farah Quijano

Mestre em Desenvolvimento Rural pela Pontifícia Universidade Javeriana
Professora Assistente e diretora do Mestrado em Desenvolvimento Rural do Departamento de Desenvolvimento Rural e Regional da Pontifícia Universidade Javeriana

Membro dos grupos de pesquisas “Género y Desarrollo” e “Institucionalidad y desarrollo rural”

Endereço profissional: Transv. 4º, nº. 42-00, edifício J. Rafael Arboleda, S. J., piso 8 – Bogotá, DC, Colômbia

Telefone: 320-8320, Ramais: 4814, 4811, 4810. Fax: 285-0359, 320-8156 ou 287-5699.

Endereço eletrônico: mfarah@javeriana.edu.co

Edelmira Pérez Correa

Mestre em Ciência da Investigação pela Universidade de Nova (Colômbia)

Profesora Emérita e directora del Departamento de Desarrollo Rural y Regional da Faculdade de Estudos

Ambientais e Rurais da Pontifícia Universidade Javeriana

Endereço profissional: Transv. 4º, nº. 42-00, edifício J. Rafael Arboleda, S. J., piso 8 – Bogotá, D. C., Colômbia.

Telefone: 320-8320, Ramais: 4814, 4811, 4810. Fax: 285-0359, 320-8156 ou 287-5699.

Endereço eletrônico: eperez@javercol.javeriana.edu.co

Resumen

En el mundo rural de hoy se están presentando muchas transformaciones que forman parte de lo que se denomina la nueva ruralidad, en la cual la dimensión de género es importante. Este escrito pretende hacer una aproximación a la temática de las mujeres rurales y la nueva ruralidad, utilizando resultados de la investigación “Pobreza rural y trabajo femenino en Colombia” realizada, por las autoras, en dos departamentos rurales pobres de Colombia. En el presente artículo se hará énfasis en la articulación de las mujeres a las actividades productivas, reproductivas y comunitarias, en los nuevos roles que han asumido hombres y mujeres en la última década, en la propiedad y toma de decisiones en cuanto a tierra y animales, en los movimientos de población urbano – rural y rural – urbano, en los cambios en las condiciones de vida rurales, y en cómo muchas de estas características y transformaciones evidencia la existencia de una nueva ruralidad.

Palabras claves: nueva ruralidad; mujeres rurales; desarrollo rural; género.

Resumo

Mulheres rurais e nova ruralidade na Colômbia

O mundo rural de hoje está apresentando muitas transformações que fazem parte do que se chama de nova ruralidade, a qual a dimensão gênero é importante. Este trabalho pretende fazer uma aproximação da temática das mulheres rurais e da nova ruralidade, utilizando resultados da pesquisa “Pobreza rural e trabalho feminino na Colômbia”, realizada, pelas autoras, nos departamentos rurais pobres de Colômbia. O presente artigo dará ênfase na articulação das mulheres das atividades produtivas, reprodutivas e comunitárias, das novas funções que têm assumido homens e mulheres na última década, na propriedade e na tomada de decisões, além da situação da terra e dos animais, dos movimentos populacionais urbano-rural e rural-urbano, nas mudanças das condições de vida rural, e como muitas destas características e transformações evidencia a existência de uma nova ruralidade.

Palavras-chave: nova ruralidade; mulheres rurais; desenvolvimento rural; gênero.

¹ Este artículo se basa en la ponencia presentada en el II Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, en la mesa de trabajo sobre Mujeres rurales y organización. Salta, Argentina. 24-26 de julio de 2003.

Abstract

Rural women and the new rurality in Colombia

Numerous contemporary transformations in the countryside, including changes in gender relations, have come to be known as the New Rurality. This paper uses results from a research project conducted by the authors called “Rural Poverty and Women’s Work in Colombia,” which studies gender relations in two poor, predominantly agricultural Colombian states (*departmientos*). The present article emphasizes findings concerning women’s participation in productive, reproductive and community activities; new men’s and women’s roles arising in last decade; property and decision-making processes regarding land and animals; migration from urban to rural areas and vice versa; changes in rural life conditions; and how these characteristics and transformations demonstrate the existence of a New Ruralism.

Keywords: New Rurality, rural women, rural development, gender relations.

Introducción

En el mundo rural de hoy las relaciones de género se están transformando. Ahora se hace más visible la participación de las mujeres en las actividades productivas y en la toma de decisiones relacionadas con las mismas. La presencia de las mujeres en la agricultura y ganadería es mayor y mucho más visible hoy que antes. Pero no sólo esto. También hay un surgimiento de lo que en la teoría de la nueva ruralidad se llama la “pluriactividad” en el medio rural; tanto mujeres como hombres incursionan en actividades no agrícolas para generar ingresos.

Asimismo, las mujeres están asumiendo, en algunas partes más rápido que en otras, cargos directivos en los espacios de decisiones comunitarias. Por su parte, parece que las mujeres rurales, bien sea solas o como pareja, tienen cada vez más acceso a la propiedad de bienes como el ganado y la tierra y tienen mayor injerencia en la toma de decisiones con respecto a ellos.

También se están presentando algunos retornos y en cierta medida repoblamientos de zonas rurales y se observan transformaciones importantes en las condiciones de vida rurales en lo que tiene que ver con salud, educación, vivienda, servicios públicos y vías de comunicación.

Este artículo está dividido en tres partes. En la primera se hará una explicación de cómo se está entendiendo el concepto de medio rural y cuáles son sus nuevas funciones en el marco de la nueva ruralidad. En segundo término se mostrarán algunas evidencias empíricas en dos regiones de Colombia, que reflejan una nueva ruralidad, haciendo énfasis en la participación de las mujeres en las actividades productivas, reproductivas y comunitarias, en la propiedad de animales y tierra, y en la toma de decisiones sobre los mismos, y presentando algunos cambios en la población y en las condiciones de vida rurales. Finalmente se harán algunas conclusiones sobre el tema, planteando temas e interrogantes para seguir trabajando.

El medio rural y la nueva ruralidad²

El *medio rural* se entiende, hoy en día, como una entidad socioeconómica y un espacio geográfico, compuesto por un *territorio*, una *población*, un *conjunto de asentamientos* y un *conjunto de instituciones públicas y privadas*. Es un conjunto de regiones o zonas en las que se asientan pueblos, aldeas, pequeñas ciudades y centros regionales, espacios naturales y cultivados y en donde se desarrolla una gran diversidad de actividades como la agricultura, la industria pequeña y mediana, el comercio, los servicios, la ganadería, la pesca, la minería, el turismo y la extracción de recursos naturales (CEÑA, 1993). Lo rural no es exclusivamente, entonces, lo agrícola ni la sola expresión de la producción primaria. Lo rural trasciende lo agrario.

En las nuevas concepciones del *desarrollo rural* en América Latina se va más allá de la consideración de la mitigación de la pobreza y se orienta hacia una visión de lo regional y la sostenibilidad, no sólo de recursos naturales, sino también económica, política, social y cultural. También se incorpora el concepto de empoderamiento de las comunidades campesinas, buscando que los pobladores rurales y las distintas organizaciones se doten de poder para que puedan ejercitar sus derechos frente al Estado.

La nueva concepción de desarrollo rural tiene también presente la necesidad de la incorporación de una perspectiva de equidad de género y de la participación de los distintos actores sociales en los diferentes procesos y proyectos de desarrollo.

De lo anterior surge la necesidad de evidenciar y plantear nuevas *funciones* a los espacios rurales que se constituyen en una vía posible a su reequilibrio y desarrollo. Vale la pena destacar las siguientes funciones:

- Equilibrio territorial;
- Equilibrio ecológico y producción de recursos y servicios ambientales;
- Producción de alimentos limpios y orgánicos;
- Usos agrarios no alimentarios;
- Establecimiento de agroindustrias y empresas manufactureras;
- Generación de empleo no agrícola;
- Espacio para actividades de esparcimiento y recreación al aire libre;
- Reconstrucción cultural y del patrimonio histórico;
- Buena parte de estas funciones están implicando un manejo de *recursos colectivos*.

Evidencias empíricas de nueva ruralidad en Boyacá y Tumaco

La investigación realizada por las dos autoras se desarrolló en Duitama, Paipa, Firavitoba, Tuta y Tibasosa, en el departamento de Boyacá; y Tumaco en el departamento de Nariño. Dichos municipios tienen poblaciones con tales características que permiten hacer comparaciones y contrastes interesantes en los temas de nueva ruralidad y mujeres rurales. Los 5 municipios del departamento de Boyacá son representativos de la región andina del país; su población ha estado articulada, principalmente a la producción agrícola y pecuaria. Además, algunos de sus habitantes tienen una relación con la Fundación San Isidro³, al participar en procesos de capacitación y hacer parte de algunos de sus proyectos.

Por otra parte, Tumaco en el departamento de Nariño es un municipio ubicado en la Costa Pacífica de Colombia. Su actividad productiva se centra, principalmente, en la pesca y la acuicultura. La población de la región es predominantemente negra. Las personas con las que se trabajó forman parte de dos asociaciones de mujeres dedicadas a la actividad pesquera.

² Este aparte se basa en varios artículos escritos por las autoras sobre el tema de la nueva ruralidad en América Latina.

³ La Fundación San Isidro es una organización campesina creada hace 22 años. Tiene su sede en Duitama y se dedica principalmente a la promoción, a la capacitación y a la organización de los campesinos de Boyacá.

Los dos departamentos son de los más pobres del país. Boyacá tiene un Índice de Desarrollo Humano (IDH) del 0.724 y un Índice de Pobreza Humana (IPH) de 13.5 y Nariño de 0.691 y 11.8, respectivamente. Ambos departamentos se ubican por debajo del IDH nacional de 0.76 y por encima del IPH del país del 10.6 (Departamento Nacional de Planeación, 2000).

Aunque ya no es posible en Colombia hablar de zonas libres de la influencia del conflicto armado, se puede decir que los municipios de Boyacá incorporados en el trabajo no son aún focos centrales de confrontaciones de los grupos armados, mientras que el municipio de Tumaco sí ha vivido, en los últimos años, varios enfrentamientos entre grupos y ha sufrido las consecuencias, en episodios como masacres, desapariciones y desplazamiento forzado.

Vale la pena mencionar que para la realización de trabajo de investigación se utilizaron herramientas metodológicas participativas, para obtener la información primaria, como son los talleres con “tarjetas de visualización”⁴, los cuales resultan muy pertinentes para el tipo de investigación y el tema que se trabajó. Estos instrumentos se combinaron con otras herramientas metodológicas de recolección de información, como la revisión y sistematización de diversos estudios, bases de datos, censos y resultados de encuestas de hogares.

A continuación vamos a presentar algunas evidencias empíricas de nueva ruralidad y transformaciones de género en las zonas de Boyacá y Tumaco.

*** Actividades de las mujeres en Boyacá y Tumaco**

Podemos hablar de tres tipos de actividades: productivas, reproductivas y comunitarias. En las *actividades productivas* se incluyen tanto las que generan ingresos directos como las que contribuyen a la reproducción de las unidades domésticas. Algunas actividades consideradas reproductivas se vuelven productivas, al ser un servicio que se le presta a personas diferentes al grupo familiar y por el cual se recibe un ingreso monetario. Están, por ejemplo: lavar, planchar, hilar, tejer, ordeñar, cocinar. En el caso de ordeñar hay algunas mujeres que además de desarrollar esta actividad con los animales propios, son contratadas para ordeñar en hatos vecinos, aunque a veces el pago no se haga en dinero sino en especie (leche). Asimismo, la actividad de cocinar, que es básicamente una actividad reproductiva, pasa a ser productiva cuando se desarrolla en restaurantes escolares o en restaurantes para público en general.

La diversificación de actividades o pluriactividad en el medio rural es una de las características de la nueva ruralidad. En las dos zonas donde se realizó el trabajo llama la atención la variedad de actividades no agrícolas que han surgido y que representan ingresos monetarios para las mujeres rurales, como por ejemplo lo que llaman “tejer para satélite” o hacer auditoría en construcción. El “tejer para satélite” es el contrato que se hace, por producto terminado, para una empresa de tejidos de Bogotá. Es esta una de las demostraciones de la interrelación urbano-rural que se viene dando en Boyacá principalmente.

La vinculación de las mujeres rurales al sector no agrícola que se presenta en esta región, parece ser un fenómeno que está creciendo en los países de América Latina y el Caribe, tal como lo señala el Banco Mundial (RUIZ, 2003).

Para las mujeres, el recibir ingresos monetarios por algunos de sus trabajos, tiene gran importancia y una de ellas lo manifestaba así: “Desde cuando empecé a trabajar, mi vida ha cambiado. Puedo comprar cosas para mí y pagar la educación de los hijos”. En esta frase se puede ver el asocio del concepto de trabajo al ingreso monetario, pues cuando las actividades son reproductivas no se habla de trabajo.

⁴ Los talleres con tarjetas de visualización hacen parte de las herramientas de las metodologías participativas.

Aunque la diversificación de actividades no agrícolas es una de las tendencias que se vive en el ámbito rural, es importante, de todas maneras, decir que hay muchas actividades productivas agropecuarias que realizan las mujeres rurales y que les implican la destinación de gran parte de su jornada diaria. Esto sigue siendo muy fuerte tanto en Boyacá como Tumaco. Las mujeres en Boyacá han tenido un papel muy importante, en especial, en las actividades pecuarias, pues ellas son las encargadas de la cría, cuidado y manejo del ganado y de las especies menores, excepción hecha de cuando la ganadería o la avicultura son las actividades principales de la unidad doméstica de producción. En estos casos, la responsabilidad es de los hombres o se contrata obreros⁵.

A pesar de que no siempre sean ellas las dueñas de los animales, de todos modos, es un ámbito de la unidad doméstica en donde tienen mayor injerencia y control. Esto mismo sucede en la mayoría de las zonas rurales del tercer mundo, en donde “las mujeres dan de comer y ordeñan a los animales de mayor tamaño, además de criar aves de corral y animales pequeños como ovejas, cabras, conejos...” (GÓMEZ C., 2003).

Tradicionalmente, en Boyacá, las mujeres han participado en las labores agrícolas, pero, en especial, en las que se relacionan con el ámbito doméstico, como las realizadas en la huerta familiar o en los demás cultivos sólo en algunas actividades de siembra y recolección de cosechas. Hoy en día, según las participantes en los talleres realizados en la investigación, las mujeres han tenido que intensificar su participación en la agricultura y asumir tareas que antes eran eminentemente masculinas, tales como preparar terreno, abonar, desyerbar, aporcar y fumigar. En 1983, cuando se hizo un estudio con campesinos de varios de estos mismos municipios, la situación era diferente. La actividad principal de las mujeres en un 64.5% era el hogar, un 26.5% el estudio, sólo 2 mujeres reportaban la agricultura como su actividad principal y 3 la ganadería. Mientras que para los hombres el 53.6% se dedicaban a la agricultura como actividad principal y 38% como actividad secundaria, y al estudio se dedicaban el 27.8% (véase PÉREZ, *et al.*, 1985, pp. 116-134). En un estudio en el norte de Boyacá en 1996 (FARAH, 1996) se observó que las mujeres tenían alguna participación en las labores agrícolas cuando ellas estaban en sistemas de producción con presencia de policultivos o donde el cultivo del tabaco era importante. En los demás sistemas productivos las mujeres tenían muy poca actividad en lo agrícola.

Hace unos años las mujeres sólo se ocupaban de las actividades reproductivas. Las actividades productivas que desarrollaban no eran consideradas como trabajo porque estaban relacionadas directamente con el ámbito doméstico. Es el caso de recolectar leña, cargar agua, regar la huerta, recolectar cosecha y cuidar los animales domésticos, entre otras.

En los municipios en donde siempre ha habido actividad minera en Boyacá, las mujeres tienen una mayor participación en las actividades agrícolas, y en aquellos en donde la minería es, más o menos, de reciente aparición, esto las ha forzado a asumir más tareas agrícolas. Como ellas mismas dicen: “Hoy en día tenemos que trabajar más en la agricultura”. Este fenómeno que parece estar dándose en muchas zonas rurales del mundo, es una tendencia que se denomina como la “feminización de la agricultura”. Al disminuir la participación de los hombres en la agricultura, las mujeres asumen un papel más dominante en la producción agrícola.

Es cada vez más frecuente la vinculación laboral de los hombres (esposos e hijos mayores) a actividades extraprediales y, en muchos casos, a actividades no agrícolas. Este elemento es un factor muy importante en las transformaciones recientes del mundo rural y que son claramente identificadas en las teorías de la nueva ruralidad⁶. Es así como muchos de los hombres están vinculados a empresas extractoras de minerales (carbón, caliza, etc.), trabajan en otras fincas que no son de su propiedad, o incluso tienen trabajos urbanos (en construcción, en talleres mecánicos, como conductores de transporte público, por ejemplo).

⁵ Esto mismo se evidenció en dos estudios, uno realizado en los municipios del norte de Boyacá, y el otro llevado a cabo en todo Boyacá (véase Farah, 1996 y Pérez, *et al.*, 1985).

⁶ Véase Gómez (2002), Carneiro (2002), Escobar (2000), Craviotti (2000), Trejos (2000), Pérez (2001), Ramos y Romero (1993), Ceña (1993), entre otros.

Ello ha llevado a que las mujeres, hoy en día, tengan que trabajar más en la agricultura, como ya se anotó.

Se podría hablar de la aparición de la pluriactividad y la multifuncionalidad del espacio rural⁷ debido a que hay nuevas actividades que se convierten en la fuente principal de ingresos de los hombres y ya no son más actividades complementarias de la agricultura o la ganadería que eran sus principales actividades. Es más, puede plantearse como hipótesis que el cambio principal que se está dando es que la agricultura y la ganadería son ahora las actividades complementarias masculinas en el sector rural.

Por otra parte, la dificultad para conseguir dinero, con el cual se pueda pagar “obreros” para las actividades agrícolas familiares, también ha contribuido a aumentar el trabajo femenino agrícola.

De todos modos, ahora se cultiva menos cantidad de terreno, en parte porque son las mujeres las encargadas de la agricultura. Cuando se refieren a este trabajo, muchas de ellas hablan sólo de la huerta familiar, aunque algunas ya están atendiendo directamente cultivos con orientación hacia el consumo de la familia y hacia el mercado, pero en áreas menores que las cultivadas hace algunos años.

Es importante mencionar que no sólo se ha incrementado la participación de las mujeres en las actividades agrícolas, sino que parece que cada vez más ellas toman decisiones sobre qué y cuánto cultivar. Por ejemplo, en un taller participativo con 23 mujeres en Boyacá, 10 de ellas manifestaron que tomaban parte en esa decisión y otras 4 dijeron que dicha decisión se hacía en pareja. En 3 casos, en donde las mujeres viven solas, ellas toman la decisión solas. También en 7 casos deciden qué se vende de los productos agrícolas.

En el anexo 1 se presenta un cuadro que muestra la participación de las mujeres rurales en actividades relacionadas con la agricultura, resultado de un taller realizado en Boyacá con un grupo de mujeres.

Vale la pena decir que en los hogares de las mujeres con las que se trabajó en la investigación en Boyacá, se realizan prácticas de agricultura orgánica y aunque no es generalizada en toda la región, sí es una tendencia que va tomando cada vez más fuerza⁸. Recordemos que la producción de alimentos limpios y la búsqueda, en últimas, de un equilibrio ecológico es una de las funciones asignadas al medio rural y que reflejan una nueva ruralidad.

En el caso de *Tumaco* las actividades productivas principales son la extracción de jaiba, pesca blanca, recolección de piangua y cultivo de camarón, que a la vez son las que generan los mayores ingresos para las mujeres en esta zona. Es así como casi todas las mujeres que viven en la zona rural de Tumaco donde se hizo la investigación, dedican gran parte del día (de 7 de la mañana a 6 de la tarde) a estas actividades. En cambio, las mujeres que viven en un barrio de la ciudad de Tumaco, aunque trabajan parcialmente en pesca, también tienen “pequeños negocios” que consisten en la venta ambulante de queso, coco, plátano, naranjas y plantas medicinales. Estos productos los adquieren en el mercado local y la reventa la realizan para tener algunos ingresos monetarios adicionales. Estos son los últimos vínculos que tienen las mujeres del barrio con las actividades agropecuarias que realizaban en las veredas de donde provienen.

Asimismo, en Tumaco las mujeres también obtienen ingresos de actividades productivas pecuarias como la cría de pollos y cerdos y en algunos casos siembra de plantas medicinales en la huerta casera o en el jardín de la casa.

⁷ Estos conceptos son muy utilizados en las teorías de la nueva ruralidad y hacen referencia a que, además de las actividades tradicionales del medio rural, existe una proliferación de actividades no agrícolas y de nuevos usos del medio rural, tales como el turismo rural y ecológico, y el uso racional de sistemas y nichos agroecológicos específicos que merecen conservación y tratamiento particular. Véase, por ejemplo, a Carneiro (2002), Gómez (2002), Craviotti (2000), Escobar (2000), Trejos (2000).

⁸ Como se había mencionado antes, el grupo de mujeres con el que se hizo talleres participativos para la investigación, está vinculado a la Fundación San Isidro, organización de campesinos de Boyacá. Uno de sus énfasis de trabajo es precisamente el de la agricultura orgánica.

Vale la pena mencionar que las mujeres que viven en un barrio de Tumaco manifiestan que ellas deciden por el uso de los ingresos, dado que muchas son cabeza de familia. Por su parte, en la zona rural las decisiones se toman en pareja, pues casi todas tienen un compañero que trabaja en pesca artesanal y aporta ingresos al grupo familiar.

Con relación a las *actividades reproductivas* se ha podido observar que éstas siguen siendo principalmente responsabilidad de las mujeres con la ayuda de los hijos. En *Tumaco* se plantea que la ayuda es especialmente de las hijas y en *Boyacá* tanto de hijas como hijos. Sin embargo, al disminuir la intensidad de las actividades agrícolas también disminuye la cantidad de tareas que deben asumir especialmente los hijos varones. Hay una tendencia a que quienes están estudiando solamente se dediquen a esta actividad, lo cual incrementa aún más el trabajo de las mujeres.

Los hombres adultos en *Tumaco* participan poco en las labores domésticas. Parece ser que en *Boyacá* ahora participan un poco más que antes, pero aún este cambio no es muy significativo, según lo plantean las mujeres. Lo que es evidente es que el trabajo para ellas se ha intensificado en los últimos años, en vez de disminuir, en el caso de *Boyacá*. En *Tumaco* las mujeres dejaron de ser sólo amas de casa para vincularse a las actividades productivas, al conformarse los grupos asociativos dedicados a la pesca y la acuicultura.

Los diversos estudios sobre las mujeres rurales, resaltan siempre la responsabilidad casi exclusiva de ellas en las tareas reproductivas y esta situación la plantean como causante de la baja participación femenina en la fuerza laboral rural. Así lo expresa, por ejemplo, el Banco Mundial:

La participación de la mujer rural en la fuerza laboral se sitúa muy por debajo de la del hombre rural y de la de la mujer urbana, debido, entre otros factores, a su actividad en el ámbito doméstico. A diferencia de las zonas urbanas, la mujer rural suele ser la única responsable del trabajo doméstico. Esto, añadido al gran número de dependientes en áreas rurales debido a las altas tasas de fertilidad, limita la participación de la mujer en actividades productivas. (RUIZ, 2003)

En cuanto a las *actividades comunitarias* casi siempre son las mujeres las que participan en las reuniones de padres de familia de los centros educativos, costumbre que se mantiene desde mucho tiempo atrás. El cambio importante que se viene dando en el caso de *Boyacá* es el aumento de la participación de las mujeres en actividades comunitarias como Juntas de Acción Comunal, promoción social y grupos culturales. Incluso hay municipios en donde las mujeres han pasado a ser presidentes de las juntas de acción comunal o miembros de los consejos directivos de dichas juntas o de las juntas administradoras de los acueductos veredales, entre otras. Pero en muchos de estos espacios las mujeres sólo acceden como secretarías o tesoreras.

Las mujeres que participaron en los talleres manifestaron que como aún hay mucho machismo, a las mujeres todavía les da miedo participar y en muchos casos las mismas familias se oponen a dicha participación. Las mujeres en *Boyacá* consideran que muchas de ellas están aún muy sometidas y mantienen una sensación de miedo e inseguridad para participar en distintas actividades⁹.

En los anexos 2, 3, 4 y 5 se presentan las actividades reproductivas, productivas y comunitarias realizadas por las mujeres rurales de *Boyacá* y *Tumaco*.

⁹ En diversos estudios, especialmente en zonas urbanas, se habla de la poca participación de las mujeres en los espacios comunitarios, y concretamente en el mundo político. Véase, por ejemplo, PNUD (1995).

*** Propiedad y toma de decisiones en relación con los animales y la tierra en Boyacá**

Al tiempo que la mayor parte de las actividades pecuarias recae sobre las mujeres, con la ayuda de los niños, ellas son propietarias de los animales, muchas veces solas y en otras oportunidades junto con el esposo (véase anexo 6). Esto es bien importante no sólo en términos de quién hace las actividades sino también de quién toma las decisiones en cuanto a la venta y el destino de los ingresos por ese concepto. En Boyacá, la decisión de vender depende de quién es el propietario, pero el ganado vacuno y los cerdos generalmente los negocia el hombre de la casa. Aún no tenemos claro el destino del producto de esa venta y si se respeta o no su utilización según de quien sea la propiedad. Tradicionalmente la venta de huevos la han hecho las mujeres, no así la de queso, leche y mantequilla, pero todo parece indicar que hoy en día hay una mayor injerencia de las mujeres en esta actividad y en la decisión del uso del recurso. Lo que expresan las mujeres es que cuando ellas venden productos o animales, por lo general, invierten todo en la familia, cosa que no ocurre con los hombres, quienes gastan buena parte de los ingresos en actividades recreativas o en alcohol.

En estudios anteriores (PÉREZ, *et al.*, 1985, págs. 126-127) se encontró que la mayor parte de las decisiones de este tipo eran tomadas por los hombres, quienes sacaban al mercado los animales y los productos y disponían luego del uso de los recursos generados por la venta.

Es claro que todo el trabajo que significa el cuidado de los animales para las mujeres y los niños es compensado porque, de un lado, se garantiza el consumo de algunos alimentos en la familia y, por otro, genera ingresos monetarios para atender necesidades que van desde amortización y pago de créditos contraídos para el ejercicio económico, hasta la reserva para fiestas y celebraciones, pasando por la atención a calamidades domésticas como enfermedades o gastos funerarios.

En cuanto a la propiedad de la tierra los resultados que se obtuvieron en nuestro trabajo en Boyacá (véase anexo 7) contradicen lo que tradicionalmente la literatura afirma: que las mujeres no tienen acceso a la misma¹⁰. La investigación en Boyacá mostró que una tercera parte de las participantes en el taller tiene tierra propia. Explorando un poco más en el tema, se encontró que tradicionalmente en Boyacá las mujeres han sido propietarias de tierra desde mucho tiempo atrás, en gran parte por herencia y más recientemente por compra, aunque en los últimos años la tendencia es a que cuando hay adquisición o adjudicación de tierra, se haga a nombre de la pareja.

Años antes no sólo las mujeres heredaban por derecho propio sino que los padres y aún los suegros preferían dejar como herederas de la tierra a las hijas mujeres o a las nueras, para garantizar la preservación del patrimonio, pues, según lo expresaban, los hombres venden la tierra o “se la beben”. En otros casos, se hacía necesaria la titulación de la tierra a las mujeres por carencia de libreta militar de parte de los hombres, requisito indispensable para obtener escritura de los predios.

Estos resultados en los 5 municipios de Boyacá son coherentes con el planteamiento que hace hoy en día el Banco Mundial en un documento sobre la equidad de género en América Latina y el Caribe:

El acceso de la mujer rural a la tierra se ha incrementado significativamente durante las últimas dos décadas. (...) En Latinoamérica y el Caribe, a pesar de que las reformas agrarias de los años sesenta y setenta no beneficiaron demasiado a la mujer, nueva legislación en las últimas dos décadas ha logrado mejorar significativamente el acceso de la mujer a la tierra. (RUIZ, 2003)

¹⁰ Véase, por ejemplo Deere y León, 2000; PNUD, 1995.

En cuanto a la toma de decisiones sobre la tierra, si la mujer es propietaria del predio, puede tomar ella sola la decisión de venderla, pero generalmente se discute en pareja esta posibilidad. Cuando la mujer es cabeza de familia lo consulta con los hijos. La capacidad de decidir está, entonces, estrechamente relacionada con la propiedad del inmueble, pero en muchas ocasiones la decisión se toma en pareja. Sin embargo, cuando es propietario solamente el hombre, muchas veces decide inconsultamente acerca de la venta o transferencia bajo otra modalidad de tenencia del predio y, aún, se presentan casos en que se gasta para sí mismo la totalidad del producto de la venta, incluso “se la beben”.

*** Movimientos de población y condiciones de vida**

Durante los años noventa se observan unos movimientos de población ciudad-campo muy interesantes y que reflejan condiciones de nueva ruralidad. En unas zonas de Boyacá parece ser que hay un claro fenómeno de retorno de familias que hace varios años se habían ido a vivir a Bogotá. Incluso varios adultos nacidos y criados en Bogotá pero con lazos familiares en unos municipios, se han instalado o en tierras que fueron alguna vez propiedad de sus padres o en tierras de los abuelos o familiares. Muchas de estas personas han tenido que reaprender o aprender a cultivar y a cuidar animales. Ahora se dedican a la agricultura, aunque en áreas muy pequeñas o sólo en la huerta familiar.

Una de las causas principales que explicaría este fenómeno es el aumento del desempleo en la Sabana de Bogotá y en el “centro”, lo que ha obligado al retorno de la gente, aunque sea a cultivar la huerta casera, para tener alguna disponibilidad de alimentos para la familia.

Sin embargo, es necesario decir que en otras zonas de Boyacá, se sigue presentando disminución de población rural. La mayoría de personas en edad de trabajar se han ido para Bogotá. Los que quedan buscan trabajo extrapredial mediante el sistema de jornaleo. La mayoría de los jóvenes quieren sólo estudiar y no trabajar en la agricultura.

Las condiciones de vida en las zonas rurales hacen, en buena medida, que sus pobladores se queden o se vayan, y los cambios en ellas nos permiten ver también indicios de nueva ruralidad. Es así como las mujeres participantes en el estudio en Boyacá viven en municipios en donde hay relativamente buenas facilidades de comunicación, transporte, interrelaciones con centros urbanos importantes como Bogotá, Tunja, Duitama y Sogamoso. En la mayoría de estos hogares hay acceso a servicios públicos, incluyendo, desde mediados de la década del noventa, el acceso a salud mediante la inscripción al SISBEN (sistema subsidiado de salud) o a diferentes entidades prestadoras del servicio de salud, a partir de la puesta en marcha de la Ley 100 de 1993. También hay cierta facilidad de acceso a la educación, en todos sus niveles, servicio que, en muchos casos, es aprovechado gracias a las redes familiares, que cooperan para que algunos de los parientes rurales puedan avanzar en los estudios secundarios y superiores. Incluso muchos estudiantes de secundaria pueden asistir a los centros educativos urbanos sin tener que abandonar su vivienda en la zona rural gracias a la amplia red de transporte interurbano. Pero tal vez uno de los cambios más significativos en Boyacá es la disponibilidad de hogares comunitarios para atender al cuidado de los niños más pequeños, y los servicios, desde hace apenas unos 5 años, de kinder y preescolar en las escuelas primarias. Estos cambios han favorecido bastante a las mujeres rurales en términos de salud, educación y posibilidades de desarrollar actividades productivas y comunitarias.

También esas transformaciones en las condiciones de vida rurales pueden vislumbrar una tendencia hacia la búsqueda de un equilibrio entre lo rural y lo urbano, en donde lo rural sea un espacio tan deseable para vivir como lo urbano, en donde lo rural deje de ser asimilado a lo atrasado y las interrelaciones entre ambos espacios sean benéficas para los dos. Para poder asumir plenamente todas las funciones que desde la nueva ruralidad se le asignan a los espacios rurales, se requiere del desarrollo de unas condiciones mínimas de vida en cuanto a salud, educación, vivienda y vías de comunicación, que impulsen a las mujeres y hombres a quedarse a vivir y trabajar en las

zonas rurales, y que garanticen la conectividad con los centros de mercado y comercialización, y para que los anhelos en términos del desarrollo del turismo rural, de las cadenas productivas, de *clusters*, entre muchos otros, sean realmente viables.

Es necesario decir que aunque en algunas zonas rurales de Colombia (como es el caso que presentamos de 5 municipios de Boyacá) se presentan transformaciones muy positivas en condiciones de vida, la pobreza sigue siendo una característica presente en el mundo rural colombiano y latinoamericano. En Colombia, por ejemplo, el 70% de la población que vive en condiciones de pobreza absoluta está en el sector rural. Allí, los índices de pobreza son mayores que los registrados para las zonas urbanas, de tal manera que para 1999, según datos del Banco Mundial (2002), el 79% de la población rural es pobre, mientras que este porcentaje es del 55% en las zonas urbanas. Después de que entre 1978 y 1995 los niveles de pobreza en el país habían disminuido, gracias a un desempeño económico favorable, en la segunda mitad de los noventa aumentan llegando a ubicarse en los mismos niveles que estaban en 1988. Este retroceso se debe fundamentalmente a las bajas tasas de crecimiento económico producto de la aplicación de medidas aperturistas y de descentralización en el país, unido al aumento del endeudamiento externo e interno y del déficit público. Los desastres naturales, la situación de violencia en el país y especialmente el desplazamiento forzado, han agravado aún más estas condiciones de pobreza.

Aunque han habido cambios significativos favorables de acceso de población pobre a servicios como la salud y la educación, no se ha logrado mejorar los índices de pobreza en los últimos años.

Aunque la pobreza toca a muchos grupos de población, hay tres especialmente afectados: las mujeres, los ancianos y los niños. Concretamente para las mujeres rurales, algunas características que reflejan sus condiciones de pobreza en América Latina, son: (CAMPILLO, 1997; RUIZ, 2003)

- El 50% de las mujeres rurales tiene menos de primaria o ninguna educación (“analfabetas funcionales”). Sin embargo, vale la pena señalar que para 1995, la tasa de matriculación agregada fue superior para las niñas en algunos países como Brasil, Argentina, Uruguay, Jamaica y Colombia.
- La participación de la población femenina rural en el desempleo es importante, y además las mujeres rurales enfrentan una discriminación en su retribución económica. En 1993, el salario de la mujer rural fue tres veces inferior al del hombre. Además mientras el 57.8% de las mujeres ocupadas en 1988 recibieron menos de la mitad del salario mínimo, un 31% de los hombres estuvieron en esta situación.
- Los hogares encabezados por un solo adulto, 80% de los cuales tienen a una mujer como cabeza de familia, son más vulnerables a la pobreza que aquellos encabezados por dos adultos. Los hogares con jefatura femenina (19% de los hogares rurales), tienen una mayor proporción en la pobreza y la indigencia.
- Las mujeres están sobrerrepresentadas en los grupos pobres e indigentes, lo que hace que sus carencias nutricionales sean mayores.

Si retomamos la investigación en Tumaco, varias características configuran un cuadro general de pobreza de la región. Tumaco es uno de los municipios con mayores índices de pobreza en el país. En 1993 el censo mostraba que el 57.5% de la población tenía necesidades básicas insatisfechas y un 24.1% se encontraba en condiciones de miseria. En relación a la salud, aunque ha habido cambios significativos positivos pues se ha logrado una cobertura en el régimen subsidiado del 24% de la población, la situación es crítica pues el 53.69% de los habitantes no tienen ningún tipo de afiliación a los servicios de salud.

Por otra parte, más del 35% de la población urbana y más del 90% de la rural carecen del servicio de acueducto. La cobertura del alcantarillado sólo alcanza un 5% de las viviendas en el casco urbano y un gran grupo de población (90%) maneja las aguas residuales a través de pozos sépticos que van directamente al mar sin ningún tratamiento. Desde hace sólo 7 años el municipio cuenta con energía eléctrica de interconexión nacional,

pero en el sector rural la cobertura es mínima, pues hay energía eléctrica sólo en 60 de las 400 veredas del municipio.

En relación a la vivienda, en general, el municipio presenta características de falta de cobertura, desorden urbanístico, mala calidad de materiales, hacinamiento y deficiente conexión de servicios básicos. En la zona rural, gran parte de las viviendas son palafíticas, pues se ubican en zonas lacustres sobre pilotes de mangle, paredes en madera y techos de paja o materiales de desecho y cuentan con sólo letrinas sin ningún manejo de aguas residuales.

Por otra parte, en general, en Tumaco la educación se cataloga como mala, por falta de cobertura, calidad, preparación de los maestros, instalaciones escolares y disponibilidad de ayudas educativas. Según el Plan de Desarrollo Municipal 2001 - 2004, el 25.23% de la población en edad escolar está fuera del sistema, lo cual representa la no despreciable cifra de 14.512 personas.

Por último, Tumaco sólo está conectado por una carretera secundaria a la ciudad de Pasto, y por eso, en gran medida, se depende del transporte aéreo a altísimos costos.

A modo de conclusión

En este artículo se presentaron transformaciones interesantes en varios aspectos relacionados con las condiciones de la vida rural colombiana, las cuales hemos evidenciado en 5 municipios de Boyacá y en Tumaco. Muchos de estos cambios parece que se aceleraron desde principios de los años noventa, con la inserción del país en un mundo cada vez más globalizado. La situación de las mujeres rurales en este contexto, por supuesto, también se ha ido modificando y se observa una mayor participación de ellas en la agricultura, pero también en actividades no agrícolas generadoras de ingresos, en el caso de Boyacá, y en la actividad pesquera y acuícola en Tumaco. Sigue siendo muy importante su aporte en el manejo de la ganadería y especies menores. Se puede decir que, en general en las dos zonas de estudio, se está presentando lo que las teorías de la nueva ruralidad llaman la “pluriactividad”, lo cual involucra tanto a los hombres como a las mujeres, aunque de diferente manera.

En cuanto a las actividades del ámbito reproductivo, en Boyacá se vislumbran algunas transformaciones en el sentido de que los hombres las están asumiendo un poco más, pero sin que esto signifique una disminución de la carga para las mujeres, ni que se estén presentando claramente cambios de roles. En Tumaco los cambios por el lado de los hombres no parece que se estén dando, mientras que para las mujeres hay una mayor vinculación a las actividades pesqueras y acuículas sin abandonar las del ámbito doméstico. En las actividades comunitarias, las mujeres también han ido consolidando su presencia, llegando incluso en algunas zonas a ejercer cargos directivos.

Con respecto a la toma de decisiones al interior de los hogares rurales parece ser que hay una mayor visibilidad en cuanto a la injerencia de las mujeres en temas como qué cultivar, qué vender y cómo destinar los ingresos. Las decisiones se toman, hoy en día, más en pareja o en consulta con hijos.

En algunas zonas la población está retornando al campo y también se están presentando cambios positivos en las condiciones de vida rurales.

Las transformaciones que se presentaron en este artículo forman parte de una nueva ruralidad, en la cual las nuevas funciones del medio rural tienen una dimensión de género que requiere ser analizada. La atención y el impulso al equilibrio territorial, el equilibrio ecológico, la producción de alimentos limpios, la realización de actividades no agrícolas (minería, por ejemplo) y la generación de empleo que esto conlleva, el establecimiento de agroindustrias y empresas manufactureras, el desarrollo de actividades de recreación y esparcimiento, y la recuperación del patrimonio histórico y cultural, implica ver cómo mujeres y hombres, niños, jóvenes, adultos y ancianos han estado tradicionalmente presentes en esas funciones, qué papel juegan hoy, y cómo las y los afecta las transformaciones. Este

artículo da unos indicios iniciales y muy generales sobre esto, pero se requiere seguir profundizando en el análisis de la nueva ruralidad con una perspectiva de género, teniendo en cuenta siempre el contexto y las condiciones de los países de América Latina. Es necesario hacer mucho más trabajo de campo que permita ampliar las evidencias empíricas para entender las características y tendencias de la nueva ruralidad en nuestros países y la dimensión de género que está en ellas.

Valdría la pena preguntarse cuestiones como:

- ¿Qué papel juegan las mujeres y los hombres, de distintas edades, en las funciones de los espacios rurales?
- ¿Cómo las transformaciones del mundo rural están afectando a la población por género y grupos étnicos?
- ¿Quiénes están asumiendo y disfrutando los costos y beneficios de las transformaciones y nuevas funciones? ¿Los hombres? ¿Las mujeres? ¿Ambos, pero de manera diferenciada? ¿De manera equitativa?
- ¿Qué cambios en las actividades productivas, reproductivas y comunitarias se están dando en la nueva ruralidad?
- ¿En las nuevas funciones de los espacios rurales, la relación, tantas veces “tirante”, entre las actividades productivas y el trabajo doméstico, cómo se considera?
- ¿Cómo involucrar en la nueva ruralidad una real valoración social y económica de las actividades reproductivas y también, por qué no, de las comunitarias?
- ¿Tienen la pluriactividad y la multifuncionalidad implicaciones en términos de cómo y quién toma las decisiones familiares, comunitarias y locales?
- ¿Cómo trabajar, en un contexto de nueva ruralidad, los sesgos de género persistentes en nuestras realidades?
- ¿Cómo, desde la nueva ruralidad, introducir un análisis que integre los niveles micro, meso y macro, tan importante en los estudios con perspectiva de género?

Estas y muchas otras preguntas quedan por ahora en el tintero y nuestra labor es buscar respuestas o por lo menos aproximaciones a ellas.

Bibliografía

CAMPILLO, Fabiola. Poder para la vida: las mujeres y la seguridad alimentaria. Documento de Trabajo. Santa Fe de Bogotá, 1997.

CARNEIRO, María José. Ruralidades contemporáneas: modos de vivir e pensar o rural na sociedade brasileira. Informe de investigación para el Programa de becas CLACSO – ASDI 2000-2002. Diciembre 2002.

CEÑA D., Felisa. El desarrollo rural en sentido amplio. En: RAMOS R., EDUARDO; DEL POZO, Pedro Caldentey. El desarrollo rural andaluz a las puertas del siglo XXI. Congresos y Jornadas, n°. 32/93. Dirección General de Investigación, Tecnología y Formación Agroalimentaria y Pesquera. Consejería de Agricultura y Pesca. Junta de Andalucía, 1993.

CRAVIOTTI, Clara. Aproximaciones conceptuales a lo no agropecuario y sus implicaciones para las estrategias de desarrollo rural. En: Perspectivas rurales. Nueva ruralidad en América Latina. Programa Regional de la Maestría en Desarrollo Rural. Universidad Nacional de Costa Rica. Año 4, n°. 2, 2000.

DEERE, Carmen Diana y LEÓN, Magdalena. Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina. Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional de Colombia. Tercer Mundo Editores, noviembre de 2000.

DEPARTAMENTO Nacional de Planeación. Misión Social. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Desarrollo humano. Colombia 2000. Alfaomega Grupo Editor.

ESCOBAR, Germán. Un enfoque para interpretar las transformaciones rurales. En: Perspectivas rurales. Nueva ruralidad en América Latina. Programa Regional de la Maestría en Desarrollo Rural. Universidad Nacional de Costa Rica. Año 4, n° 2, 2000.

FARAH, María Adelaida. Equidad de género y sostenibilidad de sistemas de producción en el medio rural. Evidencias empíricas en la cuenca media del río Chicamocha. Boyacá, Colombia. Trabajo de grado. Maestría em Desarrollo Rural. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 1996.

GÓMEZ C., José. “Las mujeres y la agricultura”. En: Revista Interforum. 2003.
http://www.revistainterforum.com/espanol/articulos/031003muj_ag.

GÓMEZ, Sergio. La ‘Nueva ruralidad’: ¿qué tan nueva? Revisión de la bibliografía, un intento por definir sus límites y una propuesta conceptual para realizar investigaciones. Universidad Austral de Chile, 2002.

PÉREZ, Edelmira. Hacia una nueva visión de lo rural. En: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Primera parte. Buenos Aires: Clacso, enero 2001.

PÉREZ, Edelmira, et al. Condiciones de producción y de los productores de papa, maíz, tabaco y trigo en el norte de Boyacá: una experiencia de investigación participativa. Fundación San Isidro – Pontificia Universidad Javeriana, 1985.

PÉREZ, Edelmira; FARAH, María Adelaida. Rural poverty and women’s work in Brazil and Colombia. Resultados iniciales de investigación para el caso colombiano. En: Apoyo a grupos y proyectos de investigación de grupo con financiación interna. Grupo Género y Desarrollo. Informe final. Primera parte. Pontificia Universidad Javeriana. Facultad de Estudios Ambientales y Rurales. Departamento de Desarrollo Rural y Regional. Grupo Género y Desarrollo. Bogotá, marzo de 2003.

PÉREZ, Edelmira; FARAH, María Adelaida. De lo invisible a lo visible: hacia una equidad de género en el desarrollo rural. En: Género, equidad y desarrollo, cap. 8, pp.. 263-303. Departamento Nacional de Planeación – Proyecto Proequidad/GTZ. Tercer Mundo Editores. Santa Fe de Bogotá, octubre de 1998.

PNUD. Informe sobre desarrollo humano. México, 1995.

RAMOS, R. Eduardo y ROMERO, José Juan. La crisis del modelo de crecimiento y las nuevas funciones del mundo rural. En: RAMOS R., Eduardo y CALDENTEY DEL POZO, Pedro. El desarrollo rural andaluz a las puertas del siglo XXI. Congresos y Jornadas, n°. 32/93. Dirección General de Investigación, Tecnología y Formación Agroalimentaria y Pesquera. Consejería de Agricultura y Pesca. Junta de Andalucía, 1993.

RUIZ ABRIL, María Elena. Desafíos y oportunidades para la equidad de género en América Latina y el Caribe. Banco Mundial, 2003.

TREJOS, Rafael. Nueva ruralidad: temas emergentes, nuevos condicionantes y viejos problemas. En: Perspectivas rurales. Nueva ruralidad em América Latina. Programa Regional de la Maestría en Desarrollo Rural. Universidad Nacional de Costa Rica. Año 4, n°. 2, 2000.

ANEXOS

Anexo 1

Actividades agrícolas en las que participan las mujeres rurales en Boyacá

Actividades agrícolas	Número de mujeres
Preparar terreno	6
Abonar	13
Sembrar	20
Desyerbar	11
Aporcar	9
Fumigar	6
Regar	9
Recolectar	21
Seleccionar semilla	17

Fuente: Taller realizado en la Fundación San Isidro (Duitama – Boyacá), por Edelmira Pérez C. y María Adelaida Farah Q., el 10 de diciembre de 2002, con 30 mujeres.

Anexo 2

Actividades reproductivas, productivas y comunitarias realizadas por las mujeres rurales. Cinco municipios de Boyacá

Actividades reproductivas	Actividades productivas	Actividades comunitarias
<ul style="list-style-type: none"> - Prender la estufa. - Preparar tinto. - Hacer el desayuno. - Servir el desayuno. - Desayunar. - Adelantar desayuno y almuerzo. - Despachar los niños al colegio y llevar los pequeños a la escuela. - Cuidar de los niños más pequeños. - Hacer onces. - Llevar el guarapo hasta el sitio de trabajo de los obreros. - Hacer el almuerzo. - Llevar el almuerzo a los obreros. - Almorzar. - Hacer comida. - Comer. - Hacer el mercado. - Revisar tareas de los niños. - Cuidar enfermos. - Planchar. - Barrer. - Hacer aseo de la casa. - Lavar la loza. - Lavar y remendar ropa. - Conseguir leña. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dar desayuno a los animales. - Ordeñar vacas. - Recoger leche. - Apartar terneros. - Hacer queso. - Dar agua al ganado. - Dar cena a los animales. - Recoger los animales a dormir. - Regar plantas. - Arreglar la huerta. - Preparar abonos. - Aporcar maíz y papa. - Trabajar con azadón para sembrar papa. - Recoger cosecha. - Recoger frutas. - Prestar servicio de inyectología. - Atender negocio propio. - Ayudar en restaurante de parientes. - Trabajo “vía satélite”¹³. - Preparar refrigerio en la escuela. - Preparar vino. - Tejer. - Hilar. - Hacer cobijas y ruanas. - Hacer refrigerios en escuela. - Auditoría en construcción. - Lavar ropa. - Planchar ropa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participación en junta de acción comunal. - Reunión en la escuela. - Participación en talleres de la Fundación San Isidro. - Trabajo en la pastoral. - Ensayar danzas. - Ir a misa. - “Chismosear”.

Fuente: Talleres realizados en Duitama en el 2002.

Anexo 3

Actividades reproductivas de las mujeres. Municipio de Tumaco Barrio Viento Libre

Barrio Viento Libre	Vereda Caleta Viento Libre
Bañarse.	Preparar los alimentos para el desayuno (con leña).
Preparar alimentos para el desayuno (con gas o energía eléctrica).	Realizar los oficios del hogar.
Alistar los hijos para el colegio.	Almorzar.
Realizar los oficios del hogar.	Bañarse.
Almorzar.	Cocinar.
Recreación.	Cenar.
Dormir.	
Cocinar.	
Cenar.	
Dialogar con los hijos.	
Embellecerse.	
Ver televisión.	
Planear lo del día siguiente.	
Dormir .	

Fuente: Talleres realizados en Tumaco por JANETH PATRICIA MUÑOZ, en noviembre de 2002, con participación de 18 mujeres y 1 hombre en el barrio Viento Libre y 20 mujeres en la vereda Caleta Viento Libre.

Anexo 4

Actividades productivas de las mujeres. Municipio de Tumaco

Barrio Viento Libre	Vereda Caleta Viento Libre
Trabajar en pesca y acuicultura.	Preparar las artes de pesca.
Trabajar en pequeños negocios.	Trabajar en pesca de jaiba.
Cría de pollos y cerdos.	Madres comunitarias.
Venta de queso.	
Trabajo con palma africana.	
Cultivo y venta de plátano y coco.	
Plantas medicinales.	

Fuente: Talleres realizados en Tumaco por JANETH PATRICIA MUÑOZ, en noviembre de 2002, con participación de 18 mujeres y 1 hombre en el Barrio Viento Libre y 20 mujeres en la vereda Caleta Viento Libre.

Anexo 5
Actividades comunitarias de las mujeres. Municipio de Tumaco

Barrio Viento Libre	Vereda Caleta Viento Libre
Recreación	Conversar con el vecino.
Orar	

Fuente: Talleres realizados en Tumaco por JANETH PATRICIA MUÑOZ, en noviembre de 2002, con participación de 18 mujeres y 1 hombre en el Barrio Viento Libre y 20 mujeres en la vereda Caleta Viento Libre.

Anexo 6
Propiedad de animales de la unidad doméstica, por sexos. Boyacá

Animales	Mujeres	Hombres	Pareja
Ganado vacuno	6	2	7
Cerdos	5	1	3
Gallinas y pollos	9	2	9
Ovejas	6	2	-
Otros (conejos, pavos, cabras)	3	1	6

Fuente: Taller realizado en la Fundación San Isidro (Duitama – Boyacá), por EDELMIRA PÉREZ C. y MARÍA ADELAIDA FARAH Q., el 24 de septiembre de 2002, con 28 mujeres.

Anexo 7
Propiedad de la tierra, por sexos. Boyacá

Mujeres	Hombres	Pareja	No tienen tierra propia
9	11	2	8

Fuente: Taller realizado en la Fundación San Isidro (Duitama – Boyacá), por EDELMIRA PÉREZ C. y MARÍA ADELAIDA FARAH Q., el 24 de septiembre de 2002, con 28 mujeres.

Recibido em: novembro de 2006
Aprovado em: dezembro de 2006

A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra¹

Maria Edilúzia Leopoldino Santos

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS
Endereço profissional: Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas
Av. Marechal Rondon, s. n., Departamento de Geografia, Rosa Elze, São Cristóvão, SE, Brasil
CEP: 49100-000. Telefone: (79) 2126742.
Endereço eletrônico: mariaediluzia@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo visa analisar as estratégias dos trabalhadores rurais no espaço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Traduzindo na relevância dos seus símbolos e na mística que permeia a militância e influência na luta. É preciso observar que a mística é compreendida como o ponto de partida da análise sob fundamentação de Henri Lefebvre. A mística do Movimento é a capacidade, segundo Bogo, de construir imaginariamente o momento seguinte e fazer parte dele. A mística no Movimento dá sustentação ao projeto político e alimenta a prática no espaço vivido. O espaço é resultado da ação do homem no espaço vivido. Neste movimento de transformação do espaço ele vai construindo apropriações e dando sentido ao lugar. A mística é a essência do Movimento, sem ela não existe a luta. Ela cria mecanismos que reafirmam no cotidiano a necessidade da implantação de um projeto social que possibilite a libertação do homem.

Palavras-chave: movimento dos trabalhadores rurais sem-terra; mística; estratégias; espaço vivido; projeto político.

Resumen

La construcción del camino para la conquista de la tierra: un espacio de transformación del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Lo present artículo visa análisis las estrategias de los obreros rural en lo espacio del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Traduciendo en la relevancia de la mística. La mística que permea la militancia e influencia en el lucha. Es preciso observar que la mística es comprendida como el punto de partida del análisis bajo la fundamentación de Henri Lefebvre. En este artículo ella es presentada como el método del enfrentamiento y se constiue la propia condición de posibilidad de territorialización. La mística del movimiento es la capacidad, según Bogo, de construir imaginariamente el momento siguiente y hacer parte de el. La mística en el movimiento da sustentación el proyecto político, alimenta la práctica en el espacio vivido. El espacio es resultado de la acción del hombre en el espacio vivido. En este movimiento de transformación del espacio el va construyendo apropiación y dando sentido al sitio. La mística es la esencia del movimiento, sin ella no existe la lucha. Ella cría los mecanismos que reafirma en el cotidiano la implantación de uno proyecto social que posibilid la emancipión del hombre.

Palabras clave: movimiento dos trabalhadores rurais sem-terra; mística; estratégias; espacio vivido; proyecto político.

¹ O presente artigo é parte integrante do terceiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada “A Mística nos Acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra como Processo de Territorialização”.

Abstract

Constructing a way to conquer the land: the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a space of transformation

The present article examines some rural workers land struggle strategies within the space of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. It follows Henri Lefebvre in asserting that the starting point of an analysis rests in discovering the relevance of symbolic activities, such as the ritual *mística*. According to MST intellectual Ademar Bogo, the *mística* is a form of participatory theatre, regularly composed and performed by MST members, that has the capacity to imaginatively project and construct the coming moment, and live it, too. The *mística* sustains much of the movement's political project and nourishes practical affairs in the lived space. The article argues that this space arises from human agency; people carving out their lives and livelihoods. The *mística* is the essence of the movement and without it the fight will not go on. It creates mechanisms that daily reaffirm the need for a project that makes possible man's liberation.

Keywords: rural social movements; *mística*; strategies; lived-space; political project.

Introdução

Na sociedade capitalista o controle sobre o sistema sociometabólico, “um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina as divisões do capital”, de acordo com Mézaros (2002), proporciona no espaço geográfico as contradições sociais. Esse sistema, em decorrência do controle sobre o tripé capital, trabalho e estado, reafirma a reprodução expandida. O desafio da sociedade é organizar um contra poder para transformar essa estrutura sistêmica modificando o tripé em sua totalidade. Segundo Marx e Engels (1996, p. 43), “a história de toda a sociedade constitui no desenvolvimento de antagonismos de classes que assumirão formas diferentes em épocas diferentes”.

O espaço é resultado da ação dos homens, não de um ato individual, mas da totalidade de suas relações. Logo é resultado de movimento, de transformação, da espacialização. “Mas a espacialização não é o espaço. A espacialização é um momento da inserção territorial dos processos sociais [...] a espacialização é sempre o presente, um presente fugindo.” (SANTOS, 1988, p. 73). Como afirma Lefebvre (1983), é presença, mas também o momento da ausência.

De acordo com Lefebvre (1991), o espaço é estratégia, nesse termo, é necessário estudar as múltiplas territorialidades e suas dimensões que se liga ao vivido. As rebeliões situadas no cotidiano têm como suporte o vivido, onde se defrontam as racionalidades e as irracionalidades, o saber e o conhecer, a facticidade e a naturalidade, a coisa e o signo da coisa. Nesse embate existem momentos que permitem a apropriação, ganha-se presença. Em tais circunstâncias as representações recuam, e no limite tendem a se desfazer. Só a prática criadora comportando relações de criação contém o sentido da obra.

O intuito de estudar a *mística* neste artigo é fruto do entendimento de que a apreensão do seu significado propicia a compreensão do cotidiano da luta dos acampamentos, do seu cotidiano (o vivido), lugar do embate entre o concebido e o vivido, no movimento da sua espacialização para a concretização da apropriação social. Em Lefebvre o momento da apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo o prazer, a possibilidade da obra (SEABRA, 1996, p. 73). “O cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade” (p. 77). O cotidiano onde de um lado o Estado através das políticas procura gerenciar a interação capital e mercado, o que significa a apropriação do trabalho, mas por outro é onde se travam as lutas pelo uso do espaço.

É na região do sertão do Baixo São Francisco sergipano que podemos encontrar as piores condições de vida do Estado de Sergipe. Na divisão do IBGE, a região tem 4.952,9 km abrange 20,3% do território sergipano, sendo formado por 6 municípios. A divisão do MST não segue essa divisão (ver Figura 1). Conforme afirma Eduardo Alves Bastos & Vânia Fonseca (1997, p. 10):

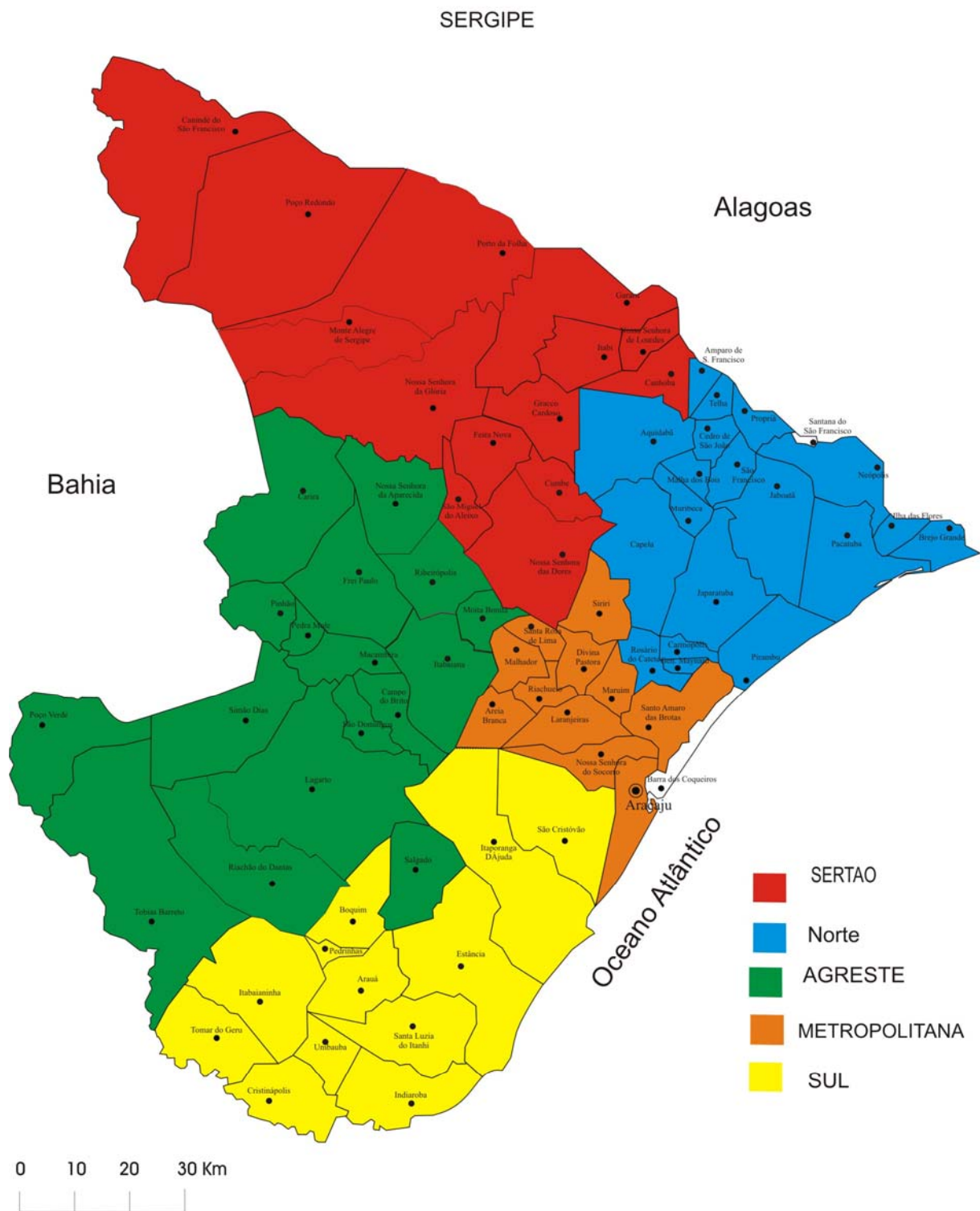
A região do sertão do Baixo São Francisco sergipano, é economicamente pouco dinâmica, com população predominantemente pobre, acesso irregular ao mercado de produtos e serviços [...] Predominam as relações econômicas informais, bastante calcada na troca e marcante dependência das flutuações das políticas econômicas governamentais e dos interesses político-econômico dos grupos de poder local [...] A dispensa de trabalhadores devido a diminuição das atividades de Xingó [...] determinou a existência de um grande contingente de mão-de-obra ociosa que, não tendo para onde ir, permaneceu na área com a esperança de conseguir algum trabalho, especialmente ligado a agricultura, constituindo de fato, um contingente populacional sem emprego e em estado de miséria e um grande elenco de problemas sociais [...].

Sendo um município fronteiro com os estados de Alagoas e da Bahia, Canindé, foi ao longo do tempo se constituindo um pólo de atração populacional e de diferentes interesses políticos e econômicos. A presença e a ausência simultaneamente do Estado, foram importantes instrumentos na configuração territorial do capital. Nesse sentido, espaço representado é o vivido, o pensado, o apropriado e o sentido no lugar das suas moradias. Assim o homem “constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece, a coisificação das relações sociais é que promove a sua alienação em relação à sua obra” (MARTINS, 1996, p. 19). Neste sentido é analisada a contextualização geográfica e histórica da mística. A concepção do simbólico é fundamentada a partir da análise de Lefebvre, na sua reflexão sobre o mundo das representações na produção do espaço.

A lógica excludente do capital, para Mézáros, só poderá ser enfrentada com a organização dos trabalhadores. Só um movimento ampliado de massa extraparlamentar pode ser capaz de mudar a estrutura da sociedade. O desafio maior dos trabalhadores é criar novas formas de enfrentamento que não passem pela centralização dos partidos políticos e sindicatos. Movimentos sociais autônomos capazes de articular as lutas sociais eliminando a fragmentação política e ideológica gerada pelas visões partidárias. Nesse sentido, somente uma luta coletiva poderá criar um novo sistema metabólico de controle social.

A razão de existência dos movimentos está na ocupação. A ação de resistência ocorre pelos processos de espacialização e territorialização. A espacialização é a ação concreta de ocupar o território. Enquanto a territorialização é compreendida pelo processo de conquista do território. Contudo, segundo Bernardo Mançano Fernandes, agora já dimensionada pela vivência cotidiana num processo de reflexão e ação/ação e reflexão em que as idéias e as interpretações da realidade são fundamentais para a construção do conhecimento.

Figura 1 – Regiões do MST no Sergipe



A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Em decorrência das mudanças, no campo, geradas pelo capitalismo, ampliou-se a resistência dos trabalhadores rurais. A organização de movimentos sociais no campo, para enfrentar a concentração de terra, o desemprego e a violência, não são recentes, fazem parte do processo de ocupação do espaço rural. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1998, pp. 65-68), na década de sessenta, século XX, com regulação das relações capitalistas no campo, os conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários se ampliaram, os movimentos sociais foram a alternativa dos trabalhadores para resistirem contra a expropriação.

Em todas as regiões do país ocorreram conflitos, sobretudo nas de ocupação antiga que passaram a revelar as contradições do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo, ampliando a concentração fundiária [...]. A implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia, principalmente no Pará no “Bico do Papagaio”; [...]. Outra frente de luta pela terra travada pelos camponeses foi dos desapropriados nas grandes obras realizadas pelo Estado [...] exemplos desta luta aparecem no RGS em função do projeto de construção de várias barragens no Alto Uruguai; na construção da hidrelétrica de Itaipu e no Nordeste na construção das barragens de Sobradinho e Itaparica no rio São Francisco [...] Os movimentos sociais no campo extravasaram as fronteiras e chegam também ao Paraguai. [...] Lá os camponeses brasileiros que emigraram [...] hoje organizam-se no movimento dos Brasiguaios” [...] que lutam para serem repatriados e assentados [...]. Os movimentos sociais rurais também chegaram a Amazônia. No Acre, os seringueiros organizados [...] têm aberto luta contra os latifundiários [...] os povos indígenas lutam pela preservação de suas terras [...] contra as invasões de fazendeiros, grileiros e garimpeiros. [...]. O Projeto Calha Norte é um exemplo.

Na Ditadura, houve um incentivo do governo à implantação da modernização no campo. Esse processo também conhecido como Revolução Verde, via Ministério da Agricultura, incentivou os latifundiários e empresas rurais, através de empréstimos e subsídios, para a aquisição de sementes melhoradas geneticamente e compra de máquinas, ampliando o processo de expropriação da terra. Posteriormente, a ampliação do parque industrial irá exigir a construção de Hidrelétricas ocasionando o surgimento, de acordo com Germani (2003), dos expropriados da água. O processo gerou a ampliação da concentração de terra, o aumento do desemprego no campo e intensificou os conflitos pela disputa da terra. De acordo com Oliveira (1988, pp. 25-26), na territorialização da agricultura capitalista no Brasil ocorreu capitalização do campo e a concentração de terra:

Na formação territorial capitalista no Brasil estes processos contraditórios produzem/geram movimentos de concentração da população. [...] Formouse, pois, o *lócus* da concentração do capital e da força de trabalho, as grandes regiões industriais [...]. No campo este processo está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, desenvolvimento da agricultura capitalista [...] pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios. [...]. Porém, este processo no campo está também contraditoriamente, marcado pelo processo de expansão da agricultura camponesa [...].

Nessa diversidade de lutas, no campo, é organizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, um movimento nacional, com o intuito de articular os trabalhadores rurais e criar estratégias para pressionar o governo federal a realizar a Reforma Agrária no Brasil.

Figura 2 – A espacialização do MST no Sergipe



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

Nas normas gerais do MST, no capítulo 1 sobre o que é o Movimento, se identifica como um movimento de massa dentro do movimento sindical, que articula todos os trabalhadores rurais sem-terra para a conquista de terra para trabalhar.

No documento, “O Movimento de Massa”, publicado em 1991, entende por “massa” o conjunto de pessoas de uma determinada categoria ou classe, que está dispersa ou organizada em torno de uma proposta e que pode desenvolver atividades diversas. Os trabalhadores rurais Sem-Terra são considerados a grande massa dos Sem Terra, como também os assentados organizados e que já conquistaram a terra, podem ser considerados massa dos Sem-Terra que participa do MST.

Também é considerado um movimento social, porque aglutina trabalhadores rurais em torno da construção de um projeto de sociedade igualitária que vive na sociedade e mantém relações com outras categorias de trabalhadores. É um movimento político que luta para modificar o sistema político e econômico que tem proporcionado e ampliado a exclusão dos trabalhadores rurais do acesso a terra, para sobreviver dignamente com a sua família.

O Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, considerava trabalhador rural aquele que exercesse a profissão no campo com contrato de trabalho, direito a salário, repouso semanal e indenização por tempo de serviço. O MST amplia o entendimento sobre a categoria “trabalhador rural”. O debate sobre a categoria iniciou no 1º Congresso Nacional em 1985 e prosseguiu por cinco encontros nacionais realizados, anualmente, e em reuniões da Coordenação Nacional realizadas trimestralmente. O resultado do debate deu origem ao documento, “Normas Gerais do MST”, publicada em 1989. No capítulo I, especifica como trabalhadores rurais sem-terra todos aqueles que vivem como parceiros, arrendatários, meeiros, assalariados rurais ou posseiros e pequenos proprietários de até cinco hectares de terra.

O MST é resultado da continuidade das lutas que vinham acontecendo no país desde o período da colonização. No início, a luta era fragmentada e focalizada, os trabalhadores rurais se organizavam para lutar contra a violência do Estado e dos latifundiários, mas não tinham uma identidade de categoria. As insurreições aconteciam no

campo, mas eram sufocadas, debeladas pelo Estado Nacional. A origem do MST, de acordo com Bernardo Mançano Fernandes (1998, p. 26), está ligada á aglutinação das diferentes lutas pela terra que estavam acontecendo no Brasil, a partir da década de 70.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso.

Ivaldo Gehlen (1994) considera que a origem do MST deve ser datada, a partir da década de sessenta, quando o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), com a participação de militantes do Partido Comunista Brasileiro – PCB e do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, fizeram ocupações na fazenda Sarandi em 1962, na fazenda Santo Antonio em Tapé, e ocupações de reservas indígenas no estado do Rio Grande do Sul.

Na década de setenta, o acontecimento que irá encadear o reinício das estratégias de ocupações deu-se em decorrência da expulsão de posseiros da reserva indígena Nanoai, em maio de 1978. Outro fato importante na organização dos trabalhadores para Maria da Glória Gohn, citando Luiz Inácio Gaiger (2000 a, pp. 142-143), foi o ressurgimento das entidades de lutas e apoio à luta dos trabalhadores rurais:

Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra, com o apoio da Igreja Católica. Esta atuação se inscrevia nos marcos da revisão que a Igreja estava fazendo desde o Concílio Vaticano II, em 1964, e das linhas de novas pastorais definidas, a partir de 1968 em Medellín, na Colômbia. Tratava-se de se voltar para uma atuação junto aos pobres. Na área rural esta nova pedagogia teve um desenvolvimento especial porque se adequava às dimensões simbólicas da religiosidade popular.

Os trabalhadores passaram a se organizar para resistir, com o apoio das Igrejas Católica e Protestante, de sindicalistas e de militantes do PCB e do PTB. No Rio Grande do Sul, os trabalhadores rurais, em 7 de setembro de 1979, ocuparam a fazenda Macali em Ronda Alta; em Santa Catarina, ocuparam a fazenda Burro Branco, no Município de Campo Erê; em São Paulo, 300 famílias ocuparam, em Andralina, a fazenda Primavera. As ocupações passaram a ocorrer também em outros estados. Existe uma corrente de intelectuais que consideram a década de setenta como a gênese da origem do MST. Entre os mais destacados pensadores dessa vertente, estão Gohn (2000) e Fernandes (1999). Estes entendem que os atores sociais que participaram desse processo decidiram que era necessária à organização coletiva dos trabalhadores e determinaram uma data para realizar o encontro dos trabalhadores rurais.

Para Berger (1998), o acampamento Encruzilhada Natalina, em Sarandi, na década de setenta, é importante para o MST, porque nele reuniram-se filhos de colonos, parceiros, arrendatários, trabalhadores rurais e expropriados pelas barragens para estruturar os objetivos da luta pela Reforma Agrária. Com a participação de trabalhadores rurais de doze estados, representantes das pastorais, sindicalistas e representantes de partidos da esquerda, foi organizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Nesse encontro, foi debatida a organização do MST para lutar e aglutinar os trabalhadores de todo o país. A vertente da qual participam os estudiosos, Oliveira (1988), Navarro (1996), Berger (1998) e Branco (2003), entende que a origem do MST deu-se na década de oitenta, porque é nesse encontro que foram elaboradas as normas da organização, seus símbolos e a criação de uma identidade: a dos “Sem-Terra” que fazem parte do MST.

A luta pela terra, em Sergipe, foi inicialmente organizada pela Diocese de Propriá. A Igreja, juntamente com as lideranças sindicais, realizou a primeira ocupação no sertão. Uma

das principais lideranças que iniciou a organização do Movimento, no sertão, foi João Sessenta, sindicalista do Município de Nossa Senhora da Glória, um articulador do pólo sindicalista que ajudou na ocupação de Barra da Onça.

Em fevereiro de 1987, o MST enviou João Samariva Daniel (coordenação nacional), para iniciar um trabalho de articulação com as lideranças dos Assentamentos Barra da Onça e Ilha do Ouro, com a CPT da Diocese de Propriá e com os líderes sindicais João Sessenta, Madalena, Nelcido, Sinval e José Dirceu. Já existia um grupo de líderes organizados. O papel de Daniel foi implantar o movimento no estado e ajudar a organizar a ocupação em outubro de 1987, no município de Gararu, e depois as outras ocupações.

A mística: uma força misteriosa que anima a militância

A mística foi valorizada desde o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Em decorrência da influência da Igreja, sempre houve uma preocupação em desenvolver a mística para ajudar na organização e motivação dos militantes. A Comissão Pastoral da Terra – CPT impulsionou o trabalho de base utilizando uma mística religiosa que trabalhava os valores religiosos com uma leitura revolucionária.

A Igreja ajudou na organização dos trabalhadores, segundo Gohn (2000 a, p. 143), através do trabalho de base, desbloqueando os constrangimentos a que eram submetidos:

A pedagogia da Igreja teve grande sucesso no meio popular, a princípio soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura em síntese. A cruz e a visão de um processo que se constituía numa “caminhada” foram os símbolos mais significativos da liturgia, que fez da educação de base uma arte de forma profética. [...] Oscilando entre o imaginário das representações através de exercício de grupo como o desenho de como se gostaria que a realidade fosse, e a dureza das condições concretas vivenciadas no cotidiano, faziam-se comparações entre o sonho e a realidade, e delineavam-se os caminhos a percorrer na caminhada.

Com o afastamento da Igreja das atividades da organização dos trabalhadores rurais, o Movimento criou estratégias de enfrentamento e a mística foi adquirindo novos contornos. Mesmo não rompendo com a origem, vai incorporar também as experiências adquiridas com a luta e a ideologia dos intelectuais do Movimento. No documento “Como Organizar a Massa”, produzido em 1991, o Movimento afirma que a mística pode ser entendida:

Como sendo um conjunto de motivações que sentimos no dia-a-dia, no trabalho organizativo, que impulsiona nossa luta para frente. Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente e o futuro fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar. A mística é a motivação interna que sentimos em contato com o coletivo, que nos anima e aumenta nossa vontade de participar cada vez mais seja nas reuniões, nas assembléias, nas manifestações, nas ocupações, nas greves etc.

Origem da palavra mística

A mística, segundo Leonardo Boff (1998 a), é adjetivo de mistério. É uma palavra de origem grega, *múien*, que significa perceber a especificidade do que está oculto e ainda não foi mostrado à realidade. A palavra estava ligada ao mistério da iluminação que a pessoa alcança, quando celebra, através de rituais religiosos.

Ademar Bogo (2003, p. 9), acrescenta que

As dificuldades de entendimento estavam na origem grega da palavra mística, que está ligada ao nome mistério (*mustérion*), e daí ao latim eclesiástico *mysterion*, e, que, durante a história cristã, este termo foi sendo apropriado pela religião católica e, portanto, pela filosofia idealista. Supostamente, está questão se tornava contraditória com aqueles que tinham formação filosófica baseada no marxismo.

Posteriormente, segundo Boff (1998 a), a palavra adquiriu outros significados.

No **sentido antropológico-existencial** de mistério, a mística nomeia aquilo que faz parte do ser humano e que é impossível de ser entendido na totalidade. Por mais que se conviva com uma pessoa e conheça todas as suas atitudes, jamais se conseguirá prevêê-las. Isso ocorre porque todo ser humano é um mistério, tem-se conhecimento do que o outro demonstra, mas sempre existirá algo que não foi mostrado. De acordo com BOFF (1993, p. 25), a mística “é o mistério vivo e pessoal”, o mesmo ocorre com a realidade, pois as dimensões do seu conhecimento jamais se esgotarão, é algo indefinido.

No **sentido religioso**, a mística cristã é histórica. Mesmo sendo mantida pelas religiões, ela é anterior à institucionalização da religião. Na base de todas as religiões está a fé na existência do mistério diante do sagrado e da vida. No entanto, a fé só pode ser considerada verdadeira quando experimentada com Deus. Existe uma vertente contemplativa da imagem trinitária e comunal. Nessa visão mística, Deus é a comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Nesse sentido, a mística é vista **como um compromisso ético** na relação de solidariedade com os outros seres humanos, porque Deus é comunhão. A mística também é contemplativa, ao ver o homem e a mulher como a imagem de Deus. Tal entendimento, da criação humana por Deus, proporciona a louvação e a exaltação.

Partindo do pressuposto que o Novo Testamento afirma que Deus se humanizou quando deu ao mundo o seu filho Jesus Cristo, e que a ressurreição é um ato de justiça de vida para salvar a todos os que sofrem, os teólogos que fazem parte da Teologia da Libertação têm um outro entendimento da mística cristã. Estes concebem a mística, face ao direcionamento da conduta de Cristo na terra no seu envolvimento, com a causa dos que sofrem na sociedade, um ato místico já que implica uma conduta de transformação pessoal e social.

A mística judeu-cristã, a despeito da mediocridade das instituições e da preguiça espiritual da maioria de seus professantes, apresenta-se como uma mística político, libertadora e contemplativa. Ela não aceita o mundo como está, quer mudá-lo e reconstruí-lo sobre a base da partilha, da solidariedade, da fraternidade/sonoridade, do trabalho, do lazer, e na veneração, face ao mistério da criação. (ibid., p. 36).

No **sentido político**, os analistas sociais e políticos a exemplo de Max Weber, Pierre Bourdieu e outros intelectuais, quando analisam a força das lideranças carismáticas na organização de segmentos da sociedade, vêem a mística como uma paixão forte que anima a liderança e os seus seguidores. Ela funciona como poder de persuasão das suas idéias ou a imagem grandiosa que transpassa influenciando na mobilização de pessoas. Boff (1993, p. 7),

É decisiva na hora do desânimo, da derrota, da decepção e da crise. É o alimento que revigora o povo quando o poder da opressão faz pensar que os esforços para transformar a situação são imponentes e inúteis. [...], é a alma da esquerda, porque produz a garra necessária para combater as injustiças e dá disposição para a concretização histórica de nossos sonhos. Com essa utopia e a ‘história na mão’, a rebeldia se organiza.

Conforme Boff (1998 a, p. 37), na mística político-social, o que prevalece sempre é a utopia,

Aquela capacidade de projetar as partidas, potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os grupos oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que, embora derrotados, nunca desistem, resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os move são os sonhos de uma realidade nova. Por isso desfatalizam a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras.

A mística político-social não tem uma linha ideológica única. Na diretriz da esquerda que segue como base de análise para entendimento da mística a corrente marxista, a mística faz parte do movimento da militância. O militante é todo indivíduo que fica indignado com a injustiça e por esse motivo se entrega à causa da mudança da estrutura social. A militância pode ser exercida pela liderança ou coordenação em um acampamento, ou enquanto participante como dirigente do Movimento. É uma pessoa que ajuda a organizar a luta, incentiva os trabalhadores a continuar na luta e articula estratégias juntamente com a base.

Sob o **ponto de vista geográfico** a mística como um todo é um território. Na mística geográfica as suas ações constituem um processo de mudanças contínuas, mas também reflexivas, constituindo em transformações no processo de territorialização do movimento e nesse processo cria espaços. Os diferentes conteúdos sócio-político-espaciais do lugar, que conservam a segregação espacial do trabalhador rural, passam a ser trabalhados com a militância no intuito de implantar uma nova realidade.

De acordo com Silva (1998), a mística é uma força que vive a realidade, é uma experimentação que valoriza a vida, a dignidade do ser humano, a eterna rebeldia para continuar livre.

A mística faz parte das estratégias de enfrentamento. Ela mantém o ânimo e a esperança para que o trabalhador não desista, mesmo que a conjuntura seja repressiva. É a utopia de transformar a sociedade opressora numa sociedade igualitária colocada em prática pelo projeto político do Movimento. É viver em construção da felicidade, é um caminho construindo no cotidiano, é uma pedagogia alimentada pela confiança na mudança, na organização para implantar o projeto e na participação ativa dos trabalhadores.

O ser humano, para Boff (1998 b, p. 146), é um ser utópico que vai construindo a sua história numa sociedade: “A utopia é uma imagem ainda não realizada, mas possível, presente dentro da realidade e projetada para frente, no futuro”.

O ser humano é, em sua essência um criador de utopias e de imagens. É pela utopia que ele vai criando um direcionamento para seguir e conquistar um futuro diferente da realidade em que está inserido na sociedade.

O termo utopia, de acordo com Maria Lúcia de Arruda Aranha & Maria Helena Pires Martins (1994, p. 382), vem de ou – topos, nenhum lugar. Existem vários entendimentos para o significado: pode ser o que não existe em nenhum lugar, o ideal de uma sociedade, mas está também ligada à esperança que faz parte de um projeto utópico, sendo a antecipação daquilo que ainda não se concretizou, mas torna-se possível criar as condições propícias para que se concretize.

A utopia, para Boff (1998 b, p. 143), é importante para o ser humano porque ela alimenta o sonho de transformação:

A utopia faz irradiar, criar, projetar e ter um fogo interior. Ela revela o melhor que se esconde dentro dele. É a águia que desperta querendo erguer vôo. Ela é a realização possível de um sonho. É um dado palpável e concreto. Mas esse dado guarda um projeto maior; ela esconde dentro dele um possível. É a abertura para o infinito, essencial ao ser humano.

Em Sergipe, em 1988, foi organizado no Assentamento Moacir Wanderley, no Povoado Quissamã, Município de Nossa Senhora do Socorro, o 1º Curso de Capacitação, dando início à formação dos setores de mística. Os monitores do curso concluíram que

a mística é uma forma de organização em que todos têm direitos e deveres a cumprir, dentro de qualquer lugar que estejam fazendo sua atividade. Também é uma forma de expressar seus pensamentos e sentimentos, através dos símbolos: cartazes, apresentações, dramatizações teatrais, palavras de ordem, entre outros.

A importância da Mística no incentivo à participação: uma reflexão sobre o método nas estratégias de enfrentamento da realidade

A mística procura mostrar que é importante a participação do trabalhador na luta pela conquista da terra, tendo em vista que esta foi secularmente mantida pelos grupos dominantes. No entendimento de Bogo (2002, p. 153),

participar quer dizer fazer parte, ter o reconhecimento da importância de compor algo maior do que somos individualmente. Fazer parte, no caso do MST, é assumir uma nova identidade, como objeto que se transforma em símbolo.

A tarefa da mística é construir um novo ser humano, através da participação na transformação social. Todos são importantes no acampamento. Os vícios, os preconceitos e relações de poder que fazem parte do comportamento dos Sem-Terra devem ser modificados incorporando valores éticos. Nos acampamentos, por ser um lugar de indefinições e que rompe com relações de posse, é mais fácil, de acordo com BOGO, incorporar valores novos.

A mística, nos acampamentos, ocorre com a valorização dos símbolos, da arte, da musicalidade e da disciplina. Nos cursos e manifestações, além das atividades ligadas à música e palavras de ordem, no início das atividades, ocorre uma dramatização abordando temas sobre o cotidiano da militância, da sociedade ou sobre a história de companheiros que, no passado, também lutaram para modificar a estrutura social.

As dramatizações nos encontros do Movimento são realizadas pelo setor da mística em um tempo breve, no máximo por dez minutos. A atividade visa despertar nos militantes a sensibilidade ou a indignação para mudar a realidade. É o exemplo da mística que trata da violência do latifundiário contra os trabalhadores rurais realizado em um encontro no Assentamento Moacir Wanderley, no Povoado Quissamã, Município de Nossa Senhora do Socorro em Sergipe.

Também é abordada, nas representações, a relação de gênero. Como o Movimento deseja formar um homem novo, não existe espaço para as antigas relações de opressão da mulher. As relações de gênero e de gerações, na militância procuram romper com as tradicionais relações de opressão e de competitividade. No MST, a mulher é companheira do homem participando ativamente de todas as decisões que envolvam a família. Além disso, a mulher não deve se sujeitar de ser somente a dona de casa, aquela que lava, cozinha e cuida das crianças, mas uma mulher militante que participa de cursos, manifestações, estuda e define com seus companheiros o que irá produzir na terra conquistada.

Nas relações de gênero, outro desafio é o alcoolismo. O membro que no linguajar dos trabalhadores é chamado de: *bebe cana*, *cachaceiro* ou *beberrão* é dramatizado, na mística, para mostrar como este comportamento gera conflitos com a companheira, ou até brigas nos acampamentos com os outros companheiros.

O jovem também é valorizado pela mística. Ele é mais aberto para novos conhecimentos e tem uma energia que é aproveitada através da participação nos setores do

movimento. Os jovens, na atualidade, organizam grupos de mística e participam de setores da cultura. A alegria e a energia dos jovens, quase sempre, influenciam na participação mais ativa dos pais que, na maioria das vezes, sentem dificuldades para modificar os comportamentos já enraizados. Em Canindé do São Francisco, o Grupo Zumbi dos Palmares organiza encontros de jovens visando formar quadros para o setor da mística. Nesses encontros é resgatada a cultura do lugar e formam-se grupos de teatro. Em oficinas são formados grupos que irão atuar nos acampamentos e assentamentos.

Atualmente, existem grupos de teatro que utilizam o “Teatro do Oprimido” em mais de 70 países do mundo e a técnica fundada por Boal é amplamente usada por diretores de teatro de diversas formas, para fins sociais e, especialmente, para fins terapêuticos, respeitando os princípios éticos. No Estado de Sergipe, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, existe o grupo “Cruzcao” que está realizando apresentações nas escolas, trabalhando temas como: drogas e sexualidade além de apresentações sobre a análise da realidade social no país.

Figura 3 – Peça “Lampião e Maria Bonita”



Fonte: Grupo Zumbi, 2004.

No Movimento, as ações dos Sem-Terra vão criando cultura, as experiências passam a incorporar a memória social dos trabalhadores. Segundo Bogo (2003), essa memória é a repetição de comportamentos que foram sendo adquiridos com o conhecimento acumulado na sociedade, mas também é composta de conhecimentos científicos que influenciam na consciência social do trabalhador. Essa consciência se mantém social porque o Sem-Terra incorpora conhecimentos na convivência. Para ela se transformar numa consciência política, é necessário que no cotidiano do Movimento, o trabalhador vá além do entendimento da realidade excludente e luta para transformá-la.

O trabalhador rural atua no espaço modificando a sua função. A categoria espaço é entendida como a possibilidade de criação social, isto é, de insurgências. A interação entre

o trabalhador rural e o espaço gera novas configurações espaciais tendo como síntese a territorialização. A noção de tempo na globalização, segundo Santos (1997) dá-se como um tempo real permeado pela aculturação. A mística modifica essa categoria tornando-a atemporal. Daí inicia-se um resgate das insurreições dos trabalhadores transportando-as para a atualidade, os trabalhadores rurais sem-terra passam a fazer parte, num entendimento místico da reestruturação do espaço excludente. A morte de um trabalhador não impede que ele continue fazendo parte da luta, a sua memória é mantida viva através de homenagens. A memória coletiva da luta dá sustentação à militância no cotidiano gerando uma coesão no ato revolucionário.

A consciência política não é somente desenvolvida através do trabalho de base, mas também à medida que vai mantendo viva a memória da luta. Nesse sentido, a mística trabalha com um calendário anual de luta com comemorações e reconhecimento das experiências bem sucedidas por outros companheiros que já trilham o caminho da conquista da terra e de manifestações de indignação contra a impunidade nos crimes contra o trabalhador rural. É o exemplo de Eldorado dos Carajás. O dia do massacre é lembrado todos os anos nacionalmente com manifestações e passeatas de protesto para denunciar a sociedade que trabalhadores morreram e continuam morrendo porque lutam para ter uma vida digna. Em Canindé do São Francisco, o resgate se dá com a comemoração do dia treze de março, uma data importante para a regional do sertão. Os trabalhadores mantêm viva a história da primeira ocupação, percorrendo o mesmo caminho que deu início à luta em 1996. A comemoração é um ato místico, porque valoriza a experiência histórica acumulada.

Na dialética da luta dos acampamentos, na medida em que o trabalhador se conscientiza da subordinação que estava submetido, a convivência coletiva transforma-se num espaço desalienante, mas também pode transformar-se em um espaço alienante em consequência do não rompimento com a cultura individualista ao incorporar a idéia de posse da conquista da terra. Neste caso, o trabalhador passa a considerar a terra não como um bem coletivo, mas como dele. O trabalho de base vai gerando desalienações. É um processo desalienante-alienante-desalienante com conquistas e contradições nem sempre resolvidas, mas o Movimento vai aproveitando cada espaço conquistado para fortalecer a luta pela sua apropriação.

Os princípios ideológicos da mística: linha política e método revolucionário

Para trabalhar a mística, a linha política do Movimento utiliza métodos e táticas. O método está fundamentado na concepção marxista que é a base de sustentação da organização. Todas as atividades são planejadas com antecedência e possuem um conteúdo ideológico e técnico. O método vai sendo aplicado no cotidiano utilizando elementos estruturais para orientar o caminho da construção da utopia socialista.

Os elementos estruturais formulam várias etapas para serem seguidas até se concretizar a ocupação. Inicialmente, o Movimento analisa as ações que pretende realizar. Nenhuma ação pode ser realizada espontaneamente, a preservação da vida humana é a principal preocupação ao se planejar uma ocupação ou manifestação. Se for uma ocupação, na reunião que a antecede, são estudadas as informações sobre a área e a possibilidade de aglutinar forças para ocupá-la.

Estabelecidos os objetivos, é necessário colocar uma meta para ser alcançada e ir colocando em prática no cotidiano. A meta só será atingida, quando a sociedade for transformada, tendo a dignidade humana como a essência de suas ações sociais.

Os requisitos orgânicos são as ferramentas utilizadas para colocar os objetivos em ação. Para uma ocupação se concretizar, é necessário aglutinar famílias, comprar lona, alugar caminhões, ver a questão de alimentos e até mesmo, de acordo com Bogo, decidir quem vai levar a bandeira.

Figura 4 – A valorização da bandeira



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A avaliação está presente em todas as fases do método como um processo dinâmico. Cotidianamente o método é revisto, se considerado eficiente é mantido, senão é reformulado. A teoria serve como subsídio científico na avaliação. Ao utilizar as técnicas é possível avaliar a sua manutenção, ou, se for necessário, criar técnicas novas para atuar no espaço levando em conta a peculiaridade do lugar.

Os elementos estruturais continuam evoluindo e vão sendo formulado-reformulado-formulado com condições objetivas e subjetivas que influenciam a sua mudança. Para Bogo, isso significa que uma ação pode se transformar em várias outras na lógica da continuidade. Isso significa que quanto mais se ocupa mais se mobiliza trabalhadores e mais tarefas vão surgindo. Portanto, é um processo dialético em que a luta está em movimento.

A análise de conjuntura é uma atividade no cotidiano do trabalho de base. O capitalismo passa a idéia de igualdade para todas as pessoas, mas o lucro rege as relações de produção, estimulando a individualização. A valorização da individualização tem ampliado a competição entre os trabalhadores, enfraquecendo a organização coletiva na sociedade. O Movimento, na convivência coletiva dos acampamentos, tenta romper com esse culto ao individualismo do capitalismo que só fragmenta a luta pela mudança da estrutura social e passa a debater as contradições sociais na sociedade.

A preocupação do Movimento não é copiar a luta dos militantes do passado, porque a realidade deles era outra e não pode ser utilizada hoje, mas aprendendo com eles e criando estratégias de enfrentamento com um método de transformação social.

A sociedade é analisada pela mística como resultado das relações sociais de produção. Com o resgate das obras marxistas, de Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e V. Lênin, o Movimento visa a ampliar o conhecimento dos trabalhadores sobre a estrutura social, política e econômica da sociedade capitalista e suas contradições. Paralelamente à formação política, a consciência filosófica é desenvolvida através de cursos de capacitação e do trabalho de base.

Somente quando o trabalhador rural passa a ter conhecimento das relações contraditórias do sistema capitalista, é que ele passa a criar estratégias de enfrentamento. É na cotidianidade, segundo Lefebvre (1978), que o indivíduo suporta as opressões geradas

pelas relações formais, pela burocracia das instituições e das organizações econômicas que passam a desempenhar um papel controlador na sua mobilidade social.

O poder da representação na manutenção da exclusão no lugar

No início, o capitalismo mantinha uma relação com o espaço de subordinação ao capital. Com a evolução do processo, o espaço passa a ser visto também como um bem que passou a ser dominado pela especulação. As relações de dominação que existem passam a ser debatidas nos acampamentos; o trabalhador passa a ter consciência de que, enquanto uma minoria mantém as terras concentradas sem produzir, a maioria dos trabalhadores não tem como sobreviver. De acordo com Lefebvre (1976 b, p. 100),

El capitalismo ha tomado posesión del suelo, del espacio; [...] adelante *convertido en bienes muebles* (construcciones, especulaciones) [...] oscila entre una función subordinada de nuevo auge económico, una función de diversión, una función de regulación y una función dominante, y eso, según los momentos coyunturales, los países, etc. Entra a formar parte de la desigualdad general de los sectores, de los crecimientos, de las situaciones económicas.

As representações são geradas nas relações sociais e pelo modo de produção. Marx, nos seus estudos, analisa que a sociedade capitalista se estruturou numa representação quantitativa do trabalho. Esse fato possibilitou a existência de relações de exploração. A força da representação ocorre porque distorce a realidade social, tendo como medida o relógio e tempo para se produzir um determinado trabalho.

Na sociedade moderna, as representações foram substituindo outras e, desta forma, foram perpetuando a dominação. Nesta nova forma de exploração, foram substituídos pelo equivalente geral: o dinheiro. Este substituiu a sensação e as emoções vividas nas relações sociais.

Nesse sentido, a representação assumiu o lugar das relações sociais, dos objetos, dos produtos, das obras e foi sendo incorporada socialmente. A sociedade, que antes explicava o espaço vivido através de fatos históricos, passou, com a modernidade, a consumir os signos e as imagens e, principalmente as representações. Estas que reduzem a realidade encobrem os conflitos e modificam as relações sociais. De acordo com Lefebvre (1983), as representações se apresentam como real, no entanto só fazem aparentar uma realidade que não existe distorcendo as relações concretas.

A representação mantém uma relação com o espaço percebido, englobando valores, regras sociais, entendimento do mundo e a ideologia que vai sendo estruturada no cotidiano. Na sociedade, essa consciência social vai sendo construída no espaço vivido procurando o possível. Apesar dos riscos, vai procurando por em prática uma projeção virtual que vai se aproximando constantemente do impossível. Como o espaço percebido está envolto em representações, ele mantém uma relação dialética entre espaço vivido e o concebido influenciando a práxis revolucionária. O entendimento desse processo de mudança da realidade Lefebvre denomina de consciência do possível.

Na sociedade, a representação tem um papel importante no processo de construção do conhecimento e da modificação da estrutura social. A vida em sociedade não existe sem representação, no entanto, esta não consegue explicar todos os fatos da vida. Segundo Lefebvre (op. cit.), o homem ao produzir uma obra consegue negar as representações porque trabalha com a espontaneidade, trabalha a criatividade e impulsiona a imediação perdida. Ao criar uma nova realidade, ele ultrapassa as mediações e as representações, porém sem destruí-la. Numa relação dialética que em certos momentos integra e, em outros, a nega. No espaço vivido ocorre a representação, mas também a sua transgressão.

No cotidiano da sociedade ocorre o espaço vivido. É no âmbito desse espaço que acontece o imediato. As pessoas adquirem comportamentos condicionados ou entendidos

no espaço percebido, relacionam-se, sobrevivem, mas também recebem influência do espaço concebido através do consumo de signos e das formas. Contudo, dialeticamente, também pode criar uma práxis revolucionária. Nesse sentido, o espaço vivido pode se tornar revolucionário e passar a ser uma estratégia para modificar a estrutura social.

O ser humano, de acordo com Marx (1993), é um ser social. A sua personalidade vai sendo formada no convívio social, sofrendo influências sociais, mas também contribuindo na formação da sociedade. A consciência social, nessa relação, é o acúmulo das experiências nas relações sociais.

De acordo com Bogo (1999), no primeiro momento, são assimilados conceitos informais que formam a cultura de um grupo social. Essa consciência social posteriormente vai sendo desenvolvida formalmente através do sistema educacional.

Enquanto a consciência social é produto das relações sociais, quando o trabalhador passa a compreender a estrutura excludente da sociedade e o seu papel nessa estrutura incorpora uma nova categoria que é a consciência política. Nesse sentido, para o referido autor, a consciência política é um estágio superior da própria consciência, ela incorpora valores que buscam mudar as relações da sociedade.

O trabalhador rural, ao se incorporar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, já traz consigo uma consciência social, com valores culturais, religiosos e históricos que fazem parte do seu imaginário social. No espaço vivido, a militância na práxis cotidiana do acampamento incorpora novos valores. A consciência social, através da intervenção organizada vai se modificando e se transformando em uma consciência política, incorporando um *ethos* de “trabalhador rural Sem-Terra”. O *ethos* “Sem-Terra” é uma vinculação de acordo com Gaiger (1994, p. 180), “entre identidade e o projeto, entre concepção do mundo e ação sobre o mundo, entre razão e valor”.

Numa perspectiva geográfica, a mística nos acampamentos interage em diferentes dimensões:

Como uma ação externa com conteúdo científico e permeada pelo acúmulo de experiências das lutas de movimentos sociais influencia no subjetivo do trabalhador;

Mantendo um intercâmbio com os trabalhadores rurais e dialeticamente incorporando novos conteúdos. A circulação de informações na mística é dinâmica e criadora de novos conhecimentos;

Mantendo particularidades em decorrência da especificidade de cada lugar. Havendo neste sentido uma diversidade espacial na unidade do Movimento.

A função das formas na manutenção da estrutura da terra

Segundo Marx, na sociedade capitalista existem interesses antagônicos entre a classe dominante e os trabalhadores. Enquanto a classe dominante quer se manter no poder através da exploração, os trabalhadores por sua vez, lutam para acabar com essa exploração. No entanto, para que essa relação de opressão seja extinta, é necessário que o explorado, isto é, o trabalhador tome consciência da sua exploração e se organize de forma coletiva para transformar a estrutura social, pois a emancipação tem como condição a ação do próprio trabalhador.

Nessa relação, a mercadoria é, inicialmente, um objeto externo, uma coisa que satisfaz uma necessidade humana qualquer. É a utilidade de uma coisa que lhe dá valor de uso. Mas, a utilidade não existe no ar. Algo pode ter um valor de uso sem ser, no entanto, um valor. Isto acontece quando sua utilidade é acessível ao homem sem exigir trabalho. Por exemplo: o ar, o solo, os campos, os bosques. Um homem que, com seu produto, satisfaz às suas necessidades pessoais, produz um valor de uso, mas não uma mercadoria.

A valorização do mundo do consumo também proporcionou a desvalorização do trabalhador. De acordo com Marx (1980, p. 159), esse fato ocorreu porque o produto do seu trabalho se lhe opõe como sendo estranho. O trabalho adquiriu um poder independente do produtor se tornando antagônico a ele.

A realização do trabalho surge de tal modo como desrealização que só o trabalhador se invalida até a morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como perda do objeto que o trabalhador fica privado dos objetos mais necessários, não só à vida, mas também ao trabalho.

Na sociedade as formas passaram a ter uma função subjetiva. Os indivíduos passaram a conviver com relações contratuais que regularam as relações sociais. O ato social, através de certidões, contratos e normas passou a se apresentar, de acordo com Lefebvre (1974), sob a falsa imagem da igualdade. No entanto, esse ato social ocorreu gerando contradições sociais. As relações sociais se fundamentam num “quase contrato”, numa disciplina social em que a relação de troca passou a determinar os aspectos lógicos, morais e jurídicos.

Os grupos dominantes mantêm o domínio sobre a sociedade ao instituir, através das formas, seus valores estéticos, culturais, morais e intelectuais. Segundo Lefebvre (1976 b), o estado vai exercer um papel importante na legitimação dessa relação quando passa a regular as relações na sociedade através das leis e das escrituras. Nesse sentido, a apropriação do solo surgiu como uma lei regulamentada num código burguês procurando manter o domínio sobre o conteúdo que é a terra. A escritura passa a exercer a função de representação da palavra e da “legalidade política”.

O contrato jurídico, baseado em valores burgueses da riqueza imobiliária, legalizou a posse da terra com a compra e venda. Nessa relação incorporou tudo que estava nela como bens, até os trabalhadores. A lei, através da escritura, legalizou esse processo que passou a reger o acesso a terra. Esta, até a atualidade, é vista nos processos judiciais mesmo tendo sido assegurada na Constituição, artigo 5º, inciso XXXIII, a necessidade de exercer uma função social como um patrimônio econômico e político que precisa ser mantido.

Essa realidade é observada nas relações trabalhistas em Canindé do São Francisco. Os fazendeiros mantêm uma relação com os trabalhadores rurais equivalente à produção de uma mercadoria. O trabalhador não é visto como um ser humano que necessita se alimentar, educar os filhos e ter uma vida digna. A exploração ocorre quando um trabalhador rural recebe por um dia “alugado” somente R\$ 5,00, gerando um tempo de trabalho suplementar que mantém a sua exploração.

É no espaço vivido que os trabalhadores passam a vivenciar a privação de suas necessidades. Nele, ocorre o processo de sua alienação nas relações sociais de produção. Mas é também nesse ambiente que eles se organizam para transformar o impossível em possível.

Nessa relação dialética o cotidiano representa e pode representar um resíduo social, mas também é o espaço da totalidade. Um espaço de negação da dignidade podendo se transformar num espaço de apropriação, definindo um novo contexto social. Nesse contexto, a mística do MST estimula a participação para modificar o que a sociedade apresenta como concreto.

Na sociedade o conhecimento é passado de forma fragmentada. O espaço vivido é contraditório, a história social vai se desenvolvendo, relacionando o espaço concebido com o espaço percebido e assim criando possibilidade a construção da humanização do homem. É no espaço vivido que vai sendo construído o sentido para a vida do ser humano. No entanto, existe uma separação entre o homem e a sua produção social. Essa alienação entre possibilidade e realizações é transformada, os indivíduos se organizam numa práxis coletiva que gera uma nova realidade. Entretanto, existem, de acordo com Martins (2000, p. 122), relações residuais - concepções não são incorporadas pelo sistema - que possibilitam a práxis revolucionária. Nos espaços residuais, isto é, de insubordinação contra a opressão, vão sendo criadas pelos indivíduos utopias de transformação da sociedade:

Práxis que se funda no resgate e na unificação política dos resíduos – concepções e relações residuais que não foram capturadas pelo poder, que permaneceram nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas. Alternativas do processo de humanização do homem imobilizadas pelo bloqueio do poder que domina a superfície – o espaço, mas também o

percebido, o horizontalizado, uniformizado, racionalizado pelas equivalências que resultam das trocas e do igualitarismo abstrato do contrato social e da razão.

A dominação do espaço no Capitalismo: estratégias e apropriação

No capitalismo o espaço é utilizado para a produção de coisas. Nesta relação o espaço é apropriado por grupos que exercem o controle sobre ele. A sua ocupação e dominação na história está relacionada com estratégias ideológicas e políticas. Nesse sentido, de acordo com Lefebvre (1976 b, p. 46), o espaço mantém e oculta as relações sociais de opressão:

El espacio ha sido formado, modelado, a partir de elementos históricos o naturales, pero siempre políticamente. El espacio es político e ideológico. Es una representación literalmente plagada de ideología. [...] Porque este espacio que parece homogéneo, hecho de una sola pieza dentro de su objetividad, en su forma pura, tal como lo constatamos es un producto social. La producción del espacio no puede equiparse con la producción de tal o cual objeto particular, de tal o cual mercadería.

A estratégia do Movimento para mudar essa estrutura excludente é a ocupação dos espaços de domínio da classe dominante pelos trabalhadores, o símbolo da concentração da terra. O latifúndio improdutivo transforma-se num espaço de integração social. De acordo com BOGO (2003, p. 42),

A ocupação do latifúndio, como forma de luta, emergiu, também como desobediência civil, contestando o caráter das leis, para dar função social a um bem da natureza, indevidamente concentrado em toda a história do Brasil.

Nessa análise a influência de Antônio Gramsci é observada nas ações do Movimento. Em suas obras, observa-se que ele concorda com Marx ao reconhecer que a classe dominante utiliza a superestrutura, através das instituições, para dominar a sociedade. No entanto, a sua análise diferencia de Marx, porque destaca que na sociedade essas instituições que foram criadas para manter a estrutura social também podem se transformar num espaço de conquistas sociais. Isso ocorre, segundo Carlos Nelson Coutinho (1989), porque Gramsci trabalha com a categoria “guerra de posição”, que seria a transformação de espaço de opressão na sociedade em espaços de apropriação da classe trabalhadora.

Na ocupação de construção da superestrutura da sociedade, de acordo com Bogo (2003, p. 95), deve levar em conta que

a sociedade funciona através de sua superestrutura, montada, a partir de suas necessidades. A preocupação principal é saber combinar as lutas sociais com a estrutura de poder da sociedade, indo desde a esfera municipal até a federal. Neste aspecto, o MST sempre se procurou em se relacionar bem com as organizações como as igrejas, escolas, sindicatos, prefeituras, etc. O ponto de aglutinação deve ser a ação concreta, para se confirmar na prática a teoria. Mas também devem criar novas alternativas para resolver os problemas sociais independentemente da contribuição ou não do Estado.

A estratégia é estabelecer uma linguagem acessível para trabalhar esses conhecimentos científicos. A cidadania só poderá ser concretizada para os trabalhadores com o conhecimento da realidade, é impossível transformar uma sociedade que não se conhece. De acordo com Bogo, a pressão organizada dos trabalhadores Sem-Terra mudou

a correlação de forças na sociedade. Essa ação extraordinária desafiou a “impossibilidade”, propondo soluções para os problemas que os sonhos imaginariam.

No país, o Movimento cria espaços diferenciados num processo de permanente transformação. A mística atua no sentido como criação social dando cimentação no mosaico cultural do movimento e nas aspirações diferenciadas dos trabalhadores rurais. A mística cria nas instâncias do movimento espaços de circulação de informação, espaços de produção, espaços de organização e espaços de produção cultural.

Os princípios místicos que vão orientando a prática no cotidiano

A contradição do espaço se situa entre o globalmente produzido e suas fragmentações conquistadas no cotidiano da luta. O todo opressivo, dialeticamente, fortalece a conquista de novas parcelas do espaço porque passam a ser uma prova que é possível à mudança da estrutura fundiária. Na totalidade, composta pelo espaço urbano e o agrário, os fluxos de informações sobre a atuação do Movimento também passam a oxigenar outros movimentos sociais e incentivar a organização popular. Bogo (2003, pp. 217-218) analisa que...

as pessoas [...] se sentem seguras, donas do espaço geográfico. Os dirigentes do MST *sabem que conhecer e dominar o espaço geográfico é ter poder*. E este poder, agora instituído sob lonas, que passa a ser força de contestação, local e global. Além da pressão política na região, esta se estende para a capital do Estado e também para a capital federal. Como uma metamorfose em movimento, os trabalhadores renegados pelo capital, do dia para a noite, passam a levar o nome de *sem-terra*.

O objetivo da mística é dar sustentação ao projeto político do Movimento. Alimentando a prática no espaço vivido com energia para manter a luta e seguir mesmo sendo árduo o caminho. O seu objetivo, de acordo com Bogo, é manter a força, o ânimo, a esperança, mesmo que em certos momentos a conquista pareça impossível. O mistério da mística é transformar o impossível em possível, é renascer dos impedimentos com mais força.

Conforme o referido autor, a primeira raiz da mística é a **contemplação**. O trabalhador quando entra no Movimento, já tem a prática da contemplação. No ato de cultivar a terra ele semeia e espera pacientemente que o ciclo da vida se complete germinando o fruto do seu trabalho. Este ato de contemplação é a primeira raiz da mística.

Essa característica da mística vem junto com o camponês que entra para a organização do MST. [...] Há contemplação nas reuniões de base, quando as pessoas, atentas, ouvem as explicações e desenham um mapa imaginário do trajeto a ser feito até a terra. [...] A mística [...] é a capacidade de construir imaginariamente o momento seguinte e fazer parte dele. [...] o contemplativo não vive apenas o presente, consegue antecipar simbolicamente o futuro e isso ocupa todo o seu tempo. (BOGO, op. cit., pp. 305-306)

A segunda raiz da mística é a **adoração**. Faz parte da tradição plantar, em dias santos, o respeito aos fenômenos da natureza e aos astros. A religiosidade, o embelezamento de locais e a devoção são canalizados pela mística para fortalecer a convicção do trabalhador na mudança da sociedade.

A terceira raiz da mística são **os sons** que existem no campo. Os trabalhadores comemoram a colheita, celebram a sua religiosidade com festas e manifestações. As celebrações são realizadas com danças e música. O referido autor acrescenta que, no Movimento, a música desempenha também essa função de harmonia. O trabalhador tem uma memória associativa, a música trabalha com a sua realidade, mas também, traz a

alegria para o cotidiano da luta. Além disso, divulga as mensagens ideológicas que forma a consciência do trabalhador.

Nesse processo, a mística, conforme Pizetta (2002), é uma prática que se manifesta com teoria, conteúdo e ideologia. O referido autor que utiliza duas categorias da dialética, a mística possui conteúdo e forma porque a impulsiona e, ao mesmo tempo, vai proporcionando o desenvolvimento político no cotidiano da militância e o enriquecimento do imaginário dos Sem-Terra com sonhos e esperanças para conseguir a territorialização.

O ser humano para sobreviver, tem necessidades materiais e espirituais. Para satisfazer essas necessidades, ao produzir vai fazendo cultura. Quando ele passa a refletir sobre as suas ações, no espaço vai incorporando uma consciência social. No Movimento, as ações dos Sem-Terra vão criando cultura; as experiências passam a incorporar a memória social dos trabalhadores. Segundo Bogó (2003), essa memória é a repetição de comportamentos que foram sendo adquiridos com o conhecimento acumulado na sociedade, mas também é composta de conhecimentos científicos que influenciam na consciência social do trabalhador. Essa consciência se mantém social porque o Sem-Terra incorpora conhecimentos na convivência. Para esta se transformar numa consciência política é necessário que, no cotidiano do Movimento, o trabalhador além de entendimento da realidade excludente deva lutar para transformá-la.

A insurgência do uso no estudo do espaço social, segundo Lefebvre (1991, p. 89), deu-se em decorrência dos conflitos gerarem elementos novos. O fim, o objeto, a legitimação oficial dessa sociedade são a satisfação.

Nossas necessidades conhecidas, estipuladas são ou serão satisfeitas. Em que consiste a satisfação? Em sua saturação tão rápida quanto possível (quanto às necessidades que podem ser pagas). A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem definido. O consumo e o consumidor enchem esse vazio ocupando esse oco. É a saturação. [...] Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo, mas de maneira [...] diferente. As necessidades oscilam entre a satisfação e a insatisfação, provocadas pelas mesmas manipulações. Desse modo, o consumo organizado não divide apenas os objetos mas a satisfação criada pelos objetos.

Na vida cotidiana, os seres humanos têm necessidades para sobreviver. O homem precisa se alimentar, habitar, vestir-se e ter acesso ao lazer. Essas necessidades, de acordo com Lefebvre (1978, p. 85), é filtrada pela linguagem através de proibições e permissões. Esse controle sobre as necessidades deslocou a apropriação que deveria ser uma conquista coletiva para o plano do individualismo.

En la vida cotidiana entramos en contacto con el mundo humano ya realizado, con innumerables objetos producidos en lugares lejanos o escondidos (talleres, fábricas) y que se convierten en bienes; el conjunto de estos bienes se ofrece a las ambiciones y estimula los deseos; algunos de entre ellos se nos escapan y son inaccesibles.

Esta relação dialética torna dinâmica até a organização da estrutura mística do Movimento. A estrutura nacional representa a totalidade, elabora um direcionamento de ação geral do Movimento, mas também ele convive com a dinâmica das partes que adapta as estratégias conforme a realidade do lugar onde será aplicada. Esse mecanismo vai sendo alimentado pelas diretrizes gerais, mas também vai alimentando o processo com novas experiências para atuar no espaço, ou seja, é um processo em constante mobilidade.

Considerações finais

Nos acampamentos a apropriação mantém as particularidades. É precisamente ao atuar na apropriação do espaço que a mística dá uma nova função ao espaço. Essa espacialização da luta incorpora novos símbolos. Ao criar espaços nos acampamentos vai colocando em andamento o projeto coletivo dando nova funcionalidade ao lugar criando a possibilidade de uso. As novas interações com fluxos de informações locais, nacionais e internacionais e com conteúdos ideológicos, políticos, econômicos faz incorporar um novo conteúdo simbólico no subjetivo do trabalhador rural. Embora o conhecimento científico oriente as ações no cotidiano dos acampamentos, é inegavelmente importante a influência da cultura e das experiências de vida do trabalhador. Nesse sentido a mística é sempre dinâmica e criadora de novas relações sociais. É uma atuação marcada notadamente por inovações e estratégias de ação dinâmica.

Proporcionando a mediação entre as possibilidades de mudanças e as alternativas de criação as transformações vão ocorrendo no espaço numa correlação de forças dialética criando e recriando estratégias de resistência e de apropriação. A mística é um território que flui por toda a estrutura do Movimento. Ela antecede a ocupação. A sua intervenção dá-se num espaço virtual com conteúdo político, ideológico e cultural transformando o cotidiano da militância. Mas também num espaço concreto materializado com a implantação com a ocupação do latifúndio, utilizando os símbolos do Movimento e na interação com os trabalhadores rurais. Os espaços virtual e concreto são interligados. Essa intervenção no espaço vai proporcionando o movimento de espacialização dos trabalhadores.

Pensar o futuro na mística é agir no hoje com uma prática social que cria uma geografia da Mística. A práxis libertadora do trabalhador é espaço de contra-poder à política econômica do país. Nessa perspectiva, no espaço vivido são implantadas articulações e estratégias de enfrentamento. Um processo complexo que compreende diferentes correlações de forças que ocorrem no tempo e no espaço. Na integração espaço e tempo, o espaço geográfico é influenciado pelo subjetivo do trabalhador. O espaço-tempo é criado e recriado tendo como norte o projeto político já concretizado no subjetivo do trabalhador.

De fato, o processo de territorialização do Movimento reorganiza o espaço de forma diferenciada. As relações exercidas são funcionais e espaciais tendo como unidade o projeto político do Movimento. A mística constrói a territorialização no cotidiano. A territorialidade é resultado da relação entre a mística, os trabalhadores rurais sem-terra e a ação sobre o espaço. Os lugares possuem técnicas e culturas diversificadas. A diversidade cultural dos trabalhadores rurais sem-terra não serve de empecilho para a atuação do Movimento no espaço, ela enriquece o arcabouço teórico. O intercâmbio cultural, as diferentes formas de produzir e de organização dos trabalhadores rurais são incorporados na sua atuação. Essa diversidade torna-se homogênea sem, no entanto, perder as combinações particularidades.

Na realidade social convivemos com estratégias de poder e de oposição. Estas estratégias acontecem no cotidiano. Através das representações e ideologias que incorporamos um sistema de valores e subsistemas organizados que justificam os valores do imaginário social. O simbolismo coletivo e a imaginação individual utilizam como veículo a linguagem, as imagens e as coisas, no entanto, é somente com a *poiesis* e *praxis* que o ser humano se apropria do seu corpo, do tempo, do espaço e do desejo. Seguindo essa linha de pensamento entende-se que esse processo ocorre no cotidiano dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra quando se formam espaços de resistência contra a dominação social. Desse modo, a mística incorpora na identidade dos acampados, um novo arcabouço cultural e teórico que irá influenciar na recriação de um espaço diferenciado.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Geralda; VARGAS, Maria Augusta Mundim. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves (orgs.). Capítulos de Geografia Nordestina. Aracaju: Sergipe NPGeo-UFS, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução a Filosofia. São Paulo: Moderna, 1994.

BASTOS, Eduardo Alves & FONSECA, Vânia. Dimensão Econômica. In: FONSECA, Vânia & BASTOS, Eduardo Alves (orgs.). Sertão do Baixo São Francisco Sergipano. Aracaju – Sergipe: CODEVASF/UFS/CNPQ, 1997.

BERGER, Christia. Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Alimentar nossa mística. Caderno de Formação nº 27. São Paulo: MST, março de 1998 a.

_____. O despertar da água: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. 17 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998 b.

_____. Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os homens. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOGO, Ademar. Como melhorar nossa mística. Caderno de Formação nº 27. São Paulo: MST, março de 1988.

_____. Lições de Luta Pela Terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

_____. O Vigor da Mística. São Paulo: Associação Nacional da Cooperação Agrícola, 2002.

_____. Arquitetos de Sonhos. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annabluma, 2004.

BRANCO, Maria Tereza Castelo. Jovens sem-terra: identidades em movimento. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Ed. Campus/UFRJ, 1989.

_____. Marxismo e Política a dualidade de Poderes. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Gênese e desenvolvimento do MTS. São Paulo: Gráfica e Ed Peres. Caderno de Formação nº 30, 1998.

_____. MST: formação e territorialização. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: VOZES, 2000 a.

_____. Movimento social como categoria geográfica. nº. 15. Terra Livre. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000 b.

_____. Brasil 500 Anos de luta pela terra. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. São Paulo: Páginas e Letras. v. 28, nº. 1, 2 e 3 – Jan/Dez de 1998 e v. 29, nº. 1 de jan./ago. de 1999.

FREHSE, Fraya. O estranho sonho: entre o imediato e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). (Des) Figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou a heterogeneidade cultural? Cadernos de Sociologia v. 6. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GEHLEN, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do Sul. Cadernos de Sociologia, v. 6. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e ciências Humanas da UFRGS, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000 a.

_____. Mídia Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000 b.

GOMES, Alfredo Macedo. Imaginário social da seca, suas implicações para a mudança social. Recife: Fundal, 1998.

LEFEBVRE, Henri. Introdução a Modernidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. Sociologia de Marx. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

_____. Hegel, Marx, Nietzsche ou o reino das sombras. São Paulo: Ulissea, 1976 a.

_____. Espacio Y política: el derecho a la ciudad, II. Barcelona: ediciones península, 1976 b.

_____. De lo rural a lo urbano. Barcelona: ediciones península, 1978.

_____. La consciende mystifiée. Paris: Le Sycomore, 1979.

_____. La Presencia y la Ausencia. Contribución a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura Economica, 1983.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno a dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da sociedade anômala. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. São Paulo: global editora, 1980.

_____. Manuscritos econômicos-filosóficos. Lisboa / Portugal: edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

MST. Normas Gerais do MST. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1989.

MST. O movimento de massa nº 4. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1991.

MST. Como organizar a massa. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, setembro de 1991.

MST. Documento básico do MST. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1991.

MST. Os princípios organizativos. São Paulo: MST, 1991. (Coleção Saber e Fazer nº. 5)

MST. Sem-terra: as músicas do MST. Porto Alegre: Contexto Editoração Eletrônica, 1996.

MST. Trabalho de Base. Cartilha nº. 4. São Paulo: Projeto Popular para o Brasil, março de 1999.

NAVARRO, Zander (org.). Política, protesto e cidadania no campo. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

_____. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).

_____. As transformações recentes no campo brasileiro. São Paulo: USP, 1999. (Prova de erudição de provimento do cargo de professor titular do Departamento de Geografia/ FFLCH)

PIZETTA, Adelar. Introdução. In: BOGO, Ademar. Vigor da Mística. São Paulo: Associação Nacional da Cooperação Agrícola, 2002.

SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. Tempo Social. São Paulo: USP, 1990.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org). Henri Lefebvre e o retorno da dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 71-86.

SILVA, Ranulfo Peloso da. A retomada do trabalho de base. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiar, 1997.

_____. Sobre a liderança na orientação popular. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiar, 1998a.

_____. A força que anima os militantes. Caderno de Formação nº. 27. São Paulo: MST, março de 1998b.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela terra no Brasil. São Paulo: Scritta, 1993.

_____. (coord). A questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; ANCA, 1994.

_____. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997. (Espaço e Debate).

Recebido em: fevereiro de 2006
 Versão reformulada reapresentada em: setembro de 2006
 Aprovado em: setembro de 2006

A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais¹

José dos Reis Santos Filho

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (1999)
Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp
Membro do Núcleo de Estudos sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas – Nueva
Endereço profissional: Rodovia Araraquara-Jaú, km 1, Campus universitário, CEP: 14.800-901 – Araraquara, São Paulo, Brasil. Caixa Postal: 174. Telefone: (16) 3301-6219. Fax: (16) 3301-6267.
Endereço eletrônico: reis@fclar.unesp.br

Resumo

A hipótese aqui trabalhada supõe que a instituição da Amazônia é um empreendimento que obedece à sua compreensão como *vazia, rica e vulnerável*. Trata-se de um núcleo matricial imaginário que informa os olhares que definirão práticas e políticas privadas e públicas. No rigor, é um registro cognitivo que alimenta o desconhecimento e a desqualificação de elementos que são próprios e constitutivos de sua realidade. A desconstrução do universo simbólico imaginário em que se insere a Amazônia é, portanto, condição um confronto com sua realidade.

Palabras-chave: Amazônia; representação imaginária; região; espaço; governos militares.

Resumen

La institución imaginaria da Amazonia brasileña. Registros cognitivos y prácticas sociales

La hipótesis aquí trabajadas sostiene que la institución de la Amazonia es un emprendimiento que sigue a su comprensión como *vacía, rica y vulnerable*. Es, en verdad, una matriz imaginaria que informa el mirada de aquellos que fijan prácticas y políticas privadas y públicas. Es uno registro cognitivo que mantiene el desconocimiento y la descalificación de elementos que son propios y constitutivos de su realidad. La critica al universo simbolico imaginario en el cual se insere la Amazonia es tarea indispensable para una confrontación con su realidad.

Palabras clave: Amazonia; representación imaginaria; región; espacio; gobiernos militares.

Abstract

The imaginary Amazon institutionalized: cognitive register and social practice

The hypothesis presented here is that the Amazon has become an institution that obeys an imagery portraying the region as *empty, rich and vulnerable*. The article examines what the

¹Em fases diferentes, trabalho parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq e pela Fundação Ford. Elaborado originalmente como capítulo de Tese de Doutorado defendida em maio de 1999, no Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Agradeço ao amigo e então orientador, Prof. Titular Ariovaldo Umbelino de Oliveira o estímulo e a interlocução enriquecedora mantida durante sua elaboração. Reconhecimento deve ser atribuído também às observações feitas pelo colega Livre Docente Enrique Amayo Zevallos pelas observações feitas e que redundaram em algumas modificações para efeito de publicação. Ainda que não alterem o conteúdo original, contribuíram para uma melhor apresentação da bibliografia. Da mesma forma, foi indispensável a paciência de Tatiana Machado Silva na releitura do texto. No mais, como já havia feito antes, o esforço de pesquisa foi dedicado a Carlos Lorena que continua a inspirar lutas. Foi dedicado também a Ariadne, que alenta, há treze anos, nossos esforços na compreensão do mundo em que vivemos.

authors see as an imaginary matrix that informs those private and public authorities who are responsible for the predominant practices and policies used in the region. It describes a cognitive register of expected images that feeds general ignorance about the region and dismisses the factors that truly play a part in the Amazon. Examples of such asymmetrical imaginaries/realities include the representation of Indigenous groups and the region's extraordinary biodiversity. A critical approach to knowing the real Amazon requires the deconstruction of this mystifying imaginary and symbolism.

Keywords: Amazon; imaginary representation; region; space; military regime.

A primeira frase de um texto, já disseram não poucos escritores, é sempre um grande problema. Se essa máxima se aplica na maior parte das vezes, não é verdadeira quando se trata da Amazônia. Eis uma parte do planeta sobre a qual poder-se-ia começar fazendo asseverações tão significativas como a de Oliveira, quando afirma que a história da região é, neste século XX, “uma história de rapina, violência, conflitos e luta” (OLIVEIRA, 1991, p. 10). Ou a de Hall, ao mostrar que, desde o final da década de oitenta, aguça-se a “percepção das conseqüências social e ambientalmente danosas das iniciativas de desenvolvimento regional executadas com mediocridade” (HALL, 1991, p. 9). Em outras palavras, trata-se de um objeto sobre o qual, desde o ponto de vista das ciências sociais, já existem contribuições de importância para o seu conhecimento. E, apesar disso, no muito que já foi escrito, há lugar ainda para perguntas em torno de sua caracterização. Pelo menos é o que podemos inferir do que foi acumulado pelo senso comum em torno da região. Aqui, ela é afirmada por um conjunto de traços que a tornam “diferente”, “única”. Sua singularidade remeteria a “características próprias, marcantes”. Elas a distinguiriam “de qualquer outra das grandes regiões geográficas do Brasil” (ANDRADE, 1973, p. 47). Trata-se de uma distinção que não despertaria inquietudes se não provocasse a confluência de imagens cujos significados não são de desvelamento imediato. Na verdade, isso deve ser assumido desde já: o ponto de partida nossa investigação consiste em levar a sério a perplexidade provocada pelas definições através das quais a Amazônia é classificada².

Não há originalidade em acreditar que a nomeação sinaliza, caracteriza, atribuindo identidade à realidade. Tampouco é novo dizer que a região é percebida através de representações que se opõem, às vezes, de maneira caricatural. Quem não leu ou ouviu denominações como “paraíso” e “inferno” – sempre verdes, é claro, a ela atribuídas?³ Se ainda há, portanto, esforços de pesquisa a serem empreendidos, um deles parece ser o que procure desnaturalizar o estoque de classificações existente sobre isso que chamamos Amazônia⁴.

Em suma, tudo indica ser relevante investigar o significado da presença dessas

² É verdade que existem enormes diferenças na bibliografia que produz essas definições. Da mesma forma, é provável que, progressivamente, tenha aumentado a preocupação, por exemplo, com o fato da destruição de “um dos maiores recursos naturais da terra”. E, apesar dessas modificações no tratamento da região, convém mostrar que elas não influenciaram decisivamente na instituição da Amazônia até a data que nos interessa mais de perto, ou seja, 1985.

³ A própria bibliografia já se encarregou de dizer que os autores “não escondem seu espanto” frente à região. São caracterizações que muitas vezes não expressam senão estados afetivos. Assim, para quem viu o Amazonas dos “transatlânticos ou das gaiolas”, “não há nada de mais insípido, mais desagradável, mais secante”. Ao mesmo tempo, há um outro Amazonas, “feiticeiro, empolgante, misterioso surpreendente”. Ele fica “por trás dessa infinita muralha verde”. Ainda sobre o mesmo rio e a mesma paisagem, diz o autor: “Esse é o Amazonas de incomparável beleza e de perene abundância, fascinante e hospitaleiro, como o último lugar na terra onde a vida oferece ainda, em proporções paradisíacas, o esplendor dos dias suaves, o imprevisto das paisagens deslumbrantes e a paz religiosa das águas e das florestas”. (PINHEIRO, 1937, pp. 18-19) A imaginação, aliás, parece ser estimulada em níveis surpreendentes pela paisagem. Kelly e London, por exemplo, são autores que colocam como bandeira a sobriedade na descrição do “quadro do que está acontecendo”. E, no entanto, em um lugar próximo à cidade de Carajás, não teriam estranhado se “um pterodáctilo ou outro animal pré-histórico surgisse de repente”. (KELLY e LONDON, 1983, p. 30)

⁴ E esperar que esse esforço contribua, inclusive, para o entendimento, em outra perspectiva, de caracterizações como aquelas recém mencionadas, de Oliveira e Hall.

imagens na medida em que, aplicadas à “natureza das coisas”, podem explicá-las. Como entender, no caso específico da Amazônia, o que diz essa relação entre imagem e objeto representado? De outra forma, situando teoricamente a questão e colocando-a ao alcance da Geografia: é possível a definição de um espaço concreto, fora de determinações imaginárias?⁵ E, mais que isso – já na esfera da localização das reverberações provocadas por essas determinações no âmbito das ações – qual a natureza de seus efeitos, logo que percebidas enquanto elementos presentes na instituição da região?

Não foram poucos os autores que, apesar de não estarem especificamente preocupados com essas questões, incluíram em seus estudos a presença de alguns elementos que precisam ser levados a sério se se deseja localizar as bases matriciais para as percepções sobre a região. Ianni foi um deles. Nas ciências sociais, em tempos recentes, foi quem falou do vazio, da segurança e do desenvolvimento como elementos motrizes de políticas regionais da Amazônia. É verdade que, nos termos em que discorre sobre a questão, seu enfoque não apenas não percebe a importância lapidar desses elementos nos processos de compreensão da Amazônia – no nível das caracterizações do conhecimento cotidiano tanto quanto no nível das explicações com intencionalidade científica – como refere-se apenas aos governos militares. Ainda assim, suas constatações sobre as medidas de colonização para o período do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento registram que a idéia de colonizar “estava mais relacionada com a doutrina da *defesa nacional* que via na Amazônia uma região de *vazio demográfico*, fazendo fronteira com vários países da América do Sul. Era o caso, conclui o autor, “de adotar medidas destinadas a criar condições reais de defesa da região e, ao mesmo tempo, é claro, propiciar as condições para o *desenvolvimento* do capitalismo na Amazônia”⁶ (IANNI, 1979, p. 35).

É provável que os anos que se seguiram a 1964, por terem dilatado influências de ideologias que acentuam a importância estratégica do controle espacial, tenham dado maior visibilidade às motivações que definem uma determinada intervenção estatal. Desde a colonização, no entanto, parece não importar o ponto a partir do qual a Amazônia é olhada, é sempre sugerido que ela se acomoda em um lugar definido como seu, só seu. São olhares, portanto, que insinuam uma direção e procedem a uma submissão. A matriz sugerida neste trabalho cumpre com esse papel, conferindo uma certa ordem aos olhares.

É possível descobrir os sinais dessa matriz em um grande número de textos. Na maneira como já foi dito em outro lugar, desde o momento em que foi incorporada à expansão mercantilista européia, a região norte tornou-se objeto de iniciativas cujos sentidos partem de uma compreensão que já a percebe como espaço a ser construído em nome de sua suposta “riqueza”, por ser “vazia”, por “precisar ser preservada do inimigo” (SANTOS FILHO, 1992, p. 67). *Essa tríade matricial de percepções e atitudes – rica/vazia/vulnerável – é a presença implícita ou explícita nos olhares que descrevem e explicam a existência da Amazônia.* O que é mais relevante, no entanto, é que, como será visto, há também um uso de legitimação dessa tríade. Não bastassem outros motivos, esse, por si só já importaria a necessidade de reconhecer nessa tríade matricial algo que traz consigo um postulado de valor que conquistou um lugar de verdade em si.

Trabalhando com a preocupação de apreensão de registros empíricos, convém deixar claro que a formulação aqui apresentada da tríade matricial consegue dar conta de um sem número de expressões diferenciadas. Em última análise, porque ela parece ser o *registro cognitivo que dá forma e sedimenta o conjunto de imagens que expressam idéias através das quais a região é representada e identificada.* Grosso modo, é *rica* em recursos como terras, minerais, vegetais. É *vazia* desde o ponto de vista demográfico, mas também de capital, de meios de transporte, de veículos de comunicação de massa, de cérebros, enfim, de cultura. É *vulnerável* já que, sem defesas, está sempre à mercê de inimigos

⁵ Já é hora de dizer que, neste livro, ainda que o referencial teórico básico sobre o assunto seja Castoriadis (1982, 1987), sempre que a expressão “imaginário” estiver sendo utilizada, trabalha-se com uma idéia que conjuga simplicidade e riqueza, qual seja, a do imaginário como “articulação de imagens”. (LIMA, 1984, p. 61)

⁶ Os itálicos não estão na obra citada.

internos e externos⁷.

Observe-se, à guisa de ilustração, com origem na década de 50, uma passagem escrita por um geógrafo, por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia:

O povoamento da Amazônia Brasileira começou na realidade somente dois e meio séculos após o descobrimento do Brasil, muito embora desde os princípios do século XVII os portugueses já fizessem sentir a sua presença nas terras do extremo norte da sua novel colônia (Belém foi fundada em 1616). Tal presença, manifestada pela construção de fortalezas e casas-fortes (fortins), tinha, antes de mais nada, caráter eminentemente político de ocupação do território, de defesa e garantia da posse daquelas terras longínquas contra a cobiça do estrangeiro (franceses, holandeses e ingleses), que nelas freqüentemente incurcionavam pilhando matérias-primas florestais - as valiosas especiarias – e nelas já se tinham estabelecido, como atestava a existência de vários núcleos de ocupação mercantil e pequenos estabelecimentos militares por eles levantados em diversos pontos do vale, tanto no litoral quanto no interior, às margens do Amazonas e dos baixos cursos de alguns de seus tributários. (SOARES, 1963, p. 111)⁸

Difícilmente poder-se-ia encontrar outro texto que expresse de maneira tão sintética e completa a matriz em questão. Seria um empreendimento propriamente histórico a verificação empírica do que está sendo dito. Grosso modo, realizado o investimento, conforme o senso comum geográfico – e mesmo histórico ou sociológico, é pouco provável que algo pudesse ser dito contra tal descrição. Amazônia seria, então, o nome que designaria a região cujos traços se adequam de forma mais ou menos rigorosa àquela matriz. A isso corresponderia nomeá-la. Esse é o pressuposto da ação. Um pressuposto que, considerado o que já foi dito, não pode ser bagatelizado em sua importância. À margem de qualquer outra observação, salta aos olhos do leitor, na passagem recém mencionada, o mecanismo de ocultamento, por exemplo, da presença indígena na utilização da expressão povoamento⁹.

O que a pena do geógrafo não está mostrando, naquelas constatações - e isso é, também, uma constatação empírica, é o fato de um certo tipo de despovoamento. Se é reivindicado das categorias teóricas uma adequação à realidade histórica, como bradava Marx, algo pode ser apontado como inquietante. Mas, considerado o ponto de partida aqui adotado, o que importa sugerir é a existência de uma questão cuja natureza é histórico-política, como queria Foucault (1985, p. 15), certamente, mas cujas implicações no terreno dos registros cognitivos não podem ser desprezadas.

Desde seus primeiros tempos, é, portanto, visível, que a instituição da Amazônia gira em torno dos efeitos da tríade matricial recém identificada e cujos elementos funcionam como atributos seus. Uma primeira leitura retrospectiva, por rápida que seja, tomado o Estado e seus aparelhos como pólo de produção de um poder-saber-fazer, mostra que essa tríade ali está, informando claramente a representação que reproduz e manipula a região. Enfocado dessa forma, é redundante afirmar que a sobrevalorização da idéia de “repressão” pura e simples das vozes dos índios é de pouca serventia aqui. É irrelevante tentar medir o que é pior, mais trágico.

⁷ Como se vê a seguir são percepções tecnicamente fundadas e veiculadas. Falar-se-á, assim, por exemplo, de “baixa densidade populacional” (ANDRADE, 1973, p. 47; IANNI, 1979, p. 35). Ademais, o que é importante reter é o fato de essa tríade matricial poder expressar e catalisar significados associados a palavras que veiculam percepções sobre a região, independente das circunstâncias e, principalmente, de suas origens.

⁸ É uma passagem que “faz parte de uma série de nove guias, especialmente preparados para as excursões científicas efetuadas em 1956, como parte integrante do XVIII Congresso internacional de Geografia”.

⁹ Não se trata, aqui, de um julgamento de valor sobre o autor. Entre outras coisas, porque no correr da obra a situação dos povos indígenas é analisada de forma suficientemente rigorosa. O que se tenta desenhar aqui é o uso de uma categoria da Geografia.

A - Tempo primeiro

Assim, do ponto de vista desse discurso, o “povoamento” da Amazônia brasileira, teria começado dois e meio séculos depois do descobrimento do Brasil, muito embora desde princípios do século XVII os portugueses já fizessem sentir a sua presença nas terras do extremo norte. E, apesar disso, de fato, no final do século XV a Amazônia já havia sido “descoberta” pelos europeus. Desde o século XVI, com certeza, a região tornou-se alvo de ações governamentais, da Igreja, da iniciativa privada de navegadores e comerciantes portugueses e espanhóis. Os empreendimentos buscavam extensões territoriais, almas e riquezas. Eram iniciativas que não respeitavam os pactos existentes sobre a repartição do mundo entre as coroas.

Sabe-se que a chegada dos europeus às terras do novo mundo possuía objetivos mercantis bastante explícitos. Como afirma Furtado, “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 1980, p. 5). Não obstante, começavam a ser estabelecidas relações que não podem ser reduzidas simplesmente à dimensão econômica. Com os navios, uma cultura era trazida. Trata-se de uma presença que já foi significativamente anotada por Sérgio Buarque em cores bastante acentuadas:

a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. (HOLANDA, 1984, p. 3)

As conseqüências parecem ser percebidas na exata medida em que, dirá o autor,

a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. (HOLANDA, 1984, p. 11)

Sob diversos ângulos, uma observação instigante. Deixa de dizer, por um lapso, que, ao colonizar, o colonizador normalmente busca se reproduzir. No caso brasileiro, o ajuste passou pela morte, escravidão ou assimilação forçada daqueles que, no mundo recém descoberto, possuíam, no rigor da palavra, uma cultura. Se, “nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo”, isso talvez se deva mais à crença de que os “pagãos”, por definição, não são civilizados e, por extensão, não possuem traços culturais capazes sequer de merecerem esse nome. A conclusão não pode ser outra, essa, sim, óbvia: “de lá (da Península Ibérica) nos veio a forma atual de nossa cultura” (HOLANDA, 1984, p. 13).

Que essa conclusão seja admitida naquilo em que ela ajuda na formulação do problema aqui enfrentado. Ela é uma aproximação, na medida em que parece apresentar traços de continuidade entre aquele período e o passado mais recente. Mas, acreditando que tais observações possam ter algum outro sentido, o que ainda permanece como tarefa é avançar na caracterização de cultura¹⁰. Isso porque, entre outros motivos mais específicos, lida-se aqui com uma expressão disputada pelas ciências do social e, em especial, pela antropologia. Sabe-se também que essa disputa deu origem a definições muitas vezes excludentes¹¹. Mas é urgente reconhecer, antes de mais nada, que as questões que

¹⁰ Uma caracterização, diga-se de passagem, que busca reafirmar, em outro nível, o que já foi dito sobre a percepção, a nomeação, a classificação e a interpretação.

¹¹ Citadas por Geertz: 1 – “o modo de vida global de um povo”; 2 – “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”; 3 – “uma forma de pensar, sentir e acreditar”; 4 – “uma abstração do comportamento”; 5 – “uma teoria elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente”; 6 – “um celeiro de aprendizagem em comum”; 7 – “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas

informam a análise já montam o quadro no qual a compreensão precisa surgir. Assim, de forma coerente, com Clifford Geertz, entende-se aqui que cultura é “teias de significados”. E aceita-se – em conseqüência, que, nos jogos da imaginação e, mesmo, na percepção, “a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma idéia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente” (GEERTZ, 1978, p. 19). E, se isso é verdade, ao introduzir esse elemento como componente da bagagem dos colonizadores, é conveniente ir além da compreensão introduzida por Holanda. É preciso reivindicar o entendimento desses elementos do imaginário como componentes constitutivos da cultura. No caso específico, aceitar como um dado histórico, na gênese da formação cultural brasileira, que

todo um universo imaginário acoplava-se ao novo fato (o da descoberta do novo mundo), sendo, simultaneamente, fecundado por ele: os olhos europeus procuravam a confirmação do que já sabiam, relutantes ante o reconhecimento do outro. (MELLO SOUZA, 1986, p. 21)

O novo, definido a partir do já conhecido imaginariamente foi, portanto, classificado e enquadrado¹². As conseqüências disso são enormes. Por enquanto, convém reter que, ao admitir a existência de “aptidões”, entre os povos ibéricos, “para a caça aos bens materiais em outros continentes” (HOLANDA, 1984, p. 15), deve-se estar convencido de que o olhar na direção dessas terras já as define como terras de “caça”¹³.

“Terras de caça”. A formulação é forte, mas sinaliza o que se tenta estabelecer aqui. É provável que o olhar que olha a Amazônia nos tempos da colonização já não seja, exatamente, o olhar quincentista, mas, de qualquer maneira, é um olhar que a registra a partir de valores que antecedem sua existência. E o que estava em jogo eram os produtos existentes em sua própria natureza¹⁴. Um jogo onde os meios eram fornecidos por particulares e a proteção pelos Estados¹⁵. Um jogo onde “franceses, ingleses, holandeses e irlandeses disputavam com os espanhóis e portugueses o predomínio empresarial mercantilista”. Um jogo que tornava a Amazônia, “no final do século XVI e início do XVII uma terra de conflitos” (OLIVEIRA, 1983, p. 169)¹⁶. Uma terra de caça, uma terra de conflitos, são

recorrentes”; 8 – “comportamento aprendido”; 9 – “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”; 10 – “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”; 11 – “um precipitado da história” (GEERTZ, 1978, p. 14).

¹² Ao contrário, Faoro assinala a irredutibilidade dos “esquemas tradicionais” do colonizador português frente ao “mundo novo”, ao “mundo diferente”, à “realidade exótica” (FAORO, 1975, p. 99).

¹³ Com ênfase nas dimensões edênicas do imaginário europeu, Laura Mello Souza procede a uma análise significativa do processo colonizatório. Nesse quadro, convém chamar atenção para o fato de que a instituição do novo mundo se deu sob o signo de elementos do imaginário europeu. Em outras palavras: “descoberto, o Brasil ocupará no imaginário europeu posição análoga à ocupada anteriormente por terras longínquas e misteriosas que, uma vez conhecidas e devassadas, se desencantaram” (MELLO SOUZA, 1986, p. 31). Para maiores detalhes, ver pp. 32, 43, 64, 70, 77, 131 e 132. É interessante notar também que, partindo de outros registros, nos anos 30, o jornalista Raymundo Moraes percebia “no espírito dos mareantes, já de si rocambólico, a tendência para o maravilhoso”. Debitava a isso o fato de que a “cada vela que se abria oceano a dentro, rumo do desconhecido... levava a seu cronista a anotar... as maravilhas das descobertas...” A propensão, concluía ele, “tendia para deformar tudo” (MORAES, 1936, pp. 131-132). Para uma discussão detalhada sobre o assunto, tendo como objeto “o novo mundo” e a periodização situada entre 1750 e 1900, ver Gerbi, 1996.

¹⁴ E, no entanto, as limitações do imaginário parecem ter sido vividas de imediato. No mesmo quadro de grande quantidade de afirmações mostradas por Gerbi, Cruls afirma que, “sob o aspecto faunístico, o Novo Mundo trouxe grande decepção aos seus descobridores. Terras tão vastas e tão densas e imponentes florestas, tudo fazia prever que também de vulto e muito numerosa fosse a bicharada que o povoava...” A presença dos exemplos da Ásia e da África explicam “o olhar ávido dos conquistadores a procurar no emaranhado das nossas selvas a figura gigantesca de qualquer animal que lhes lembrasse o elefante ou o rinoceronte, ou, na vastidão dos nossos campos, a mancha movediça do que poderiam ser bandos de búfalos, zebras ou antílopes...” “Mas tudo em vão” (CRULS, 1976, p. 95)

¹⁵ Ver Faoro, 1975, p. 99 e segs.

¹⁶ Em outra descrição com o mesmo valor, a história da Amazônia é “a da ganância humana”. Se o motivo foi “a busca de metais e pedras preciosas, de índios para serem escravizados ou de apenas conquista de novos territórios, o caso é que a Amazônia foi vítima das disputas entre distantes reis guerreiros (KELLY e LONDON,

caracterizações que, analisadas em seus elementos constitutivos, já mostram a região a partir daquilo que começa a tornar-se: rica, vazia e vulnerável¹⁷.

Ao começar o século XVII, a contabilidade é negativa quanto aos resultados efetivamente significativos das incursões feitas na região. Aquela terra que aparentava exploração rápida, não era facilmente dominada¹⁸. A partir daquele século, a instituição da Amazônia manifesta-se como ato essencialmente político sob a regência de Portugal. E se apresenta sob três faces: a) militar: defesa e posse do território; b) econômica: cana de açúcar e extração das drogas do sertão; depois, alguma experiência agrícola e pecuária; c) religiosa: descimento, catequese e “civilização” dos índios (OLIVEIRA, 1983, p. 169). São três faces de um fenômeno que passou a ser conhecido como “ocupação da Amazônia”.

Desde o ponto de vista militar, a situação “inicial” é a de um território sem presença colonial. Torná-la efetiva significava criar condições de defesa contra incursões não-portuguesas. Torná-la efetiva significou a construção de fortalezas e fortins. Do ponto de vista religioso, ainda no século XVIII, a Coroa portuguesa fez chegar à região

apreciável número de religiosos missionários franciscanos, carmelitas, jesuítas e mercenários, contando que os mesmos, no desempenho de sua obra catequética, fossem conquistando para Portugal o gentio hostil, então fornecedor das preciosas “drogas do sertão” aos flibusteiros de França, Holanda e Inglaterra, de quem eram bons amigos¹⁹. (SOARES, 1963, p. 112)

Do ponto de vista econômico, entre 1616 e 1750 são estabelecidas as primeiras colônias permanentes ao lado das missões religiosas e dos fortes. Algo, aliás, sem nenhum encantamento lúdico. Como descreve Pinheiro quase em forma de epopéia,

(depois de entradas memoráveis de muitos) incansáveis destroçadores dos ádvenas, e verdadeiramente os primeiros que levaram através da planície, até os altos rios, a idéia da soberania e da posse se foram povoando as margens do rio-gigante. E os seus maiores afluentes, como o Xingu, o Tapajós, o Nhacundá, o Madeira, receberam os primeiros habitantes que procuravam a baunilha, o cacau, a canela, as ervas aromáticas; e caçavam desenfreadamente os indígenas, não para trazel-os á civilização, mas para acorrental-os ás senzalas. (PINHEIRO, 1937, p. 14)

Considerados cada um destes elementos, até meados do século XVIII, a região já contava com (raros)

contingentes militares portugueses, confinados a poucas dezenas de fortalezas e, com cerca de uma centena de missões catequéticas, igualmente espalhadas na vastidão amazônica, nas quais o silvícola era aldeado pelos missionários que lhe ensinavam a religião de Cristo e o obrigavam a fazer, junto às toscas capelas, a

1983, p. 23)”.

¹⁷ E, sem embargo, no mesmo quadro, o assombro que desperta continua a vesti-la com cores bucólicas. Assim é que, ao aproximar-se da Amazônia, navegando desde o rio Tietê, Hércules Florence observa que “para uma região é sempre esplêndido enfeitado uma floresta virgem. Admira-se, estremece-se, sem pressentir, esta infinda variedade”. São percepções, diga-se de passagem, que se expressam em formas não poucas vezes contraditórias. Assim, conforme a descrição do mesmo autor, “desembarcamos no meio desses selvagens, cujas mostras de alegria confirmaram tudo quanto ouvimos contar sobre a amabilidade de seu caráter (FLORENSE, 1977, p. 225). Reparemos que tanto a expressão selvagem como amabilidade só existem no contexto na medida em que se pode supor um referencial de julgamento. No caso, o civilizado e suas qualificações. Naquela observação, o índio aparece como um não-civilizado com pelo menos uma característica de civilizado. É provável que, em parte considerável de passagens como essa Florence não tenha consciência explícita dos valores a partir dos quais julga. E, no entanto, é absolutamente capaz, enquanto observador, de estabelecer uma espécie de Tábua de Comparações entre aspectos da vida do selvagem e do civilizado. “sentimento de cada um a bem de todos” versus “cada qual cuida de si”; “desconhecimento da propriedade” contra “conhecimento do grande princípio da propriedade” são apenas alguns exemplos de reconhecimentos explícitos feitos por Florence no correr de sua obra.

¹⁸ Hoje, todos se apressam a reconhecer isso Ver Kelly e London, 1983, p. 27.

¹⁹ Reparar que, no uso mesmo da linguagem, as classificações já definem os contornos das imagens que serão consolidadas. Assim, o indígena que resiste tornou-se “gentio hostil”.

rudimentar lavoura de milho e mandioca que já praticavam ao redor de suas malocas nativas; era, dessa maneira, mantida uma reduzida atividade agrícola que, com a caça e a pesca assegurava a subsistência desses primitivos núcleos humanos. (SOARES, 1963, p. 112)²⁰

São acontecimentos inscritos no quadro da ocupação de território, um objeto cujo estudo já está firmado há muito como próprio da Geografia. Na verdade, um fenômeno relativo à categoria de espaço que possui, por definição, como já foi visto, centralidade fundamental nesta disciplina. Aqui, conforme também já foi mencionado rapidamente, interessa reforçar que sob o acontecimento “povoamento” da Amazônia, está oculto o acontecimento “despovoamento” da região²¹. De fato, “escravidão do aborígene, em grande escala, levada a efeito pelos portugueses, contribuiu até para o decréscimo da população indígena da Amazônia nos dois primeiros séculos da sua ocupação”. Conforme os dados, “inúmeras expedições de caça ao índio exterminaram, no primeiro período da ocupação, grande número de habitantes das selvas”. Quanto às suas causas, tal extermínio decorria, de um lado, “da morte natural do índio feito escravo”: “o silvícola jamais se adaptou à vida cativa”. De outro, das chamadas expedições “punitivas”, “realizadas contra tribos que repeliam o contato com os invasores de suas terras, fossem estes missionários, soldados ou colonizadores”. Conclui Soares que muitas tribos foram totalmente massacradas por expedições, de cunho militar, especialmente organizadas para “puni-los” (1963, pp. 113-114).²²

Mas não é só isso que uma aproximação acrítica da ocupação oculta. Conforme observam não poucos críticos, os poucos núcleos de agrupamento humano na Amazônia brasileira de então eram predominantemente indígenas. Na opinião de Soares, nas aldeias e povoados, a proporção do elemento indígena era ainda muito mais elevada, seguida não de muito longe do mestiço, porém muito distanciada do branco, enviado pela metrópole, como colono, desde 1676, e, do negro escravo, introduzido, em fins do século XVII (antes de 1692) (SOARES, 1963, p. 114). A despeito desta imigração européia e africana, portanto, o que teria havido, de fato, foi uma “movimentação das populações nativas dentro da região, pelo nucleamento imposto ao elemento autóctone pela sua catequese e escravização” (SOARES, 1963, p. 113). Desocupação e realocação são, portanto, os verdadeiros conteúdos significativos do processo de ocupação territorial da Amazônia pelos portugueses

²⁰ Em resumo, através de uma descrição que não inclui como membros da espécie humana, “três ou quatro milhões de índios”: até a última década (anos 60, JRSF), uma das espécies mais raras era o homem. Durante talvez 12 mil anos, a Terra foi ocupada apenas por tribos primitivas de caçadores nômades que viviam em pequenos bando e vagavam pela enorme floresta, sem se deterem para criar uma cultura sofisticada ou estruturas sociais. Essas tribos – provavelmente oriundas dos Andes, talvez totalizassem três ou quatro milhões de pessoas, ao tempo em que os europeus chegaram pela primeira vez à Amazônia, desgraçando a vida dos índios e por fim reduzindo drasticamente o número deles aos 212 mil hoje existentes (KELLY e LONDON, 1983, p. 22)

²¹ Se é que se pode supor a existência de uma categoria com tal nome. Enfim, trata-se de um acontecimento que talvez encontre em palavras como “genocídio”, “extermínio” e “escravidão” expressões mais fortes, porém suficientemente adequadas. Um acontecimento que a bibliografia reconhece possuir dificuldades para uma aproximação mais exata. Segundo Hemming, a fixação de uma estimativa adequada para a avaliação das populações das tribos indígenas na época da chegada dos europeus em 1500 é bastante difícil. Tomando como exemplo a foz do rio Amazonas, no baixo Tocantins e no rio Pará, diz o autor que os índios “foram tão completamente destruídos na primeira metade do século XVII, que é quase impossível reconstituir os dados sobre suas populações nativas antes da era colonial” (MEMMING, 1998, p. 126). Comentando os dados de Denevan, Bethel sugere alguma coisa em torno de 4 a 4,5 milhões de índios para a mesma região (BETHEL, 1998, p. 130). Mais adiante, ver-se-á que, com a chegada da mão-de-obra escrava negra e, posteriormente, com os nordestinos, a dialética povoamento/despovoamento envolve espaços que estão além das fronteiras da região.

²² A dissimulação e o que poderíamos chamar de mentira institucional não deixaram de fazer par à violência física contra os índios. Em uma das muitas passagens sérias e ilustrativas que a obra de Spix e Martius possui sobre o assunto, afirmam os autores que, “no Maranhão e no Pará, particularmente na Bacia do Tocantins, continuaram sempre no princípio deste século (XIX) as caçadas ao homem, dando falsamente às tribos de índios perseguidas o nome de botocudos, para obedecer à letra da lei, que permitia a guerra contra essa tribo” (SPIX, 1976, p. 39).

até meados do século XIX²³.

B - Tempo segundo

De qualquer forma, entre 1750 e 1840, registram-se processos de demarcação de limites e a aceleração do “povoamento” da região. No final desse período, “a Amazônia já possuía centros burocráticos e comerciais, como cidades e vilas nas margens dos rios mais navegáveis, e uma população bastante miscigenada”. Persistiam as guerras contra os índios e enquanto alguns se integravam cada vez mais à nova sociedade que emergia, outros tornavam-se cada vez mais arredios” (OLIVEIRA, 1983, p. 168). Ao final do século XVIII, Portugal já mudara sua forma de intervenção na região. Durante todo esse tempo, aprofundou-se a presença de uma ação governamental e de atividades de cunho empresarial, complementares entre si. Se aprofundava a instituição da região, sempre nos limites de sua compreensão como rica, vazia e vulnerável. A verdade é que as motivações econômicas, militares e religiosas não desapareceram, mas persistiram. Assim, continuando a empresa militar de defesa do território contra a ambição dos outros impérios em expansão e prosseguindo na obra de “conquista espiritual”, pela catequese dos seus habitantes nativos (política essa que visava igualmente a garantia da posse efetiva das terras amazônicas), a Coroa portuguesa deu então propriamente início a uma “política de povoamento” do Extremo-Norte, objetivando “criar ali os elementos essenciais à substituição da especiaria do Oriente, que se perdia pela ousadia de concorrentes, que destruíam aos poucos, o velho império luso, pela especiaria amazônica (SOARES, 1963, p. 114). Foi um esforço de povoamento cujos limites precisam ser estabelecidos.

De fato, a partir da metade do século XVIII, levas de imigrantes foram trazidas para a região. Abolida a escravatura indígena em 1755, a *Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão* tratou de traficar mão-de-obra negra escrava. Ao lado dessa corrente migratória, no entanto, neste segundo período, é passível de registro a posição de Pombal em tornar “política de estado” a tarefa de “civilizar” compulsoriamente o indígena, e, com isso, formar uma “classe agrária”, com sua integração à população de colonos (OLIVEIRA, 1963, p. 169). Ainda assim, ao que tudo indica, os resultados repetem em muito o que já foi visto. Na versão de Soares, que continua informando a análise, o povoamento da Amazônia colonial, visado através de sua valorização econômica empreendida pelo marquês de Pombal, não correspondeu à expectativa da metrópole. Houve, diz ele, fraco aumento populacional até meados do século XIX. Apesar dos fatores limitativos de seu crescimento - moléstias endêmicas, matança em massa do índio, sangrentas lutas políticas, ausência quase total de uma política migratória de natureza européia - a população amazônica sempre ia aumentando modestamente, mais por um lento processo de multiplicação vegetativa do que pela aquisição de contingentes humanos vindos de fora (SOARES, 1983, p. 118).

Na primeira metade do século XIX manifesta-se na região uma intensificação, na verdade, segundo Engrácia de Oliveira, “uma volta à intensificação do ciclo da coleta”. Por duas razões: por um lado, devido a um declínio da produção agrícola; por outro, pela utilização industrial da borracha. A vulcanização aumenta o atrativo comercial do produto e, por sua vez, sua produção (OLIVEIRA, 1983, p. 173)²⁴. É o fato que reservaria, uma

²³ Um exemplo das dificuldades provocadas pelo uso das categorias em situações como essas está presente na conclusão tirada por Soares à descrição que seguimos. Não teria havido, segundo ele, “no rigor do termo, povoamento na Amazônia brasileira até meados do século XVIII” (SOARES, 1963, p. 114. O itálico é nosso.). Não olhasse ele da perspectiva do colonizador, e teria concluído que a categoria a ser utilizada não seria essa.

A partir de agora, ademais, conforme instruções da metrópole, o colono deveria “sem deixar de continuar a colher as preciosas “drogas do sertão”, cultivá-las. Nesse quadro, a importância da atividade da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, que durante seus 20 anos de existência financiou experiências agrícolas e o incremento da pecuária (SOARES, 1963, p. 116).

²⁴ Segundo a autora, três iniciativas políticas colaboram para o fortalecimento da borracha: a) a criação da Província do Amazonas, em 1850: seu surgimento criava vários problemas, entre eles o de seu povoamento; b) a introdução, em 1852, do navio a vapor na região: como a soberania brasileira sobre o rio Amazonas achava-se

“surpresa” para o povoamento da Amazônia, nas palavras de Soares. De outra forma, conforme as palavras de um jornalista militante, a extração da borracha teria sido “o primeiro elemento real, depois da consolidação de suas fronteiras, na ocupação da Amazônia”. Ainda em sua opinião, “antes era apenas uma região tropical, desconhecida; o centro fornecedor de especiarias, de bichos exóticos, de índios capturados para o trabalho escravo” (MARTINS, 1981, p. 16).

Engrácia de Oliveira debita ao capital estrangeiro parte da responsabilidade pela ocupação da região. Afinal, “com o financiamento de propaganda e também intermediários, ele carregou para a região Amazônica uma grande leva de imigrantes nordestinos e de estrangeiros”. Foi ele, ainda segundo a autora, quem “financiou a vinda oficial da maioria dos imigrantes, uma vez que os governos das Províncias do Pará e do Amazonas administraram e incentivaram essa imigração por meio de empréstimos estrangeiros e o transporte dos mesmos foi quase todo feito em companhias de navegação que possuíam um capital cuja origem não era nacional” (OLIVEIRA, 1983, p. 174)²⁵.

Convém ressaltar o recém mencionado papel do nordestino nesse processo. Coube a ele, nas palavras de Soares, “contribuir, de maneira dramática e considerável, para a ocupação humana da Amazônia”²⁶. O fato é, assinala o autor, citando Reis, que, de 1870 em diante, mas com peso significativo em 1877, 1888, 1900, as “gentes nordestinas, cearenses à frente, eram tangidas de seus ambientes pela inclemência das secas e seduzidas pela corrida à floresta das héveas” (SOARES, 1963, p. 119). Dessa forma, essa “massa nordestina” desbravou e incorporou ao domínio político e econômico do Brasil, extensões imensas que até então eram, apenas, nos mapas, regiões havidas como ignoradas pela geografia ou campo das correrias dos bandos indígenas escapos aos assaltos dos colonos nos idos coloniais. Em consequência, essa migração nordestina, que trazia direções de trabalho inteiramente diversas das que se viam no Amazonas, alterou a própria fisionomia no setor econômico, como foi a maior força povoadora que o Amazonas recebeu até o presente (SOARES, 1963, p. 120)²⁷. E, ainda assim, na entrada do século XX, a região continua a ser descrita como uma terra “rica” e “fértil”. De tal forma que não pode “continuar esquecida, desabitada, erma” (THEODORE ROOSEVELT, citado por KELLY e LONDON, 1983, p. 27). Na mesma ocasião, a migração nordestina continua a tê-la como alvo.²⁸

O pneumático, depois da vulcanização, estimula ainda mais a produção de goma

ameaçada, “o governo imperial resolveu incorporar essa região ao surto de expansão que estava a se iniciar no Sul do país com relação ao setor de transportes e comunicação, introduzindo aí o navio a vapor. Era crença do governo que, monopolizando a navegação daquele rio através de um grupo privado, poderia tentar impedir a invasão estrangeira, ao mesmo tempo que procurava solucionar o problema de ocupação da Amazônia”... c) dezesseis anos mais tarde, em 1868, a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, visando poder atender melhor à crescente demanda mundial da goma elástica e, assim, ajudar a recompor, a curto prazo, as finanças nacionais (ENGRÁCIA DE OLIVEIRA, 1983, 173).

²⁵ Manifesta-se, segundo nossa autora, a “dependência da economia amazonense ao capitalismo monopolista internacional que estava em desenvolvimento na segunda metade do século XIX, com sua política de dominação das fontes de matéria prima e do mercado” (OLIVEIRA, 1983, p. 173).

²⁶ Foi esse “bárbaro povo”, descreve Pinheiro, em uma passagem que revela muito sobre as imagens existentes sobre a região, “expatriado violentamente após os maiores sofrimentos físicos e morais, rompendo o sertão esbraseado em levas esqueléticas de retirantes, que se infiltrou pela Amazônia, que atravessou toda planície, que galgou todos os rios, depois de atirado pelos barrancos, sem recursos, sem saúde, sem proteção, como se todos os elementos sociais se conjugassem para exterminá-lo, atemorizados com a sua assombrosa vitalidade” (PINHEIRO, 1937, p. 28).

²⁷ A citação é de Reis, Arthur C. F. Segundo Soares, que o cita, “durante 35 anos consecutivos aquelas falanges de flagelados famintos, doentes e desesperados, lançaram-se no “inferno verde” da Amazônia, que desconheciam totalmente, numa migração desordenada, “dolorosa e anárquica”, na verdade um verdadeiro êxodo, forçado mais pela fome e pela sede do que pela ambição de uma riqueza que se afigurava fácil” (SOARES, 1963, p. 120).

²⁸ Não obstante os estereótipos, há na literatura, quem qualifique positivamente o nordestino em detrimento do “natural” da região. Este faria o “tipo fraco”, “roído pelas febres” e “tímido”. Aquele, “nascido no nordeste”, é “andarilho” e, “mal assimilado ao ambiente”, tem a “fantasia pitoresca dos fortes e a esperança mística dos crentes”. É, ademais, “ambicioso”, “conhece o valor do dinheiro”, é “alegre”, “zombeteiro”. Além do valor em si do significado destas identidades atribuídas aos dois tipos, a caracterização, contra as intenções de seu autor, permitiria uma reflexão em torno da questão dos projetos ecológicos (MORAES, 1936, pp. 138-147).

elástica. Nos anos de 1912 e 1913, é anotado o “apogeu da prosperidade proporcionada pela borracha” na Amazônia. Depois desses anos, tendo perdido o monopólio da produção com a concorrência da borracha plantada no Oriente, “a migração nordestina começou a declinar”. Não desapareceu, no entanto. Continuou, como uma espécie de prova de que sua força não vinha totalmente da atração exercida pela economia da borracha. Jogava um papel fundamental e certamente decisivo o estado de desolação em que se encontravam.

Qualquer que seja o peso atribuído a um ou outro fator, o certo é que, a partir de 1913, a migração nordestina sucede em ondas de afluxo e refluxo, “forçando a um nomadismo imposto e regulado pelo imperativo econômico”. Em definitivo, depois de 1926, registra-se “um retorno para o Nordeste, bem como para o Baixo Amazonas e para diversas áreas urbanas, centros agrícolas e pastoris da Amazônia, de colunas de seringueiros que haviam sido atraídos aos centros de extração nos altos rios, seduzidos pelos altos preços, sedutores, mas fugidios” (SOARES, 1963, p. 122).

Voltando, no entanto, às características do significado da ocupação da Amazônia através da exploração da borracha, não pode ser esquecida a descrição - de certa forma caricata, do seringalista como “uma réplica amazônica do fazendeiro de gado, ou de café, das outras regiões do País, no desempenho do seu papel de chefe, de patrão ou de dono do seringal” (MOREL, 1984, p. 46). Extensão de terrenos, de propriedade de um indivíduo, o seringal encerra em seu arcabouço o mais comum, quanto à vida humana, além do “barracão”, onde mora o dono, o “aviado” por concessionário do seringal, uma ou duas barracas habitadas por dois seringueiros, ou dono do seringal (MOREL, 1984, p. 46). Que seja lembrado também que, aqui, quando se fala de terrenos, não há lugar para pronunciar a expressão minifúndios.²⁹

No mesmo quadro que impunha a existência desses movimentos migratórios, uma experiência de caráter quase cirúrgico é empreendida e compreendida como esforço significativo na ocupação da Amazônia. Pretendendo eliminar com a dependência de suas indústrias frente aos preços da borracha inglesa do Ceilão e da holandesa de Java, Henry Ford, em 1928, começa transplantar, para uma área correspondente a 2 milhões e 470 mil hectares, às margens do rio Tapajós, hospital, postos de saúde, quadras de tênis, mansões dos diretores, casas para os seringueiros, cafeteria e, inclusive, uma drugstore (MARTINS, 1981, p. 16)³⁰. Mais tarde, ainda na primeira metade do século XX, outra experiência de grandes proporções. Desta vez, uma tentativa vitoriosa de colonização agrícola, com a fundação da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A. O Pará doava 600 mil hectares no município do Acará, 400 mil no município de Monte Alegre, além de mais três áreas de 10 mil hectares cada uma, em Marabá, na estrada de ferro Bragança e em Conceição do Araguaia (OLIVEIRA, 1983, p. 169).

Enquanto a migração nordestina e de capital americano tornava-se parte da instituição da Amazônia, o trabalho do índio não deixava de ser requerido. Tal qual ocorria no início da colonização portuguesa, ele continuava a ser “descido”, submetido e usado como “índio-remo”, “índio-piloto” e “índio-bússola” (OLIVEIRA, 1983, p. 169).

C - Tempo terceiro

A partir da década de 30 deste século XX, a Amazônia é caracterizada por não poucos geógrafos como *fronteira de recursos*³¹. Menos pomposamente, mas ainda na forma de sobrenome encontrável em análises provenientes do campo da geografia, a região

²⁹ A partir de dados bem mais recentes, é possível registrar que um pouco mais de mil seringais representavam cerca de 80% do estado do Acre. Em 1976, um único proprietário possuía um seringal com 2 milhões e 200 mil há (MARTINS, 1981, pp. 84-85).

³⁰ Ressalvada a grandiosidade da operação – ao tamanho da área, acrescenta-se a quantidade de 1 milhão de pés de seringueiras plantadas, parece equívoco pensar que o projeto inovava em relação a um padrão de ocupação da região. Voltaremos a isso mais tarde.

³¹ Uma leitura a partir da discussão sobre o olhar do capital estrangeiro na direção da região complementar à nossa discussão pode ser encontrada em Oliveira, 1997.

institucionaliza-se como espaço de novas oportunidades. Conforme explica Becker, nesse momento, “mais da metade do território nacional não se encontra ainda economicamente incorporado ao sistema espacial”³². O crescimento do “centro”, ainda na opinião da mesma autora, valorizaria seus recursos inexplorados: as áreas de mata virgem, dotadas de madeiras raras e de solos férteis para a agricultura, e as jazidas minerais. Da mesma forma, elas seriam valorizadas também “pela possibilidade que oferecem de absorção dos excedentes demográficos existentes na periferia deprimida” (BECKER, 1982, p. 25).

Com outros enfoques teóricos, reconhecendo outras implicações, Oliveira expressa o acontecimento indicando o que está ocorrendo em nível nacional sugerindo a superação de uma estrutura de organização interna da economia brasileira fundada nos “arquipélagos” por uma estrutura unificada do espaço econômico nacional. Segundo ele, a nova forma de crescimento do capital impõe sua lei, e o que se viu foi um aumento das disparidades regionais, produto dessa lei que rege a nova forma de crescimento do capital (OLIVEIRA, 1984, p. 23).

De fato, durante o governo Getúlio Vargas, a Amazônia foi olhada como uma região onde se concentrava “um dos maiores problemas que a administração nacional” deveria enfrentar. Tornava-se necessário acabar com o atraso em que vivia e, assim, “beneficiar” o “todo nacional”. Em 1940, Getúlio anuncia a necessidade de desenvolver a região, bem como seu entrosamento no “movimento de reconstrução nacional”. A extensão da região, o despovoamento e as fronteiras com os países vizinhos parecem ter sido as principais questões a chamar atenção governamental.

Na Constituição de 18 de setembro de 1946, os dispositivos do art. 199 e seu parágrafo único garantem a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia com os recursos provenientes de 3% das rendas tributárias da União durante, pelo menos, 20 anos. Ao lado disso, os Estados, Territórios e Municípios da região seriam taxados anualmente em 3% de suas entradas fiscais para que o governo federal utilizasse o dinheiro daí provenientes ao mesmo fim. Na época, a inclusão de tais mecanismos na Constituição foi percebida como garantia dos meios indispensáveis para o início – note-se bem, “o início apenas”, diz um dos defensores das medidas propugnadas – “de um dos maiores empreendimentos de todos os tempos que é a efetiva ocupação, domínio e exploração econômica dos grandes vales equatoriais do Brasil” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d., p. 9).³³ Trata-se de uma opinião que se justificava pelo fato de “entre múltiplos fatores que vão desde a rarefação demográfica à insignificância das áreas cultivadas, a região é desmesuradamente vasta e seus recursos continuam praticamente ignorados” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d, p. 9).

Havia, aparentemente, consciência da necessidade de medidas executivas em relação à região. À parte de uma *Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* – cujos encargos eram de natureza política, legislativa, cabendo-lhe “vigiar, fiscalizar, traçar diretrizes gerais, sugerir, propor, coordenar e controlar, num esforço superior de defesa dos contribuintes” - foi proposta a criação da *Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônica* com o objetivo de organizar o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Caberia a ela também “executá-lo pela forma que

³² Como vimos nas páginas anteriores, não parece ser de todo verdadeira a afirmação da autora segundo a qual, “coberta por densas matas, essa vasta área do interior do país permaneceu à margem dos estímulos econômicos que, no passado, impulsionaram o povoamento estável do território” (BECKER, 1982, p. 25).

³³ Convém lembrar, seguindo Becker, que a “ocupação” da Amazônia no início dos anos 30 resulta “em penetração muito extensa em termos de área, mas com povoamento reduzido a linhas e pontos. Pontos representados pelos povoados implantados nas confluências estratégicas de transbordo da navegação fluvial, e linhas representadas pela ocupação esparsa ao longo dos rios que convergiam para um grande ponto: Belém, elo na cadeia de exportação para a metrópole...” Sob influência da borracha, continua a autora, marcas mais profundas foram deixadas “do que as decorrentes dos quatro séculos anteriores; implantou-se uma economia colonialista mais violenta, grandes desníveis econômicos e sociais se elaboraram na parca população que permaneceu na área, as terras foram apossadas em grande escala, embora não povoadas, e um processo de crescimento urbano se desencadeou em Belém e Manaus, centros que incharam com o refluxo da população, após a decadência da borracha (BECKER, 1982, p. 59).

julgar mais conveniente e aplicar, na sua execução, os recursos postos a seu dispor” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d, p. 9).

Não parecia existir, nessa ocasião, discrepâncias maiores entre o que advogava Araújo Cavalcanti, Secretário-Geral da Associação Brasileira de Municípios, citado até agora, e o Presidente da República. Pelo menos é o que parece ficar claro através da Mensagem anual que Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional no dia 15 de março de 1947. Dizia ele, então, ser uma de suas “preocupações básicas” o “soerguimento ou valorização econômica, social e humana” da Amazônia³⁴. Mais especificamente, adianta ele, devem ser tomadas “medidas preparatórias” para “início de obras”, “levantamento” das “condições peculiares” da região, “inventário dos recursos existentes e planejamento geral da ação executiva do Estado” (CAVALCANTI, citado por NUNES, s/d, pp. 14-15).

Longe de desconhecer a existência de vida humana naquele espaço, o que, aparentemente, depois da independência nenhum chefe de Estado parece ter feito, Vargas afirmava que “os esforçados habitantes dessa longínqua região se vêem a braços com dificuldades sem paralelo, oriundas de uma multiplicidade de fatores negativos”. Literalmente, dizia o presidente que, tanto mais se “afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia” quanto mais “é certo que, dia a dia, se agravam suas difíceis condições de vida”. Entre esses fatores, apesar do reconhecimento de vida recém mencionado, e, portanto, ainda do quadro matricial do vetor “vazia”, estava a “escassez demográfica”. Uma escassez que vinha ao lado da

vastidão territorial, afastamento em relação aos grandes centros de produção e consumo, economia primária de puro extrativismo florestal, estrutura econômica e social à mercê das oscilações dos preços de suas matérias primas essenciais. (CAVALCANTI, citado por NUNES, s/d., p. 16)

Não foge às preocupações dos parlamentares envolvidos na discussão do Plano de Valorização o problema da vulnerabilidade da Amazônia. Impressiona a afirmação segundo a qual “um dos aspectos mais delicados da valorização da Amazônia é o que se relaciona com a defesa nacional”. O diagnóstico feito é desalentador.

Depois do ímpeto ocupador português e da migração contemporânea de massas nordestinas, a parte da bacia amazônica sob jurisdição brasileira não reconheceu nenhum esforço de monta para o seu efetivo domínio. (NUNES, s/d., p. 89)

Problema enfrentado pela Constituição de 1946, “o vale amazônico estava olvidado como parte considerável do organismo nacional” (NUNES, s/d, p. 89). O medo frente a uma situação conforme a descrita era justificado através de um argumento que retomava a questão da vulnerabilidade de maneira inusitada. Naquela altura dos acontecimentos, “nenhum perigo militar de origem sul-americana” parecia ameaçar “imediatamente” a Amazônia. Mas, apesar disso, “é da máxima oportunidade considerar que, amanhã, a mesma teoria do *uti possidetis*, que valeu a sua incorporação ao Brasil, pode ser invocada contra os interesses nacionais”. A pergunta a ser respondida seria, então: “que posse útil detém o Brasil na Amazônia?” (NUNES, s/d., p. 90).

O suposto é que a “Amazônia não pode continuar a ser uma fronteira exposta, comprometendo o corpo da Federação”. Obviamente, para que essa situação seja superada, “o enriquecimento do cabedal humano” da região é considerado quase que preliminar. Isso posto, “a defesa nacional, premência a qual nenhuma nação se pode furtar de estabelecer, começa, na Amazônia, pela criação de uma unidade atuante, fortemente esclarecida e movimentada” (NUNES, s/d, p. 92). No detalhe, o Brasil necessita estar em condições imediatas de defender “a embocadura do Amazonas, do rio Pará e do arquipélago de Marajó, assim como barrar qualquer penetração que tome para eixo o

³⁴ Ao lado da Amazônia, a área do Vale do São Francisco também é citada.

Solimões, o Negro, o Branco, o Purus ou a Madeira (NUNES, s/d, p. 93). É uma tarefa que torna urgente “equipar o teatro de operações, de modo que baste a si mesmo, encontre dentro de suas fronteiras uma economia e uma aparelhagem militar que o faça viver de seus próprios recursos”. O que, em uma compreensão mais ampla recoloca o problema do vazio e da riqueza. Tanto assim que o autor argüi por uma “economia saudável, pelo enriquecimento quantitativo e qualitativo das populações do vale” (NUNES, s/d, p. 93).

No segundo governo Vargas, entre 1952 e 1954, assiste-se à criação da *Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, a SPVEA³⁵. Seria o organismo com jurisdição sobre a aquilo que seria chamado de Amazônia Legal. Seu objetivo seria implementar o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Entre suas tarefas estava a de elaborar um plano quinquenal, no qual, entre os pontos fundamentais, constava o desenvolvimento da produção agrícola e animal, a melhoria do sistema de transportes, a comunicação, a saúde, o aproveitamento dos recursos minerais, o aumento demográfico, o desenvolvimento do crédito bancário, a pesquisa e a preparação de quadros técnicos regionais. É do mesmo período a criação do *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia* – Inpa, com a finalidade de estudar a flora, a fauna e outros componentes da ecologia regional, além das condições de vida do homem da Amazônia.

A década de 50, portanto, parece ser um momento importante inflexão de atenção governamental na direção da Amazônia. Com receio da redundância, o que se apresenta no cenário é a neutralização dos elementos constitutivos da matriz que continua pautando os registros sobre a região. No entanto, qualquer que seja o ângulo de visada, o que parece certo é que “a Amazônia prepara-se para grandes transformações”.

Transferida a capital para Brasília em 1960, o processo de desenvolvimento brasileiro passou a incluir com maior prioridade as áreas interiores da região. Persistia a compreensão de que a superioridade de nossas fronteiras terrestres é minimizada pelo fator despovoamento, pelo vazio demográfico (MATTOS, 1979, p. 11). A construção da Belém Brasília, não pode ser vista fora desse contexto. Ela liga a região a outras regiões do país por via terrestre, entrando a participar de “um processo rápido de integração”. Jogando fortemente com o objetivo da ocupação, a “área marginal à estrada foi ocupada, revitalizando velhas povoações e provocando o aparecimento de novas”. Desde então, conforme interpretação de Andrade, passou-se a procurar captar economicamente o grande espaço desocupado para os grandes centros de decisões nacionais ignorando-se a rede fluvial e os tradicionais caminhos coloniais. De forma complementar, o Governo vinha procurando “localizar, nas margens da mesma (estrada), nordestinos e sulistas desejosos de se tornarem proprietários de glebas que vão sendo abertas na mata virgem (ANDRADE, 1973, p. 73).

Nas esferas da vida cotidiana, esses acontecimentos estão sendo registrados como devidos à “nova mentalidade do brasileiro, que acordou enfim”. Afinal, seria dito serem as estradas o que leva, “através do aproveitamento das terras que servem, à produção, ao progresso, à civilização” (MESQUITA, 1974, p. 75).³⁶

D - Tempo quarto

Em 1966, procede-se novamente a modificações na política para a região. As iniciativas são acompanhadas de um esforço até então desconhecido no sentido de atrair capitais privados. E, nesse quadro, a *Declaração da Amazônia*, assinada por governadores, ministros e empresários, e divulgada em abril de 1967³⁷ reitera o estereótipo ditado pelo

³⁵ É importante chamar atenção para o fato de que, entre os objetivos de Vargas para a região estava promover o estabelecimento de uma política de energia, através da utilização racional dos recursos naturais, para o fornecimento aos principais centros de produção e da indústria.

³⁶ Ainda segundo a reportagem de Mesquita, no Brasil, “quem deu o impulso inicial a esta marcha para a frente foi, indiscutivelmente, Kubitschek” (Mesquita, 1974, p. 74).

³⁷ É interessante notar que a Declaração da Amazônia é assinada sob o signo das bandeiras. Instados a participar do empreendimento de “povoamento” da Amazônia, os empresários paulistas se representaram como

núcleo imaginário expresso pela tríade matricial que opera o olhar e a ação dirigida à região. Estão lá, explícitas, as referências à Amazônia como possuindo “espaços desertos”/“espaço vazio”, cuja ocupação – através do aproveitamento de sua grande “potencialidade econômica” tornava-se “um imperativo da própria segurança nacional” (OLIVEIRA, 1991, p. 35). A ênfase é a criação de “programas e projetos com objetivos de “integração nacional”. Nessa ênfase, cabe ao Estado “preparar o terreno para o estabelecimento do capital privado”. Para tanto, deve restringir-se aos investimentos de infra-estrutura, pesquisa e planejamento. São áreas que “requerem um montante de capital bem maior e com retorno a prazos mais longos”³⁸.

A ação do governo federal para a região é articulada por uma estrutura institucional cujas metas não eram, enquanto intenções, diferentes daquelas de Vargas. De novo, o fato de ser representada como rica, vazia e vulnerável determina a orientação da intervenção. De modo explícito, o Plano expressava “uma reação frente aos perigos que representava, para a segurança nacional, a existência de uma vasta extensão territorial praticamente vazia em termos populacionais”. Nessa leitura, ela era apresentada como “grandemente desabitada”, apesar de “bem dotada de recursos naturais que poderiam ser explorados”. Assim, como um colorário automaticamente retirado das premissas “espaço vazio” e “potencial econômico”, estariam ali “as condições de absorção do excedente de pessoas em áreas onde a exploração demográfica e o desemprego crescente estavam causando sérias preocupações” (CARDOSO e MÜLLER, 1977, p. 112). Uma absorção, diga-se de passagem, sempre lembrada como medida capaz de diminuir a vulnerabilidade frente aos inimigos.

O I Plano Quinquenal elaborado pela Sudam (1967-1971) deu prioridade ao setor de transporte. O asfaltamento da Belém Brasília e a construção de rodovias estaduais ampliaram os fluxos de migração em direção à Amazônia. Isso porque, considerados sob o ponto de vista dos critérios técnicos de aferição da densidade demográfica, a região fecha os anos 60 com uma população ainda entendida como baixa. Com 1,03 habitantes para cada quilômetro quadrado, ela é tipicamente “subpovoada”. Ao lado disso, a ocupação do solo é “pequena” - menos de 7% da superfície regional, e o fato é atribuído à economia extrativista (ANDRADE, 1973, p. 73).

Não por acaso, o *Programa de Integração Nacional* - PIN buscava criar as condições para a expansão do capital. Impunha-se, ademais, conforme já sinalizado por Cardoso e Müller, minimizar a crise de desemprego no nordeste e no centro-sul, assentando migrantes em projetos de colonização. Como esforço global, o programa buscava “unir áreas mais e

os “novos bandeirantes”. Como representação simbólica de atitudes que estavam para serem tomadas, além de evidente defasagem temporal, juntam-se outras inadequações bastante significativas. Em primeiro lugar, como revela Davidoff, “o bandeirante foi fruto social de uma região que, entre os séculos XVI e XVII, era “marginalizada”, além de possuir “escassos recursos materiais” e “vida econômica restrita”. Depois, pelo menos na origem social, nada insinua riqueza entre os que adentram o sertão. Caminham “descalços” e o vestuário “se restringia ao chapéu de abas largas, à camisa, às ceroulas e aos gibões de algodão acolchoados, que serviam de anteparo às flechas indígenas”. Nada, portanto, que se comparasse ao pioneiro americano. Principalmente no que se refere à sua função social. O bandeirante que começa a ser forjado como figura social “a partir dos fins do século XVI até o início do século XVII”, é o “paulista socializado desde a adolescência para empregar a vida em prender e escravizar o gentio nos sertões”. Desde o ponto de vista econômico, as bandeiras aparecem como “solução de urgência para a pobreza dos paulistas” (DAVIDOFF, 1984, pp. 11-30). E, se existe alguma identidade a ser criada entre esse movimento e o que passa a ocorrer a partir dos anos sessenta do século XX, ela se situa no sentido de tirar o máximo de proveito possível das brechas que as situações política e econômica ofereciam para “a efetivação de lucros rápidos e (eventualmente) passageiros em conjunturas favoráveis.

³⁸ Para autores como Cardoso e Müller, o Plano de 1953 propunha-se tarefas de difícil realização, “exceto a prazos muito longos e que requeriam um conhecimento da região muito maior do que se dispunha na época” (CARDOSO E MÜLLER, 1977, p. 112). Como crítica específica, a observação é inócua. Nunca houve, em relação à Amazônia, tarefas que pudessem ser realmente realizadas no curto prazo. O exemplo mais flagrante, no que nos interessa mais de imediato, “é a exposição que alguns cientistas estavam elaborando quanto ao impacto que a represa de Tucuruí irá provocar sobre o meio ambiente. O relatório não poderia ser completado antes de iniciada a barragem” (KELLY e LONDON, 1983, p. 320). Da mesma forma, exceções feitas a alguns poucos projetos, a despeito de ter sido criado nos anos 50, não obstante ter patrocinado estudos importantes, o papel do Inpa no planejamento das ações governamentais e empresariais é irrelevante. Na observação de dois cronistas da região, tanto o governo como a iniciativa privada parece que não têm paciência com os cientistas.

menos desenvolvidas, do Norte e do Sul”. Tencionava trazer, ademais, mão-de-obra qualificada do Nordeste para utilizar e ocupar as terras e outros recursos naturais da Amazônia”. Para aumentar e fortalecer a infra-estrutura econômica interna da Amazônia, além do término de estradas já iniciadas, pretendia que

o sistema hidrorodoviário da Amazônia fosse concretizado através de três vias transversais, no sentido leste-oeste: o rio Amazonas e as rodovias Perimetral - Norte e Transamazônica, que seriam cortadas por outras vias diagonais, longitudinais e radiais. (OLIVEIRA, 1983, p. 180)

No mesmo quadro, o governo Costa e Silva estava certamente mobilizado pela necessidade de fortalecer o poder militar nas zonas de fronteira quando encarregou-se de interiorizar o *Comando Militar da Amazônia*, tirando-o de Belém e levando-o para Manaus. No terreno das intenções, corria paralelo a urgência da fixação do homem em locais de menor densidade populacional (OLIVEIRA, 1983, p. 180). Em muitos sentidos, são preocupações que não se afastam muito daquelas partilhadas pelos governos anteriores. Mas, apesar disso, uma mudança nada sutil diferencia as políticas de segurança dos chefes de Estado durante o regime militar. Ela repousa no emprego superlativo da Geopolítica como instrumento de definição dos objetivos nacionais.

Conforme pode ser visto em de Travassos (1935, p. 37), desde a década de 30 são formulados princípios admitidos como componentes de projetos que olham o espaço como algo vital. Um deles sobressai desde então, consideradas as questões aqui abordadas. Trata-se do diagnóstico que identifica a existência de “um território imenso e praticamente vazio” bem como de um receituário que impõe sua “ocupação”. Nas palavras de Comblin, trata-se de um preceito que faz parte da “tradição brasileira”.³⁹ Ao lado do reconhecimento do “vazio” e da “ocupação” como sua superação, convém anotar dois elementos fundamentais. O primeiro remete ao efeito de uma concepção bem característica sobre o papel do Estado e remete ao que já foi dito no capítulo segundo sobre a existência de um imaginário mítico em relação a seu papel. Nessa perspectiva, se a “ocupação” é objetivo nacional, a Nação a realiza através do Estado. Isso porque, “como vontade, poder e poderio”, a Nação se exprime pelo Estado. Na verdade, “é impossível fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado”. Ora, concomitantemente, quase que por definição, o projeto de “ocupação e domínio do espaço confronta-se com a “oposição de outros projetos semelhantes e incompatíveis com ele” (COMBLIN, 1978, p. 28). O segundo elemento qualifica a natureza do conflito emergente da realização do “objetivo nacional” de “ocupação”. No cerne mesmo da doutrina geopolítica tal como propagada e defendida pelos intelectuais orgânicos do regime militar, é enfática a noção de segurança nacional. Ainda que, como observa Comblin, não existam definições claras de seu significado, ela torna-se “operacional desde o momento em que se define o inimigo”. E, se isso funciona assim, a segurança nacional é “a força do Estado” presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do inimigo⁴⁰. Um inimigo que não só pode estar em todos os lugares, como certamente estará em uma região rica, vazia e vulnerável. Poder Nacional “é, portanto, o conjunto de meios de ação dos quais o Estado pode dispor para impor sua vontade” (COMBLIN, 1978, p. 58). Para uma região que vem sendo percebida como terra de caça, como terra de conflitos, se fortalece a concepção da doutrina de segurança nacional segundo a qual “não há diferença de natureza entre o civil e o militar” (COMBLIN, 1978, p. 63). Trata-se de uma imbricação fortalecida pelo reconhecimento de que “segurança é desenvolvimento” (COMBLIN, 1978, p. 65)⁴¹.

³⁹ Os outros dois são “a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico sul e a formação de uma potência mundial”. Este último é razoavelmente recente. Vem do governo Médici e seu porta-voz é o Gal. Meira Mattos (COMBLIN, 1978, p. 27).

⁴⁰ A reflexão, aqui, segue, basicamente, a Comblin. Discordamos dele quando vê a possibilidade de tratar a “segurança nacional” como conceito. É, em nossa opinião, noção. Depois, no caso específico da Amazônia, se bem é certo que o medo do “comunismo” estivesse presente, a definição de “inimigo” é formulada através de estereótipos cuja formatação não se limita à dimensão política (COMBLIN, 1978, pp. 55-56).

⁴¹ Não desenvolveremos aqui, entre outros temas e questões, por fugir ao escopo da pesquisa, uma linha de

O *I Plano Nacional de Desenvolvimento* – I PND – 1972/1974, deu muita ênfase aos objetivos do PIN e ao *Programa de Redistribuição de Terras*. O PROTERRA havia sido criado em junho de 197 e complementava o PIN, facilitando a aquisição de terras, propondo a melhora das condições do trabalho no meio rural e promoção da agroindústria no Nordeste e na Amazônia. Suas metas para a Amazônia mencionavam a integração (física, econômica e cultural), a ocupação humana e o desenvolvimento econômico⁴². Continuavam a ser destacadas as supostas complementaridades sócio-econômicas entre o Nordeste e a Amazônia. Para que tais metas fossem alcançadas, o ponto de partida deveria ser a colonização das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém por elementos trazidos do Nordeste.

Considerados os objetivos a serem atingidos, os programas lançados pelo governo Médici “conceberam que o espaço Amazônico, nas áreas das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, deveria ser ocupado pelo assentamento de 100 mil famílias de colonos em 5 anos”. Delas, 75% deveriam provir do nordeste⁴³. Em 1973, as grandes empresas foram convidadas a “assumir a tarefa de desenvolver” a área amazônica e, assim, aumentou a penetração da atividade pecuária que buscava grandes porções de terras, os latifúndios, “apossando-se das mesmas tanto de forma legítima quanto por meios ilícitos e com finalidades não só de usá-la para a criação de reserva de valor, mas também para fins especulativos” (CARDOSO e MÜLLER, 1977, p. 116). Nas palavras de Paulo Yokota, ex-presidente do Incra, investia-se “no desenvolvimento da Amazônia, porque temos de assim proceder”. Sem petróleo para seu próprio consumo, dizia ele, “sobram terras com valiosas madeiras, ricos minerais e fazendas para milhões de lavradores” (KELLY e LONDON, 1983, pp. 31-32).

O modelo, já se sabe, lembram os autores, é especificamente o da volta para o Oeste na segunda metade do século XIX. Literalmente, a Amazônia seria “o nosso Oregon de 1870” (KELLY e LONDON, 1983, pp. 31-32). Quanto ao aparente descaso presente na idéia de que se podia errar porque havia terra suficiente para que novos acertos fossem tentados, ele se deve provavelmente ao fato de, na entrada dos anos oitenta, era progressivamente dominante a presença da União nas questões fundiárias da Amazônia. Um domínio que tornava o INCRA estrategicamente determinante na região. Para que se tenha uma idéia daquilo que estava em jogo, do total de terras do país, a região possui quatrocentos e noventa e nove milhões de hectares. Deles, trezentos e onze milhões estavam sob a administração federal. Duzentos e setenta milhões pertenciam ao Incra

observações extremamente importante. Nos referimos ao fato mencionado por Comblin que reconhece que “a segurança nacional serve para legitimar uma determinada política social, consequência de determinado modelo econômico que sacrifica os trabalhadores e os camponeses a fim de favorecer os setores minoritários (COMBLIN, 1978, p. 95). É nesse contexto doutrinário geral, ademais, que presenciamos principalmente no correr da década de 70, a intensificação da presença dos militares e, mais especificamente, do Conselho de Segurança Nacional na região. Uma presença com implicações significativas na administração da estrutura fundiária principalmente a partir do momento em que, como que realizando sua natureza, o Estado introduzirá modificações substantivas no arcabouço institucional responsável pela questão agrária. Por agora, recordemos que o Conselho de Segurança Nacional já decidia, nos anos 70, sobre a legitimação de posse de terra na Amazônia. É mais tarde, como veremos, que, sem nenhuma ingerência da soberania popular que instituições híbridas – gerenciadoras da estrutura fundiária e agência de segurança – são criadas e, entre elas, o Grupo

⁴² Tanto o PROTERRA como o PIN eram tentativas de reorientar a estratégia anterior de desenvolvimento regional, que havia dado ênfase à concentração dos incentivos fiscais no setor industrial e, assim acabara por se confinar quase que exclusivamente a áreas urbanas. Pretendia-se, agora, beneficiar a área rural.

⁴³ No que diz respeito à construção da Transamazônica, parecem não caber dúvidas de tratar-se de um projeto que buscava articular diversas preocupações, cada uma delas passível de ser expressa através dos elementos constitutivos disso que estamos considerando uma matriz de conhecimento e comportamento frente à Amazônia. De qualquer forma, nos planos iniciais da estrada, por ser “rica e vulnerável”, estava presente o temor dos círculos oficiais em relação a uma ocupação por parte de uma potência estrangeira. Ao mesmo tempo, por ser vazia, a região passa a ser vista como uma das “últimas válvulas de segurança” do país. As secas expulsam ou colocam em dificuldades milhões de pessoas cujos laços os fixavam a solos ressequidos. Com ênfase na questão da segurança contra a insurgência de eventuais inimigos internos que se aproveitariam da situação de miséria para uma eventual revolução, os nordestinos são novamente mobilizados para uma viagem que, na linguagem do ex-presidente Garrastazú Médice, poria em movimento “homens sem terra na direção de terras sem homens”.

(PINTO, 1980, p. 39).

A avaliação feita pelo governo federal em relação ao PIN obrigou a modificações na concepção do “problema Amazônia”. Assim o *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND – 1975/1979*, de Geisel, voltou a preocupar-se com a região enquanto “fronteira de recursos”, “o que deu ensejo para que seu desenvolvimento fosse dirigida pela grande empresa privada”⁴⁴. O plano continha, “ainda, a filosofia de “integração nacional” do plano anterior e se referia, também, ao fato de que o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste eram considerados dentro da política global como sócio-economicamente complementares no fluxo de fatores de produção ou no fluxo de produtos. Além disso, as relações dessas áreas com o Centro-Sul eram, também, consideradas principalmente no que se refere ao fluxo de mercadorias, de capitais e de tecnologia (CARDOSO e MÜLLER, 1977, 116).

A consequência maior do novo PND, no nível institucional, para a região, foi o *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia*. Este programa, conhecido como Polamazônia – *Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia* e instituído originariamente em setembro de 1974, era dirigido à utilização dos eixos viários para a ocupação dos espaços vazios na área amazônica e com ele se fortaleceu a aliança entre o Estado e a empresa privada, tanto nacional quanto estrangeira na condução desse processo de ocupação e desenvolvimento (OLIVEIRA, 1980, p. 179). Pretendia-se, com isso, de acordo com o mesmo Oliveira, “ampliar a exploração dos recursos naturais da região e com eles abrir novas frentes para a conquista de mercados externos”.

O programa previa, além disso, a ação coordenada das *Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste – Sudeco*, dos diversos ministérios envolvidos, dos governos dos estados e territórios da região amazônica e da iniciativa privada em 15 áreas, as quais constituíram objeto de planos de desenvolvimento integrado. Os projetos daí decorrentes priorizaram o desenvolvimento da pecuária e o aproveitamento das potencialidades hidrelétricas e dos recursos existentes no solo e na floresta (OLIVEIRA, 1983, p. 180). Com relação à ocupação demográfica, deixou-se de lado a questão da imigração nordestina. A partir de então, ela foi encarada como causadora de problemas na área e não mais como fator de desenvolvimento da Amazônia. Os imigrantes não eram “dotados de capital próprio”, eram considerados como tendo “baixo nível de conhecimentos gerais” e, por vezes, “viciados pela herança de um rudimentarismo técnico notório”, além de estabelecerem com os habitantes rurais da região “um mórbido regime de trocas de doenças” (OLIVEIRA, 1983, p. 182).

Nesse período a Amazônia vinculou-se cada vez mais ao “objetivo nacional de

⁴⁴ Além dos órgãos mencionados, já haviam sido implantados na região outros três, todos de relevância. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi fundada como autarquia ligada ao Ministério do Interior. Era o organismo administrador da Zona Franca de Manaus. Pretendia, como eixo central de suas atividades a integração da Amazônia ocidental ao resto do país, “mediante a criação de um centro industria e agropecuário”. A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) surgiu, por sua vez, atuando como empresa de serviços em projetos de pesquisa mineral. Como empresa de mineração, desenvolvia projetos próprios. Como empresa de financiamento, concedia recursos para a realização de projetos. Mais especificamente, segundo seus objetivos, devia trabalhar com a descoberta de minerais exploráveis, abrindo oportunidades para exploração por parte do capital privado. Finalmente, desde o ponto de vista deste trabalho, de fundamental importância, o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, órgão do Ministério das Minas e Energia, foi criado em dezembro de 1968, com representantes dos Ministérios do Interior e do Planejamento. Tinha como funções supervisionar os estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético da Amazônia. A ele competia também preparar os orçamentos e autorizar despesas, deliberar sobre as soluções técnicas possíveis, propor ao ministro as providências necessárias à execução de seus serviços e prestar contas às entidades financiadoras”. As Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) ficaram como agente executivo do Comitê. Os estudos programados por este Comitê seriam financiados pela FINEP S/A (Financiadora de Estudos de Projetos S/A) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. No relatório de 1971, segundo os autores a quem estamos recorrendo, constam os resultados de alguns estudos que indicam um potencial superior a 5 milhões de quilowatts. Os trabalhos realizados compreenderam o estudo dos mercados de energia elétrica a serem supridos em 1985 e o inventário das possibilidades de aproveitamento hidrelétrico para esse suprimento, abrangendo pólos de desenvolvimento e as respectivas áreas de influência. Nos trabalhos de inventário foram examinados 26 rios da Amazônia, sendo que em 11 foram localizados locais de aproveitamento.

desenvolvimento econômico do país”. Seu principal desempenho seria conseguido através do setor primário e, secundariamente, com produtos industrializados originados em “enclaves”. Assim, a grande empresa privada foi cada vez mais privilegiada, pois esperava-se que elas aumentassem sua produção a curto e a médio prazo.

Ao final dos anos 70, ainda se bagateliza o tamanho da área conquistada aos índios, aos posseiros e à floresta. Nos círculos melhor informados, a Amazônia já era tratada como uma espécie de “colônia” de São Paulo. Trata-se de uma presença que aumentou de forma importante durante os anos do regime militar e, principalmente, durante o “milagre econômico”. Congregando cerca de 300 investidores do sul do país, a *Associação de Empresários da Amazônia* é uma espécie de comitê executivo dos interesses de empresas como a Volkswagen, a Xerox, a Nixdorf Computer e o Bradesco. Tragicamente, o que está em jogo, além de ocupações muitas vezes fraudulentas, é a percepção de não existir “atentado ecológico quando apenas se trata de desenvolvimento”.

Abrindo uma espécie de parêntesis, o que recém foi dito é algo assumido com quase tanta desfaçatez quanto a admissão de que “ninguém sabe com precisão quais as áreas mais convenientes para determinado fim”. São observações que, ao fim, reforçam o que já foi exposto em torno da inexistência de consideração com pesquisas e estudos de qualquer natureza precedendo o comportamento empresarial. De fato, a atitude corrente era outra. Tanto assim que em entrevista dada no final dos anos 70, João Carlos Meirelles, ex-presidente da *Associação de Empresários da Amazônia* disse, em resposta a uma pergunta feita por jornalistas, que

a selva é tão grande que a área derrubada não chega a um por cento. Mas vai aumentar. É preciso. Não temos tempo para parar e estudar. Asseguro a você que é impossível deter a ocupação da Amazônia. Ainda que nós, empresários, ficássemos de braços cruzados, a população pobre continuaria agindo. Nosso papel é fazer com que a ocupação seja racional. (KELLY e LONDON, 1983, p. 38)⁴⁵

Na verdade, a sugestão de “falta de tempo para estudar” é apenas uma espécie de “racionalização” que substitui dois componentes que parecem fundamentais para as formas de apropriação das terras da região. O primeiro remete para os lucros possíveis de serem auferidos. O segundo encontra-se expressa nas palavras do “intelectual orgânico” da “marcha de Oregon”. De acordo com Paulo Yokota, ex-presidente do INCRA, “continuaremos cometendo enganos, mas há terra bastante e tempo suficiente, permitindo cometê-los” (KELLY e LONDON, 1983, p. 38). Sem que se entre em detalhes na análise da aparente discrepância na percepção de tempo, caso apreendida do ponto de vista empresarial ou governamental, o que interessa notar é que, desconsiderada a preocupação com a pesquisa e fórmulas adequadas de inserção, a “racionalidade” advogada, na verdade, não é outra coisa senão uma palavra vazia cujo emprego tira do foco uma razão instrumental que não vê como objetivo senão a apropriação da terra e que não hesita em transformar em meio o “deslocamento” de tribos indígenas. É algo cujo modelo copia o que já foi feito alguns séculos antes, mas cuja versão aprimorada começa com certeza durante os anos 60. De fato, a julgar ainda pelo exemplo registrado por Kelly e London, o que um empresário paulista fez, em 1961, foi limpar uma área de 40 mil hectares na mata virgem para instalar uma fazenda de criação de gado. Chegou a cavalo e, nos anos seguintes, abriu 600 quilômetros de estradas, deslocou duas tribos de índios, construiu uma pista para aviões e uma pequena vila, plantou grama em locais onde ela jamais crescera e transportou em caminhões milhares de cabeças de gado (KELLY e LONDON, 1983, p. 41).

Não poucos autores procuraram apresentar a política orientada pela ética. Aqui, em

⁴⁵ Lembremos, apenas para efeito de registro, que desde os anos 40, pelo menos, reclama-se “antes de tudo, uma tarefa prévia de exploração, desbravamento, análise e conhecimento, tão exato quanto possível dos recursos regionais disponíveis” (CAVALCANTI citado por NUNES, s/d, p. 10). Não obstante a ênfase nos “recursos exploráveis”, parece não restarem dúvidas quanto ao fato de que, da preocupação mais geral quanto à necessidade de estudos nasceu o Inpa.

nosso caso, a racionalidade se perde na ausência de uma ética do desenvolvimento. É o que fica uma vez mais claro, dessa vez em uma denúncia de Orlando Valverde. Nas palavras do geógrafo, no começo, ainda nos anos sessenta, eram homens que vinham, com seus machados, abrir as clareiras. Um hectare podia ser aberto por oito homens em seis dias. Depois vieram as serras elétricas e um homem passou a cortar um hectare em dois dias. Agora, uma grossa cadeia afiada é puxada por dois buldózers e desmata 40 hectares por dia (KELLY e LONDON, 1983, p. 47). São práticas não contraditórias com as imagens que constroem ideologicamente a região. Sobre isso, ainda na mesma década de setenta, provavelmente nenhum documento é mais vivo que o folder distribuído pelo Ministério das Minas e Energia e descrito por Kelly e London como “um convite à exploração”:

Até recentemente, a Amazônia foi considerada uma região pobre. Hoje ela oferece uma nova imagem e possibilidades que atraem, numa corrida competitiva, grupos empresariais e de representantes de grandes firmas de todo o país e do mundo. As coisas estão mudando rapidamente. A Amazônia não é mais a região legendária que aparece nos relatórios em geral superficiais e imprecisos de antigos exploradores, com as descrições fantásticas dos rios, da flora e da fauna. Os estudos e pesquisas realizados por toda a região demonstraram amplamente que esta é uma das poucas áreas do mundo ainda abertas à exploração econômica, com enormes recursos naturais, tais como minério de ferro, cassiterita (estanho) e bauxita (alumínio), manganês e outros minerais ferrosos e não-ferrosos. O verdadeiro potencial dos recursos naturais da região se tornou conhecido através de meticuloso mapeamento, utilizando o radar e pesquisas básicas. A melhoria dos meios de transporte e de comunicação pôs fim ao quase completo isolamento da área, encorajando a ocupação, tanto espontânea como planejada. (Citado por KELLY e LONDON, 1983, p. 55).

Na realidade, as coisas não saem exatamente da forma pintada e, em 1977, a situação é descrita de maneira que os traços de epopéia são substituídos por letras em estilo bastante trágico:

Quando deixar de chover, na Amazônia, a partir de junho ou julho, tudo recomeçará novamente: entre cem e cento e cinquenta mil nordestinos, sobretudo maranhenses, serão trazidos de seus pobres povoados do interior para derrubar grandes árvores e preparar pastagens numa floresta que desconhecem e lhes é hostil; milhares de famílias de lavradores começarão a chegar, estabelecendo-se sobretudo em Rondônia, Acre e sul do Pará, à procura de um pedaço de terra; outras, que já o obtiveram, serão ameaçadas de expulsão e, em vários casos, terão que procurar outra área; em pelo menos 4,4 milhões de hectares haverá 10.342 famílias de posseiros brigando com grandes proprietários de terra, enquanto diversos grupos econômicos tentarão regularizar a situação de 5,4 milhões de hectares que estão “grilados” em apenas seis áreas amazônicas; advogados serão recrutados para desfazer situações litigiosas ou resolver manobras irregulares; milhares de hectares de terras continuarão sendo vendidos e revendidos e os órgãos públicos procurados com insistência, tentarão acompanhar todos esses movimentos. (PINTO, 1980, p. 3)

Por outro lado, como já foi observado para um outro período, para um outro quadro, também assistimos aqui, na década de setenta, o fenômeno do despovoamento. Assim, “a instalação de grandes fazendas no interior da Amazônia está provocando um efeito contrário ao desejado pelo Governo”. Na verdade, “ao invés de atrair um maior número de pessoas, essas fazendas estão esvaziando certas áreas da região”. Entre seus feitos, está o de expulsar o ocupante tradicional sem que consiga fixar “a grande maioria dos trabalhadores que trazem para desmatar as áreas destinadas à pastagem” (PINTO, 1980, p. 45)⁴⁶.

⁴⁶ Circunstancialmente, os questionamentos sobre a importância estratégica dos projetos agropecuários para “a boa ocupação da Amazônia” foram feitos. Conforme as observações de Pinto, eles absorvem muitos recursos, criam poucos empregos, “ocupam terras que poderiam estar sendo utilizadas para a agricultura, derrubam árvores que deveriam estar sendo exploradas racionalmente e provocam a expulsão do ocupante tradicional,

Foi dito acima, que a tríade matricial sobre a qual falamos reverbera, em seu funcionamento e efeitos, nos mais diferentes segmentos sociais. Recém foi mencionado também o fato de a exploração dos recursos minerais estarem – ao lado da pecuária e do potencial hidrelétrico – entre aqueles cuja realização era fortemente estimulada pelo Estado. Sem embargo de tudo o que poderia ser dito sobre a quantidade de recursos daí retirados, e permanecendo no quadro daquilo que o Ministério das Minas e Energia considerava como ocupação espontânea, sem considerar o já suficientemente usado exemplo de Serra Pelada, o que parece ter sido regra geral, nesse âmbito é a instituição de lugares de mazelas. Assim, em Cumaru, no Pará, ainda no início dos anos oitenta,

cerca de 18 mil garimpeiros sujos e famintos, vivendo miseravelmente em uma selva hostil que somente lhes entregava seu ouro a um preço muito elevado: malária, disenteria, solidão e subnutrição. À medida que novas estradas facilitavam o acesso à selva, dezenas de milhares de brasileiros – na maioria lavradores pobres, mas incluindo também advogados e empresários vieram tentar fortuna... O achado de uma pepita faz com que, da noite para o dia, milhares de garimpeiros se concentrem em determinada área. Foi isso o que aconteceu quando se descobriu ouro em Cumaru, no dia 21 de novembro de 1980. Logo depois, os garimpeiros começaram a morrer nas disputas de terras, de mulheres e de álcool. [Ao lado de tudo isso], os garimpeiros invadiram as terras dos índios. [Apesar das preocupações do representante do Conselho de Segurança Nacional que dava plantão área,] os limites das reservas dos índios [permanecia] um constante problema... [Era o que exemplificava] como as idéias concebidas em Brasília estão longe da realidade da selva. Os limites das reservas existem no papel... Possesiros, fazendeiros, garimpeiros, lenhadores - todos ignoram as terras dos índios e continuarão ignorando-as, enquanto julgarem que assem terão lucros... (KELLY e LONDON, 1983, p. 150)

O destino de muitos seringueiros não escapou a situações muito diferentes.. No Acre, na segunda metade da década de setenta, eles constituíam pelo menos trinta mil famílias. Viviam quase sem contatos, “isolados em “colocações” situadas nos altos dos rios, no rumo das fronteiras”. Com a cumplicidade dos meios governamentais, no bojo de toda uma política de estímulos á grande propriedade agropecuária, “foram apanhados de surpresa pela mudança de donos e mesmo de mundos”. Não foram poucos os que, expulsos das terras que ocupavam, formaram novas correntes de migrantes (PINTO, 1980, p. 12).

A essa altura, a questão indígena já atinge dimensões inimagináveis ao tempo da colonização. Desde então, a imagem do “selvagem” já o havia destituído da condição de sujeito. Depois, a escravidão, as doenças dos brancos e os assassinatos. Não bastasse isso, como observou Robert Goodland, com a destruição recente da floresta, destrói-se, ao mesmo tempo um *habitat*. A população autóctone sabia sobreviver e explorar em um espaço que progressivamente deixou de existir (KELLY e LONDON, 1983, p. 31).

Na década de oitenta, a questão da defesa nacional não desapareceu do cenário e uma das preocupações que permanece como eixo de ação é a “estruturação do espaço acumulado”. O país está sendo caracterizado como “ainda em expansão territorial” e, no que diz respeito diretamente à análise aqui desenvolvida, a Amazônia continua a ser considerada um problema. Na verdade, um “problema de grandes proporções”. Nas palavras de Faissol,

urgia enfrentar a questão do aproveitamento de uma “região florestal” durante séculos dedicada a agricultura de subsistência e ao extrativismo vegetal, mas

além de serem responsáveis por um dos maiores contingentes de população flutuante do país (PINTO, 1980, p. 57). O que implica dizer, conseqüentemente, que a” intensa movimentação de compra e venda de terras, seguida da formação de muitas novas propriedades “não tem gerado um desenvolvimento do setor primário da economia” (PINTO, 1980, pp. 44-45).

que nos dias de hoje adquire uma nova dimensão no panorama nacional, pelo que ela encerra de possibilidades futuras, principalmente quanto a sua integração efetiva no espaço econômico brasileiro, através de uma exploração racional de suas potencialidades”. (FAISSOL, 1994, p. 96)

De fato, esse é um dos pontos consensuais em torno da região. Um consenso que continua fazendo jogar os elementos da tríade. Mais concretamente, é constatado que, embora o quadro atual revele uma maior ocupação do território, “ainda hoje (final dos anos 70, JRSF), a Amazônia se comporta, em sua maior parte, como uma área subeconômica, de enormes proporções” (FAISSOL, 1994, p. 87).⁴⁷

Nesse quadro, continuam colocadas a vitalização desenvolvimentista das faixas fronteiriças, a busca de integração territorial e o robustecimento da unidade nacional (MATTOS, 1979, p. 18). Sem desprezar outros objetivos, essas são algumas das preocupações predominantes quando, em 1981, surge o *Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil*, que alcança a zona de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho, o oeste e o noroeste do estado de Mato Grosso e Rondônia, região de grande fluxo de migração destinado ao setor agrícola (OLIVEIRA, 1983, p. 184).

Convém não esquecer, no entanto, que, no que se refere à segurança interna e, mais especificamente, no tocante à administração das terras, graças aos conflitos sociais em torno da terra, a grande novidade foi a criação, em 1980 do *Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins* – GETAT, que, até 1985, esteve ligado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Desde de sua criação, o GETAT assumiu algumas das atribuições do Incra. Seus objetivos gerais foram definidos como coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária. Sua atuação compreendia o sudoeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, não ficando muito claro os limites precisos dessa área. Seu presidente seria um representante da *Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional*.

Além de contar com um verdadeiro arsenal jurídico para proceder à regularização fundiária, o GETAT ainda podia, segundo técnicos do governo, mobilizar outros organismos federais na busca de solução para os problemas existentes. E isso, na medida em que possuía uma especificidade naquele então cada vez menos rara: sua vinculação à presidência da República através do *Conselho de Segurança Nacional*.

Na realidade, não era nova a atenção especial do poder central pela questão agrária na região. À parte das preocupações gerais provenientes da doutrina da segurança nacional, que permeavam as iniciativas do Estado, já atuava naquele espaço geográfico a *Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins* – CEAT. Segundo o decreto-lei que a tornou possível, tais coordenadorias seriam criadas apenas “nas áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional”. Ainda que funcionassem na estrutura básica do INCRA, só poderia existir depois de ouvida a *Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional*⁴⁸.

Para melhor compreensão do significado exato da ingerência do Conselho de Segurança Nacional nos problemas agrários do norte do país, é imprescindível situar seu papel no aparato do Estado. Pela Constituição vigente à época, ele era o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao presidente da República. Isso, nos casos de “formulação e execução da política de segurança nacional”. A partir do momento em que indicasse e contribuísse para estabelecer “as áreas indispensáveis à segurança nacional”, caberia a ele o “assentimento prévio” para a concessão de terras, abertura de vias de transporte, instalação de meios de comunicação e outras medidas semelhantes⁴⁹.

⁴⁷ Com o mesmo conteúdo, com formulação um tanto diferenciada, nos dirá ainda Faissol que “as áreas de menor densidade demográfica estendem-se pela zona mais interior” “principalmente” da “região Amazônica, onde a ocupação humana se fazia muito esparçadamente ao longo dos rios, mas que, atualmente, tem recebido uma grande leva de migrantes, para a qual tem contribuído grandes eixos rodoviários de caráter continental, como são os casos da Belém-Brasília e mais recentemente, da Transamazônica (FAISSOL, 1994, p. 87)

⁴⁸ Na verdade, criação acompanhada um similar: o Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM.

⁴⁹ E isso significa, ao contrário do que pensava Almeida (1981, pp. 24-41), sem meias palavras, intervenção do

O motivo primeiro para a criação do GETAT foi, certamente, a crença na existência de perigo para a “segurança interna” a partir daqueles lugares. Isso significava, na linguagem do decreto-lei nº. 898, de 1969, “ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no país”. Ou mais concretamente, conforme opinião de um oficial, citado por Ricardo Kotscho na Folha de São Paulo de 20 de agosto de 1981, a suposta constatação de que “esta é uma área super carente, um campo fértil para a subversão, porque a população sempre precisa de ajuda, venha de quem vier”.

Tomado o ano de 1985 como marco, ainda que essa matriz – cuja observância é vista a partir da ótica de alguns agentes que entrevistaram na região e, mais recentemente, principalmente, através do mais importante entre eles, o Estado – tenha sido ampliada e reconhecida em nível nacional, seu funcionamento, seus efeitos, não estão isentos de conflitos, de tensões, de esforços de ajustamentos e tentativas de retransmissão. De fato, as características das décadas que o antecederam é a variedade, a dispersão e o aumento dos aparelhos criados para “fazer-falar” a Amazônia. E, ainda assim, que seja enfatizado, o que se escuta, o que se registra, o que se transcreve e redistribui não foge à matriz denunciada.

É bem verdade que a pergunta que neutraliza a matriz foi formulada não poucas vezes, em não poucas variantes. Insistir no discurso da ocupação justificada pela afirmação de um vazio, de uma riqueza e de uma vulnerabilidade que não levam em conta as condições ecológicas específicas bem como as populações historicamente presentes, deixando de ouvi-los, de saber das suas sugestões, de auscultar seus ensinamentos, de prestar ouvidos ao som da sua dor não é, afinal o mais espetacular entre os contra-sensos? Muitos acreditaram que sim e deixaram de olhar a região com o olhar que a nomeia como vazia, rica e vulnerável.

Quem por aí caminhou não deixou de realizar esforços no sentido da criação de um novo quadro de referências sobre a Amazônia. Ainda que sem muito rigor, “mas em compensação com inegável sensatez”, cientistas que estudaram a Amazônia sugeriram, por exemplo, limitar “a área a ser ocupada pelo homem em dez por cento da superfície total”. Os noventa por cento restantes, onde existe quase como “reminiscência nostálgica” a maior e mais homogênea floresta tropical do globo, sua maior bacia hidrográfica e provavelmente sua última grande “fábrica” de oxigênio, “teriam que ser preservados do machado e da natureza predadora do desbravador”.

Por idealista que possa parecer, e isso não importa aqui, Há um futuro sendo defendido aqui. Ele recusaria, em nome da humanidade, em primeiro lugar, a transformação desse “patrimônio universal num cenário estéril e irremediavelmente acusador” (PINTO, 1980, p. 67). Depois, mas não sem importância, se coloca a criação de um novo imaginário sobre a região. Um imaginário que possibilita a instituição de um olhar para a Amazônia que não veja na ocupação, por exemplo, a desocupação.

É verdade que o movimento social realmente existente rejeitou essa consciência que era excedentária em relação àquela definitivamente envolvida no imaginário da região. Mas não parece tê-la eliminado. Aliás, se faz sentido o que já foi dito por Benjamin (1981), parece ser tarefa das atuais gerações resgatar das ruínas os projetos de vida das populações que fizeram da Amazônia seus sonhos de passado, presente e futuro. E se isso pode ser acrescentado a uma intenção de objetividade, para o período e o espaço delimitados neste trabalho, temos que voltar a atenção por um lado, para as ações do Estado que, ali, na Amazônia oriental, no *Programa Grande Carajás*, investiu alguns bilhões de dólares na conformação de um gigantesco projeto de exploração de recursos naturais. Por outro, a atenção estará dirigida para as ações de homens, mulheres e crianças que, frente ao que de ameaça significam aquelas ações, deflagram um significativo movimento

Executivo com a conseqüente neutralização – pelo menos, dependendo dos casos, relativa – do “poder local” (coisa, aliás, que, na época, ainda precisaria ser qualificada enquanto instância federal. De fato, “o funcionamento daquele órgão traz consigo um maior poder de decisão e controle do Estado sobre toda a área” (SANTOS FILHO, 1981, p. 38).

de resistência. Entre um e outro atores, muito concretamente, a construção de um lago artificial que abrigará uma barragem, a de Tucuruí.

Conclusão

“Poucos conceitos são tão equívocos como o de região”. É uma afirmação de Labasse (1971, p. 397) que expressa, pelo menos, uma polêmica de bom tamanho. Assim como o espaço, é objeto de disputa entre os especialistas de todos os tipos, principalmente entre os geógrafos. Em princípio, falar sobre ela é sempre atribuição de uma identidade cujos critérios de instituição são reivindicados como os mais objetivos possíveis. Não por acaso não faltam aqueles que chegam a formular como critérios de nomeação da Amazônia sua vegetação ou, mesmo, seu clima.

Que se persista, como exemplo, no caminho que o próprio Labasse arrisca. Ele é emblemático, já que, apesar de desprezado pelas citações mais recentes, expressa claramente o problema das definições das categorias das Ciências Sociais em geral e da Geografia em particular. Segundo ele,

a existência de regiões parte da característica primeira do espaço, diferenciado e não uniforme. São os compartimentos desse espaço onde, do fato da natureza e das transformações que lhe são investidas, os homens coabitam em solidariedade de economia e de costumes. (LABASSE, 1971, p. 398)

Trata-se de uma percepção que implica uma “coordenação de origem urbana ao mesmo tempo que uma relativa autonomia em relação aos agrupamentos territoriais vizinhos”. De fato, “a presença de um centro é uma condição necessária de sua existência, se não for sempre suficiente” (LABASSE, 1971, p. 491). Em outras palavras, em uma aproximação ao conceito de região, é indispensável considerar noções como espaço, diferenciação, solidariedade, natureza, transformação, economia, costumes, urbano, agrupamento territorial, autonomia (relativa), centro.

Pode ser que, à primeira vista, considerada a necessidade de definição de um único conceito, a quantidade de elementos a serem compreendidos é inflacionado. A favor, diga-se que o corpo de uma ciência implica uma verdadeira rede de expressões que funcionam como elos, cada um dos quais indispensáveis aos outros. Que seja lembrado, no entanto, que a realidade objeto da definição procurada aqui já é definida, de antemão, como região. Há uma espécie de *a priori* que orienta a relação com ela. Mais que isso, que determina a aproximação em direção a ela. De fato, dificilmente seria imaginável, hoje, a Amazônia fora de sua nomeação como região. Ocorre que, no reconhecimento do nome, termina o terreno do consenso. Em outras palavras, para responder ao porquê a Amazônia é uma região, um conceito de região torna-se imprescindível.

Um passo aceitável academicamente seria retornar às diferentes caracterizações inventariáveis na bibliografia e proceder à aplicação do conceito que melhor conviesse à realidade. Por opção metodológica, neste trabalho, optou-se por verificar algumas das determinações que apareciam como caracterizando a Amazônia. Elas são fundamentais para a compreensão da especificidade dos acontecimentos que lhe são próprios. Para isso, foram averiguadas as representações elaboradas em torno dessa realidade concreta conhecida como região amazônica. E, sobre ela, foi inventariado, em um primeiro momento, a existência de imagens aparentemente contraditórias.

Considerados estritamente no plano de uma teoria do conhecimento, são imagens pré-selecionadas e pré-enformadas. São usadas, “não tanto por acaso”, por pessoas que estão, “consciente ou inconscientemente”, tomadas por uma “visão particular”. Pessoas comuns e correntes, certamente, mas também estão aí analistas, planejadores e administradores dos mais diferentes feitos e procedências. De fato, “a mão morta” de gerações que desapareceram, “determinou, sem possibilidade de apelação o padrão do passado” (CARR, 1978, p. 16). Em outras palavras, a história acessível, “embora baseada

em fatos, não é, para dizer a verdade, absolutamente fatural, mas uma série de julgamentos aceitos”⁵⁰.

Problema para o investigador, certamente. Afinal, segundo essa linha de argumentação, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda”. São eles quem decidem (não de forma totalmente arbitrária, certamente, já que a intencionalidade está marcada pela cientificidade) “quais fatos vêm à cena”, “em que ordem ou contexto”, bem como o que devem dizer. Além disso, como já foi sugerido, “nunca chegam “puros”, “não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador” (CARR, 1978, p. 23). “Julgamentos aceitos”, tornam-se objetos de um olhar que os interpreta, que os valora. Afinal, “nós podemos visualizar o passado e atingir nossa compreensão do passado somente através dos olhos do presente” (CARR, 1978, p. 23). O que parece ser, aliás, um jogo de circularidades, já que, o presente, por sua vez, dificilmente pode ser destacado do passado. Não bastasse isso, a intenção de cientificidade necessariamente obriga “usar a imaginação para compreender”. O vínculo com o objeto precisa ser, portanto, duplamente qualificado na direção da objetividade. Afinal, não há imaginação sem um material, sem um conteúdo cujas origens são, no imediato, de fontes nem sempre identificáveis.

“Imagens pré-selecionadas”, “mão morta”, “padrão do passado”, “jogos da imaginação”: não há como fugir a essas determinações no momento da “classificação”. O que dá no mesmo se mencionamos “interpretação”. São meios sem os quais perderiam significado até mesmo as esferas da vida cotidiana⁵¹. A vida do dia-a-dia só pode ser entendida como “uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles” (BERGER e LUCKMANN, 1978, p. 35).

Metodologicamente, convém aceitar, portanto, que o nome sinaliza uma identidade, uma identidade que não se separa de imagens, imagens que, herdadas de gerações passadas, funcionam como registros a partir dos quais se classifica, se interpreta e se valora; registros que fazem par à imaginação e aos sentidos. Isso aceito, ocorre a necessidade de impor como tarefa trabalhar na identificação de elementos cujas presenças parecem fazer parte das próprias formas de percepção da região. No caso, mais particularmente, interessou localizar a matriz cuja singularidade é ser referência mediante a qual são pautados o conhecimento e o comportamento dos quais a Amazônia é objeto. O imprescindível para sugerir que essa matriz se constitui no núcleo de um imaginário sobre a região. Além disso, em um outro nível, seus componentes tornam-se traços de ideologias que emprestam legitimidade a envolvimento em torno da Amazônia⁵².

O núcleo matricial funciona como um código – nem sempre verbalizado, nem sempre às claras, mas sempre presente – que possibilita tanto a classificação como a interpretação. Por tudo isso, no entanto, funciona também como referência de orientação para o olhar que olha a região e dirige a ação. Compreendê-la dessa forma implica reconhecer que a tríade *vazia/rica/vulnerável* é constitutiva de um universo de discurso. De fato, esse núcleo matricial pode ser apontado como constitutivo dos discursos que estabelecem poderes

⁵⁰ A citação é de G. Barraclough. Nós a encontramos em Carr, 1978, p. 17.

⁵¹ Ademais, consideradas através das discussões em torno dos papéis dos sentidos, tanto a “classificação” como a “interpretação” já possuem um desempenho nas formas mesmo de percepção. Assim, “mesmo a percepção dos sentidos é governada pelos mecanismos que tornam nosso conhecimento do mundo exterior altamente inferencial. Não recebemos impressões elementares. Nossas impressões dos sentidos são, elas próprias, construídas pelo sistema nervoso, de tal modo que trazem consigo, automaticamente, uma interpretação do que vêem ou ouvem ou sentem” (BRONOWSKI, 1978, p. 29). Ainda que com enfoques eventualmente diferenciados, a aceitação dessa tese é cada vez mais extensa e coloca problemas que o empirismo dos séculos XVII e XVIII não estava em condições sequer de imaginar. Para uma leitura que estimule uma abordagem epistemológica, além do já mencionado Bronowski, ver Popper e Eccles, 1991 e 1992. Para uma apreciação a partir do enfoque do sujeito, ver Santos Filho, 1993.

⁵² As relações entre imaginário e ideologia, na forma como são tratadas aqui não é de aceitação consensual. Ver, por exemplo, Chauí, M. (1988, em especial p. 21). Aqui, elas serão trabalhadas na imbricação entre a justificação e a legitimação. É, para todos os efeitos, uma representação de uma situação social proposta como adequada, ainda que, freqüentemente refira-se a uma condição que é flagrantemente problemática. Busca, de fato, menos uma descrição do mundo que “o reforço da coesão de um grupo”. Dessa forma tem como função motivar as pessoas e legitimar certas práticas” (FOUREZ, 1995, p. 179).

sobre a região⁵³. Entre seus efeitos, são instituídas condições para o surgimento e a sedimentação de significados que não reconhecem a ocupação feita pelo índio, em um primeiro momento, ou pelo posseiro, mais tarde. Da mesma forma, em parte bastante considerável das análises existentes, sugere-se que, de fato, a região foi criada pelo Estado⁵⁴. O que obriga admitir que, nesse quadro, a condição e eficácia dessa tríade matricial é funcionar também como uma das engrenagens fundamentais de uma abordagem ideológica sobre a região⁵⁵.

Ao funcionar como código, o núcleo matricial inscreve-se entre os mecanismos do conhecimento como um pressuposto. Na vida do dia-a-dia, nas esferas da realidade da vida cotidiana, as coisas tidas como pressupostos são afirmadas sem questionamentos. São tidas como dadas. (A) parecem (como) naturais aos agentes sociais. No caso específico, ao conceber a Amazônia como um objeto vivenciado por olhares, torna-se admissível relacioná-la através dos mais variados jogos de identificação, com certeza, com o que é compreendido sob o nome *região geográfica*. É uma relação que leva a objetos com definições minimamente similares a isso que se conhece como Amazônia. Não obstante, usando despididamente a Schutz, é mister reconhecer que cada uma das regiões em que o Brasil pode ser dividido – cada um destes tipos “têm seu modo típico de ser vivenciado, e o próprio modo típico é um elemento de nosso estoque de conhecimento à mão” (SCHUTZ, 1979, p. 117).

Assim, ao usar um nome específico, reconhece-se uma tipicidade também específica. Afirmar a singularidade da Amazônia, portanto, sugere, certamente, reconhecê-la a partir do que é típico⁵⁶. Tipificá-la, por sua vez, tornou-se expressá-la através de uma matriz que a identifica e, conseqüentemente, a diferencia. Em outras palavras, tipificá-la significa percebê-la, implícita ou explicitamente, como rica, vazia, vulnerável.

Parodiando DUBY – isso fica claro em toda a história da instituição da Amazônia e mais claro ainda em situações de conflitos particularizadas -, tem-se à disposição do poder uma referência que possibilita “uma imagem simples, ideal, abstrata”, que faz da ideologia “um projeto de agir sobre o vivido”. É certo que, frente à necessidade de eficácia da ação, “é preciso que não seja demasiado grande a disparidade entre a representação imaginária e as “realidades” da vida” (DUBY, 1982, p. 21). Essa tríade, através de seus conteúdos, pretende um espelhamento da realidade. E, no entanto, espelhar não significa aqui uma imagem simplesmente invertida. É, concomitantemente, ocultamento. É ocultamento imbricado na classificação, na interpretação e, certamente, na orientação que a própria tríade oferece à ação sobre a região.

Retomando o fio condutor dos comentários, no entanto, o que torna atraente e problemática tal conclusão, é a adoção de categorias da Geografia que não funcionam de forma totalmente qualificada na situação estudada. Em outras palavras, como já foi assinalado, no próprio processo de formação das categorias analíticas é possível identificar um mecanismo que enviesa o conhecimento.

⁵³ Essa matriz de classificação, de interpretação e de orientação parece ser partilhada por seguimentos sociais substantivamente diferenciados.

⁵⁴ É uma percepção que, sabemos, carrega uma elevada dose de ingenuidade. Como nos informa Velho, “apesar do peso crescente das iniciativas do Estado no processo de desenvolvimento, o fato é que elas só se tornam em geral viáveis quando carregadas do senso de aproveitamento de determinados movimentos sociais” (VELHO, 1981, p. 93).

⁵⁵ Sugerindo a obra de Mario Travassos, *Projeção continental do Brasil*, considerado por alguns como o “primeiro ensaio geo-político do Brasil”, Pandiá Calógeras, homem de governo, diz ser “luminosamente claro o papel pacificador, com poder de coordenar e de suavizar conflitos que pode caber ao Brasil” (TRAVASSOS, 1935, p. 7). Um papel, diga-se de passagem, em que a afirmação da região é pressuposta. Consideradas nossas preocupações, grosso modo, chamaremos uma proposição de ideológica “se ela veicula uma representação do mundo que tem por resultado motivar as pessoas, legitimar certas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critérios utilizados. Dito de outro modo, quando tiver como efeito mais o reforço da coesão de um grupo do que uma descrição do mundo”. Estamos, portanto, realizando uma crítica da ideologia na medida em que colocamos em “evidência os pontos de vista, as origens e os critérios subjacentes aos discursos ideológicos” (FOUREZ, 1995, pp. 179-180).

⁵⁶ E isso é recorrente na bibliografia. Tenhamos em mente as preocupações de Andrade, tal como as citamos nos primeiros parágrafos deste artigo.

Foi dito, seguindo DUBY, que não pode ser grande a disparidade entre a representação imaginária e as “realidades” da vida. Afinal, a representação imaginária não pode estar dissociada de uma interpretação, de uma classificação, de uma percepção. Ao falar em povoamento, o geógrafo não mente, certamente. Ao descrever o que vê, pretende um espelhamento da realidade. Um espelhamento que, conforme vimos, obedece a uma matriz e realiza um ocultamento. Ao manipular as categorias a partir das quais procede a uma aproximação em relação à tríade matricial, a inadequação é, repita-se, mais precisamente, um ocultamento. O que parecia ser, a princípio, um mecanismo a partir do qual uma região é identificada por um nome, tornou-se um componente de um discurso de viés ideológico. E, sempre que isso ocorre, a questão a enfrentar parece ser sua transformação em verdade, sua pretensão de verdade. Mais que isso, em verdade naturalizada e, certamente, instrumentalizada.

A partir daí, se o que se percebe, se pensa e se diz é marcado por uma representação enviesada da realidade, tornam-se problemáticas também as atitudes que cristalizam a forma pela qual se compreende e se aceita a região. E o que torna esse mecanismo mais perverso é seu efeito cumulativo. É quando as idéias de “imagens pré-selecionadas”, “mão morta”, “padrão do passado” assumem toda sua concretude⁵⁷. Uma concretude que, através de gerações, torna-se perceptível como senso comum. É algo que se transforma em traço discursivo decisivo sobre a Amazônia. É algo instituído como saber-poder-fazer⁵⁸. É algo que provoca um certo tipo de assujeitamento. No correr dos anos, multiplicam-se os discursos sobre a região. É verdade que seus pólos geradores podem deslocar-se de acordo com conjunturas, necessidades e vontades. Mas a matriz está ali, presente. Ademais, não parecem restar dúvidas sobre a criação de um domínio discursivo que impede a manipulação de certas vozes e, não raras vezes, as afirma como inexistentes ou silencia sobre elas⁵⁹.

O que parece ser de importância é reafirmar que as interdições, o desconhecimento e o silêncio frente a segmentos que desaparecem no uso da tríade matricial – os índios em um certo momento, os posseiros em outro, por exemplo – aparecem como funcionamentos e efeitos específicos de um saber criado em torno da Amazônia. Nas formas de atuação da malha de instituições que tomam parte da criação e recriação daquela matriz pode ser localizado, com risco de repetição, um “poder-saber-fazer”. Isso considerado, o que é perceptível historicamente, é a ampliação do domínio do que se pode, se sabe e se faz sobre a Amazônia. Da mesma forma, cresceu e se aperfeiçoou a malha de instituições em condições de “poder-saber-fazer”. É provável que, a partir dos anos 50, mas com certeza a partir dos anos 60, tenha acontecido uma espécie de estímulo ao “poder-saber-fazer” sobre a Amazônia. Um estímulo que, com ênfase, não afasta ou anula aquela tríade matricial, mas que se aproveita dela em “novas” percepções que funcionam e são efeitos⁶⁰.

Gerência da região, regulamentação em nível de detalhes, sua inserção definitiva em

⁵⁷ Já observamos isso. Mas as imagens que povoam as credences em torno da floresta persistirão através dos tempos. Assim, em texto escrito na década de setenta, onde são fixadas as impressões sobre uma faixa da floresta situada a poucos minutos da capital do Estado do Pará, escreve Mesquita, não conseguindo fugir ao patético: “A mata tropical, amazônica, nos envolve. Enfim! Nada tem de brutal ou de hostil, de emaranhada, selvagem ou agressiva, de aberrante ou aterrador. Seria antes um parque de sonho”. Segue, como que inconformado com uma beleza que existe sem a cumplicidade do homem: “Mais baixo, folhagens estranhas de largas folhas.. como se, faltando um toque de cor para animar a monotonia dos verdes, tivessem sido plantados por algum jardineiro-paisagista (que não o Burle Marx, evidentemente (sic) dando vida, assim, ao jardim criado e ordenado ‘pela própria natureza’” (MESQUITA, 1974, p. 95).

⁵⁸ Apesar da falta de fidedignidade teórica, a expressão é de Foucault. Também são dele alguns elementos do quadro analítico que aqui instrumentalizamos. Ver Foucault, 1978, 1975 e, principalmente, 1985.

⁵⁹ É provável que a criação do GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, e a clara sedimentação de uma postura ideológica firmada sobre aquela matriz, seja o exemplo mais “acabado” de manifestação disso a que nós estamos nos referindo. Ver Santos Filho.

⁶⁰ Essa tríade matricial, ao mesmo tempo em que informa a leitura das circunstâncias, parece travestir-se com suas marcas. E se Schutz está certo ao dizer que o mundo fático de nossa experiência só pode ser vivenciado, desde o início, como típico, aceitando o risco da redundância, é inevitável que a percepção recorrente sobre a Amazônia se fortaleça a cada experiência que se volte a ela.

um padrão chamado “nacional”. Um padrão em que aquela tríade matricial é reproduzida e fortalecida. De tal forma que a região sobreleva-se, onde o poder público transforma-se em catalisador e reproduzidor em nível macro (e micro). Em definitivo, estabelece-se uma imagem com traços estáveis e permanentes sobre a Amazônia. Uma imagem em que a região é tomada ao mesmo tempo como anedota, objeto de análise e alvo de intervenção. Uma imagem que os movimentos sociais, nadando na contramão, tratam de desfazer, inaugurando registros que não são, em seus movimentos instituintes, senão tipicamente hereges.

Bibliografia consultada

AGASSIZ, L.; CARY, E. Viagem no Brasil (1865-1866). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ALMEIDA, A. W. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: ALMEIDA JUNIOR, J. M. (org.). Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDERSON, A. B. Smokestacks in the rain forest: industrial development and deforestation in the Amazon basin. Belém: Museu Goeldi, 1989.

ANDRADE, E. W.; ANDRADE, L. Obras do destino: o ambientalismo oficial. Tempo e Presença. Rio de Janeiro, 1988. n.º. 330.

ANDRADE, M. C. Paisagens e problemas do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, M. C. A política de produção de energia. In: _____. Tradição e Mudança. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRONOWSKI, J. As origens do conhecimento e da imaginação. Brasília: Ed. UnB, 1985.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, pp. 27-37, 1987.

CARDOSO, F. H., MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARR, E. H. O que é história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978;

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. A descoberta da imaginação, as encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

COMBLIN, J. A. A ideologia da segurança nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CRULS, G. Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a

experiência dos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7. nº.19, pp.40-55, jun. 1992.

DAVIDOFF, C. Bandeirantismo: verso e reverso. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, G.L.S.; CASTRO, M.C. A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola. São Paulo: IPE/USP, 1986.

DUBY, G. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

FAISSOL, S. O Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FAORO, R. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. v. I e II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FLORENSE, H. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829. Tradução Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix, 1977.

FOUCAULT, Michael. Surveiller et punir: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michael. História da loucura. São Paulo: Perspectivas, 1978.

FOUCAULT, Michael. Sobre a geografia. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp. 153-166.

FOUCAULT, Michael. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora, 1985.

FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: EDUNESP, 1995.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, A. Amazônia, desenvolvimento para quem? desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

IANNI, Octávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

KELLY, B.; LONDON, M. Amazônia: um grito de alerta. Rio de Janeiro: Record, [s. d.].

LABASSE, J. L'organisation de l'espace. Paris: Hermann, 1971.

LIMA, L. C. O controle da imaginação: razão e imaginação no ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, E. Amazônia, a última fronteira. Rio de Janeiro: Codeni, 1981.

MATTOS, M. O pensamento estratégico brasileiro: projeções das influências de nossa continentalidade. Defesa nacional, Rio de Janeiro, v. 66, nº. 686, pp. 5-18, 1979.

MEIRELLES FILHO, J. Amazônia: o que fazer por ela. São Paulo: CEN, 1986.

MENDES, A. A invenção da Amazônia. Belém: UFPA, 1974.

MESQUITA, A. Brasil: viagem ao norte e nordeste. São Paulo: Martins, 1974.

- MESQUITA, Z. Os espaços do espaço brasileiro em fins do século XX. São Paulo: Terra Livre, AGB, 1988. pp. 9-38.
- MORAES, R. Meu dicionário de cousas da Amazônia. Rio de Janeiro: [s. d.], 1931.
- MORAES, R. Na planície amazônica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- MORAIS, F.; GONTIJO, R.; CAMPOS, R. O. Transamazônica. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MOREL, E. Amazônia saqueada. São Paulo: Global, 1984.
- NUNES, O. Introdução ao estudo da Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [s. d.]. v. CXLV.,
- OLIVEIRA, E. de A. Ocupação Humana. In: _____. Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo, FFLCH, 1980. (mimeogr.).
- OLIVEIRA, A. U. O modo capitalista de pensar e suas “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrios regionais no Brasil: reflexões iniciais. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.3, pp. 21-36, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). Novos rumos da geografia brasileira. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. Integrar para (não) entregar. 2ª. ed. Campinas: Papyrus, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Edusp, 1997.
- OZIREZ, L. A luta pela Amazônia. São Paulo. Fulgor, 1962.
- PINHEIRO, A. À margem do Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- PINTO, L. F. Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.
- POPPER, K.R.; ECCLES, J. C. O eu e seu cérebro. Brasília: UnB, 1991.
- POPPER, K.R.; ECCLES, J. C. O cérebro e o pensamento. Brasília: UnB, 1992.
- RANGEL, A. Inferno verde. Tours: Typographia Arrault, 1927.
- SADER, R. T. Espaço e luta no Bico do Papagaio. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.
- SADER, R. T. Lutas e imaginário camponês. Tempo Social: Revista de Sociologia. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 115-25, 1990.
- SANTOS FILHO, J. R. Getat: malabarismo jurídico e prática repressiva. Reforma Agrária, v.11, n. 4, pp.37-41, jul./ago., 1981.
- SANTOS FILHO, J. R.; SILVA, P. F. Eletronorte: poder e impunidade. Reforma Agrária, Campinas, v.14, n. 4, jul./ago. 1984 a.
- SANTOS FILHO, J. R., Terra por Terra na Amazônia paraense, Reforma Agrária, Campinas, vol. 14, n. 5/6, set./dez., 1984 b.
- SANTOS FILHO, J. R. Condição e resistência camponesa: práticas de construção e demolição da heteronomia da vontade do trabalhador rural. Perspectivas, São Paulo, v. 11, pp. 65-82, 1988.
- SANTOS FILHO, J. R. Amazônia: processos de valoração e registros simbólicos. Perspectivas, São Paulo, v. 15, pp. 59-68, 1992.

- SANTOS FILHO, J. R.. A “Teoria dos três mundos” e uma aproximação ao sujeito em Popper. In: _____. (org.). Indivíduo, classe e ciência. Araraquara: Facile, 1993.
- SCHUTZ, A. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SOARES, L. C. Amazônia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. [s. i.]: [s. d.], 1963.
- SOUZA, L. M. O diabo e a terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SPIX, M. Viagem pelo Brasil, 1817-1820. São Paulo: [s. n.], 1976. v. 3.
- TAMER, A. Transamazônica: solução para 2001. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- TOCANTINS, L. Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- TRAVASSOS, M. Projeção continental do Brasil. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1935.
- VAINER, C. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (ed.). Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1990.
- VALVERDE, O.; DIAS, C. V. A rodovia Belém-Brasília. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.
- VALVERDE, O. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VÉDRINE, H. Les grandes conceptions de l’imaginaire: de Platon a Sartre et Lacan. Paris: Librairie Générale Française, 1990.
- VELHO, O. G., Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Recebido em: setembro de 2006
Aprovado em: novembro de 2006

Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil

Sérgio Leite

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1998)
 Professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
 Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq (Nível 1D)
 Endereço profissional: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – Av. Presidente Vargas, 417, 8º. Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20.071-003
 Telefone: (21) 2224-8577, Ramal: 214. Fax: (21) 2224-8577
 Endereço eletrônico: sergiopereiraleite@pesquisador.cnpq.br

Resumo

Este artigo analisa criticamente seis argumentos que atribuem ao processo de distribuição de terras sua obsolescência no Brasil nos dias atuais. Para tanto pretendemos aprofundar cada um desses aspectos de forma a problematizar o significado da reforma agrária no contexto nacional. São eles: 1) o *agronegócio* possui a capacidade de resolver os problemas do desenvolvimento no campo; 2) a reforma agrária não acarreta impacto econômico na sociedade brasileira; 3) não há disponibilidade de terras no Brasil; 4) o processo de reforma agrária é custoso e tem baixa capacidade de geração de empregos; 5) os assentamentos rurais são precários e contribuem para o aumento da miséria rural, e, 6) os assentados não possuem vocação para o trabalho no setor agropecuário.

Palavras-chaves: reforma agrária; assentamentos rurais; desenvolvimento rural; pobreza rural; debate agrário.

Resumen

Seis breves comentarios sobre seis errores al respecto de la reforma agraria en Brasil

En este artículo pretendemos profundizar el significado de la reforma agraria brasileña en el mundo de hoy. Para tanto, queremos examinar seis argumentos utilizados en los debates que atribuyen al tema de la distribución de las tierras su extinción, los cuales demandan un análisis más exhaustivo para su contestación: 1) el *agribusiness* tiene capacidad para resolver los problemas del desarrollo en el campo; 2) la reforma agraria no mas tiene un impacto económico para la sociedad brasileña; 3) en nuestro país no hay mas disponibilidad de tierras; 4) la reforma agraria es algo muy costoso y con baja capacidad de generación de empleo; 5) los asentamientos existentes son muy precarios y contribuyen a la miseria rural y 6) las personas incluídas en los proyectos de asentamientos no están preparadas para el trabajo del sector rural.

Palabras-claves: reforma agraria; asentamientos rurales; desarrollo rural; pobreza rural; debate agrario.

Abstract

Six comments on six agrarian reform mistakes in Brazil

This article analyses critically six arguments used to claim that agrarian reform no longer makes sense for Brazil, that it is obsolete. The essay digs into the following postulates in

order show how problematic they are: 1) agribusiness has the capacity to resolve all agricultural and land use problems; 2) agrarian reform has no economic benefit for Brazilian society; 3) sufficient, appropriate land is not available; 4) land reform is costly and generates few jobs; 5) existing settlements are very precarious and contribute to rural poverty and; 6) the people incorporated in agrarian reform settlement projects are not prepared for farm work. By demonstrating the fallacies of these arguments, the article helps clarify current Brazilian agrarian reform dilemmas.

Keywords: agrarian reform; rural settlements; rural development; rural poverty; agrarian debate.

No Brasil, o tratamento dispensado ao tema da reforma agrária tem sido invariavelmente acompanhado de declarações calorosas a respeito – contrárias ou favoráveis – nem sempre compatíveis com a necessária elucidação dos fatos e eventos que ilustram os processos sociais, políticos e econômicos que acompanham o assunto no contexto histórico recente. Parte dessas declarações é acionada no sentido de apresentar as distorções – particularmente no âmbito da economia – que um efetivo programa de reforma agrária poderia proporcionar sobre a agricultura doméstica. A esse tipo de crítica juntam-se ainda os argumentos sobre a obsolescência e o caráter inoportuno da democratização da terra no atual estágio da sociedade brasileira.

Poderíamos especular que essas colocações erguem-se e justificam-se a partir de uma herança fundamentada na prática de uma matriz de modernização (técnica) da agricultura em voga no final dos anos 60 e ao longo de toda a década de 70, cujos resultados foram objeto de ampla e qualificada crítica. Como afirma Tavares (1996):

da perspectiva do pensamento reformista latino-americano dos anos 50 e 60, a reforma agrária era concebida como um processo social inserido em um movimento global de transformação da sociedade e direcionado a três objetivos estratégicos: a ruptura do poder político tradicional (democratização), a redistribuição da riqueza e da renda (justiça social) e a formação do mercado interno (industrialização). No caso brasileiro, as transformações ocorridas no campo durante as décadas de 60 e 70 [...] e o marco político-ideológico que se consolidou [...] conduziram a um progressivo reducionismo na concepção da reforma agrária, que foi redefinida [...] como um instrumento de ‘política de terras’. A ‘revolução agrícola’ [...] ‘desativou’ o significado econômico clássico da reforma (a formação do mercado interno), contribuindo assim para a afirmação da concepção reducionista.

E segue Maria da Conceição Tavares lembrando que as “*transformações das bases técnicas e econômicas*” não tiveram correspondência nos outros planos:

a terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários ‘tradicionais’ [...].

E, depois de lembrar que a terra “*mantém [...] notável importância econômica e política*”, conclui:

a confluência no campo de dois processos – a modernização conservadora da produção e o agravamento dos fatores de exclusão nas áreas tradicionais e de fronteira – tende a tornar mais crítica a questão da terra.

Resumidamente, e de acordo com Leite (1998), poderíamos dizer que a modernização da agricultura brasileira, especialmente entre 1965 e 1980, consolidou-se economicamente a partir dos seguintes aspectos: (a) a adoção do padrão tecnológico

'moderno', calcado basicamente no binômio química mineral-mecanização, ganhando entre nós, complementos como 'conservador' ou 'perverso', justamente pelas conseqüências deflagradas a partir da sua utilização massiva; (b) não obstante essa última observação constatou-se um aumento da produção e da produtividade, ainda que a estrutura fundiária permanecesse inalterada no período, chegando mesmo a atestar uma ligeira concentração da posse da terra; (c) enquanto política econômica setorial, a importância assumida pelo crédito rural, privilegiando grandes produtores localizados na região Centro-Sul e produtos exportáveis. O sistema vigiu, durante os anos 70, à taxa de juros negativa e, em alguns períodos, o montante de recursos destinados ao programa atingiu proporções bastante significativas do produto interno bruto do setor, chegando mesmo a superá-lo num determinado ano; (d) a consolidação das cadeias e dos complexos agroindustriais, imprimindo uma dinâmica à produção agropecuária que implicou na sofisticação e diferenciação do produto processado, bem como numa integração à montante com a indústria químico-farmacêutica e de bens de capital; (e) a ingerência da esfera financeira nas atividades produtivas do agro, promovendo a integração de capitais agroindustriais e agro-comerciais, fortalecendo a valorização especulativa do imóvel rural e a transformação de ativos reais, como terra e gado, em ativos financeiros; (f) destaque-se, ainda, o crescimento da participação da agricultura brasileira no mercado externo, fundamentado numa política cambial baseada em desvalorizações, atestando, para algumas cadeias específicas, um significativo aumento da exportação de seus principais produtos.

O reducionismo de que nos falava Tavares viu-se, ainda, reforçado na conjuntura das duas últimas décadas, quando uma abordagem mais complexa sobre as transformações do meio rural brasileiro deu lugar ao discurso em prol do produtivismo renovado, agora em bases – financeiras, tecnológicas e institucionais – diferentes daquelas que vigiram ao longo do período anterior, e da forte orientação exportadora imposta à atividade agropecuária como resultado dos ajustes operados nas variáveis de políticas macroeconômicas, particularmente após 1999, repetindo desempenho semelhante verificado no primeiro quinquênio da década de 80.

Palmeira e Leite (1998)¹ chamaram a atenção para o fato de que as transformações da agricultura não se limitaram simplesmente às modificações da base técnica dos estabelecimentos agropecuários, mas carregavam paralelamente os efeitos – nem sempre perversos como destacam os autores – de um conjunto de outros processos sociais relativamente autônomos: a afirmação política do campesinato, o caráter da intervenção do Estado no setor rural, a migração rural-urbana, a organização e representação dos interesses de diversos atores sociais – em particular a Igreja Católica – diretamente relacionados com o tema, a emergência dos assentamentos rurais no período mais recente. Com efeito, a colocação em evidência desses processos sugere que eles se combinam em dois movimentos relativamente autônomos e contraditórios. Por um lado, a progressiva ilegitimação das formas tradicionais de dominação, associada à incapacidade do Estado – um Estado que não é apenas árbitro, mas *parte* nas lutas sociais – de gerar novas formas de legitimidade que têm levado à multiplicação dos conflitos e à ampliação do seu "âmbito". Não são mais apenas conflitos em torno da terra, da produção ou das condições de trabalho, mas também da construção de obras públicas, da assistência governamental nas situações de calamidade, do meio ambiente, da assistência médica, etc. Não mais são apenas conflitos que envolvam tão somente camponeses e latifundiários e, muito menos, que se resolvam apenas entre eles. Por outro lado, as vantagens asseguradas pelo Estado, no bojo da política de modernização, atraíram para as atividades agropecuárias e agroindustriais, mas, sobretudo para a especulação fundiária, capitais das mais diversas origens, criando-se uma coalizão de interesses em torno do negócio com a terra incrustada na própria máquina do Estado. Paradoxalmente, a modernização provocou um aumento do peso político dos proprietários de terras, *modernos e tradicionais*.

A reforma agrária é posta na ordem do dia pelo primeiro movimento. Não se trata mais de uma política entre outras, que pode ou não ser acionada pelos governantes. É uma

¹ Os próximos quatro parágrafos reproduzem passagens contidas no referido texto de Palmeira e Leite (1998).

demanda social que eles não podem ignorar. É uma questão socialmente imposta. Daí a dificuldade que têm de se livrar do tema, mesmo quando ele se torna politicamente inconveniente. Mas o peso dos interesses contrários no interior do Estado é suficientemente grande para imobilizar qualquer tentativa nesse sentido. O governo da “Nova República”, por exemplo, elaborou planos de reforma agrária, arquivou-os e continuou falando de reforma agrária. A Constituinte inscreveu-a no texto da nova Carta, mas a inviabilizou ao introduzir a noção de “propriedade produtiva”, isenta de desapropriação. Não se trata, simplesmente, de um problema de governo, nem de um problema que envolva apenas determinados grupos. O que está em jogo na questão da reforma agrária hoje é a oposição entre dois movimentos que envolvem confrontos de interesses diversificados e que, por assim dizer, atravessam toda a sociedade.

Nos debates que cercam a questão da reforma agrária são recorrentes as referências aos processos acima, inscritas nos movimentos que assinalamos nos parágrafos anteriores. As posições favoráveis à implementação de um efetivo programa agrário têm renovado o estoque de argumentos que sinalizam para o potencial transformador da democratização do campo, seja por meio da ampliação da condição de cidadania de uma vasta parcela da sociedade ainda hoje marginalizada, do aumento do emprego e da renda rural, da redinamização de diversas regiões brasileiras, etc. Na direção oposta são levantados, pelos segmentos e intelectuais contrários ao tema, diversos aspectos sobre os quais gostaríamos de tecer, ainda que rapidamente, alguns comentários. Para tanto, tendo em conta o convite que recebemos para examinar seis dessas proposições críticas, apresentamos a seguir nossa opinião a respeito das mesmas, buscando articulá-la ao conjunto de evidências que uma boa parte dos estudos acadêmicos recentes tem proporcionado. Os seis pontos propostos foram:

1. O aumento da produção e do emprego no campo, e, portanto do combate à pobreza no meio rural, será resolvido pelo modelo produtivista do chamado agronegócio.

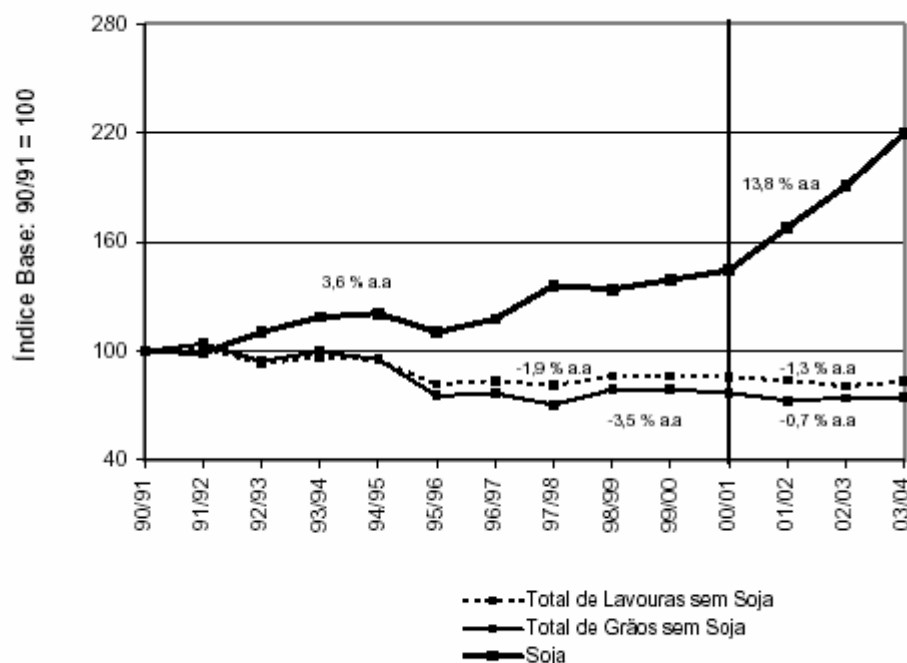
As questões relacionadas ao emprego, à produção e à renda não estão necessariamente relacionadas ao combate à pobreza. Isto é, o crescimento econômico (entendido aqui como o aumento da produção e/ou da renda e, conseqüentemente, do emprego) não garante necessariamente o desenvolvimento (econômico, social, etc.), ainda que para que tenhamos desenvolvimento é necessária alguma dose de crescimento. Na realidade, tomados os dados gerais sobre a sociedade brasileira atual, não é possível concluir de que se trata de um país extremamente pobre (especialmente quando comparado, nesse quesito, a outros tantos em situação bem mais vulnerável), ainda que tenhamos no interior do território nacional regiões onde a pobreza e a miséria (rural ou urbana) graçam impunes. No entanto, podemos afirmar categoricamente, com base num vasto arsenal de estatísticas sobre os mais distintos setores, que o Brasil é, sim, um país profundamente injusto. Isto é, os índices de concentração econômica (da renda, da terra, da produção, etc.) são extremamente elevados. Nesse sentido o modelo do chamado “agronegócio”² tem aprofundado essa desigualdade, na medida em que seu vetor de crescimento é acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, do espaço, etc.), além de uma brutal ocupação de áreas de preservação e/ou de comunidades

² O termo que guarda certa correspondência à noção de *agribusiness*, cunhada por Davis e Goldberg nos anos 50, deixou para trás sua capacidade explicativa para expressar, simbólica e ideologicamente, um amplo conjunto de forças políticas conservadoras no meio rural. No meio acadêmico é interessante observar que as correntes mais próximas às teses marginalistas e neoclássicas do pensamento econômico que resistiam fortemente ao tratamento intersetorial (agricultura/ indústria/ serviços) do temário agrícola até meados dos anos 80, assumem rapidamente, a partir da década seguinte, a nomenclatura do *agronegócio*, deixando para trás vários dos pressupostos que informavam os modelos de concorrência pura e perfeita para aderir aos apelos políticos, econômicos e institucionais que a nova terminologia passou a carregar desde então. Essa passagem demandaria uma digressão maior sobre o assunto que, dados os limites deste texto, não poderá ser feita aqui. Deixamos, por ora, ao leitor essas notas à título de uma especulação sobre o tema.

nativas (pequenos produtores, índios, extrativistas, etc.) com a expansão das monoculturas (particularmente da soja).

Como é sabido, ao longo de toda a década de 90, o país assistiu uma vigorosa expansão da chamada “fronteira” agrícola, incorporando áreas, como aquelas inscritas na região amazônica, nos estados do Maranhão e do Piauí, ao movimento anterior de ocupação dos Cerrados e do Oeste baiano. É certo que tal crescimento redundou num incremento do volume de grãos colhidos anualmente, bem como no *quantum* de produtos exportados (*in natura* e processados). De certa forma, poderíamos dizer que a soja constituiu-se numa das culturas de proa desse processo, como fica evidente no gráfico a seguir:

Gráfico 1*
Índices de Área Plantada com Soja e Agregados de Lavouras, de 1990 a 2003



Fonte: IBGE e CONAB.

(*) Elaborado por Brandão, Rezende e Marques (2004).

Como pode ser visto, entre as safras de 1990/91 e 2000/01, a área plantada com soja no país cresceu a 3,6% aa, enquanto o mesmo indicador para o total de lavouras (exclusive soja) registrou taxa negativa de 1,9 aa. Nas três últimas safras apresentadas no Gráfico 1 (2000/01 a 2003/04) o desempenho da soja praticamente “explodiu” para 13,8% aa, deixando para trás o conjunto das demais lavouras (-1,3% aa).

Ainda que o assunto seja objeto de forte polêmica, é possível observar que esta expansão tem gerado protestos de organizações ambientalistas e comunidades nativas, visto que parte da área ocupada pela soja tem sido angariada às custas do desmatamento e/ou do deslocamento forçado de pequenos agricultores ou aldeias indígenas, como pode ser constatado, por exemplo, nas chapadas piauienses (MORAES e VILELA, 2003; SAFATLE e PARDINI, 2004).

Outra tese derivada e igualmente equivocada é atribuir ao chamado “agronegócio” a “saída” para a retomada do crescimento brasileiro. Com efeito, as contínuas taxas de crescimento do setor agropecuário de 5% ao ano nos últimos períodos não necessariamente garantem a expansão da economia como um todo, visto que o mesmo não representa mais

do que 10% do PIB (ainda que se diga que, somando-se aos demais setores adjacentes e industriais, tenhamos algo da ordem de 30 a 40% do PIB, dependendo da fonte dos dados)³. A economia brasileira hoje é relativamente complexa (depois de mais de 70 anos de industrialização) e um crescimento contínuo e expressivo da agricultura, especialmente aquele calcado na especialização das exportações (produtos agrícolas e agroprocessados) não é suficiente para reanimar o parque produtivo como um todo. Ou seja, a idéia de "vocação agrícola" da economia brasileira (repondo questões de um debate do início do século passado, e insistentemente retomada pela m dia)   completamente despropositada na atual conjuntura. Possuímos um perfil bastante diferenciado de outras economias próximas, como a argentina e a chilena, onde o grau de especializa o no setor de básicos exportáveis aumentou consideravelmente nas últimas décadas (veja-se particularmente o caso argentino que além de um processo de desnacionaliza o da sua indústria, passou também por um processo de desindustrializa o).

2. A reforma agrária   uma tese ultrapassada e obsoleta, incompatível com o atual estágio do capitalismo brasileiro e não apresenta nenhum impacto econ mico na sociedade.

Essa tese parece-nos, igualmente equivocada, visto que por mais "obsoleto" que seja o tema da reforma agrária, como dissemos anteriormente, tem permanecido na agenda (política, econ mica, social, etc.) dos últimos 40, 50, 60 anos. Os anos 90 parecem confirmar a capacidade da reforma agrária ressurgir como f nix, solapando as teses (muito em voga nos anos 80) que advogavam posi es como: i) não há terras disponíveis para a reforma; ii) mesmo se houvesse não haveria quem as demandasse; iii) a implanta o dos assentamentos "deturparia" a estrutura produtiva, etc. O que se tem visto, de forma geral (guardadas as especificidades e diferencia es regionais e locais, não desprez veis no caso brasileiro) nos assentamentos   um potencial efeito dinamizador de economias locais/regionais, quer na esfera econ mica propriamente dita, mas também no campo político, social, demográfico, territorial, etc. (LEITE et al., 2004).

Como demonstrado por uma série de estudos especializados, os efeitos e as mudanças locais proporcionados pela cria o dessas novas unidades produtivas e de moradia vem rebatendo em transforma es de ordem econ mica, política e social que atingem a popula o beneficiária e envolvem outros atores e institui es locais. Primeiramente, os assentamentos implicaram em alguma redistribui o fundiária, tanto mais visível quanto maior o número de projetos num mesmo município. Em fun o do aumento populacional gerado por essa desconcentra o, também tem se verificado uma altera o no desenho de municípios, com a cria o de distritos e de novas prefeituras, além de modificar a paisagem, o padrão de distribui o da popula o rural, o traçado das estradas e o padrão produtivo.

De fato, os projetos de reforma agrária provocaram, especialmente nas regiões pontuadas por uma alta densidade de famílias beneficiárias, a dinamiza o econ mica de vários dos municípios onde se inserem, tendo como base um processo produtivo mais diversificado, quando comparado   estrutura – anterior e presente – prevalecete nos estabelecimentos agropecuários locais, significando uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal (as regiões sucroalcooleiras da Mata pernambucana e do Norte fluminense são um bom exemplo). Para além da relevância do número de novos produtores, estimulando um aumento na oferta de produtos (em especial

³ Dados sistematizados por José Graziano da Silva, apresentados no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Brasília, agosto de 2005), informam que, também o emprego agrícola, manteve-se estável por todo o período no qual a produ o agropecuária registrou crescimento. Ou seja, mesmo com a expansão de 5% aa, certamente fundamentada da incorpora o de novas terras e no aumento da produtividade, o setor não conseguiu incrementar, na m dia, a sua capacidade geradora de empregos. Em diversos casos, constatou-se justamente o contrário: o aumento da utiliza o de máquinas e implementos agrícolas em diversas fases do processo produtivo levou   dispensa da mão-de-obra em algumas cadeias.

alimentares), os assentados potencializam o mercado de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de cidades vizinhas, como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral.

Complementarmente, a comercialização da produção dos assentados provocou não apenas a dinamização, ou até mesmo a recriação, de canais tradicionais, como é o caso das feiras na região nordestina, como também a emergência de pontos de venda próprios (feiras de produtores), formas cooperativas, experiências relativamente bem sucedidas de transformação do produto para venda através da implantação de pequenas agroindústrias, constituição de marcas para comercializar a produção e de um mercado específico para os “produtos da reforma agrária”, etc. Neste último caso, as inovações não apenas atestam a origem do produto comercializado, mas principalmente têm a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentados e das experiências de redistribuição fundiária, como pode ser verificado, por exemplo, nos projetos existentes no Oeste catarinense.

Num cenário de arrefecimento das oportunidades de trabalho como o atual, os assentamentos representam, adicionalmente, uma importante alternativa de emprego. Além de criar, em média, três ocupações por unidade familiar no próprio estabelecimento, exclusive as atividades desenvolvidas fora do lote, os projetos de reforma agrária também geram trabalho para terceiros, quando se considera a contratação de mão-de-obra externa pelos assentados em 36% dos lotes pesquisados num desses estudos.

Assim, em diversos casos, o caráter inovador das experiências locais de assentamento será crucial para garantir a expansão das capacidades (humanas inclusive) e ações desses novos protagonistas, movimento que poderá facilitar a definição de estratégias voltadas ao desenvolvimento, se quisermos ficar, por exemplo, com uma referência da noção de desenvolvimento proposta por Amartya Sen (2000). Nessa direção, a idéia de assentamento enquanto um mecanismo de acesso aos ativos fundiários, às políticas públicas específicas (como o crédito rural, por exemplo), aos mercados de produtos, consumo e trabalho, aos equipamentos sociais, etc., constitui, ela própria, num determinado tipo de impacto. Comparadas a situação presente e pretérita das famílias assentadas, e guardadas a forte heterogeneidade entre os projetos e a precariedade da infra-estrutura prevalecente em boa parte dos mesmos, poderá ser facilmente constatada uma melhoria nas suas condições de vida. Essa metamorfose de demandantes por terra em assentados não necessariamente requer uma prévia “vocação” agrícola dos beneficiários, postura que tem corroborado iniciativas preocupadas com a identificação do “verdadeiro agricultor”. Quando essas oportunidades desembocam na conformação de regiões que abrigam um número considerável de projetos e famílias (como é o caso do Pontal do Paranapanema em São Paulo, ou do Entorno do Distrito Federal, abarcando municípios do Nordeste goiano e da região Noroeste de Minas Gerais, por exemplo) configura-se, na prática, a constituição de *áreas reformadas*, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas que têm caracterizado a intervenção do Estado na questão agrária. Esse aspecto em si é um efeito relevante das transformações que os assentamentos têm provocado no espaço regional, pois potencializa, em função desta concentração de beneficiários, as mudanças anteriormente apontadas.

Outro tema, caro ao século XIX, mas não menos importante, refere-se ao trabalho escravo. Ainda persistente no país a prática de manter pessoas em condições análogas àquelas de trabalho escravo, requer um controle e combate maior. Ou seja, possuímos uma agenda antiga para resolver, o que não quer dizer necessariamente “obsoleta”.

3. Com a modernização da agricultura esgotou-se a disponibilidade de terras não aproveitadas, salvo aquelas situadas na Amazônia e no Cerrado, não recomendadas para a reforma agrária.

Essa questão remete a dois pontos centrais para uma abordagem mais criteriosa do assunto. Deve-se considerar, em primeiro lugar, o que se entende por aproveitamento das

terras. Nesse sentido temos avançado na dimensão legal desse assunto e hoje possuímos mais instrumentos para definir um imóvel que cumpre efetivamente sua função social, particularmente por meio de índices como o Grau de Utilização das Terras (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), além do respeito à legislação trabalhista e ambiental. Recentemente as iniciativas de desapropriações com base no descumprimento das relações de trabalho e no desrespeito ao meio ambiente, abriram um precedente histórico enorme para questionar o "quantum" de terras efetivamente estão disponíveis. Da mesma forma a revisão dos índices de produtividade indicam que a chamada "modernização" do campo opera, em diversas áreas e imóveis, com rendimentos bem abaixo do esperado, tomando-se como contrapartida as estatísticas mais recentes sobre o rendimento físico de culturas e criações. Justamente por conta disso é fundamental rever a base de dados que informa o cálculo oficial dos índices de produtividade utilizados para a definição do GEE e do GUT de um determinado imóvel. Os índices atuais tomam como referência os valores encontrados nos Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

Em segundo lugar, mesmo desconsiderando o item anterior, há dados que demonstram a existência de terras aproveitáveis não-aproveitadas, tomando-se como fonte as estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁴.

Tabela 1: Brasil – Distribuição dos Imóveis Rurais por Estratos de Área Selecionados

UF	Imóveis 50 a 100 MF		Área (em ha) 50 a 100 MF		Imóveis mais de 100 MF		Área (em ha) mais de 100 MF	
	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos
Acre	122	96	784.693	640.386	54	44	1.249.148	1.094.856
Alagoas	99	43	118.281	47.446	36	16	90.051	50.571
Amazonas	226	103	1.751.594	678.524	38	30	730.144	707.487
Amapá	30	27	119.895	107.539	7	6	56.042	44.042
Bahia	982	733	3.681.698	2.835.959	367	284	2.725.942	2.190.898
Ceará	121	87	353.391	262.228	23	10	122.168	52.883
Distrito Federal	108	54	38.650	19.771	64	41	79.779	57.541
Espírito Santo	98	36	137.643	51.866	36	5	179.563	13.667
Goiás	1.366	495	3.799.826	1.490.998	426	163	2.697.976	1.151.168
Maranhão	403	323	1.866.737	1.506.517	147	121	1.759.273	1.454.382
Minas Gerais	1.149	530	3.085.512	1.506.871	362	160	2.326.408	1.206.574
Mato Grosso do Sul	1.985	450	6.554.032	1.694.125	1.035	180	9.273.895	1.493.126
Mato Grosso	2.140	1.541	12.918.845	9.480.692	843	617	10.849.996	7.429.785
Pará	1.757	1.374	7.729.920	6.037.823	469	304	9.560.829	7.649.876
Paraíba	96	56	143.480	89.566	50	32	133.106	81.536
Pernambuco	204	97	275.665	164.640	90	25	292.178	94.531
Piauí	273	226	1.208.155	1.006.555	123	112	1.540.176	1.360.106
Paraná	891	239	1.142.861	319.761	434	124	1.478.983	499.868
Rio de Janeiro	200	76	185.269	68.864	101	28	218.376	61.403
Rio Grande do Norte	92	73	232.726	188.250	32	20	196.616	116.261
Rondônia	87	67	378.098	286.739	47	32	440.672	254.070
Roraima	25	23	153.175	138.814	6	6	79.567	79.567
Rio Grande do Sul	880	128	1.364.042	182.348	331	40	1.221.649	180.092
Santa Catarina	298	144	347.746	163.065	120	55	363.860	145.175
Sergipe	52	38	70.797	54.158	19	12	39.667	27.044
São Paulo	1.606	448	1.942.109	517.068	738	226	2.302.356	690.385
Tocantins	432	279	2.340.707	1.488.239	101	66	1.163.954	674.936
Brasil	15.722	7.786	52.725.543	31.028.812	6.099	2.759	51.172.373	28.861.830

⁴ A proposta elaborada para o II PNRA apresenta um vasto conjunto de evidências estatísticas a respeito, ainda que o estoque de terras concentre-se nas regiões Norte (particularmente o estado do Pará) e Centro-Oeste (Mato Grosso). Para maiores detalhes ver Sampaio (2003).

Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA *apud* Sampaio (2003). (MF = Módulo Fiscal)

A Tabela 1, acima, leva em consideração apenas os imóveis rurais (número de imóveis e área respectiva em hectares) que possuem mais de 50 módulos fiscais, cujo tamanho exato em hectares varia de acordo com a região considerada. Podemos verificar que praticamente metade dos imóveis encontrados no estrato de 50 a 100 MF pode ser considerada, de acordo com a legislação vigente, como improdutiva, isto é, passíveis de desapropriação. Quando tomamos o estrato seguinte (acima de 100 MF), veremos que 45,23% do número de imóveis encontram-se sob a mesma condição, ou seja, são improdutivos. Eles possuem uma área equivalente a 28.861.830 hectares, isto é, 56,40% de todos os imóveis do estrato considerado.

4. A reforma agrária é um programa com elevado custo financeiro para sua realização e pouca capacidade de geração de novos postos de trabalho.

Comparativamente a reforma agrária tem se apresentado como uma das formas mais baratas de geração de emprego. O custo médio de uma família assentada, segundo dados do INCRA de 2004, estava ao redor de R\$ 32 mil, com forte variação regional. Contrapondo-se com a capacidade de dinamização social e econômica que o programa de reforma agrária proporciona, esse custo é bastante reduzido⁵.

Como já mencionamos anteriormente, estudos especializados apontaram os efeitos e as mudanças locais proporcionados pela criação de projetos de assentamentos, constituídos a partir de áreas objeto de ação dos programas de reforma agrária ou de utilização de terras públicas (aquelas fruto da iniciativa de governos estaduais e/ou municipais por meio de desapropriação por utilidade pública ou ainda pertencentes aos órgãos da administração direta e indireta do Estado). A regularização da posse para famílias que trabalhavam em terras sobre as quais já haviam conquistado seus direitos e/ou a instalação de beneficiários sobre áreas reformadas, vem rebatendo em transformações de ordem econômica, política e social no plano local e regional. Entre as quais ganha relevo a capacidade de geração de novos empregos, como procuraremos detalhar a seguir.

Num cenário de crise da agricultura tradicional e de fechamento do mercado de trabalho, especialmente para os segmentos menos qualificados da população, os assentamentos representam uma importante alternativa de emprego, favorecendo a consolidação ou mesmo a reconstituição de laços familiares antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento das pessoas para buscar alternativas de sobrevivência. Por outro lado, geram novas pressões sobre a terra, na medida em que a agregação de novos membros pode intensificar o uso da terra no lote e favorecer a saída para outros lotes ou mesmo para novas ocupações. A presença dos assentamentos também atua como fator gerador de postos de trabalho não-agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc.) e dinamizador do comércio local nos municípios onde se inserem fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados.

A extrapolação dos dados da amostra da pesquisa, de amplitude nacional, de Leite et al. (2004), para os municípios e para a região (“*mancha*”) de estudo, permite perceber que os assentamentos são importantes geradores de emprego. No conjunto dessas *manchas*, são 45.898 pessoas maiores de 14 anos que efetivamente trabalham nos assentamentos, 93,76% delas somente no projeto (no próprio lote, em outros lotes, ou em outras atividades). Do total dos que trabalham, com mais de 14 anos, 42,7% são mulheres, indicando sua ativa participação nas tarefas que envolvem as diferentes atividades do assentamento.

⁵ Esse item está fundamentado em Leite (2004), valendo-se dos dados finais das pesquisas publicadas em Leite et al. (2004) e Medeiros e Leite (2004).

Tabela 2: Empregos gerados nos assentamentos

"Mancha"	Totais de pessoas da amostra						Pessoal ocupado no lote(*2)			
	Total de lotes		Total de maiores que 14 anos (*1)	No. pessoas trabalham no lote (*3)	% sobre total pessoas que vivem	Nº. médio de pessoas ocupadas por lote	Todas as idades		Maiores de 14 anos	
	Lotes (ou famílias) entrevistados	Pessoas nos assentamentos (todas as idades)					> 14 trabalham no lote (*4)	% do total maiores que 14	% do total de pessoas que trabalham	no. médio de >14 ocupados por lote
	A	B	C	D	D/B (%)	D/A	E	E/C (%)	E/D (%)	E/A
Sul Bahia	87	464	309	365	79%	4,20	293	95%	80%	3,37
Sertão CE	306	1.673	1.017	1.158	69%	3,78	925	91%	80%	3,02
Entorno DF	237	1.020	741	824	81%	3,48	699	94%	85%	2,95
Sudeste Pará	366	1.823	1.219	1.303	71%	3,56	1.106	91%	85%	3,02
Oeste SC	185	922	572	584	63%	3,16	503	88%	86%	2,72
Zona Canav. NE	387	2.170	1.378	1.375	63%	3,54	1.151	84%	84%	2,97
Total Global	1.568	8.072	5.236	5.609	69%	3,57	4.677	89%	83%	2,98

Fonte: Pesquisa de campo *apud* Leite et al., 2004.

(*1) Exclui menores de 14 anos e sem informação. Inclui os "sem idade" que são responsável, cônjuge ou genro/nora (provavelmente > 14 anos).

(*2) Inclui pessoas que trabalham só no lote, ou no lote e fora do lote

(*3) Inclui todas as idades

(*4) Maiores de 14 anos que trabalham no lote (só no lote ou no lote e fora do lote).

De acordo com a Tabela 2, acima, do total da população maior de 14 anos nos projetos pesquisados, 79% trabalhavam somente no lote, 11% no lote e também fora do lote, 1% somente fora do lote e 9% declarou não trabalhar. Ou seja, 90% dos assentados maiores de 14 anos trabalhavam ou ajudavam no lote, numa média de três pessoas por lote. Dos que faziam algum trabalho fora do lote (12% do total), 44% o faziam em caráter eventual, 24% em caráter temporário e 31% de modo permanente. É interessante observar ainda que dos que trabalhavam fora do lote, mais da metade (56%) exercia atividades somente dentro do próprio assentamento, incluindo trabalhos não-agrícolas gerados pela implantação do projeto (construção de estradas e infra-estrutura coletiva, professora, merendeira, agente de saúde, trabalhos coletivos, beneficiamento de produtos, etc.). Além de gerar empregos para a família, os lotes também geram trabalho para outros. Com base nos resultados dessa mesma pesquisa, verificou-se que quando se considera a contratação de trabalho pelos assentados, 36% dos lotes pesquisados contrataram pessoas de fora.

Assim, cada lote criado em um determinado assentamento responde pela criação de novos três postos de trabalho, a um custo relativamente baixo. Os dados compilados na já mencionada Proposta encaminhada à elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenada por Sampaio (2003), apontam que políticas como o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) apresentaram um custo unitário de R\$ 13.600,00, R\$ 25.600,00 e R\$ 20.300,00 na criação de empregos nos setores industriais, de serviços e no comércio, respectivamente. O mesmo cálculo nesses setores, tendo como base o resultado do Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Pro-Trabalho), apontaria uma despesa de R\$ 23.000,00, R\$ 35.500,00 e R\$ 88.300,00, respectivamente (PASSOS e COSTANZI, 2002). Por sua vez, a somatória dos gastos necessários a implantação de uma família assentada, representaria, em média, um desembolso na ordem de R\$ 8.000,00 a R\$ 10.000,00 por posto de trabalho gerado, valor significativamente inferior àqueles supra referidos. Ou seja, o assentamento de um milhão de famílias tal como propunha a proposta de Sampaio (2003) teria um impacto imediato na

criação de 3 milhões de ocupações rurais, representando 30% das metas anunciadas pelo então candidato à presidência.

5. Os projetos de assentamentos já implantados possuem baixa qualidade, gerando um processo de *favelização* na área rural.

Uma das características comuns aos projetos de assentamento (a partir de dados encontrados em diferentes pesquisas, realizadas até 2001/2002) é a precariedade da sua infra-estrutura, o que demanda complementações de políticas públicas de ordem municipal (educação, saúde, etc.), regional/estadual e nacional (geral e setorial). Em alguns projetos as condições de vida são, efetivamente, muito ruins, comprometendo a reprodução das famílias ali instaladas. No entanto esta não nos parece refletir a situação média dos casos, que em geral têm conjugado alguma precariedade de infra-estrutura com estratégias de viabilidade social e produtiva.

Vale ressaltar que, na maioria das situações, mesmo naquelas precárias, a situação das famílias no momento anterior ao da entrada no projeto era ainda pior, fazendo supor que o ingresso aos assentamentos proporcionou efetivamente um processo de "filiação" social, dotando as famílias assentadas de novas condições para a reivindicação de outros direitos e inserindo-as num circuito de acesso às políticas públicas, mercado de trabalho e mercado de produtos (venda e consumo), que antes não possuíam. Acreditamos que a qualidade das condições de infra-estrutura deveria ser um item a ser sempre considerado, independentemente da quantidade de famílias a assentar ou do número de projetos a serem criados.

Na realidade o debate sobre as condições de infra-estrutura e dos equipamentos sociais não deve comprometer a própria realização do programa de reforma agrária, mas, ao contrário, deve justamente aprimorá-lo. Temas como saúde e educação são fundamentais ao processo de construção de uma nova cidadania que emerge junto ao acesso à terra. Da mesma forma a questão relativa à segurança alimentar é um item importante que possibilita às famílias instaladas refeições diárias com melhor valor protéico e calórico. Valendo-nos do detalhado estudo de Ávila (2002), que compilou dados específicos do universo de famílias assentadas na região Noroeste de Minas Gerais, encontramos os dados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Consumo alimentar em áreas de agricultura familiar assentada e sua comparação com as Regiões Metropolitanas (consumo alimentar per capita diário em gramas)*

Discriminação dos Produtos	Brasília	Região Metropolitana de Belo Horizonte	Área de Agricultura Familiar Assentada no Noroeste de MG
Arroz	128,92	74,04	230,10
Feijão	23,32	19,62	22,02
Mandioca	0,97	1,24	1.321,28**
Abóbora	4,13	3,76	21,54
Batata-doce	0,14	0,74	11,21
Batata Inglesa	12,40	15,87	3,50
Inhame	0,00	0,00	0,21
Quiabo	0,04	1,62	0,34
Tomate	6,52	6,36	0,00
Alface	0,24	5,78	0,00
Cebola	6,75	4,53	0,00
Banana	2,74	12,45	15,42
Melancia	1,36	3,69	54,73
Abacaxi	0,00	1,19	9,13
Maracujá	0,00	0,56	15,13
Mamão	1,81	0,00	0,63
Laranja	23,48	23,34	0,00
Maçã	2,87	5,28	0,00
Farinha	13,98	5,70	19,88
Fubá de Milho	2,58	7,26	0,00
Macarrão	5,37	3,57	0,00
Ovos	5,31	6,83	19,69
Leite	93,88	78,05	214,53
Queijo	1,44	2,31	15,44
Carne bovina	42,08	21,09	0,00
Carne de porco	3,40	9,73	17,68
Carne de frango	34,42	41,36	14,65

Fonte: Sipra, 2000; IBGE/POF, 1996. *Apud* Ávila (2002). Re-elaboração do autor. (*) No caso dos assentamentos considerou-se apenas o consumo dos alimentos produzidos localmente. Os valores para Brasília e Belo Horizonte referem-se ao consumo médio de famílias com rendimento de até 2 salários-mínimos mensais. (**) Parte desta produção é destinada ao fabrico da farinha de mandioca.

A referida tabela disponibiliza os dados encontrados pelo autor nas áreas de agricultura familiar assentada e no município de Brasília e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (cf. ÁVILA, 2002). No primeiro caso está computado apenas o consumo médio familiar de produtos agroalimentares oriundos do cultivo e/ou criação no próprio estabelecimento do agricultor. Ou seja, a tabela não apresenta o consumo de alimentos comprados nos mercados locais⁶.

⁶ Segundo Ávila (2002), a aquisição externa é importante para algumas rubricas como óleo, macarrão e carne bovina.

Podemos verificar que, com exceção dos produtos hortícolas, das carnes bovina e de frango, da batata-inglesa e de algumas frutas, a produção doméstica dos agricultores familiares assentados atinge um índice médio superior (em alguns casos bastante superior) àquele verificado pelos habitantes de Brasília e Belo Horizonte, cujas famílias percebem até dois salários-mínimos mensais, faixa próxima àquela verificada nos assentamentos da região. Tal desempenho mostra como a produção do autoconsumo pode assegurar uma oferta interna de produtos alimentares, com alto valor calórico e protéico, cujo acesso é praticamente diário.

6. A maioria das famílias instaladas nos assentamentos não estão vocacionadas para a agricultura, comprometendo o sucesso do programa de reforma agrária.

Os assentamentos, dada sua extrema diversidade regional, social, geográfica, etc., são compostos por famílias oriundas de distintos segmentos sociais (extrativistas, sem-terra, trabalhadores sindicalizados, atingidos, urbanos, etc.) que legitimamente podem portar vocações as mais diversas, inclusive rurais (que é um termo mais apropriado, ao invés de "agrícolas"). Não estamos discutindo aqui as "vocações", mas sim o direito de trabalhadores com distintas origens reivindicarem terra. De outra forma, estamos abordando, na realidade, o preconceito existente entre setores urbanos e rurais de que, trabalhadores provindos de atividades urbanas e peri-urbanas (vários de famílias originárias do meio rural) não possam deslocar-se para o campo e dedicar-se às atividades rurais (agrícolas e não-agrícolas). O que poderia ser objeto de debate são questões relativas à aptidão, habilidade, conhecimento tecnológico, etc. Mas aqui não se trata de vocação (ou de saber quem são os "verdadeiros agricultores"), mas sim de capacitação e assessoria (técnica, política, social, econômica, etc.) às famílias que migram para o meio rural, dotando-as de condições para que possam exercer suas atividades.

Em artigo publicado em 1998, Lins (1998) concluía corretamente que a demanda por terra de populações marginalizadas não deveria discriminar os trabalhadores oriundos do meio urbano que empunhassem tal bandeira, quebrando um preconceito histórico de setores mais conservadores, ainda crédulos de uma "verdadeira vocação agrícola" inerente aos mais eficientes desse setor. Ao contrário, lembrava o autor que na intensa migração rural-urbana ocorrida entre os anos 30 e 80 do século passado, nunca havia sido cobrado aos trabalhadores rurais que se dirigiam aos diferentes setores urbano-industriais um atestado de eficiência ou habilidade particular para constituir um imenso exército de mão-de-obra funcional à industrialização brasileira. No entanto, quando se tratou de repensar as diferentes trajetórias pessoais e o processo de reconstrução do tecido social esgarçado pela incapacidade do modelo anterior em absorver, em condições dignas, a população que se viu marginalizada, barreiras enormes foram erguidas no sentido de questionar e impedir que o fluxo inverso se realizasse. Preconceitos de toda sorte, inclusive aqueles de classe, foram prontamente acionados.

Na mesma direção parece-nos problemática a definição de um "modelo" único e exemplar daquilo que deveria se constituir a atividade rural, condenando outras estratégias – legítimas – realizadas pelas famílias para garantir sua reprodução (social e econômica). Assim, além das atividades produtivas agropecuárias propriamente ditas, outras formas de inserção, como trabalho externo ao lote, atividades de processamento e serviços no lote ou no projeto, etc., são igualmente válidas.

Considerações finais

A validação dos comentários acima, bem como a negação dos seis tópicos aqui alinhavados, implica como dissemos no início desse texto, em repensar a própria matriz do

processo de transformação agrária nacional, retirando-o das amarras reducionistas às quais o mesmo foi submetido. É preciso, portanto, alargar os horizontes do campo de possibilidades e oportunidades sociais, inserindo a reforma agrária, como bem lembrou Celso Furtado, num dos vetores estratégicos do desenvolvimento. Tal perspectiva, diga-se de passagem, tem sido objeto da prática dos diversos movimentos sociais de trabalhadores rurais, invariavelmente objeto de reações violentas de determinados segmentos do patronato rural e daqueles que representam os interesses contrários à democratização da terra.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, R. V. Os impactos econômicos dos assentamentos de reforma agrária no Noroeste de Minas Gerais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- BRANDÃO, A.; REZENDE, G. C.; MARQUES, R. W. Crescimento agrícola no período 1999/2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C., VICENTE, C. Comércio agrícola e o desenvolvimento econômico brasileiro. IX Encontro Nacional de Economia Política. In: Anais... Uberlândia: SBEP, 2004.
- DELGADO, G. Questão agrária brasileira no pós-guerra e sua configuração contemporânea. In: RAMOS FO., L. O.; ALY JÚNIOR, O. (eds.) Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: Incra/Embrapa, 2005.
- DIAS, G. L. S.; AMARAL, C. M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998. In: Baumann, R. (org.) Brasil: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: Castro, A.C. (org.) Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002.
- HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: Gasques, J.G., Conceição, J.C.P.R. (orgs.). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2001.
- LEITE, S. Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira (1980-1996). Campinas: IE/Unicamp, 1998. (Tese de doutorado).
- LEITE, S. Agricultura familiar e reforma agrária como políticas de emprego. Democracia Viva, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 16-22, abr./mai., 2004.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Edunesp, 2004.
- LINS, M. Uma agenda atual das políticas públicas. In: Costa, L. F.; Santos, R. (orgs.). Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- MEDEIROS, L.; LEITE, S. (orgs.) Assentamentos rurais, mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MORAES, D.; VILELA, S. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade. In: Carneiro, M. J., Maluf, R. S. (orgs.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PALMEIRA, M., LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Costa, L. F.; Santos, R.N. (orgs.) Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PASSOS, A. F.; COSTANZI, R. G. Evolução e perspectivas dos programas de geração de emprego e renda. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: MTb, 2002. (Nota Técnica).

SAFATLE, A.; PARDINI, F. Grãos na balança. Carta Capital, São Paulo, n.306, p. 42-45, 2004.

SAMPAIO, P. A. (coord.) Proposta para o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 2003.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

TAVARES, M. C. A questão agrária e as relações de poder no país. Folha de São Paulo. São Paulo, Caderno 2, p. 5. 05.05.1996.

VEIGA, J. E. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: Castro, A. C. (org.) Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002.

Recebido em: dezembro de 2006

Aprovado em: dezembro de 2006

Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)

Cliff Welch

Doutor em História pela Duke University (1990)

Professor e Pesquisador da Grand Valley State University (Michigan, EUA)

Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Nera

Endereço profissional: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, Presidente Prudente, SP, Brasil

CEP: 19.060-900. Caixa-Postal: 957 . Telefone: (18) 3229-5388, Ramal: 5552. Fax: (18) 3221-5388.

Endereço eletrônico: welchc@gvsu.edu

Abstract

Founded in 1984, the Landless Rural Workers Movement of Brazil (MST) has been historicized in several recent publications. This review essay examines seven books that provide historical analysis of the movement. Published in English, Spanish, Portuguese, and Italian in the past six years, these books offer diverse assessments of MST history. The essay contrasts their interpretations of the movement's origins, founding, consolidation, organization, and future prospects. As an institutionalized social movement with more than twenty years of history, the books prove that the MST merits the attention of historians.

Keywords: rural social movements; peasants; agrarian reform; contemporary social history; historicization.

Resumo

Histórias em Movimento: Uma historiografia preliminar do Movimento Sem Terra (MST)

Nascido em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido sujeito de examinação histórica em publicações recentes. Este ensaio documenta e avalia as tentativas preliminares de historizar a organização feita em sete livros publicados desde 1999 nas línguas portuguesa, inglesa, espanhola e italiana. A resenha coletiva oferece uma avaliação dos contrastes nas interpretações dos livros no que se refere às origens, fundação, consolidação, organização, e possibilidades do MST. Como um movimento institucionalizado durante mais que vinte anos de luta, a resenha apóia as publicações em concluir que o MST merece a atenção dos historiadores.

Palavras-chave: movimientos sociais no campo; camponeses; reforma agrária; história social contemporânea; historicidade.

Resumen

Historias en movimiento: una historiografía preliminar del Movimiento Sin Tierra (MST)

Sido nato en 1984, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) de Brazil ha sido tema del examinación histórica en varias publicaciones recientes. Este ensayo registra y examina las tentativas preliminares de historizar la organización hecha en siete libros publicados desde 1999 en los idiomas portugués, inglés, español e italiano. La reseña colectiva ofrece una evaluación de los contrastes en las interpretaciones de los libros en qué se refiere las origens, fundación, consolidación, organización e perspectivas futuras de el MST. Como un movimiento social institucionalizado com más de veinte años de historia, la

reseña apoya las publicaciones en concluir que el MST merece la atención de los historiadores.

Palabras claves: movimientos sociales rurales; campesinos; reforma agraria; historia social contemporánea; historicidad.

BRAVA GENTE: A TRAJETÓRIA DO MST E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL. By João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. pp. 167.)

A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL. By Bernardo Mançano Fernandes. (Petrópolis: Editora Vozes, 2000. pp. 319.)

A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA E O MST. By Mitsue Morissawa. (São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001. 256 pp.)

SIN TIERRA: CONSTRUYENDO MOVIMIENTO SOCIAL. By Marta Harnecker. (Madrid: Siglo XXI, 2002. Pp. 124. Also available in English as *LANDLESS PEOPLE—BUILDING A SOCIAL MOVEMENT* at <http://www.rebellion.org/harnecker/landless300802.pdf> [accessed November 1, 2004])

CUTTING THE WIRE: THE STORY OF THE LANDLESS MOVEMENT IN BRAZIL. By Sue Branford & Jan Rocha. (London: Latin American Bureau, 2002. pp. 305.)

TO INHERIT THE EARTH: THE LANDLESS MOVEMENT AND THE STRUGGLE FOR A NEW BRAZIL. By Angus Wright and Wendy Wolford. (Oakland, CA: Food First Books, 2003. pp. 365. \$15.95 paper.)

LA SCELTA DELLA TERRA: STUDIO DI UN INSEDIAMENTO RURALE DEL MOVIMENTO SEM TERRA IN BRASILE. By Luca Fanelli. (Torino: Silvio Zamorani Editore, 2002. pp. 169.)

Like many politicians, Brazilian president Luis Inácio Lula da Silva identified himself with different citizens by dressing like them. He seemed to delight in donning an Indian headdress or squeezing into a hard hat. Such images fit the populist message of this remarkable man, a man who rose from poverty to become leader of the labor movement that challenged the military dictatorship and helped restore democracy to Brazil, the world's eighth largest economy. But in July 2003 when Lula placed the bright red cap of the Landless Laborers' Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]) on his head, all hell broke loose. Subsequent editions of nearly every news vehicle in the country featured alarmed criticism of this fateful act. Words like "rebellious," "revolutionary" and "irresponsible" characterized the reaction as dozens of reporters were sent to the field to document the dangers posed to the country by the MST. The controversy reached the United States, where concerns on Wall Street and in Washington threatened to undermine Brazil's fragile credit rating and international standing. By 2004, the Lula administration had carefully finessed most of the criticisms, supporting the right of the MST to mobilize and pressure the government while simultaneously investing in a conflicting agribusiness development scheme.

What is the MST? In contradistinction to the image projected by the Brazilian press, the collection of recently published books reviewed here describe it as an institutionalized social movement of unprecedented significance for Brazil and the world that does not pose an immediate revolutionary threat to society. On one book's jacket, Eric Hobsbawm, a frequent traveler to Brazil, validates the MST as "the most ambitious social movement in contemporary Latin America" (BRANFORD and ROCHA, 2002) On another's cover,

journalist Studs Terkel describes the MST as “a million or so ordinary people fighting for the right to live ordinary lives” (WRIGHT and WOLFORD, 2003). Founded in 1984, the MST fights for radical agrarian reform; that is, state intervention to reverse historic land concentration trends, distribute good agricultural land to needy workers, and reallocate resources to support small and cooperative farming as fundamental to the development of a stronger, more democratic and just society.

Today, the MST boasts a membership of more than 500,000 families—at least two million people—and has a presence in every state and more than 700 municipalities. The MST runs some 500 farm co-ops in the areas of production, marketing, credit, and technical assistance. It trains most of its own technicians, militants, and leaders. It has succeeded in redirecting government funds to support its administration of 1,800 elementary schools with more than 160,000 students, teaching basic literacy to 30,000 teenagers and adults, and operating a university. In the meantime, some sixty members are studying in Cuba to be doctors (MST, 2004). In twenty years, the MST has become a vast and varied organization with many plans for growth and diversification.

A handful of foreign and many domestic analysts have been following the MST's development since its earliest days. With significant methodological variations, each of the books reviewed contribute to the institutional history of the MST. The first is based on a 1998 conversation between the MST's founding national coordinator João Pedro Stédile and MST consultant Bernardo Mançano Fernandes, a geographer. The second is Fernandes's doctoral dissertation. Morissawa's *A luta pela terra e o MST* is a pictorial history published by the MST. Harnecker, a Chilean-Marxist and scholar living in Cuba, completed the third account. The fourth book, written by English journalists Branford and Rocha, promises to be a favorite for the university market. The historian Wright and geographer Wolford teamed up to produce an innovative book that emphasizes themes important to U.S. college curricula, such as gender and the environment. Luca Fanelli's small, carefully researched book is a fine example of the many monographs the movement has inspired. All the authors but Fanelli historicize the MST by beginning their books with a chapter or two intended to document the roots and origins of the movement. The next chapters recount the MST's formation and consolidation on a national scale. Remaining chapters analyze key features of the MST, such as the practice of land occupation, educational programs, and strategies of production once land is acquired. Concluding chapters evaluate the movement and comment on its future prospects.

Origins

Each of the books describe Brazil's southern most state of Rio Grande do Sul as the cradle of the MST. A common narrative links the rise of the MST to dramatic changes in the primary sector initiated by the agricultural policies of the military regime that took power in 1964. With a commitment to national development, the military sought to “modernize” agricultural production. Rio Grande do Sul was an important setting for the introduction of mechanized soybean production. Credit structures and clientelism led to land concentration, forcing thousands of small and medium farmers off the land to make way for soybeans and other export crops. The displaced farmers had three alternatives: life in cities, looking for work in a saturated labor market; immigration to Paraguay; or migration to subsidized colonization projects designed to develop frontier areas in the central-west and northern Amazon regions of Brazil. The enterprising *gaúchos* (people born in Rio Grande do Sul) tried all of the strategies, yet the cards were stacked against them.

What many really wanted was land to farm in Rio Grande do Sul. A number of families, encouraged by the military, invaded a Kaingang Indian reservation (Nonoai) but were forced out when conflicts resulted. Trying to decide what to do next, some families followed the advice of Stédile, an economist who was then working with a rural labor union. They organized and occupied an unproductive farm called the Fazenda Macali. This 1979

occupation resulted in the expropriation of the land, encouraging a number of copycat land occupations and public manifestations by landless workers and sympathizers between 1980 and 1982.

While the books agree on the structural conditions and regional context for the birth of the MST, they differ in the attention given to its roots in historic rural social movements. Fernandes approaches the roots question with the most radical argument of the five histories. He says the MST must be seen as a “historic struggle” in the context of five centuries of a “busca continua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa” for and by rural workers (p. 25). Thus, *A formação do MST no Brasil* begins with a chapter on the rural struggles that he believes contributed to the eventual formation of a self-conscious peasantry in Brazil. The sense of continuity expressed by Fernandes comes up again in Morissawa and Harnecker. Morissawa uses images and text to argue that the MST is something of the highest stage of peasant struggle against a long and continuous history of resistance by slaves, Indians, and Messiah-led peasants. Harnecker claims the MST “*hereda una prolongada lucha por latierra*” (p. 10) going back to the beginnings of Portuguese colonization.

Such continuity is not corroborated by the other histories. Each mentions most of the movements Fernandes describes but they are discussed explicitly as “invented traditions,” regional cultural inheritances intentionally revived as such by MST militants to help organize landless workers. For instance, Branford and Rocha describe how MST organizing proceeded slowly in the northeastern state of Alagoas, “working within the cultural traditions of the people” (p. 43). It proved wise there, the authors report, to stimulate militancy among the landless by organizing a pilgrimage to the ruins of Palmares, the seventeenth-century setting of Brazil’s most famous runaway slave community, which was led for a time by a warrior named Zumbi. “The families paid homage to Zumbi, promising to carry on his struggle,” the authors write (p. 43). Wright and Wolford refer to the history of resistance in a six-page section of chapter 2. For them, too, the historic struggles have been used by MST militants to “contextualize the contemporary struggle for land” (p. 124). Militants recall Zumbi’s struggle, they argue, partly to project an anti-racist image to help build unity among Brazil’s racially diverse population. Author Wolford has elsewhere rejected what she calls the “Official Genesis Story” and demonstrated how MST differed from place to place depending on local conditions and personalities (WOLFORD, 2003).

Stédile refers to the list of conflicts assessed by Fernandes in the context of a discussion about historical and theoretical references for the MST. Peasant education is more successful, he says, when examples rather than theories are used. The details of historic struggles have influenced the ideological construction of the movement and its militants, Stédile says. He denies most direct or explicit connections, however. Even in the case of the Landless Agriculturists’ Movement (Movimento dos Agricultores Sem Terra [MASTER]), which operated in Rio Grande do Sul from 1958 to 1963, Stédile emphasizes change rather than continuity. “O MST... não tem muito a ver com a memória histórica do MASTER,” he says (p. 17). Rather than seeing these other movements as roots of the MST, he sees them as examples of related struggles to be examined for lessons. Stédile argues that the specific roots of the MST are to be found in the Catholic and Lutheran Churches which together formed the Pastoral Land Commission (Comissão Pastoral da Terra [CPT]) in 1975 (p. 19). On this point, all authors agree. Dedicated as it was to applying liberation theology to the problems of the rural poor, the CPT united priests and laymen working all over the country on the question of land access and control. Many of these people were strong advocates and steady supporters of the MST from its inception.

The authors tend to differ in the emphasis they place on another oft-cited MST origin, Brazil’s rural labor union movement (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais [MSTR]). On this score, Stédile is unambiguous: “O início da minha militância política foi nos sindicatos. Na época da ditadura militar [1964–1985], era o sindicato que fazia a luta pela reforma agrária” (p. 29). But Fernandes shows how some unions offered explicit help while the resistance of others forced the landless to form separate organizations that would later unite in forming the MST. The sense of frustration some militants had with the unions

receives emphasis in Wright and Wolford's interpretation (pp. 62–66). The books by Harnecker and Branford and Rocha document, however, that rural labor union leaders constituted more than 80 percent of the delegates who participated in founding the MST.

Founding

In gripping narrative style, Branford and Rocha open their book with a story of the initial meeting of peasant movement representatives that marked the beginnings of the MST. In 1982, Stédile and ten other gaúchos crammed into a VW bus to meet with about a hundred landless militants from neighboring states at a remote Lutheran church. Many had suffered displacement just like the Rio Grande do Sul farmers, but others were victims of the military's ambitious energy development projects that damned rivers and flooded huge agricultural zones, forcing many to flee. Branford and Rocha use the 1982 meeting to depict the semi-clandestine nature of the organizing effort, adding a certain tension to the story. In his effort to be comprehensive, Fernandes discusses the meeting itself in greater detail and also touches on a series of additional organizational meetings held outside Rio Grande do Sul over the course of the next two years. In less rigorous form, Stédile describes what he derived from each of the intermediary regional meetings that culminated with the MST's founding at Cascavel, Paraná (PR), in 1984. Harnecker, Wright and Wolford neglect earlier meetings and start with the Cascavel encounter.

In her preface, Harnecker represents herself as interested in reconstructing the past, but on the question of founding the MST, her book provides the sketchiest of accounts. Wright and Wolford, on the other hand, insert historical background where it seems convenient to what is, in many respects, a compelling travelogue of the movement in three parts of the country, the south, northeast, and the Amazon region. We learn from the other authors, however, how various meetings contributed to building new regional relationships and provided insights that ultimately proved extremely important to the MST's success and longevity. A September 1982 meeting in Goiânia, Goiás, for example, formally brought together the landless and CPT apparatus. Among the CPT members was Brazilian sociologist José de Souza Martins, whom Stédile credits with inspiring the formation of the MST as a mass political organization with a national presence. (In the 1970s and 1980s, Martins worked as a consultant to the CPT while carrying on his duties as one of the University of São Paulo's most prolific scholars.) The Goiânia group formed a national organizing committee to assess the land struggle around the country, contact local leaders, and plan the Cascavel meeting.

The Cascavel encounter united representatives from agrarian reform movements in thirteen states, produced a number of mandates that continue to guide the movement and, as all of the books agree, debated and settled on the MST name. Responding to Fernandes's interrogation, Stédile describes the ideological discussions that went into the decision to adopt the name (pp. 46–49). It included both a process of elimination and profound search for an identity that could unite similar movements from such dissimilar places. The books also describe with relative consistency a number of other crucial decisions reached at the meeting, including a national presence, autonomy from other organizations, independence from political parties, open-membership with special emphasis on women and families, and a participatory, democratic organizational structure, a revolutionary anti-capitalist ideological perspective. Branford and Rocha succeed in capturing the moment, concluding that "With hindsight today, it is evident that, if the participants had taken a different decision on any one of the key questions—and, at the time, it was by no means clear which was the better route to follow on all issues—the dynamic of the movement would have been stalled" (p. 24).

Consolidation

In 1984, the military regime was in its final year and dozens of popular meetings around the country contributed to organizing the MST's first national congress. At the beginning of the next year, some 1,500 representatives from twenty-three states attended the congress in Curitiba, PR. In addition to the farmers, landless laborers and MST militants, congressional delegates also came from civil organizations such as the Brazilian bar association (Ordem dos Advogados do Brasil), the black movement, and the upstart national labor movement (Central Unica dos Trabalhadores). With the presence of Workers' Party president Lula, the congress signaled the broad reach of the MST and the weight that would be given to building alliances. Representatives of peasant movements from other Latin American countries also participated, foreshadowing the global projection the MST was to pursue in the 1990s. Fernandes gives detailed attention to the event, which Stédile, Branford and Rocha, and Harnecker also highlight. Only Wright and Wolford, preferring a grassroots approach, mention it in passing.

And while, the history of the MST cannot be reduced to meetings, these first encounters deserve special attention because they established the basic structure and the guiding principles of the movement. Stédile's *Brava gente* proves insightful about the internal logic of the meetings, at least from his perspective. Fernandes' book is useful because it includes lists of participants and large segments of the concluding platforms. Branford and Rocha provide a vivid summary of the meetings as events and turning points. In the case of the congress, they turn to Stédile's book for several ideas, principal among them the organizers' decision to develop a direct-action approach to agrarian reform and not become dependent upon the new civilian government, despite pressure from some allies to simply support the government and follow its lead. This was a crucial decision, Harnecker emphasizes, as the new president soon revealed his opposition to the MST, working behind scenes to scuttle his government's own national agrarian reform plan. Anticipating trouble, delegates at the first congress coined the phrase, "sem reforma agrária não há democracia," Fernandes reports (p. 90).

Fernandes uses the national congresses as periodization, organizing his chapters in five-year blocks. This is one more way in which his account remains uniquely loyal to the movement. While the book includes analysis and applies the discipline of geography in innovative ways, it comes close to being a MST publication. To write about the consolidation of the MST in the years following each congress, Fernandes traveled to almost every MST state headquarters to interview movement militants and structured his chapters around brief reports from each state or region. The congresses established a "word of order"—in 1990, it was "ocupar, resistir e produzir;" in 1995, it was "reforma agraria, uma luta de todos"—and Fernandes recounts what militants told him about the implementation of these mandates.

The word of order emanating from the MST's first congress that had the most resonance for the consolidation of the movement was: "ocupação é a única solução." The phrase confirmed participants' lack of confidence in government support for land reform. It also underscored the direct-action approach that united the disparate movements in Curitiba. Through the occupation of unproductive land, the *sem-terra* family could become a *com-terra* family (with land, landed). While this is fairly obvious, the authors relate how occupying land became significant for the movement in other ways as well. In ideal circumstances, the process of building the movement began with consciousness-raising meetings with the poor about the injustice of Brazilian society and the role of land concentration in solidifying inequality. Organizers introduced land occupation as a collective act that could begin to resolve these problems, as an action that could build solidarity and contribute to a *sem-terra* identity among participants. Ironically, while the MST goal was land distribution, leaders wanted members to preserve a *semterra* identity until land reform had been exhausted as a solution to the profound misery of Brazilians.

Harnecker devoted her second chapter to land occupation, summarizing a seven-step procedure leading to a successful seizure. For her, the occupation is like a strike, a way of applying pressure to negotiate land distribution. In *Brava gente*, Stédile explains how

significant occupations were to the birth and existence of the MST. Wright and Wolford also capture the centrality of the occupation to the MST, providing a comparative legal context for them. This seems to be designed to convince skeptical undergraduates, nonplussed by moral economy arguments, that MST occupations are a legitimate form of protest. “The Occupation” serves as the title of Branford and Rocha’s fourth chapter. They introduce a number of personal histories about the transformative power of occupations by writing, “For the MST the act of occupying land... is the cornerstone of their movement” (p. 65). The process of land occupation infuses Fernandes’s book. Land occupation is key to the “socio-territorialization” concept he uses to analyze the MST’s national consolidation.

No matter their approach, the books agree that the movement really took off in 1996, more than ten years after its founding. On April 17, in the Eldorado dos Carajás region of the Amazonian state of Pará, military police murdered nineteen militants. Stédile called the massacre one of the “maneiras... involuntárias” that attracted public support for the movement and forced the government to make agrarian reform a higher priority (p. 143). Bar graphs that Fernandes reproduced from CPT sources show how the number of occupations and families involved more than doubled in this context, jumping from 146 occupations in 1995 to 398 in 1996, involving an increase of 30,476 to 62,880 participating families (p. 260). Wright and Wolford place the event in context and comment on the irony of how a thousand previous murders of militants “had never succeeded in seriously arousing the national conscience as El Dorado dos Carajás did” (p. 209). Like the authors of *To Inherit the Earth*, Branford and Rocha devote a chapter to struggles in the Amazon and use the massacre as a starting point, offering the most detailed account of the event itself, its aftermath and implications. Polls conducted after the massacre showed soaring public support for agrarian reform and classified the MST as the fifth most esteemed institution in the country (COLETTI, 2002).

Organization

MST popularity peaked in 1997 with a cross-country protest march that brought thousands to Brasília on the anniversary of the Carajás massacre. But this seeming success inspired a negative reaction on the part of the landed classes and the government of President Fernando Henrique Cardoso. As the books recount, landlords organized armed groups to defend their property rights while the government sought to isolate the MST with an agile divide and conquer strategy. On the one hand, the government aggressively promoted land distribution and settlement projects with an array of groups while isolating the MST and criminalizing the tactic of occupation. In the eyes of the mainstream, the Cardoso government redistributed more land and settled more families than any in history (MARTINS, 2003). To MST militants and sympathizers, however, the late 1990s brought little more than hard times. The authors are divided in their explanations of how and why the MST survived this period but united in emphasizing the movement’s unique organizational agility.

Rare is the “movement” that lasts twenty years or so. By definition, movements come and go but not, it would seem, the MST. Stédile comments that organizational durability may be the MST’s “grande contribuição histórica” (p. 81). The secret for Stédile has been the MST’s ability to balance mass-based movement practice with a flexible, nonpartisan organizational structure, an institutionalized-movement, at one and the same time political and apolitical. He warns fellow travelers: “Vocês não têm futuro se não aplicarem princípios organizativos” (p. 82). These principles involve the devolution of power to numerous thematic collectives that exist at local, regional, state, and national “instâncias,” as Fernandes relates in detail (pp. 245–56). With fluctuating titles, the MST is awash in “secretariats,” “setores” and “frentes” of production, communication, education, gender, health, mass organization and so forth. Periodic national and state meetings help coordinate the activities of these bodies. History has shown that the structure functions and that its impersonal and decentralized characteristics have helped the movement weather tremendous challenges, from the assassination of important militants to persecution by the government.

Harnecker devotes the bulk of her book to organizational questions. Reading her admiring analysis of the MST's dedication to collective leadership, participatory democracy and financial autonomy one has to wonder if she was thinking about Castro's Cuba, Allende's Chile or both as she wrote *Sin Tierra*. Fernandes maps the spread of settlements linked to the MST as a means of demonstrating the formation and national consolidation of the movement as opposed to some seventy additional groups organized in the 1990s. Branford and Rocha include a chapter on the settlements and another on the movement's sustainable and organic production projects.

Wright and Wolford, in contrast, use the settlements they visit as a point of departure for their analysis of the MST. Using a case study approach, Luca Fanelli's *La scelta della terra* examines a single settlement in Paraná to evaluate the movement's fascinating and ultimately problematic experiment with collectivization, *al modelo cubano*. From both books, one gets a wonderful sense of place, a sense of the land and its value for the peasants. On the Palmares II settlement in the Amazon, Wright and Wolford met with several settlers and recounted their experiences and make observations. "Everyone we spoke to, even those who were otherwise unhappy, agreed that producing enough food for the family was easy," they report (p. 244). The MST placed a big emphasis on organization in the settlement, and it helped improve the quality of life and productivity, but some rejected movement pressures to live in villas—where movement theorist argued that class consciousness could be kept alive—rather than spread out on their individual plots, where many actually preferred to live. Fanelli documents the tension between collectivist ideas and individual desires in his detailed account of the Santa Maria settlement in Paranaicity. The collectivist approach to production, which emphasized equal participation and profit-taking, did not sit well with the majority of peasants and was thus abandoned as a national model. Peasant resistance within the movement taught national coordinators that "as formas [of production] não podem ser rígidas, devem ser variáveis," Stédile writes. "Aprendemos que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis" (pp. 100–101).

Prospects

Perhaps the single most important question the various authors assess is whether the MST has succeeded in making agrarian reform in Brazil the political, even revolutionary, issue many think it must be in order for radical change to come about. The authors ask if the MST has the potential for moving the question from one of social dimensions (land reform as one way of ameliorating but not ending Brazil's poverty problem) to one of political dimensions (land reform as socialism). The important distinction between agrarian reform as a social or political problem has been examined systematically by USP sociologist Martins (1989; 1997; 1999; 2000). He has praised the MST not as a revolutionary organization but as "o mais consequente movimento de modernização e ressocialização das populações do campo que já houve na história do Brasil" (MARTINS, 1997, pp. 59–60). In other words, it helps resolve the social problem of a portion of Brazil's huge marginalized population by assisting their integration into capitalist society. The first historians of the MST disagree on these questions: some side with Martins, others endorse the organization's revolutionary self-image.

As a founder and chief strategist, Stédile offers something of an official assessment. Responding to a series of questions from Fernandes, Stédile differs with Martins on several crucial points without using the word *revolutionary* or denouncing capitalism. The MST supports reform in the social sense, Stédile says, but sees it as only the most basic of steps in a larger transformative process. The strategic objective of the MST is to end rural structural problems that contribute to poverty and social inequality. To do this, the first step is to distribute land titles, the second is to ease access to capital and the third is to facilitate educational access. From a pragmatic perspective, this cannot be accomplished by openly opposing capitalism and supporting socialism but only by organizing "milhões de pobres do meio rural para que lutem pela solução de seus problemas" (p. 163). The step of land

distribution aligns with government social policy but the MST must struggle to expand agrarian reform so that settlers contribute to “um acúmulo de forças para a continuidade da luta pela reforma agrária mais ampla” (p. 163). Thus, Stédile’s book supports the argument that the MST has a broad political mission to radically alter property relations and thus class relations in Brazil.

Writing as advocates, Fernandes and Morissawa offer a rallying cry for readers who probably are neither peasants nor outside mediators. The summary theme for both is “a luta continua.” These authors see the MST not as the last but as the most recent organizational form the peasantry has taken to resist extinction, an end foretold for centuries by thinkers left, right and center. Fernandes underscores Martins’s argument that characterizes the movement as an important means of economic integration for the rural poor. But he adds to this hypothesis the argument that the movement creates and recreates the peasantry in Brazil and that peasant insertion into the capitalist economy is counter-hegemonic because the peasant mode of production is essentially non-capitalist. Peasant family labor and a greater concern with reproducing the family and the family-farm withdraws the peasantry from expected market laws. Harnecker shares this assessment, describing the MST as a skillfully crafted social justice movement. It uses Marxism to evaluate capitalism, confront it, and construct sustainable systems for fighting poverty. The basis of the new society is not a grand socialist dream, writes Harnecker, but a family where patriarchy is banished by the empowerment of women. For these authors, then, the MST is not a reformist or revolutionary organization but a peasant resistance movement.

An emphasis on the politics of personal transformation summarizes fairly well the final assessment provided by Wright and Wolford. The MST is a pragmatic organization, they argue, and experience has taught militants to distrust theories of rapid and dramatic change and to endorse an eclectic array of ideas that extend from Mao to Gandhi to Chomsky, with Brazilian references such as the educator Paulo Freire prominently in the mix. But the authors come full circle: none of these limitations on the revolutionary prospects of the organization prevent it from having a dramatic impact on people’s lives. “But just doing these things, things that we might take for granted [like having money to buy an appliance or a new pair of shoes], should be seen as revolutionary given where most of these people were coming from,” they conclude (p. 313).

Branford and Rocha end their book by placing the MST in comparative historical perspective with English Diggers, American Populists, Mexican revolutionaries, and Italian peasant leagues. The authors reject Martins’s pessimism about the movement’s ability to pursue revolutionary change. “The movement’s hope,” they note, “is to create an alliance of ‘excluded Brazilians,’ rural and urban, who favor radical change” (p. 281). In their conclusion, they raise the MST from its national context to the international context of the broad-based anti-globalization movement where they see potential for a revolutionary reversal of the Green Revolution, recently re-energized by genetic-engineering and relaxed trade rules. “The MST is well placed to join such a global revolution”, they write. “As some sem-terra themselves are realizing, their future is not as economically unviable peasant communities living in a time warp but as modern, sustainable, green communities” (p. 282). They admit to being idealistic but affirm their belief in the MST’s potential to reinvent itself and play a role in realigning not only Brazil but the global economy as well.

The vehement reaction of the Brazilian media to Lula’s symbolic support for the MST reflected ruling class concerns about potential threats as much as current ones. After twenty years, the MST has become part of the Brazilian socio-political landscape. Opposition to it remains great but its resilience has proven stronger. Few doubt that the organization is here to stay. That it has transformed the lives of hundreds of thousands of Brazilians, empowering them to uplift themselves with comforts and hopes long buried in the mire of savage capitalist development, is unquestionable. As the authors of these books show, however, there is reason to question what the MST is now and what it will become in the short and long term. Its relationship with the Lula administration has tended to consolidate its role as a social service agency for the rural poor and small farmers. But its relationship with this dubiously

working-class administration also has the potential for launching the movement on a broader and more radical mission. The sense of threat expressed by the mainstream press was not unfounded nor is the hope expressed by the authors of these books for the MST to help bring about a better world.

References cited

COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST da luta pela terra na década neoliberal. Idéias, 9(1), 2002, pp. 49-104.

MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. A questão agrária e o papel do MST. In: _____. A reforma agrária e a luta do MST. São Paulo: Edited, 1997.
by João Pedro Stédile and Frei Sérgio, 11–76. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Tempo Social. 15 (2), pp. 141-75, USP, 2003.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Quem Somos: 1984–2004, MST 20 anos de lutas, conquistas e dignidade! 24 de junho de 2004.

_____. <http://www.mst.org.br/historico/historia.htm>. Accessed Nover 2, 2004.

WOLFORD, Wendy. Families, Fields and Fighting for Land: The Spatial Dynamics of Contention in Rural Brazil. Mobilization: An International Journal, 8 (2), pp. 201-215, 2003.

Recebido em: setembro de 2006
Aprovado em: setembro de 2006